

R. BRASILLACH E M. BARDÈCHE

UNA
LIBRE
GRAN
DE

HISTORIA DA GUERRA DE ESPANHA

1.º VOL.

**HISTÓRIA DA GUERRA
DE ESPANHA**

Esta obra é a versão directa e autorizada
do original francês *Histoire de la Guerre
d'Espagne*, de Robert Brasillach e Maurice
Bardèche. Todos os direitos reservados em
harmonia com a legislação vigente

Direitos exclusivos de publicação em lingua
portuguesa de A. M. Teixeira & C.ª (Filhos)

ROBERT BRASILLACH
E
MAURICE BARDÈCHE

HISTÓRIA DA GUERRA DE ESPANHA

Tradução e notas de
FERREIRA DA COSTA

1.º VOLUME



LIVRARIA CLÁSSICA EDITORA
A. M. Teixeira & C.^a (Filhos)
Praça dos Restauradores, 17
LISBOA—1939

**DIGITALIZADO
PELA**



bibliotecanacionalista1.blogspot.com
bit.ly/bibliotecanacionalista (drive)

É cedo — dir-se-á — para escrever, isenta de tendência e sem falhas, a história da cruenta luta que dilacerou a nação espanhola. No entanto, quer pelas actuais circunstâncias da vida política e social dêsse país duramente experimentado, quer pelos reflexos exteriores da guerra, ninguém contestará ser oportuna uma obra elaborada com o único objectivo de apresentar, reiunindo considerável número de pormenores inéditos, a narrativa de quanto se passou, nos dois campos adversos, durante o conflito.

Os autores, conforme adiante explicam, não alimentam a pretensão de haver realizado trabalho definitivo. Apoiados em documentos e nos resultados das observações feitas enquanto permaneceram em Espanha, quiseram apenas expor a origem, a evolução e o desfecho dos acontecimentos. Ambos são jornalistas, e o destino decidiu que a mim, jornalista, fôsse confiada a tradução dêste livro. Ambos percorreram as « frentes » de combate, auscultaram as ideas predominantes na retaguarda nacionalista e surpreenderam o drama pungente das cidades conquistadas. E o acaso determinou que eu vivesse, igualmente, mais de cinco meses, na mesma atmosfera de ansiedade, nervosismo e angústia. Daí resultou que, em vários capítulos, juntasse notas minhas, convencido de que elas concorrerão para melhor esclarecer pontos até agora confusos aos olhos do grande

público, e tornar compreensíveis certos factos registados após o final das hostilidades.

Choque de duas revoluções, embate violento de doutrinas antagónicas e, simultâneamente, de planos urdidos por certas potências europeias, a guerra espanhola será considerada, um dia, o primeiro sinal de uma convulsão que, talvez em breve, abalará o mundo. Se pensarmos nos preságios da aproximação da tormenta, se atendermos aos surdos rumores que começam a sacudir o solo que pisamos, reconheceremos a utilidade dêste trabalho pleno de ensinamentos e revelações.

★

A Espanha está em marcha. Há no seu caminho mil riscos a vencer, inúmeros obstáculos a transpor. Em volta da nação desperta mas exangue, ansiosa de pão e justiça, reboam, por vezes em idiomas estranhos à Península, singulares cânticos evocadores da grandeza antiga, enquanto mãos frementes de juvenil ardor combativo agitam lábaros imperiais.

Não falta quem descubra nisto um perigo, uma origem de novos dramas, um efeito de influências exercidas por Estados desejosos de reünirem trunfos para o momento de arremessar os « dados de ferro » à face da Europa.

Brasillach e Bardèche souberam reconhecer e revelar até que extremos vai o amor dos espanhóis pela sua independência. Respondem, assim, a quantos, de longe, fazendo fé no dilúvio de telegramas tendenciosos das agências, visionam a Espanha obedecendo a directrizes inspiradas por estrangeiros. Na verdade, ainda que ninguém possa avaliar, por enquanto, a pro-

jeccão da guerra na vida e na mentalidade espanholas, abundam elementos seguros para afirmar que, acima de tôdas as amizades, para além de tôdas as razões filhas da simpatia ou da conveniência politica, o bravo, o sacrificado, o admirável povo da Espanha jamais toleraria que lhe ferissem o brioso e firme sentido da liberdade, por discretas que fôsem as tentativas, internas ou externas, no intuito de levá-lo por trilhos que lhe desagradem. Ele reagiria, porque não esqueceu, nem quere limitar-se a repetir tristemente aquêlê poético lamento do duque de Rivas : (¹).

« : oh desgracia !
En nuestros debates propios
Siempre há de haber extranjeros,
Que decidan a su antojo ».

E não obstante haver, aqui, sôbre a minha mesa, um telegrama da « Havas » expedido de Roma, dizendo pensar-se, na « Cidade Eterna », que « a colaboração militar germano-italo-espanhola será, em breve, um facto », vi e ouvi em Barcelona, Madrid e Burgos, da Catalunha à velha Castela, da verde Guipúscoa ao melancólico Aragão, o suficiente para crer que o povo espanhol só nutre, neste momento, um desejo : trabalhar em paz. Confia, por saber possuir aquilo que Nietzche denominou fôrça plástica de um homem, um povo ou uma civilização — fôrça que lhe permitirá desenvolver-se por sistemas que lhe são próprios, transformar, incorporar as coisas do passado, curar e cicatrizar as feridas,

(¹) Romances.

substituir quanto perdeu, refazer pelo seu esforço as formas mutiladas.

Os seus orientadores procederão, sem dúvida, com a prudência que as circunstâncias recomendam, precisamente por não desconhecerem os perigos de uma grande vitória. Diz-se impeli-los uma aspiração imperialista que vem das próprias fontes da raça hispânica. Mas por muito que os envolva o culto das analogias históricas — « enganadoras, plenas de sedutoras assimilações, impulsionando o homem corajoso para temerárias emprêsas, elevando o entusiasmo ao fanatismo » ⁽¹⁾ — recordam-se da severa advertência dirigida pelo criador de Zaratustra aos chefes que atribuem significado totalmente oposto ao sentido das reais concepções da história : « Quer êles tenham ou não conhecimento disso, agem, em todos os casos, como se adoptassem esta divisa : Deixai os mortos sepultar os vivos ».

É nas mãos da gente nova que se encontram os destinos da Espanha. É, em especial nas da juventude laboriosa, que a convulsão arremessou para as trincheiras e que se sacrificou generosamente por uma doutrina nacionalista revolucionária. Consciente do seu revolucionarismo, convencida de que ao instinto histórico é preciso unir o instinto construtivo, ela não consentirá — afirmou-o Fernandez Cuesta, no Alto de Leon — que lhe inutilizem o esforço ou intentem desviar o curso da sua acção inovadora. Ela não deixará que, mais uma vez, o espírito seja transformado em dinheiro, mercê dos ardis empregados por classes que sempre buscam « açambarcar para elas — no dizer de Max Stirner — o benefício

(1) *Considerations Inactuelles* — F. Nietzsche.

das ideias novas pelas quais outros desinteressados ou apaixonados se sacrificaram ». Ela não querera ver, sobre o terreno pejado de ruínas, aquilo a que o mediatundo Goignard, de Anatole France, chamava « *simples changements d'hommes* », porque, na realidade, « *les hommes considérés en masse, son tous pareils...* »

Deseja algo novo e salutar, e caminha, numa alvorada de esperança, cantando que « en España empiesa á amanecer », guiada pelo Caudilho de cujos lábios saiu, em determinado dia, a frase prometedora : « Ni un hogar sin lumbre, ni un español sin pan ». Arrostando a morte por pensar não ser « tolerável que massas enormes vivam miseravelmente, enquanto uma minoria disfruta todos os luxos » ⁽¹⁾. E lutou, e sofreu e voltou das linhas de fogo, coração palpitando de orgulho sob a camisa azul, mãos erguendo bandeiras vitoriosas, porque « o Estado nacional-sindicalista não assistirá impassível ao domínio das classes mais fracas pelas mais fortes » ⁽²⁾. Agora, quer reconstruir a gloriosa Madre-Espanha, mercê de um Estado que seja — como Franco garantiu — « una familia, sin grandes señores ni siervos » ⁽³⁾.

E creio, quero crer, que os historiadores poderão, mais tarde, encerrar os estudos da guerra e dos seus resultados, registando que a juventude espanhola, generosa e nobre, sagrada pelo martírio, depostas as armas e retomado o labor, procurou a conciliação, num largo movimento de justiça, para maior grandeza da sua vitória e mais alta, mais humana, mais digna manifestação da sua ideia revolucionária.

⁽¹⁾ e ⁽²⁾ Pontos XI e XII do programa da *Falange Española*.

⁽³⁾ Discurso em Salamanca, no dia 19 de Janeiro de 1937.

Será na tranquillidade, na tolerância, na dignificação do esforço dos humildes, que a força plástica obrará prodígios. E se é verdade, conforme alguns comentadores pretendem, que o anão simbólico e horrendo de Zuloaga continua, no horizonte, iluminado pelo clarão dos incêndios, a bramir ameaças de derramar por campos e cidades caudais de sangue fervente, afogando réus e inocentes, juizes e testemunhas; se é certo que ainda não desapareceu o disforme ser em quem Ortega y Gasset disse reconhecer o « duende familiar dos espanhóis », também não oferece dúvidas que, hoje, após cerca de três anos de guerra cruel, a consciência dos herdeiros de José António Primo de Rivera — o juvenil mártir de Alicante — já compreendeu como o poeta de « El solemne desengaño », que

«sobre sangre
Persecuciones y llantos
No está nunca firme un trono,
Nunca seguro un palacio. »

Lisboa, 10/Agosto/1939.

FERREIRA DA COSTA.

INTRODUÇÃO

Ao publicarmos esta HISTÓRIA DA GUERRA DE ESPANHHA, pouco após o restabelecimento da paz, sabíamos que limites impúnhamos à nossa obra — a primeira a narrar os acontecimentos. A guerra criou tal número de problemas intellectuais, militares, diplomáticos, jurídicos, religiosos e económicos que será possível escrever história focando uma destas múltiplas questões. Porém, visto que isso só é realizável quando houver sólidos elementos de informação acêrca de pontos não esclarecidos, como determinadas negociações e certos acordos económicos, necessário se torna aguardar a publicação de documentos ainda reservados. Chegado o momento, a guerra de Espanha apresentar-nos-á um aspecto exacto e completo, graças ao conjunto dêsses estudos parciais.

No entanto, os elementos de que dispomos fornecem-nos, desde já, uma imagem palpitante dos acontecimentos. Em França e em Inglaterra, nos Estados-Unidos, na América do Sul, na Alemanha e em Itália foram editadas muitas obras consagradas a várias fases da luta. Conseguimos também reunir grande parte da literatura publicada em Espanha e até agora inaproveitada em França. Consultámos os jornais e as revistas que inseriram os estudos mais criteriosos dos factos e

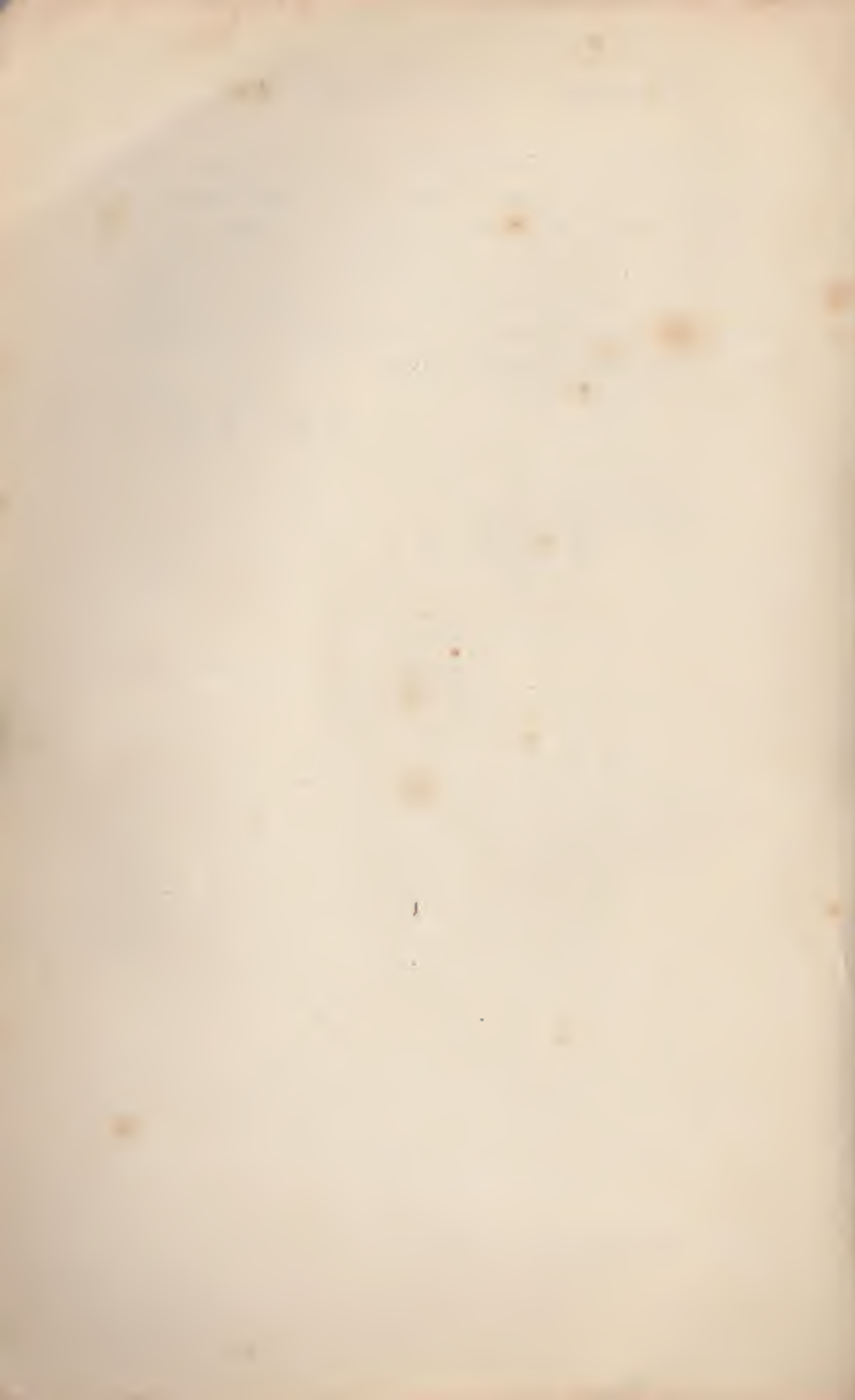
os documentos mais significativos, particularmente jornais espanhóis — fonte preciosa de esclarecimentos sobre a mentalidade e a vida nos dois campos, no decorrer da guerra. Compulsámos publicações dos partidos anarquistas francês e espanhol, que têm sido encaradas com negligência, a-pesar-de encerrarem indicações numerosas e convincentes. Também consultámos as brochuras editadas pelo P. O. U. M. ⁽¹⁾ e proibidas em Barcelona, pelo governo republicano. Semelhante documentação possui evidente superioridade em relação à francesa ou de outra origem estrangeira, por dimanar dos centros da guerra e dar-nos dela testemunhos directos. Todavia, buscámos completá-la, por meio de contactos pessoais com individualidades que intervieram nos acontecimentos, e, bem entendido, observando o povo espanhol, nas regiões que visitámos.

Apoiados no material reunido, julgámo-nos aptos a desenhar imediatamente o curso dramático da luta. O historiador analisará, mais tarde, o sucedido nos bastidores. Esclarecerá a actividade dos Estados-Maiores e dos ministérios, desmontará, peça por peça, o mecanismo singular de uma nação em tempo de guerra. Por nossa parte, apenas pretendemos apresentar o quadro geral da tragédia. A sublevação espanhola constituiu uma fase apaixonante e admirável da vida de um povo. Tornar-se-ia incompreensível, como incompreensível seria esse povo, se não nos debruçássemos primeiro sobre episódios e pormenores demonstrativos do que foram, na realidade, os dois anos de combates. São, também, tais episódios que fornecem um cunho particular a esse

⁽¹⁾ Partido Obrero de Unificación Marxista. — (N. do T.).

período da vida da Europa, como será nesta guerra que encontraremos a explicação de muitos acontecimentos actuais e futuros. Pelo exame das repercussões diplomáticas e internacionais dos combates, e bem assim pela narrativa da campanha militar e do ocorrido na retaguarda, desejamos ajudar a compreender, simultaneamente, a Espanha e a nossa época.

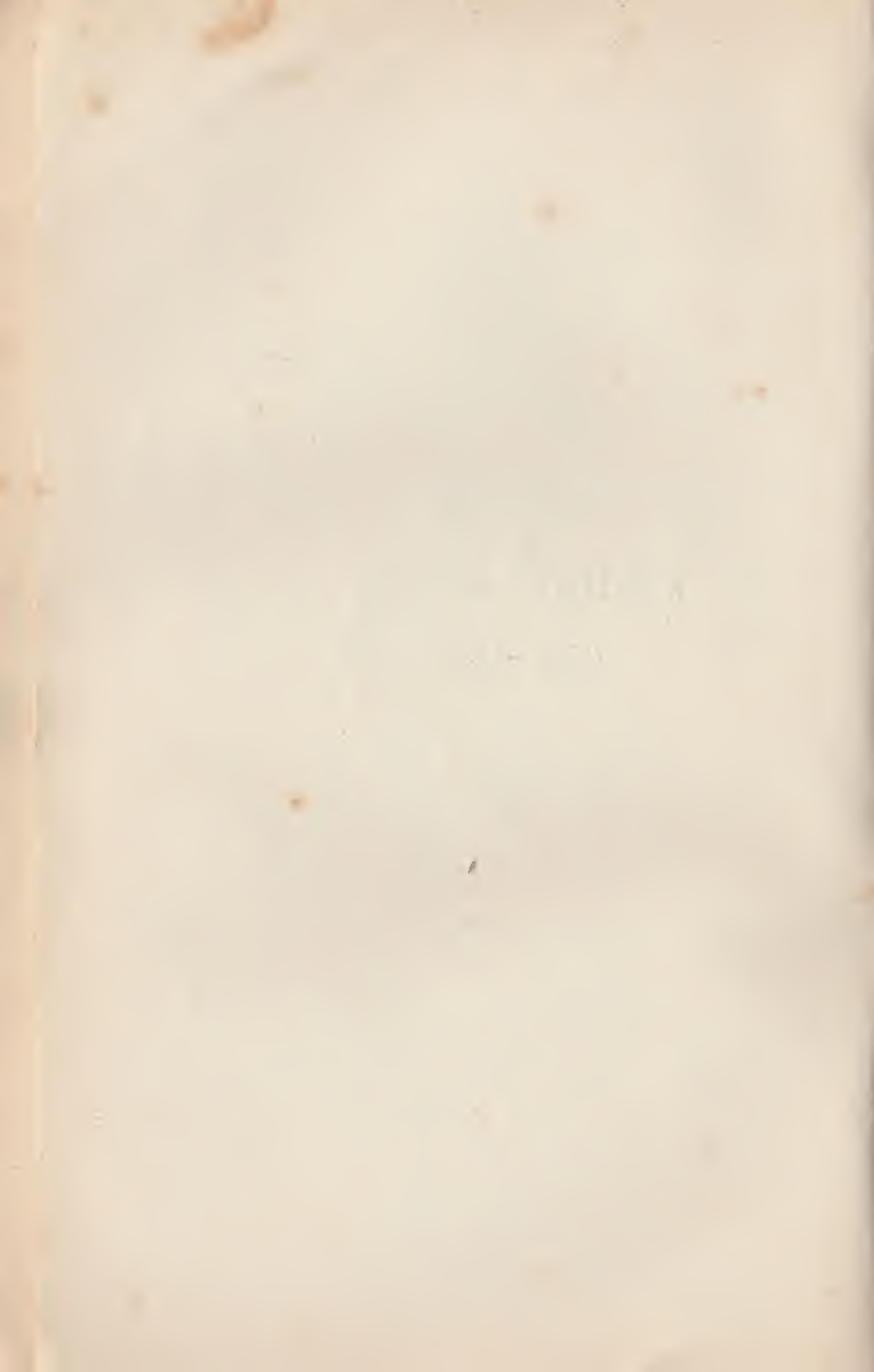
R. B. E M. B.



I PARTE

A SUBLEVAÇÃO

(Julho — 1936)



I

O assassínio de Calvo Sotelo

Na verdade, o primeiro gesto contra a revolução nacionalista surgiu nas Côrtes, em 15 de Abril de 1936. Nesse dia, após o govêrno haver apresentado o seu programa e solicitado um voto de confiança, Calvo Sotelo, chefe do grupo da « Renovacion Española », ergueu-se e pronunciou, acêrca da obra levada a efeito pela República e pela « Frente Popular », um discurso impressionante, constantemente cortado por àpartes ameaçadores.

— Quando a vida humana não está em segurança nas ruas — disse êle, — quando de todos os lados chegam ameaças de convulsão social, quando se grita, como ontem bramia a turba, em unísono, « Pátria, não ! Pátria, não ! » ; quando ao brado de « Viva a Espanha » é respondido « Viva a Rússia », quando é desrespeitada a honra do Exêrcito e ridicularizado tudo quanto a Pátria consubstancia, quando isto se prolonga por seis, sete ou oito semanas, pergunto a mim próprio se há possibilidade de nos conservarmos tranqüilos. Invejo a despreocupação do sr. Azaña... Protesto contra semelhante desprendimento, e comigo protestam os espanhóis que

atravessam este momento de preocupações, ignorando se a Espanha está viva ou morta ».

Interromperam-no, e elle prosseguiu:

— Dir-se-ia soprar sobre o país, desde 16 de Fevereiro, um ciclone de fogo e de ódio.

E citou:

— « Desde esse dia até 2 de Abril, eis o que succedeu: 58 ataques e destruições de centros políticos; 2 atentados idênticos a estabelecimentos públicos e privados; 33 assaltos a domicílios particulares e 36 a igrejas. »

Da esquerda, levantou-se uma voz:

— Não basta, **visto que o senhor ainda está vivo !**

Calmo, o chefe da « Renovacion Española » continuou:

— Doze incêndios de centros políticos; 45 de estabelecimentos públicos e privados; 15 de domicílios particulares; 106 de igrejas, 56 das quais ficaram destruídas; 11 greves gerais; 65 agressões, 24 ataques, 345 feridos, 74 mortos...

Por entre uma tempestade de imprecações, afirmou:

— O sr. Alvarez del Vayo, deputado socialista, disse, há quinze dias, no comício de Barcelona, que os incêndios no jornal « La Nacion » e nos templos de S. Ignácio e S. Luiz, haviam sido lançados pelo povo madrileno, em sinal de protesto contra o ritmo lento da execução do programa da « Frente Popular », por parte do governo. Aqui tendes palavras ainda mais expressivas, extraídas integralmente do discurso do sr. Asin, sindicalista ou comunista — não conheço bem a sua filiação partidária em Cartagena, no dia 5 deste mês: « *Não podemos contentar-nos com o incêndio de uma ou de mil igrejas. É espectáculo que, tendo algo de grandeza,*

de exuberância, mais ou menos magnífico, não constitue base sólida para garantir o nosso futuro bem-estar. A única forma de realizar a nossa libertação económica é a de expropriar a banca privada, o Banco de Espanha, arruinando os que exploram e despojam o povo espanhol ».

Sóbrio, preciso e metuculoso, o orador leu documentos, citou observadores estrangeiros, referiu os desastres económicos da Espanha: a deminição da economia privada, a inflacção, a desvalorização da peseta, a crise do turismo devida ao terror dos estrangeiros. Denunciou o malôgro da « Frente Popular » em tôda a parte onde tenta estabelecer-se, a bolchevização do partido socialista, a socialização da indústria, o desmembramento da Espanha por meio da propaganda autonomista e, finalmente, « a supressão do Exército permanente e o armamento geral do povo ». Assim era preparada « a instauração do comunismo, sob a forma política da ditadura do proletariado ».

— A instauração do comunismo—objectou o sr. Azaña — seria fatal para V. Ex.^a e para mim.

Calvo Sotelo teve pronta réplica:

— Sem dúvida. Reconheço-o, ao passo que V. Ex.^a, segundo me parece, não tem a noção do perigo.

— Eu, não — gracejou Azaña. — Sou um inconsciente... (*Rumor e risos*).

Mas o orador continuou:

— S. Ex.^a, ao dizer que semelhante acontecimento seria fatal para êle e para mim, proferiu uma grande verdade, mas não lhe attribue valor e, sobretudo, não vê que, além de ser fatal para ambos, visto que tenho a honra de figurar nas listas negras... (*O violento ruído não permite ouvir o orador*). O mais grave seria o resul-

tado terrível para a Espanha. Eu, que não julgo ter o direito de me preocupar com a vida de V. Ex.^a ou com a minha, sinto o dever de pensar na existência da Espanha. Há « 110 deputados que querem implantar o comunismo no país », existe uma enorme propaganda moral, faz-se contrabando de armamentos estrangeiros, tornou-se iniludível a fraqueza do governo, isto é, reúnem-se todos os elementos da revolução.

Prosseguiu:

— Esta é a última experiência democrático-parlamentar que se pode fazer na política espanhola... Que sucederá, se a democracia parlamentar cair no malôgro? O sr. Largo Caballero, num dos seus recentes discursos, chegou a esta conclusão: « Se isso acontecer, só há um recurso: a ditadura do proletariado! » No entanto, eu quero afirmar, em nome do bloco nacional, que se tal sucedesse, não caminharíamos fatalmente para a ditadura do proletariado, porque a Espanha também poderá salvar-se com uma fórmula de Estado corporativo e autoritário (1).

*
* *
1

Quem era o homem que acabava de pronunciar êste profético discurso? José Calvo Sotelo, nascido em Tuy, província de Pontevedra, Galiza, em 6 de Maio de 1893. Estudou na Corunha, Saragoça e Madrid. Doutorou-se em direito civil e canónico, ingressou no ministério da

(1) Discurso de Calvo Sotelo, na sessão parlamentar de 15 de Abril de 1936.

Justiça em 1914 e exerceu a advocacia. Regeu a cadeira de ciências morais e políticas do Ateneu de Madrid e foi professor da Universidade. Filiado no partido conservador, dirigido por Maura, e dentro do qual viria a concretizar muitas ideias, particularmente de ordem administrativa, Calvo Sotelo foi eleito deputado, em 1919, pelo distrito de Carballino, província de Orense. Rodeou-o, sem demora, o prestígio e, em 1921, contando 28 anos, nomearam-no governador civil de Valência. Assim que Primo de Rivera assumiu o poder, o político galego deu-lhe imediato apoio, sendo nomeado director geral da Administração Pública. Em Dezembro de 1925, o ditador confiou-lhe a pasta das Finanças, que geriu durante cinco anos.

Como ministro, tornou-se notável. Não obstante, já anteriormente o seu valor soubera impor-se. Foi êle quem, como director geral da Administração Pública, elaborou o estatuto municipal e o estatuto regional. Baseou-se nos princípios de descentralização preconizados pela escola tradicionalista francesa, opunha-se com todo o entusiasmo do seu sentimento de espanhol aos vários separatismos, mas concebia um regionalismo nacional perfeitamente adaptável às condições da vida moderna. A sua obra financeira foi ainda mais considerável. Deve-se-lhe a reconstrução operada em todo êsse período, a consolidação da dívida, depuração do orçamento, criação de verbas extraordinárias para reformas militares e medidas tendentes a favorecer as exportações, que trouxeram, em troca, na verdade, aumento de encargos fiscais. No entanto, semelhante aumento favoreceu a situação do Estado e veio a concorrer, a-final, para a prosperidade pública. Em face da queda da peseta, Calvo Sótelo criou, em 1928, uma Comissão

Fiscalizadora de Câmbios, procedeu à conversão dos títulos da dívida pública e estabeleceu o monopólio petrolífero, que é considerado a sua maior realização. As concepções por êle postas em prática, no lançamento de impostos e na regularização do orçamento, afastaram-se cada vez mais das normas da economia liberal e aproximaram-se das preconizadas pela doutrina nacional-sindicalista que, alguns anos mais tarde, a « Falange » incluiria no número das bases das suas ideias. Foi sempre com grande agilidade e hábil prudência, que fez esforços para renovar a economia nacional e permitir as indispensáveis reformas sociais. O orçamento da instrução pública passou de 134 milhões de pesetas, em 1922, para 213 milhões, em 1929, facultando a criação de mais seis mil escolas. O da Saúde Pública e Protecção à Infância ascendeu, no mesmo período, de 2.370:000 pesetas a 4.700:000. O aumento das verbas destinadas a obras públicas foi de seiscentos milhões. No entanto, o « deficit », que antes de Calvo Sotelo assumir a gerência da pasta das Finanças alcançara a cifra de 1:101 milhões de pesetas, desaparecera. Substituíra-o um « superavit » de 232 milhões, quando êle saiu do ministério. Tais foram os resultados obtidos e dos quais podia ufanar-se ⁽¹⁾.

É que, a-par-da inteligência e das mais brilhantes qualidades, Calvo Sotelo era inspirado pelo seu profundo amor à Espanha e pela noção consciente das realidades sociais e nacionais. Desejava justiça para todos, a abolição dos privilégios de classe ; reconhecia a necessidade

⁽¹⁾ B. Bernardez Romero — *Calvo Sotelo — estudio critico de su obra.*

do sindicalismo, mas pretendia, igualmente, a ordem e a paz.

« Perante o vosso Estado inútil — declarou num dos últimos discursos, no Parlamento — desejo um Estado que faça justiça económica e possa dizer, com plena autoridade: Nada de greves, nada de « lock-out », nada de explorações usurárias, de fórmulas financeiras e de capitalismo abusivo ⁽¹⁾, de salários de fome, nem de criminosas destruições da produção. É preciso que a

(1) Calvo Sotelo, na sessão inaugural do curso de 1935-1936 da Academia Nacional de Jurisprudência e Legislação, em 30 de Novembro de 1935, definiu o seu pensamento sobre o problema do capitalismo, nos seguintes termos: « O sistema capitalista, desde que reúna à técnica o capital e o trabalho, para realização de finalidades humanas, não cai no malôgro, nem me parece que esteja próximo do fim. Fracassaram as suas realizações exageradas, as suas faltas freqüentes de ética e os seus processos anti-sociais. Necessita um freio, ponderação, espiritualismo e prudência. Não é incompatível com sistemas extra-capitalistas. Facilita a evolução incessante para fórmulas de mais equitativa redistribuição dos lucros, permite e até assegura a continuidade do progresso técnico conquistado pelo homem no último século ». E, mais adiante: « O capitalismo futuro trabalhará com horizontes mais limitados e menor liberdade, mas igualmente com menos concorrência ». A esclarecer: « No entanto, entenda-se que o novo capitalismo, ainda que seja mais orgânico, apoiar-se-á na iniciativa individual. Esta será sempre a sua base, a sua raiz. É possível, e talvez seja preciso — sê-lo-á, sem dúvida, em muitos casos — orientá-la, dirigi-la. O que não se poderá é suprimi-la. No dia em que tal suceda, morrerá o verdadeiro capitalismo, ainda que subsista na fórmula estatal. Mas um capitalismo de Estado não tem nenhuma das vantagens e agrava todos os inconvenientes que acompanham o capitalismo privado ».

José Calvo Sotelo — *El capitalismo contemporáneo y su evolución* — pág. 172-173 — Ed. *Cultura Española* — Valladolid — 1938 — (N. do T.).

produção nacional esteja colocada acima de tôdas as classes e de todos os interesses. Há muita gente que chama a isto um Estado fascista: Pois bem, se é um Estado fascista, eu pugno por êle, e porque nêle creio, declaro-me fascista ! »

Eram estas as ideas que principiara a servir com gallhardia, sob o regime ditatorial. Porém, antes que tombasse Primo de Rivera, Calvo Sotelo teve de abandonar a pasta das Finanças. Quando da proclamação da República, dirigiu-se a Paris, onde viveu até 1934, mantendo-se em contacto com a corrente nacional-revolucionária francesa e lendo Charles Maurras, Jacques Bainville e Pierre Gaxote. Fôra eleito deputado nas eleições de 1931, mas o Parlamento decidira, imediatamente, invalidar a sua eleição. Em Novembro de 1933, reelegeram-no e, favorecido por uma amnistia concedida pouco depois, regressou a Madrid. Ali, preparou um « Bloco Nacional » e estudou as directrizes das doutrinas corporativas e sindicalistas, orientado, simultâneamente, por um pensamento anti-conservador e anti-marxista, dentro da « Accion Española » que Ramiro de Maeztu fundara dois anos antes.

« Nenhuma forma especial de reconhecimento — escreveu um dos seus amigos ⁽¹⁾ — o ligava à Monarquia. Pessoalmente, era um pequeno burguês trabalhador, de costumes simples e familiares, muito « classe-média » e até « povo », ligado à sua terra galega tão vigorosa e típica... Mostrava-se o menos palaciano dos homens. Se êle encontrasse na República espanhola a mais pe-

(¹) J. F. de Lequerica, no *Je suis partout* (15 de Julho de 1938). O sr. Lequerica, actual embaixador espanhol em Paris, foi companheiro de Calvo Sotelo, na campanha eleitoral de Toledo.

quena possibilidade de servir, se por entre tanto lodo e tanto sangue houvesse suspeitado existir um instrumento utilizável, por certo tê-lo-ia tomado nas fortes mãos e, depois de purificá-lo, utilizá-lo-ia, sem escrúpulo, para bem da Espanha, à qual amava apaixonadamente. »

Em Fevereiro de 1936, de novo foi eleito e como o sr. Goicoechea, chefe do grupo parlamentar do partido monárquico da « Renovacion Española », vira invalidada a sua eleição, Calvo Sotelo tornou-se o chefe daquele grupo e, ao mesmo tempo, o deputado mais em evidência da oposição, por ser o mais irredutível. O discurso de 15 de Abril pôs em foco a sua coragem, a sua inteligência, e os singulares pressentimentos que êle nutria, em face das terríveis perspectivas do futuro. Contava, então, quarenta anos.

*

* * *

Nessa mesma noite de 15 de Abril de 1936, em sessão nocturna, um deputado socialista declarou, para responder a Calvo Sotelo:

— Os acontecimentos registados devem-se às provocações das direitas... Queremos, portanto, que as direitas sejam desarmadas e que se proceda com energia contra os provocadores. Reclamamos, também, a « republicanização » dos organismos incumbidos de manter a ordem, da justiça e do funcionalismo público. Queremos ver executado o programa da « Frente Popular ».

Depois, falou um comunista, recordando os governos das direitas, a revolta asturiana e a severidade com que foi reprimida, declarando a seguir:

— Ignoro como morrerá o sr. Gil Robles...

— **NA FÔRCA !** — proferiu alguém.

Levantou-se uma tempestade de protestos, e Calvo Sotelo exclamou:

— Eis um incitamento ao assassinio !

O tumulto avolumou-se, sem que fôsse possível serenar os ânimos. De-facto, foi esta a primeira advertência da extrema-esquerda a Calvo Sotelo e aos nacionalistas.

Em 16 de Junho, Calvo Sotelo e Gil Robles atacaram, de novo, o govêrno, no Parlamento. Enumeraram as igrejas incendiadas, os assaltos à mão-armada, os assassinios e as greves. Em plena Câmara, o presidente do Conselho, Casares Quiroga e o ministro do Interior, declararam, então, que « **a violência contra o chefe do partido monárquico não seria um delito** » e que o primeiro seria tornado **pessoalmente responsável** « pela emoção que o seu discurso causasse ». O chefe da « Renovacion Española » retorquiu:

— Tenho as costas largas, sr. Casares Quiroga. O senhor é um homem desembaraçado, quanto a gestos de desafio e palavras ameaçadoras. Escutei, durante a minha vida, três ou quatro discursos seus... Três ou quatro discursos pronunciados nessa bancada governamental, de onde fala agora. Todos foram violentos. Tomo nota da ameaça. O senhor torna-me responsável, não só pelos meus actos, como por não sei que acontecimentos eventuais. Tenho as costas largas ! Aceito com alegria as responsabilidades de tôdas as minhas acções e não tento alijar nenhuma delas. Aceito, também, responder por gestos de estranhos, sempre que êles concorram para o bem da Pátria, para a glória da Espanha. Já não me faltava mais do que isto ! Dir-lhe-ei o que San Domingos de Silos respondeu a um rei de Castela: « Senhor, podereis tirar-me a vida, mas nada

mais podeis tirar-me!» E acrescentou: «É preferível morrer com honra a viver na indignidade!»

No dia 11 de Julho, Calvo Sotelo formulou novo libelo, e Dolores Ibarruri, a célebre deputada comunista asturiana conhecida por «La Passionaria», interrompeu-o:

— **Este homem falou pela última vez!**

De outra bancada, alguém arremessou a frase brutal:

— **Calvo Sotelo morrerá com os sapatos nos pés!** ⁽¹⁾.

Não tardou que se realizasse esta profecia. Na madrugada de 13, Madrid sentia-se vivamente emocionada pela série de crimes perpetrados na capital e em todo o resto da Espanha. Avultava, particularmente, o assassinio de um oficial da Guarda Civil, o tenente Castillo. A «Frente Popular» afirmava que os matadores eram «fascistas», e que o subalterno da «Benemérita» seria vingado. Então, circulou a notícia de que Sotelo desaparecera. Dizia-se, com insistência, estar sequestrado. A família requêrera um inquérito e apresentara indicações alarmantes. O presidente da Câmara dos Deputados, Martínez Barrio, declarava não poder fornecer qualquer notícia oficial. A opinião pública alarmou-se. Andaram à procura do chefe monárquico, pelas esquadras. Ao meio-dia, certo empregado do depósito de cadáveres do Cemitério de Leste, ouvindo falar da singular desapareição, examinou um corpo que estava nas mesas de pedra do necrotério e cuja entrada não figurava no livro de registo. A morte fôra devida a uma

(1) *Zapatos puestos.*

bala que, penetrando pela nuca, saíra pela órbita esquerda. Era Calvo Sotelo.

O acesso à casa mortuária foi, sem demora, interdito. Interrogaram os funcionários e apurou-se que, ao alvorecer, uns indivíduos haviam levado o cadáver, declarando tê-lo encontrado nas cercanias do cemitério. Eram conduzidos num camião descoberto dos Serviços de Segurança, veículo destinado ao transporte dos « guardas de assalto », corporação geralmente favorável às correntes marxistas. A sinistra viatura tinha o número 17, e, pouco depois, foi descoberto. Estava lavado de fresco, mas ainda tinha manchas de sangue.

Em Madrid e em todo o país houve considerável emoção. O assassinio de Calvo Sotelo constituia um daqueles acontecimentos dos quais se apreende com rapidez a expressão simbólica, e que, para além do significado pessoal ou partidário, têm sangrentas consequências — os massacres, as guerras, as revoluções. O governo assim o entendeu e proibiu comentários e publicação de pormenores nos jornais da tarde. Não obstante, já noite fechada anulou as ordens, sob condição de os artigos e o noticiário serem previamente submetidos a censura. O jornal *Ya* publicou um suplemento que o público arrancava sôfregamente das mãos dos vendedores. Foi a primeira e a mais completa informação a respeito da morte do chefe nacionalista.

Entretanto, formulavam-se as hipóteses mais diferentes. Corriam boatos. Os Serviços de Segurança e o governo procuravam impor uma versão oficial. Saber a verdade tornou-se difícil. A dar crédito ao que, em certo dia, disse o general Franco, num dos seus reveladores discursos, o deputado oposicionista estava condenado à morte. Uma ordem dimanada de Genebra

chegara a Madrid, por intermédio de Augusto Barcia, ministro dos Negócios Estrangeiros ⁽¹⁾. Por singular que possa parecer esta condenação pela franco-maçonaria, não se retém um movimento de espanto, perante o que revela, no livro « El crimen de Europa », o escritor Benavides, « grau 33 » da seita: « O único homem das direitas capaz de reunir sob as suas ordens as forças fascistas chamava-se Calvo Sotelo... A morte de Calvo Sotelo mutilava a sublevação... A revolta ficava desprovida de chefe. **Com a morte de Calvo Sotelo, a República ganhava a sua primeira batalha** » ⁽²⁾.

O director dos Serviços de Segurança, Alonso Mallol, tornava pública uma versão verosímil do crime: a da vingança. Para tanto, evocava o assassinio do tenente Castillo. Alguns dias antes, na « calle » Torrijos, reuniram-se num « café » vários « fascistas » bem conhecidos pelas suas tendências políticas. De súbito, chegou um grupo de desconhecidos, num camião, e fez fogo sobre os falangistas, que tomavam refrescos na esplanada. Morreram dois ou três dos alvejados. Se podemos acreditar na versão de Mallol, os « fascistas » pensaram que os assaltantes eram guardas de assalto disfarçados sob trajos civis, comandados pelo capitão Condès e pelos tenentes Moreno e Castillo. Ainda que nenhuma prova tivessem de assim ser, decidiram vingar-se e abateram a tiro o último daqueles oficiais. Os outros dois, que escaparam por acaso, resolveram vin-

(¹) Entrevista concedida por Franco ao *Diário de Notícias*, de Lisboa, em 31 de Dezembro de 1936.

(²) M. D. Benavides — *Crimen de Europa*, cit. in *Publicitat*, de Barcelona — 1/xii/37.

gar o seu camarada. A morte de Sotelo seria, pois, a consequência de uma série de vinganças.

A esta tese, no seu conjunto aceitável, tornava-se possível objectar que os « fascistas » da « calle » Torrijos faziam parte da « Falange », à qual Calvo Sotelo nunca aderiu, e que o tenente Castillo, mesmo simpatizando com as ideias da extrema-esquerda, nunca revelou nutrir tendência especial para a « acção directa ». A verdade podia, pois, ser muito diferente. Disse-se que o capitão Condès e os tenentes Moreno e Castillo eram os homens de confiança de Casares Quiroga, chefe do governo e membro da franco-maçonaria. Teriam sido ordenados três assassinios: os de Gil Robles, Calvo Sotelo e Goicoechea. O capitão Condès, que fôra irradiado da Guarda de Assalto, após os acontecimentos de 1934, só lograra reingressar naquela corporação devido ao favoritismo do director geral da Segurança Pública. Castillo declarara aos seus companheiros não desejar tomar parte nos crimes. Chamaram-lhe cobarde e traidor, e eliminaram-no, fazendo-o desaparecer. O crime atribuído aos « fascistas » viera, portanto, facilitar as coisas... e permitir que se atribuisse a vingança legítima a operação política imaginada por Casares Quiroga e seus inspiradores. Mas Gil Robles encontrava-se em Biarritz, Goicoechea ausentara-se e dos condenados apenas Calvo Sotelo estava em Madrid ⁽¹⁾.

Nos meses antecedentes, rara fôra a noite em que Calvo Sotelo dormira na sua residência, como precaução. A família, prudentemente, saíra da capital. Só no

⁽¹⁾ Benjamin Bentura — *Por quien fue asesinado Calvo Sotelo.*

comêço de Julho principiara a estabelecer a vida normal. Porém, o chefe nacionalista estava prevenido, desde havia dias, que se preparava um atentado contra êle. Avisava disso o ministro do Interior, e êste ordenou que fôsem retirados os guardas encarregados de protegê-lo, substituindo-os por dois indivíduos de tal aparência que um amigo do estadista galego declarou: — A proximidade de tais homens causar-me-ia mais receio do que tranqüilidade ⁽¹⁾.

De resto, os dois singulares guardas ausentaram-se do seu pôsto, como por casualidade, na noite de 12 para 13 de Julho, e tôda a gente se persuadiu de que a ordem para matar Calvo Sotelo partira do próprio Casares Quiroga.

Eram três horas da madrugada, quando um camião transportando cêrca de vinte guardas de assalto, todos trajando civilmente, parou diante do n.º 89 da « calle » de Valasquez, residência de Calvo Sotelo. Pouco após, chegava um automóvel ligeiro ⁽²⁾, com elementos da mesma corporação. Os porteiros não quiseram permitir-lhes a entrada, até que um dêles, o capitão Condès, pretextando o cumprimento de uma ordem de busca, exibiu certo cartão da Guarda Civil. Alguns dos homens subiram ao segundo andar e bateram à porta da moradia do político monárquico, ao passo que os outros cercavam o edifício. A criadita que acolheu os singulares visitantes logo tratou de prevenir o patrão. Mas os guardas não esperaram para invadir brutalmente tôdas

⁽¹⁾ André Nicolas, in *Frontières* — Julho de 1937.

⁽²⁾ O conde Argentale, que morava em frente da casa de Calvo Sotelo, declarou ter visto o camião acompanhado por vários automóveis — (N. do T.).

as dependências, como se, de-facto, quisessem proceder a uma busca. Sobressaltado enquanto dormia, Calvo Sotelo saiu do leito em pijama e dirigiu-se ao chefe do grupo pedindo-lhe que mostrasse o seu documento de identidade. O capitão acedeu, dizendo ao mesmo tempo, haver recebido ordem para levá-lo dali, sob prisão. Desconfiado dos guardas de assalto, o chefe nacionalista declarou que só os acompanharia por confiar na honra do oficial da « Benemérita » (1). Vestiu-se diante deles e dispôs-se a sair.

— Quando terei notícias tuas ? — perguntou-lhe a espôsa.

— Dentro de cinco minutos, telefonar-te-ei da « Comissaria ».

Não se contendo, acrescentou:

— Se é que estes senhores não me levam daqui para me meterem quatro balas na pele (2).

Anteriormente, tentara telefonar e verificara com espanto, que os fios estavam cortados. Ao descer a escada, preveniu um dos porteiros:

(1) A família contou que o chefe monárquico não queria cumprir a pretensa ordem de prisão, « alegando a sua qualidade de deputado, no gozo das imunidades parlamentares ». De resto, Calvo Sotelo sabia que algo estava preparado contra êle. Quando sua família chegou a Lisboa, aterrada por cartas de ameaça recebidas após o crime, nas quais se dizia que « seria exterminada a raça », o irmão do assassinado, dr. Luiz Calvo Sotelo, referiu pressentir, desde havia muito, estar qualquer coisa de grave planeado. Avisara seu irmão e o mesmo fizeram vários amigos. Mas êle a nada quiz atender. Aconselharam-no a que pernoitasse em residências diferentes, sugestão que êle não aceitou. V. *O Século* — 18-vii-36. — (N. do T.).

(2) Aurelio Joaniquet, in *Domingo* — 22-1-39.

— Prenderam-me. Não consegui telefonar. Peça aos meus irmãos que nada digam a meu pai.

Mas sua mulher descobrira, também, prontamente, o corte dos fios. Aflita, desceu a falar com os guardas de assalto que rondavam na rua. Um deles prestou-se a telefonar à « Comisaria », pedindo esclarecimentos sobre a prisão do « leader » das direitas.

Pouco depois, a esposa de Calvo Sotelo prevenia os cunhados e os sogros, que afluíram, sem demora, à « calle » Velasquez. Desde que o deputado subira para o camião, ninguém soubera dêle. Consultados, os serviços de segurança declaravam não haver ordenado a captura, nem dado instruções para qualquer busca na residência ⁽¹⁾.

Haviam persuadido Calvo Sotelo de que iam conduzi-lo à « Comisaria », mas o prêso apercebeu-se, dentro em breve, de que o veículo, depois de passar a « calle » de Alcalá, seguia num sentido diferente. Perguntou ao capitão Condès a que sítio queria levá-lo. Vendo que não lhe davam resposta concreta, pretendeu apelar-se. Dominaram-no. Lançaram-se sobre êle, a murro e pontapé, enquanto ordenavam ao motorista que acelerasse a marcha. Calvo Sotelo defendia-se vigorosamente. No seu cadáver, foram encontrados evidentes sinais da luta. Por fim, obrigaram-no a pôr-se de pé e abateram-no, com um tiro na nuca ⁽²⁾. Ao guarda do

⁽¹⁾ Suplemento do *Ya* — 13-vii-36.

⁽²⁾ Um dos redactores de *Ya* que conseguiu ver o cadáver de Calvo Sotelo disse que o rosto fôra completamente desfigurado por dois ferimentos causados por balas. O vereador de Madrid, Muño, confirmou as palavras do jornalista, e o comissário especial Aparicio também declarou que « a cabeça estava meia desfeita por

cemitério de Leste, os assassinos disseram tratar-se do corpo de um guarda-nocturno encontrado na rua.

Pouco a pouco, os pormenores da tragédia foram surgindo. Os serviços de segurança pensaram, a princípio, em espalhar que o político tombara sob as balas dos falangistas, mas viram-se obrigados a renunciar a isso, pelo difícil que se tornava fazê-lo acreditar. Alonso Mallol contentou-se, então, com a história da vingança pessoal. Mas a opinião pública exigia sanções. Já estava descoberto o camião n.º 17. Os porteiros e os empregados da casa mortuária falaram. Eram conhecidos os nomes dos homicidas, e o caso apresentava para eles um aspecto muito pior de quanto poderiam haver imaginado.

O governo sentiu-se forçado a mandar prender quinze guardas de assalto, o tenente Moreno e outro oficial, o tenente Garrido, conhecido pelas suas ideias marxistas. No entanto, nomeou dois magistrados ⁽¹⁾ para procederem a um inquérito englobando as mortes de Calvo Sotelo e do tenente Castillo ⁽²⁾. O dr. Albi-

balas que entraram pela maçã do rosto », e que o corpo apresentava « um ferimento no coração ». O correspondente de uma agência revelava, no dia 16: « Sabe-se, agora, que o cadáver de Calvo Sotelo *tinha o rosto despedaçado a golpes de sabre ou machete*. A perna esquerda das calças estava levantada, deixando a descoberto *a carne rasgada por golpes do mesmo instrumento* ». Os peritos que analisaram o camião afirmaram que Calvo Sotelo, depois de ferido dentro do veículo, foi massacrado fora dêle. As manchas de sangue descobertas no leito da viatura pertenciam a um indivíduo vivo, ao passo que as encontradas no resguardo exterior eram de sangue de um morto. — (N. do T.).

⁽¹⁾ Os drs. Sanchez Fernandez Orvieto e Portal.

⁽²⁾ O tenente Castillo era acusado, nos meios das direitas, de haver morto a tiro um primo de Calvo Sotelo. — (N. do T.).

ñana declarou que o assassinio fôra premeditado e impôsto à Frente Popular « pela Internacional Comunista ». Indicava como prova evidente a substituição dos guardas encarregados de proteger o « leader » nacionalista.

— O plano de eliminação empregado contra nós — concluiu — é baseado na tática preconizada por Dimitrov » ⁽¹⁾.

Na manhã de 14, no cemitério de Leste, foi sepultado o tenente Castillo, perante o director geral da Segurança Pública, o sub-secretário de Estado do Interior, o « alcalde » de Madrid e numerosas delegações de guardas civis e de assalto, e comissões de elementos marxistas. Sôbre o féretro, alguém desdobrara uma bandeira vermelha. Passadas algumas horas, ao mesmo cemitério, no meio de extraordinária exaltação dos acompanhantes, chegava o funeral do primeiro mártir da revolução nacionalista. Desde a véspera que o govêrno autorizara o povo a desfilar em frente do cadáver de Calvo Sotelo, no necrotério. Ao corpo fôra envergado um hábito de franciscano. Tinha as mãos postas sôbre um crucifixo, à volta do qual havia fitas com as côres monárquicas. O govêrno, que proibira tôdas as manifestações, opusera-se a que levassem o cadáver para a casa da « calle » Velasquez ⁽²⁾.

Compareceram todos os chefes e deputados dos grupos políticos nacionalistas: Gil Robles, recém-chegado

⁽¹⁾ *Temps* — 15-vii-39.

⁽²⁾ O próprio Martinez Barrio, presidente das Côrtes, pediu que o corpo fôsse exposto na Academia de Jurisprudência, mas o govêrno não autorizou, alegando que « podia ser perigoso ». — (N. do T.).

de Biarritz, representando a Confederação das Direitas Autônomas; o conde Vallengano, antigo «alcalde» de Madrid; Verdosa, chefe da Liga Regionalista Catalã; o marquês Elisada, deputado carlista. Da casa mortuária ao cemitério, havia duas filas de rapazes nacionalistas. Como se sabe, Calvo Sotelo deixou viúva e quatro filhos, um dos quais contando 17 anos.

Goicoechea, em nome da «Renovacion Española», pronunciou um curto discurso:

— «Espanhóis de todas as classes sociais, filhos da Espanha, agradeço-vos a homenagem que prestais a este mártir do ideal e da Pátria.»

Depois, voltado para o ataúde:

— «Não prometo orar por ti, mas peço que rogues por nós. Perante Deus que nos escuta, juro imitar o teu exemplo e vingar a tua morte. A nossa missão consiste em salvar a Espanha. Nós a salvaremos!»

Soaram gritos de «Viva a Espanha». À saída do cemitério, deu-se um tumulto sangrento. A polícia e os guardas de assalto carregaram sobre os rapazes falangistas que tentavam organizar um cortejo. Houve dois mortos e numerosos feridos. O governo publicou um apêlo para que os espíritos recobrassem a calma e decidiu suspender, por oito dias, as sessões das Côrtes.

Foi ordenado o encerramento dos centros da Confederação Nacional do Trabalho, da «Renovacion Española», sindicalistas e anarquistas. O grupo parlamentar comunista esboçou a intenção de pedir que se dissolvessem os partidos das direitas e eliminassem todos os seus órgãos na Imprensa. Até aí, fôra suspensa *La Epoca*, jornal monárquico, por não respeitar as instruções da censura, relativamente ao noticiário do assassinio. Para estabelecer o equilíbrio, aplicaram-se

multas ao órgão das esquerdas republicanas, *Política*, e ao dos socialistas extremistas, *Claridad*.

Todavia, a emoção do país era irreprimível e manifestava-se em desordens e tumultos. A seguir às exéquias celebradas em San Sebastian, por intenção de Calvo Sotelo, houve um morto e dois feridos; dois mortos, em Sevilha; um morto e três feridos, no bairro de Cuatro Camiños, em Madrid. Os automobilistas eram obrigados a parar nas estradas. Os operários declaravam-se em greve. Na sessão da Deputação Permanente das Côrtes, em 15 de Julho, o conde Vallengano, chefe do grupo parlamentar da « Renovacion Espanhola », recordou que « o próprio presidente do Conselho ameaçara Calvo Sotelo, tornando-o responsável, *a priori* e sem inquérito, pelos acontecimentos que era de prever se iam dar em Espanha ».

— Desde 16 de Fevereiro — disse — vivemos em plena anarquia, sob o reinado de uma monstruosa subversão da moral, que põe a autoridade e a justiça ao serviço da violência e do crime ⁽¹⁾.

O presidente da Câmara, Martinez Barrio, declarou que tais palavras não podiam ser publicadas. Gil Robles acusou-o de violar a Constituição, pôs directa-

(1) Esta frase faz parte de uma nota redigida pela *Renovacion*, em que os deputados do Bloco Nacional — monárquicos e tradicionalistas — comunicavam abandonar o Parlamento. O presidente da Deputação, Martinez Barrio, não autorizou a publicação do documento, « devido à forma como foi redigido ». No entanto, no dia anterior, elle próprio confessara veladamente não atribuir a iniciativa particular a morte de C. Sotelo, pois disse aos jornalistas: « *Se organismos oficiais assim podem agir, difficil será impedir aos particulares os excessos arruaceiros* ». Vide *Século* — Lisboa — 14-vii-36. — (N. do T.).

mente em causa o presidente do Conselho, negou-se a aceitar o prolongamento do estado de alarme e concluiu:

— **O sangue de Calvo Sotelo afogará o govêrno!** ⁽¹⁾.

Augusto Barcia, ministro dos Negócios Estrangeiros, repeliu, nessa altura, tôdas as acusações formuladas pelo conde Vallellano e por Gil Robles, assegurando que tôdas as providências estavam tomadas para punir os culpados. Depois disto, a Deputação Permanente das Côrtes aprovou a prorrogação do estado de alarme por um mês.

Mas, em 18 de Julho, a revolução nacionalista eclodiu.

⁽¹⁾ Segundo outra versão, Gil Robles teria dito notar satisfação, nas camadas governamentais, pela morte de C. Sotelo, e acrescentara: « Mas essa satisfação não durará muito ». De concreto, há esta frase do chefe da C. E. D. A.: — « O govêrno, não castigando, acto contínuo, severa e exemplarmente, os assassinos, manchou-se de sangue e de lama ». V. *A tragédia do povo espanhol* — in *Século* — Lisboa — 16-vii-36. — (N. do T.).

II

A situação da Espanha em Julho de 1936

Que características apresentava a vida dêste país que, no verão de 1936, encontrava, assim, o primeiro herói de uma nova revolução? Era a terra clássica dos «pronunciamientos», febril, sonhando ainda, agitada-mente, no seu prestígio do «século de Ouro», e nas colónias perdidas há quarenta anos; terra convulsio-nada por tôdas as disputas do mundo moderno, prepa-rada para a desordem, para os separatismos, para as convulsões e, por vezes, mergulhada numa espécie de letargo, como se estivesse à margem da Europa, tão distante dela como se se encontrasse na época dos cali-fas. Era preciso amá-la — saúdar nela o solo mais rico que jamais existiu, a história mais milagrosa (a do país que deu um Novo Mundo à civilização), os artistas que de mais perto tocam a nossa sensibilidade, os mais ardentes místicos da aventura, a própria terra dos con-quistadores de almas e do planeta — para nos conven-cermos de que, como Chateaubriand dizia, há cem anos, «renascerá mais íntegra de tal sono».

Tôdas as aparências, desde havia muito tempo, es-tavam contra ela.

Um domínio clerical e proletário

Na realidade, o mal-estar da Espanha nascia da co-existência de uma estrutura social antiga e de elementos novos que vinham de adquirir noção da sua força. O país constituía um domínio cristão do séc. xvi, e durante vinte anos desenvolvera-se desconhecida vegetação nessa árvore centenária — um proletariado do séc. xx, talvez o mais activo, o mais dinâmico de todos, que surgia a exigir o seu lugar. A Espanha de Carlos V observava assombrada os cortejos revolucionários de Barcelona; os mineiros das Astúrias reclamavam que o clero e os poderosos lhes explicassem as razões da sua supremacia. A Espanha estava atrasada três revoluções, em relação à Europa: tinha de viver a sua noite de 4 de Agosto, a sua revolução de 48 e as suas jornadas de Outubro. E o destino impôs-lhe que vivesse todas ao mesmo tempo ⁽¹⁾.

Da antiga Espanha, apareciam como sobreviventes os grandes proprietários, os camponeses e o clero. A distribuição da terra, neste país, recorda a da França, no séc. xviii, ou a da Rússia, no séc. xix. Uma aristocracia de grandes senhores da terra possuía, desde 1918, mais de sessenta por cento da superfície do ter-

(1) Ortega y Gasset apontou tal situação, explicando: « A raça espanhola recusou-se a realizar nela própria aquela série de transformações sociais, morais e intelectuais a que chamamos Idade Moderna ». E mais adiante: « ...a história moderna da Espanha reduz-se, provavelmente, à história da sua resistência à cultura moderna ». José Ortega y Gasset — *Notas* — Buenos Aires — Outubro — 1938. — (N. do T.).

ritório, enquanto oitenta por cento de proprietários espanhóis possuíam terrenos de extensão inferior a 10 hectares e, na maioria dos casos — para cerca de seis milhões de camponeses — só tinham pequenos retalhos de terra inferiores a um hectare ⁽¹⁾. Assim, em contraste com um reduzido núcleo de grandes proprietários, havia um numeroso proletariado da terra, compreendendo os possuidores de pequenas parcelas e ainda os rendeiros, cuja situação era precária. O grande proprietário, na maioria dos casos, nem sequer vivia na Província. O camponês, montando o seu burrico, ia vender a colheita ao centro próximo, no qual, por vezes, os sindicatos locais exerciam pressão nos preços e agravavam as condições de venda. Vivia-se, enfim, como nos séculos XIV ou XV: mas um camponês espanhol de 1910 podia dizer que, no fim de contas, os homens da terra, no seu país, nunca tinham conhecido outra sorte ⁽²⁾.

A Monarquia e a ditadura de Primo de Rivera desenvolveram esforços para solucionar esta situação anacrónica. Uma lei de 1907 pusera « em circulação » alguns milhares de hectares ; um decreto de 1926 organizara a divisão de grandes propriedades em lotes com

(1) Estes factos eram aproveitados hábilmente pela propaganda esquerdista. Prieto, em Cuenca, referia, assim, a situação no concelho de Paredes, zona daquela província : « Todas as terras do concelho, inclusivé as sagradas do cemitério, todas as casas, os campos, as árvores, matas, searas, tudo, até a terra das sepulturas, são de um só homem. E ante esta visão medieva minh'alma estremeceu ». Ind. Prieto — *Siento a España...* — (N. do T.).

(2) O problema rural sugeriu a Ortega y Gasset páginas de flagrante observação recomendáveis a quantos queiram estudá-lo. O filósofo, depois de frisar que os espanhóis « violentando os modos íntimos » do seu pensamento e da sua economia, criaram

pagamentos a prestações. Tratava-se de soluções incompletas, mas que poderiam, com o tempo, dar resultados. A ditadura também fizera bastante para melhorar os processos de lavoura e da vida dos camponeses — importantes trabalhos de irrigação levados a cabo sob a direcção do conde de Guadalhosa, construção de muitas estradas e obras de arte (quási tôdas as construções modernas que se encontram em Espanha datam da época do Directório), electrificação dos campos, etc. Emfim, para os centros rurais foram criadas condições de vida nova, e é admissível que a modernização dos sistemas e a divisão progressiva das grandes propriedades conduzissem, no fim de certo tempo, a uma aceitável solução do problema agrário.

Esta sociedade quási feudal encontrava-se dominada por uma influência que se mantinha tôda poderosa: a do clero. A Igreja possuía, em Espanha, bens consideráveis; as comunidades religiosas eram muitas e ricas. A acção dos sacerdotes nas paróquias, especialmente em províncias como Aragão, Navarra e Galiza, assumia extraordinária importância. Quanto aos bispos e às ordens religiosas, de há muito que desempenhavam um papel na política. Emfim, a Igreja até possuía o

« algumas ficções de urbes oitocentistas, como ilhas de modernismo rodeadas de deserto por todos os lados », nota que « ao espirito dessas cidades, que constituem a excepção, foi entregue o governo moral e material da Espanha », e logo observa: « Para êsse pouco (*as cidades*) foram preparados todos os instrumentos da socialização: códigos, Parlamento, Imprensa, escolas... E para a imensidade espanhola, para o campo, para os homens do campo, para os pensamentos e os nervos do campo, nada! Semelhante desequilíbrio será fatal ». José Ortega y Gasset — *Notas* — pág. 51. — (*N. do T.*).

monopólio do ensino. Tôda a burguesia e, em particular, todos os oficiais, saíam de colégios católicos.

Nas cidades, a propaganda maçónica opunha-se à influência religiosa. Desde o fim do séc. XIX, os franco-mações obtiveram grande número de adeptos, entre a burguesia espanhola. Tinham desenvolvido, com particular intensidade, as iniciações no Exército. Recorde-mos que foi um *complot* militar e franco-mação que provocou a queda de Primo de Rivera. A demissão do ditador e o desmoronamento da Monarquia foram duas vitórias políticas que sobremaneira facilitaram a acção da Maçonaria em Espanha. Desde que os maçons alcançaram o poder, as suas primeiras medidas tenderam a eliminar as forças clericais. Chegou então o momento de certos observadores ficarem surpreendidos, porque o clero não se mostrou insensível às ideias liberais do séc. XIX. Os democráticos-cristãos ganharam terreno, e o Papa Pio XI, então em pleno sonho wilsoniano, animava-os. O Pontífice não simpatizava com Afonso XIII, e poderia dizer-se que a República foi feita pelo Vaticano. A verdade é que não se opôs, e os párocos das aldeias incitaram a massa eleitoral a votar pelo novo regime. O clero imaginava domar por esta forma os seus piores inimigos e, sob o pretexto de não ser indiferente ao « progresso », abandonava as realidades por uma vaga política de cooperação.

Em contraste, o Exército espanhol era um organismo social cuja fisionomia pertencia tipicamente ao séc. XIX. Constituía, essencial e simultâneamente, um Exército de país neutro e um Exército político. Em principio, tratava-se de um Exército nacional organizado pelo modelo adoptado em todos os Exércitos europeus, após 1870.

Fôra instituído o serviço militar obrigatório por um ano. Na realidade, metade dos contingentes só prestavam serviço durante quatro semanas. Praticamente, não eram chamados às fileiras. A outra metade, mediante o pagamento de uma taxa e devido a circunstâncias especiais, deixava os quartéis ao cabo de seis ou oito meses. As tropas mais sólidas e treinadas serviam em Marrocos, ao lado da Legião Estrangeira, esta quâsi unicamente constituída por espanhóis e fôrças indígenas. O Exército metropolitano mostrava-se uma espécie de milícia formada, na sua maior parte, pela juventude operária e camponesa, enquadrada por grande número de graduados e oficiais de carreira. O general Duval attribuiu as seguintes cifras ao Exército espanhol, em relação aos efectivos de 1936: 10:698 oficiais, 7:981 graduados, 8:725 soldados indígenas de serviço em Marrocos; 25:000 soldados voluntários ou readmitidos servindo, igualmente, em Marrocos; 40:000 soldados distribuídos pela metrópole, Canárias e Baleares (1).

Seguindo uma directriz tradicional, os oficiais espanhóis ocupavam-se muito da política. Sabe-se que, desde o comêço do séc. XIX, o Exército interveio várias vezes nas questões do reino, organizando « pronunciamientos ». Foi um movimento de tal género que, em 1923, levou Primo de Rivera ao poder; foram, igualmente, a hostilidade e as intrigas dos meios militares que causaram, em parte, a sua queda. Um ano mais tarde, num período de crise, a attitude do general Sanjurjo, comandante da Guarda Civil, determinou a abdicação do rei.

(1) General Duval — *Les leçons de la guerre d'Espagne*.

Por outro lado, a carreira dos oficiais era amiudadas vezes rápida e agitada. Entravam na Escola dos Cadetes, dos 15 para os 18 anos. Alguns dêles, graças ao nível das famílias a que pertenciam, às qualidades pessoais ou aos serviços prestados, chegavam rapidamente a postos superiores. O general Primo de Rivera, descendente de uma família de militares, fôra, desde muito novo, investido em comandos importantes. O general Franco entrou na Escola referida aos 15 anos, aos 23 era major, aos 32 general e foi chefe do Estado-Maior Geral, antes do seu envio para as Canárias. Os oficiais cuja carreira tinha semelhantes características não eram todos monárquicos ou conservadores. Pelo contrário, quâsi todos os que desempenharam papéis na guerra civil tornaram-se conhecidos pelas suas convicções republicanas. Sanjurjo, que devia dirigir o movimento, provocara o advento da República. Cabanellas, que presidiu ao primeiro governo provisório, e Lopez Ochôa, que reprimiu a rebelião asturiana, eram generais republicanos ⁽¹⁾. Queipo de Llano fôra chefe da casa militar do presidente Alcalá Zamora, e sua filha estava casada com um filho do chefe de Estado. Franco, em princípios de 1936, hesitou em dar o seu apoio ao

(1) Lopez Ochôa pertencia à Franco-Maçonaria e fêz parte de uma comissão de mações que, em 22 de Setembro de 1932, saíu de Maciá (do qual era amigo íntimo), e lhe fêz entrega de uma mensagem da « Gran Logia Regional del Noroeste de España, del Gran Oriente Español ». Nesse documento, o governo da « Generalidad » catalã era felicitado pela concessão do estatuto de autonomia à Catalunha. Lopez Ochôa foi, também, um dos principais elementos que redigiram a reforma da constituição da Maçonaria Espanhola, em 1925. V. Juan Tusquets — *Masonería y separatismo* — Ed. Antisectarias — Burgos — 1937. (N. do T.).

chefe monárquico Calvo Sotelo ⁽¹⁾. Enfim, Mola, o próprio Mola ⁽²⁾, parecia oferecer bastante garantia para que, em 19 de Julho de 1936, isto é, três dias depois da notícia da sublevação em Marrocos, o ministro Martinez Barrio lhe oferecesse a pasta da Guerra. Este Exército político não era, portanto, hostil ao regime, por partidarismo. Havia colaborado na acção contra a real-
leza, sem dúvida esperando que saíria dessa emergência fortalecido. Mas a semelhante esperança correspon-
dera uma desilusão, e a fidelidade dos generais à República poderia, de certo modo, parecer algo proble-
mática. Em suma, como os generais não eram adversá-
rios declarados do regime, necessário foi que o próprio regime evoluçionasse para que se explicasse uma alte-
ração na atitude que mantinham, e à qual não estavam
constrangidos pelas suas preferências, nem pelos seus
antecedentes.

A aristocracia, o clero e o Exército parecia deve-
rem formar, em Espanha, um bloco caracterizadamente
reaccionário. Concebe-se que os marxistas tenham fácil-

(1) Nas eleições de 1936, José António Primo de Rivera e Franco foram indicados como candidatos por Cuenca. O general declarou, porém, nos jornais, antes da votação, que a candidatura fôra apresentada contra sua vontade e até sem sua autorização. — Indalécio Prieto — *Siento a España...* — (N. do T.).

(2) De Mola não é possível dizer que fôsse monárquico ou republicano. Era — segundo opinião de Iribarren — « um militar e um espanhol. Nada mais e nada menos que isto ». O biógrafo do general acrescenta: « Os republicanos julgavam-no monárquico, por-
que êle se opunha às suas conjuras; os monárquicos classifica-
vam-no de « homem de ideias avançadas »; os optimistas em excesso
chamavam-lhe « derrotista »; para os cautelosos, os políticos, « era
sincero em demasia ». — Vide Mola, pág. 17. — (N. do T.).

mente apontado os seus adversários como elementos de uma casta decidida a manter os privilégios com o apoio dos aliados constantes da reacção — a Igreja e o Estado Maior. Esta fórmula dos revolucionários marxistas era tanto mais fácil de impor-se, quanto é certo que determinadas esferas manifestavam ainda uma flagrante incompreensão das novas realidades sociais. Os aristocratas e a alta burguesia ainda não se tinham compenetrado de que as reformas eram necessárias. Nas províncias, um clero ignorante ou bispos despóticos não souberam abrir, dentro da Igreja, êsses caminhos generosos e difíceis que renovam a fé. No Exército, também as ambições haviam atingido um nível superior ao do desejo de prestar serviços ao país. Tudo isto era certo. Existia uma Espanha antiquada, que nada desejava ver e nada queria aprender. Foi necessário que viesse o martírio, para que ela reencontrasse as suas virtudes.

No entanto, é preciso notar, desde já, que a ditadura de Primo de Rivera dera à Espanha um aspecto novo. Não só os numerosos trabalhos públicos transformaram a aparência do país, como passou sobre êste um espírito de justiça e generosidade. Primo de Rivera teve uma política social. Queria organizar um Estado Corporativo, no qual patrões e operários poderiam colaborar útilmente, protegidos por um contrato colectivo de trabalho para cada corporação. Os « Comitês paritários » ⁽¹⁾ foram agrupados em Conselhos Nacionais e formaram uma autêntica federação das actividades.

(1) Organizados com a finalidade de solucionar os litígios entre patrões e operários. — (N. do T.).

A ditadura chegou a fazer funcionar, desta maneira, quinhentos « comités », englobando 640:000 trabalhadores e 100:000 patrões ⁽¹⁾. Os referidos organismos lançaram as bases de uma legislação operária que ficou incompleta, mas cuja evolução prometia condições equitativas de trabalho.

A acção social da ditadura foi desenvolvida, em colaboração, pelos dirigentes militares e pelo partido socialista. Este último, orientado por Largo Caballero, não recusara auxiliar os esforços construtivos do ditador. Quando da segunda fase do regime de Primo de Rivera, Largo Caballero chegou a entrar no governo como conselheiro de Estado do Trabalho. Esta política social foi, no entanto, uma das causas do malôgro do marquês de Estela, por ir contra um conjunto de interesses financeiros, que influíram poderosamente no curso dos acontecimentos a favor da República.

Esses interesses coligavam-se e, ocultamente, estavam apoiados em forças morais e materiais consideráveis — as forças da revolução.

Os elementos revolucionários

O carácter específico da luta social em Espanha é dado pela importância do movimento anarquista. A propaganda dos anarquistas, no território espanhol, remonta às agitações libertárias de tendência proudhoniana, registadas na indústria têxtil catalã, em 1840. O movimento, a princípio isolado, esteve em contacto, em 1868,

(1) Eduardo Aunos — in *Frontières* — Junho — 1937.

com a Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada quatro anos antes. Dirigido por Fanelli, amigo de Bakounine, houve um período de propaganda que culminou pela criação, na Catalunha e na Andalusia, de centros operários assentes em princípios puramente anarquistas e agrupando 30:000 filiados ⁽¹⁾. Tais organizações definiam assim a sua atitude política: « Tõda a participação da classe operária na política do Estado e da burguesia equivale, em qualquer caso, a consolidar a ordem social existente que paralisa a acção revolucionária socialista dos trabalhadores » ⁽²⁾. A luta política no quadro do Estado burguês, preferiam a acção directa, isto é, a luta pela violência contra tõda a estrutura política. Defendiam a substituição da antiga noção do Estado por uma federação das associações industriais e económicas, « sem fronteiras artificiais e sem qualquer organismo de Estado » ⁽³⁾.

Os sindicatos anarquistas tiveram uma existência difícil e agiram, primeiramente, por meio de atentados terroristas. Um período novo começou em 1907. Em Barcelona, apareceu um grande jornal operário — *Solidariedad Obrera* — e aos atentados isolados sucederam-se os tumultos, dos quais o mais grave ocorreu em

⁽¹⁾ Da actividade de Fanelli, que não só era enviado de Bakounine, mas de Karl Marx, pois ambos estavam, nessa altura, unidos pela criação da I Internacional, instalada em Londres, resultou o « Comité da Associação Internacional dos Trabalhadores de Espanha », precursor da Federação Regional Espanhola, à qual se seguiu a Confederação Nacional do Trabalho. — Federica Montseny — *Anselmo Lorenzo* — Ed. Española — Barcelona — 1938. — (N. do T.).

⁽²⁾ e ⁽³⁾ Buchommeaux — *Catalogne* — 1936-37.

1909. Foi a « semana trágica de Barcelona », dirigida por Francisco Ferrer (1).

Em 1911, surgiu o principal organismo do movimento anarquista, a C. N. T. ou Confederação Nacional do Trabalho, cujas acção e propaganda, em tal época, assumiram alta importância. Oito anos após, no seu segundo Congresso, já a C. N. T. reuniu representantes de 714:000 trabalhadores.

O programa da C. N. T. nada mais era do que a codificação dos princípios formulados em 1870: O sindicato operário, autónomo, independente de toda a organização política, deve servir de base à luta social contra o Estado e formar os quadros da nova sociedade. Compete-lhe combater em prol da exploração comum de todos os meios de produção, e contra todos os sistemas burocráticos dos políticos, sejam eles quais forem. Para salientar a sua desconfiança em relação a organizações do Estado, democráticas, socialistas, ou que por tal se fizessem passar, a C. N. T. recomendava a opposição sistemática à política parlamentar. Recusava-se a apresentar ou favorecer candidatos, desinteressava-se da forma de governo, e preparava o advento da « libertação operária » por meio da organização e combinação de tumultos isolados ou simultâneos.

Após 1925, formara-se, nos quadros da C. N. T., uma organização especial: a Federação Anarquista Ibê-

(1) Estes acontecimentos foram originados pelo descontentamento causado pelo envio de reservistas para Marrocos. Nêles intervieram directamente os elementos da franco-maçonaria, os partidos republicanos e as organizações operárias revolucionárias. Os tumultos tiveram cunho anti-clerical, como revelam os factos de serem destruídas mais de 62 igrejas, conventos e colégios religiosos, e assassinados numerosos sacerdotes. — (N. do T.).

rica — F. A. I. — organismo de propaganda que tinha por objectivo o estudo e a divulgação das doutrinas anarquistas.

Quanto aos marxistas, estavam agrupados em duas organizações: uma, socialista, a U. G. T. (União Geral dos Trabalhadores); a outra, heterodoxa, o P. O. U. M. (Partido Operário de Unificação Marxista). A U. G. T., fundada por Pablo Iglesias durante a guerra, ligara-se à Internacional de Amsterdam. A sua influência era menor que a dos grupos comunistas, e sofreu uma transformação, precisamente pelo contacto com as doutrinas leninistas e trotskistas.

Entre o comunismo e a Espanha, as primeiras relações foram estabelecidas em 1920, quando se criou a Secção Ibérica do Partido Comunista, que contava, nessa altura, entre oitocentos e novecentos filiados. Na realidade, a acção revolucionária, em Espanha, só começou em 1930, ao voltarem à Catalunha dois agitadores: André Nin, discípulo de Trotski na Rússia, e Casanellas, antigo terrorista das fileiras anarquistas. Ambos fundaram os primeiros organismos de propaganda comunista, na Catalunha, e lançaram as bases do « Partido Operário de Unificação Marxista » (1). Este nasceu da fusão do bloco operário e camponês, cujo chefe, Maurin, foi assassinado, e dos trotskistas espanhóis agrupados por Nin. Como Trotski condenasse a referida fusão, o P. O. U. M. proclamou nada lhe dever, mas o certo é que não deixou de manter certas ligações com a chamada Quarta Internacional. O P. O. U. M. proclamava oficialmente que o estalinismo é contrário à

(1) J. Bartoux — *Revue de Paris* — 15-2-37.

Revolução, e as suas divergências com os outros grupos tornaram-se freqüentes.

Em Abril de 1931, foi publicado o diário comunista *El Mundo Obrero*, que logo atingiu uma tiragem de 35:000 exemplares.

Após prolongado trabalho de concentração operado na U. G. T. e no P. O. U. M., em 1932, fundou-se a Confederação Geral do Trabalho Unitária Comunista (C. G. T. U.), ao mesmo tempo que o « Socorro Vermelho Internacional » era encarregado de apoiar a penetração comunista em Espanha. O « Komin-tern », em Agosto desse ano, na segunda conferência plenária, deu as directrizes da ofensiva, no território espanhol, recomendando a organização das massas por meio de « comités de fábricas, de desempregados, de camponeses e de soldados » (1). A secção ibérica do partido comunista contava, nessa época, 12:000 militantes. As organizações juvenis tinham 8:000 filiados. Todavia, a influência comunista ultrapassava em muito a expressão deste reduzido número de elementos pelo constante trabalho de concentração que ia atraindo para tal sector os filiados noutros centros operários.

Em Junho de 1931, os comunistas apenas puderam apresentar 11 candidatos para 70 círculos; só obtiveram 60:000 votos. Mas, dois anos decorridos, as eleições deram-lhes 400:000. Em Abril de 1933, Moscovo verificava que o partido comunista espanhol estava em condições de tomar a direcção da « Frente das Esquerdas ». No seu livro *L'Expérience rouge*, Yvon Delbos declarou, nessa ocasião: « É transparente que os soviets

(1) J. Bartoux, in *Revue de Paris* — 15-2-37.

registam os seus primeiros êxitos de contágio entre os nossos amigos d'Além Pireneus. Sai-se desta visita com a impressão de que nos envolve um cheiro a sangue ». Referia-se a uma visita à exposição consagrada, em Moscovo, à futura revolução comunista espanhola. De resto, é de notar que, no decurso da história, a Rússia sempre manifestou interesse pela Espanha, que a política dos Califas foi dirigida por eslavos, e que, no século xv, Álvaro de Luna chegou a escrever: « Neste país, a ordem e a paz só podem ser mantidas mediante um sistema de governo oriental ou russo » (1). Portanto, a U. R. S. S. nada mais fazia do que prosseguir numa política secular.

Tais eram as forças revolucionárias, no princípio da segunda experiência republicana espanhola: organizações operárias fortes e activas, mas divididas, prêsas fáceis para a propaganda e a pressão política, ávidas de agir, de realizar quanto os seus doutrinários lhes apontavam como sendo a libertação, mas sem experiência e prontas a sofrer e a alimentar tôdas as paixões.

Os separatismos

Não seria possível dar uma idea completa da Espanha, sem indicar, ainda que sucintamente, qual era a situação particular criada à unidade do país pela opposição organizada dos vascos e dos catalães.

Os vascos, constituindo um povo de características particulares, não pertencem à raça espanhola ; têm um

(1) M. Chaminade — *Feux Croisés sur l'Espagne*.

idioma, o do « Euzkadi », que não está relacionado com nenhuma das línguas conhecidas. Ocupam quatro províncias — Navarra, Alava, Biscaia e Guipuzcoa, tornadas feudos da coroa de Castela entre 1200 e 1512. As relações dos vascos com o rei castelhano apresentavam aspectos especiais: por exemplo, o soberano só reinava na Biscaia como « senhor da Biscaia ». As províncias prestavam vassalagem ao monarca, mas conservavam as suas assembleias legislativas, o direito de declarar a guerra ou firmar a paz, leis civis e criminais, princípios jurídicos próprios e, por vezes, o seu dinheiro e a sua bandeira. Eram, por assim dizer, uma espécie de *domínios* da Coroa de Castela, e ao conjunto dos seus privilégios dava-se o nome de « *fueros* ».

Ainda que nela fôsem introduzidas modificações importantes, esta situação manteve-se até à época da guerra carlista, isto é, 1833. No final do conflito, os vascos aceitaram um novo regime definido por lei de 25 de Outubro de 1839, reconhecendo o poder executivo do soberano constitucional e o poder legislativo das Côrtes madrilenas em todo o território da Espanha. Renunciaram aos seus direitos especiais. Conservaram apenas « *fueros* » limitados que consistiam numa determinada autonomia administrativa e jurídica. Ao findar a segunda guerra carlista, em 1869, tal sistema foi completado pelo « Acôrdo económico », o qual, instituído em 1878, vigorou até perto de 1936. Assim, as províncias vascas perderam definitivamente os « *fueros* », mas receberam em troca o direito de terem autonomia financeira. As suas obrigações para com o Estado, neste capítulo, apenas consistiam no pagamento de uma determinada contribuição global. Dos privilégios nada restava, portanto, quando do advento

da República, a não ser um sistema fiscal bastante vantajoso.

Não obstante, o sentimento das liberdades vascas prevalecia. Mantiveram-no, no decurso do século XIX, as lutas incessantes e a propaganda dos carlistas a favor do rei e dos « fueros ». Em certa altura, à margem do movimento carlista, desenvolveu-se, pouco antes da guerra, um outro, autónomo, sob o nome de *nacionalismo vasco*. Os nacionalistas vascos declaravam-se apolíticos, mas reclamavam o respeito pela religião e o regresso à fórmula da nação vasca independente e totalitária (que nunca existiu). Tratava-se, em suma, de um movimento baseado no princípio das nacionalidades semelhante àqueles que, na mesma época, se desenvolveram na monarquia dos Habsburgos. Partido novo e violento, não tardou a progredir, à custa dos carlistas, estabelecendo-se, a partir de tal momento, uma espécie de rivalidade entre as duas concepções da liberdade vasca — a tradicionalista do carlismo e a moderna totalitária dos nacionalistas. Estes eram os mais numerosos, na Biscaia e na Guipuzcoa; os carlistas suplantavam-nos, na Navarra. Uns representavam a fidelidade sob os aspectos mais absolutos, à custa de tudo, como os « chouans » da Vendêa. Os outros eram descendentes espirituais do liberalismo do séc. XIX, e faziam uma singular mistura das noções de liberdade política e de autonomia. Pertenciam à família dos « carbonari ». A unidade do movimento autonomista vasco era fictícia. O primeiro choque causaria ruptura entre elementos que, servindo-se das mesmas palavras, não queriam exprimir a mesma coisa.

No outro extremo da Espanha, estavam os catalães. Tornar-se-ia impossível compreender o quer que fôsse do aspecto tomado pela guerra civil, em Barcelona, sem

conhecer a importância que sempre assumiu, em Espanha, o problema catalão — problema que todos os partidos da direita ou da esquerda procuraram resolver. A Catalunha, durante longos anos, através séculos, manifestou, de vez em vez, fogosos desejos de não ser assimilada. Recordava-se que tinha uma língua — a língua que os poetas da Renascença do séc. xix chamaram « la langue limousine » — falada desde Valência até para além de Montpellier. Sabia que ainda hoje a compreendem — a ela ou aos seus dialectos — de Perpignan a Valência, nas Baleares, na Sardenha, em Andorra. Recordava-se de que houvera no século xiii um poderoso reino catalão; que Raymond Lulle, um dos mais brilhantes espíritos da Idade Média, escreveu em catalão as suas principais obras; que os aventureiros catalães marcharam à conquista da Grécia e traçaram os primeiros roteiros do Mediterrâneo, as primeiras regras do direito marítimo internacional. Afirmava que nela nasceu a arte romana, tal como surge nos portais árabes de S. Miguel de Cuxa, e a estatuação gótica, tal como nos aparece nas figuras de Arles-sur-Tech, antepassadas das de Chartres. Não causa espanto que, após ter lutado contra os Bourbons, combatido contra José Bonaparte, assim como lutara contra Aragão, primeiro, e depois contra Castela, a Catalunha nunca houvesse esquecido, no decurso do século passado e naquele que atravessamos, seus velhos sonhos de independência.

Foi a meio do século xix que o catalanismo principiou a organizar-se. A tendência dos manifestos e dos livros evoluciona cada vez mais rapidamente do regionalismo para um nacionalismo quasi integral. O *Catalanismo*, de Almirall, criador da doutrina, não passa de uma apologia do particularismo e das liberdades pro-

vinciais e lingüísticas ; a *Tradição catalã*, de Torras y Bages, desliza já para uma espécie de autonomismo, e a *Nacionalidade catalã*, do grande ideólogo Prat de la Riba, tornou-se a Bíblia de um nacionalismo catalão que, de resto, não rompe com a Península. É preciso juntar a isto a curiosidade por uma velha civilização original, a renascença das linguas romanas, o « félibrige » ⁽¹⁾, o sonho de uma « Ocitania » ⁽²⁾, que iria de Nice a Alicante:

« Provençaux, voici la coupe
Qui nous vient des Catalans... »

canta a « Coupo santo » de Mistral. Os poetas, os dramaturgos, os romancistas, prestam homenagem à antiga linguagem. Mas ao passo que, na Provença, por muito que se diga o contrário, o provençal empregado pelos poetas ou na vida familiar nunca chegou a servir tôda a actividade humana, na Catalunha fundaram-se jornais e publicaram-se livros. É certo que se tratou de servir, primeiro, a alta-cultura: procuraram-se em Paris os textos latinos e gregos da colecção « Guillaume Budé » e com elles foi organizada a colecção de traduções catalãs da editorial « Bernat-Metge ». No entanto, também a polémica diária, a informação, o panfleto,

(1) Nome dado a uma escola literária fundada oficialmente, em 1854, na Provença, devido aos esforços de Roumanille. Tinha por objectivo defender a pureza da lingua provençal e dos seus vários dialectos, a conservação dos caracteres originaes da literatura, da arte e dos costumes do Meio-Dia da França. — (N. do T.).

(2) Denominação antiga das provincias do Meio-Dia da França. Por vezes, os poetas applicam-na de preferença a Lanquedoc. — (N. do T.).

foram feitos em catalão. O vasco possui menor elasticidade para traduzir os episódios da vida moderna.

Os movimentos sociais do princípio do século não esqueceram o catalanismo. Prat de la Riba, falecido em 1917, deixou à Catalunha uma doutrina e um instrumento para propagá-la: a « Liga Regionalista ». Porém, esta não preconizava a separação do resto da Espanha, era monárquica, quasi « maurrasiana » e acentuou o seu movimento nesse sentido, até enfileirar na direita, tendo por chefe, Cambó. Levantou-se, então, na sua frente, a « Acció Catalana », e os dois partidos digladiavam-se, ambos com sólidos apoios, quando Primo de Rivera tomou as rédeas do poder, em 1923. Esperava-se que a ditadura, visto partir da Catalunha, daria algumas satisfações aos catalães. Todavia, sucedeu o contrário: Apenas instalada, suprimiu os direitos por eles adquiridos havia anos, impôs a obrigatoriedade da língua castelhana em qualquer circunstância, chegando mesmo a obter do Vaticano a interdição dos sermões e do catecismo em língua catalã. Cambó buscava insistentemente encontrar uma solução pacífica do conflito, fazendo apêlo ao rei federal, segundo a fórmula de Maurras. Mas a esquerda ganhou terreno. Um excelente homem iluminado, entusiasta — o D. Quichote do catalanismo — Maciá, fomentou, em Paris, em 1925, uma conjura pouco hábil que se malogrou antes de atingir a fronteira. Maciá fundara um partido extremista, o « Estat Catala ». Após diversas tentativas de união das esquerdas, nas eleições de 1931, só ficaram verdadeiramente em campo a « Lliga », de Cambó, que representava a direita, e a Esquerda Republicana Catalã, conhecida sob o nome de « Esquerra » e que era um avatar do grupo de Maciá. Foi êste quem pro-

clamou, em 1931, a « independência do Estado Catalão no conjunto da Federação das Repúblicas Ibéricas ». Gritava-se nas ruas: « À morte Cambó ! » A causa do catalanismo identificava-se por alguns anos com a da democracia. De resto, era bem a democracia que acabava de tomar conta da Espanha e de converter numa República êsse Estado clerical e proletário.

A República em Espanha

Com efeito, a República foi proclamada, em Espanha, em 14 de Abril de 1931, na manhã seguinte à abdicação de Afonso XIII. As eleições para as Constituintes realizaram-se em 29 de Junho e deram a vitória aos republicanos: foram eleitos 290 deputados da esquerda (dos quais 106 socialistas), 135 deputados do centro (114 radicais) e 45 conservadores. Tratou-se, antes de qualquer outra coisa, de discutir uma Constituição, a qual foi promulgada em 29 de Dezembro do mesmo ano. Nela, a Espanha era definida como « uma república democrática de trabalhadores de tôdas as categorias ». O poder legislativo cabia a uma Câmara única eleita por quatro anos, em escrutínio uninominal por duas vezes, sempre que um dos candidatos não reunisse quarenta por cento dos votos. Eram eleitores e elegíveis os homens e as mulheres de 23 anos. O poder executivo pertencia ao presidente da República eleito por seis anos pelos membros das Côrtes e por igual número de delegados para tal fim escolhidos. O presidente da República confiava a um homem de sua escolha a missão de formar governo. As suas atribuições eram mais vastas que as do Chefe do Estado francês.

Cabia-lhe o direito de dissolver duas vezes o Parlamento, salvo se se tornasse responsável pela segunda dissolução, perante a nova assembleia.

A Constituição, além de regular as atribuições dos diferentes poderes do Estado, era uma espécie de declaração política, pela qual se estabelecia a doutrina oficial da República. Encontravam-se nela, a-par de princípios de inspiração maçónica e socialista, elementos básicos de uma legislação social, fixando antecipadamente os direitos dos desempregados e dos velhos, as regras do seguro social obrigatório e do trabalho infantil, além de uma afirmação dos direitos das províncias favorável às tendências separatistas, e ainda disposições anti-clericais destinadas a arruinar, primeiro que qualquer intervenção legislativa, o predomínio da Igreja. Estas declarações dos direitos do homem e do franco-mação passaram a concretizar-se, logo que surgiram os dois problemas considerados de maior urgência: a reforma agrária e o estabelecimento do ensino laico. O artigo 24.º da Constituição ordenava a expulsão dos jesuítas e a confiscação dos seus bens. Às demais congregações era retirada a faculdade de ensinar. Ao mesmo tempo, procedeu-se à laicização do País. Foram criadas 27:000 escolas (depois reduzidas a 7:000), cujos professores se formaram em três meses. A reforma agrária assentava na expropriação das grandes propriedades, mediante um sistema de indemnizações. O Estado tornava-se proprietário dos terrenos, nos quais devia ser organizada a lavoura colectiva. Renunciou-se praticamente a tal projecto, por esbarrar com o descontentamento de todos os interessados — camponeses e proprietários. Por outro lado, esta distribuição de terras, justa em princípio, foi alterada

por numerosas complacências e excepções pessoais. No fundo, nada se fez. Em 1933, apenas se conseguira expropriar 40:000 hectares, nos quais só foram instalados 5:000 rurais. Tentou-se, então, substituir as condições da divisão das terras por um sistema de salários. Assim se logrou opor os rurais tornados assalariados aos proprietários convertidos em patrões. A questão agrária entrou, nessa altura, numa fase de violência: ataques às propriedades, sabotagens e abusos dos municípios. Desta maneira, o governo principiava por sofrer malogros, logo nos dois principais pontos do seu programa. Só conseguiu despertar vivo descontentamento, entre elementos que não estavam em opposição ao regime, e provocar por toda a parte distúrbios, semeando motivos de desordem.

Entretanto, produzia-se no País uma série de factos ainda mais graves do que a falência das referidas medidas legislativas. Antes do acto eleitoral de Junho, o governo provisório havia adoptado determinado número de resoluções tendentes a defender a República: dissolvera os conselhos municipais, submetera a Imprensa a uma certa vigilância e prendera pessoas suspeitas de alimentar hostilidade contra o regime. As greves, os assaltos, os ataques às propriedades rurais multiplicaram-se. Desde os primeiros dias do mês de Maio, em Madrid e Alicante, foram incendiados alguns conventos e diversos estabelecimentos de ensino religioso. Em Granada, o convento das Carmelitas foi dinamitado e destruído; em Málaga, o fogo lavrou também no palácio episcopal. Em três dias, cinqüenta e cinco templos e conventos ficaram reduzidos a escombros. As paralisações do trabalho eram acompanhadas de motins e assassinios. O governo via a sua capacidade ultrapassada

pelos acontecimentos e as classes operárias mostravam-se ansiosas por ver realizado quanto lhes tinha sido prometido.

O pessoal dos telefones organizara, sob a direcção da C. N. T., uma greve geral que durou semanas. O governo e a U. G. T. pronunciaram-se contra esta atitude, e o ministro Indalecio Prieto prometeu às companhias indemnizá-las pelos prejuízos sofridos. As forças que haviam auxiliado a proclamação da República escapavam-se cada vez mais à autoridade do governo. A C. N. T. mantinha-se sistematicamente contrária à menor colaboração. Em 21 de Julho, em Sevilha, a morte de um anarquista provocou tumultos durante cerca de oito dias. Só no primeiro dia, houve sessenta mortos e duzentos feridos. Para pôr termo a semelhante sangria, tornou-se necessário mandar bombardear, pela artilharia, o centro da C. N. T. Meses mais tarde, em Janeiro de 1932, certos anarquistas revoltados em Casas Viejas foram queimados vivos nas suas moradias ou abatidos a tiro no momento em que buscavam fugir dos incêndios. Por meio de um inquérito, apurou-se que as forças da Polícia encarregadas da repressão tinham saído de Madrid com a ordem « **Nem feridos, nem prisioneiros!** », dada pelo próprio Azaña ⁽¹⁾.

A oposição recusou-se a tomar assento nas Côrtes, quando isto ficou demonstrado.

A República espanhola tinha, então, um ano de existência. Após doze meses de social-democracia, con-

(1) Alguém que estava presente no momento em que Azaña deu tão cruel ordem, contou-me que êle gesticulava e gritava furiosamente, como possesso e que, após a determinação, acrescentou: « *Tiros a la barriga! Tiros a la barriga!* »—(N. do T.).

tavam-se trezentos mortos e mais de dois mil feridos. A classe operária fraccionava-se e formava dois blocos hostis. Os burgueses e os intelectuais, que tanto desejaram o advento do regime republicano, afastavam-se. Por seu lado, os oficiais que para isso concorreram mostravam-se desgostosos. Em 10 de Agosto de 1932, o general Sanjurjo, cuja attitude originara a abdicação do rei, procurou sublevar a guarnição sevilhana — intento prontamente reprimido. Isto é, o regime ainda nada fizera de proveitoso, mas cavara por toda a parte o ódio e a ruína ⁽¹⁾.

A resistência às forças revolucionárias

Perante a desordem, organizou-se a resistência — resistência do governo e resistência dos elementos nacionalistas. O primeiro obteve poderes especiais, por meio de uma « lei de defesa da República », de 21 de Outu-

(1) Alguns algarismos darão uma idea da trágica evolução operada. Os crimes contra a propriedade, em 1930, cifraram-se em 28:839; em 1931, registaram-se 50:505 e, no ano seguinte, 59:826. Crimes contra a vida humana: 11:226, em 1930; 21:175, em 1931 e 21:807, em 1932. Atentados contra a ordem pública: 3:200, em 1930; 6:000, em 1931; 7:100, em 1932 e 9:000, em 1933. Atentados com explosivos: em 1930, nenhum; 175 em 1931; 428, em 1932; 1:156, em 1933, isto é, 22 por semana! Crimes comuns: em 1931, houve 112:266; no ano seguinte, 126:609. O roubo intensificou-se. Uma companhia de seguros, que em 1930 pagara 362:000 pesetas, respeitantes a 318 casos, foi forçada a liquidar 518:000 pesetas, relativas a 645 furtos, em 1931.

Quanto aos efeitos das greves, temos: Os dias de oito horas de trabalho perdidos, em 1929, por tal motivo, ascenderam a

bro de 1931. Dela se serviu contra a Imprensa, contra os anarquistas e contra os adversários políticos. O Exército tornara-se suspeito. Reduziram-se os efectivos das divisões. Numerosos foram os oficiais obrigados a demitir-se. Em contra partida, as forças da Policia aumentaram e passaram por uma remodelação. A República dispunha de dois organismos criados pela Monarquia: o corpo da « Seguridad » e a Guarda Civil. Aquêlê estava encarregado de manter a ordem no interior das cidades ; compreendia 17:000 homens. A segunda desempenhava papel de maior importância. Cabia-lhe a manutenção geral da ordem, correspondendo à « Gendarmerie » e à guarda móvel francesas. Os seus elementos, que estavam armados de espingarda e sabre-baioneta, deviam ter prestado três anos de serviço efectivo nas fileiras do Exército. A Guarda Civil era dividida em cinco legiões e as suas forças totalizavam 1:000 oficiais e 33:000 guardas. Comandava-a um general que rece-

315:965. Este número subiu para 3.589:473, em 1931, e atingiu 14.440:629, em 1933.

No terreno económico, as projecções foram estas, segundo cifras da « Direccion General de Aduanas »: As exportações, nos primeiros meses de 1932, fixaram-se em 112.146:725 pesetas, menos 600:000 toneladas que em 1931, e 270:000 do que no ano antecedente. Houve baixas fulminantes em todos os artigos básicos da exportação, nos quatro meses primeiros de 1932. Vejamos: *Azeite*, menos 13:604 quintais métricos, ou seja uma perda de 12.000:000 pesetas; *vinhos e alcool*, menos 1.127:859 hectolitros, isto é, um prejuízo de 34.500:000 pesetas; *conservas* (uma das maiores riquezas dos centros do litoral), menos 800 quintais, correspondentes a 4.000:000 de pesetas; *cortiça*, menos 64:000 quintais, cifra também atribuída à baixa nas exportações de tecidos de algodão. Conf. José Juanes — *Por qué fuimos a la guerra* — Avila — 1937. — (N. do T.).

bia instruções directamente do Ministério do Interior. O governo não depositava grande confiança nestas duas corporações e reforçou-as com uma nova organização policial dedicada ao regime republicano: a Guarda de Assalto. Dividida em legiões, como a Guarda Civil, estava igualmente sob o comando directo do ministro do Interior. Não obstante, o recrutamento obedecia a normas diferentes: em vez de serem escolhidos antigos militares, preferiram-se homens cuja dedicação à República não oferecesse dúvidas. Esta força da defesa do regime dispunha de cerca de 20:000 guardas. A intenção governamental, ao constituí-la, era dispor dela, como de uma tropa segura, quer contra os anarquistas, quer para jugular um eventual levantamento das direitas.

Por seu lado, os partidos da ordem defendiam-se. Proprietários e católicos que se sentiam atingidos pela aplicação brutal das reformas, burgueses amedrontados pelas greves e pelos tiroteios, oficiais descontentes, agruparam-se na « Acção Popular Católica », fundada por Gil Robles, professor na Universidade de Salamanca. Gil Robles fizera carreira política, sob uma dupla protecção — a da aristocracia, pelo seu casamento, e a da Igreja, pela amizade do director do *Debate*, Herrera Oria, relacionado com a Companhia de Jesus. Fôra chefe do partido agrário, no qual se reuniam, em especial, representantes dos grandes proprietários da terra. Na Primavera de 1932, ampliou a acção da referida organização política, fundando um partido de defesa dos interesses católicos, denominado « Accion Católica », enquanto Herrera Oria criava um partido semelhante, sob o nome de « Accion Popular ». Da fusão resultou a « Accion Popular Católica ». A força política de Gil Robles foi alimentada imediatamente pelos

grandes proprietários e, também, pelos capitalistas. Estes, depois de haverem cooperado na queda de Primo de Rivera, começavam a reconhecer que a República não era um paraíso para os especuladores. O jornal *El Debate* mantinha a sua propaganda política. Organizaram-se comícios consideráveis. Foi empreendida a organização de uma « Asociación Social Católica », para atrair camponeses e operários ao partido da burguesia. Em suma, surgira um grande partido das direitas, tranqüilizador para a pequena burguesia, que deseja a ordem, mantendo uma atitude atraente para os operários, aos quais prometia o seu bem-estar, e beneficiando, sobretudo, a influência da Igreja sobre milhares de espanhóis católicos.

Mas, ao lado desta reacção defensiva da burguesia, outros partidos políticos apareceram, com doutrinas e programas que melhor traduziam as aspirações da Espanha.

O carlismo renasceu, nos campos da Navarra. Há motivos para perguntar se êle alguma vez esteve morto. É conhecida a surpreendente aventura carlista, no século passado. Fundava-se aparentemente numa reivindicação dinástica, em nome da lei sálica, mas a sua base real era constituída pela tradição monárquica e católica, pela fidelidade ao rei e a Deus. Como se sabe, Fernando VII aboliu, em 1833, a referida lei, a-fim-de que uma filha, Izabel, lhe sucedesse no trono. Seu irmão Carlos revoltou-se e foi proclamado rei, sob o nome de Carlos V, mantendo durante anos uma guerra sangrenta. Em 1860, seu filho prosseguiu na luta. Doze anos depois, um sobrinho do herdeiro de Carlos V revoltou as províncias do Norte, para empreender a maior guerra carlista, que durou quatro anos.

Há pouco, o último descendente de D. Carlos, isto é, D. Jaime, chefe da Casa de Bourbon, morreu. Os direitos passaram para seu tio, ancião de 82 anos, sem herdeiros directos. Assim o queria e determinava a lei da sucessão, mas o carlismo segue via diferente. Que é, afinal, o carlismo? Em princípio, uma doutrina de fidelidade. O princípio dinástico é irrefutável, e emquanto existir um só partidário de D. Carlos, a honra ordena-lhe que o siga. Não obstante o carlismo rebelou, também, as províncias do Norte (e mesmo a Catalunha), em nome da liberdade provincial e dos « fueros ». Emfim, o carlismo é católico e os camponeses navarros sempre se bateram, gritando: « Viva a Virgem! » ou « Ave Maria! » Marchavam seguindo uma cruz e sobre o seu peito havia escapulários. Pode registrar-se esta analogia: os carlistas são os vendeanos, os « chouans » de Espanha. As guerras findaram, ao que parecia. No final da monarquia, dir-se-ia estar morto o carlismo. No entanto, bastou a ameaça democrática e anti-clerical para que êle ressuscitasse. Foi a fé que o galvanizou. Organizou-se poderosamente: Surgiu a « Comunhão tradicionalista espanhola », porque o carlismo recusa denominar-se como partido. Quere unir os espanhóis entre si e ligá-los ao seu passado. Um moço advogado ambicioso, Fal Conde, tornou-se chefe da « Comunhão », como lugar-tenente do idoso herdeiro, que vive na Áustria. O carlismo camponês e guerreiro, o carlismo da fidelidade ressurgiu, representando uma das verdades do nacionalismo: a união da autoridade indiscutível e das liberdades provinciais. É o partido da honra.

De resto, há a observar que a questão dinástica não podia prolongar-se por muito tempo. Por isso, foi empregado o termo « tradicionalismo » de preferência

a « carlismo ». Para os intelectuais, que acabaram por aderir ao movimento, tratava-se essencialmente de uma atitude espiritual, em oposição às quimeras liberais do séc. XIX e aos princípios da Revolução francesa. Daí nasceu a força do doutrinário tradicionalista Victor Pradera, que viria a morrer assassinado, nas primeiras horas da sublevação e que deixou o seu testamento espiritual na obra *Un Estado nuevo*. Eis o que, ao cabo de alguns anos, deveria originar, praticamente, a união de « alfonsistas » e « carlistas », estes últimos libertos, finalmente, do parlamentarismo. Quando rebentou a revolução, só pequenas diferenças existiam entre os diversos grupos monárquicos. Havia chegado a criar um centro de propaganda comum, o T. Y. R. E. (*Tradicionalistas y Renovacion Española*). Semelhante comunidade de ideias, conservada pelo carlismo, através os tempos, tinha sua expressão num jornal: *Accion Española*.

Este órgão da Imprensa, cujo título indica parentesco com *L'Action Française*, começou a ser publicado em 1931, sob a direcção de Ramiro de Maeztu, também assassinado mais tarde. Ao contrário de Gil Robles, Maeztu sempre recusou assumir o menor compromisso em relação à República, e reclamou desde o primeiro dia o direito à rebelião. Na sua mocidade, depois dos desastres coloniais em 1898, fôra atraído pela anarquia intelectual e pelo liberalismo. Deveria passar por uma revolução interior, simultaneamente religiosa e política, antes de atingir a sua doutrina da «Hispanidade», no sentido profundo da missão católica e civilizadora da Espanha. A sua revista foi prodigioso elemento de expressão, acolhendo todos os defensores da ordem, quer espanhóis, quer estrangeiros.

Mussolini foi seu colaborador. Pierre Gaxote tomara o encargo de escrever a crônica da política francesa, e o general Franco, quando êle visitou a Espanha, pôde dizer-lhe tudo o que a revolução nacional espanhola deve aos seus ensinamentos. De-facto, foi um dos mestres mais acatados. Em 1938, a *Accion Española* reuniu uma antologia dos artigos que publicara e o único que recolheu, devido a pena estrangeira, é da autoria de Pierre Gaxote.

No Parlamento e na vida politica, a *Accion Española* tinha larga projecção, por meio de campanhas justas e violentas. O seu verdadeiro chefe era Calvo Sotelo.

Só mais tarde viremos a saber a importância da influência exercida por êste pequeno grupo de intelectuais lúcidos que não temeram a acção. Calvo Sotelo e Goicoechea não se limitaram a ser, ao lado de Maeztu, os animadores da *Accion Española*, pois foram os renovadores da idea monárquica dentro do grupo « *Renovacion Española* ». Preparavam o futuro, por meio de acordos com os generais e com tôdas as forças do país — acordos cuja importância ainda se desconhece. É possível dizer, sem cair em exagêro, que sem a *Accion Española* a revolução não teria eclodido.

Era, além disto, um órgão suficientemente livre para acolher tôdas as colaborações. Maeztu defendia a sua doutrina da hispanidade, Pradera secundava os grandes princípios tradicionalistas, mas a-par disto apparecera uma outra verdade universal, a união do social e do nacional, encarnado vigorosamente por um novo partido, a « Falange », acolhido e saúdado amigavelmente pela *Accion Española*, porque nêle não havia pontos de contradição com os seus objectivos principais.

O chefe da « Falange », José António Primo de Rivera, filho do ditador da Monarquia e iniciador de um movimento popular e fascista, tornava-se o próprio símbolo da transformação da Espanha. Quando seu pai era poderoso, êle nem sequer sonhava com política. No fôro madrilenho, impôs-se como advogado brilhante. No entanto, a ditadura desmoronou-se, abandonada pelos burgueses e pelos aristocratas ⁽¹⁾, aos quais defendera das violências do petróleo e da dinamite. A seguir, bem depressa o rei teve de partir para o exílio. Veio a República. Foram prêsos alguns comparsas do drama e José António foi seu defensor, nos tribunais. Evocou a memória de seu pai, morto obscuramente em Paris, reivindicou para êle a responsabilidade de quanto se fizera, a glória dos próprios actos « anti-constitucionais » de

(1) Anton Ziscka, o diplomata que escreveu a já célebre obra *A guerra secreta pelo petróleo* (Payot-Paris-1936), não hesita em dizer que a queda e a morte de Primo de Rivera foram originadas pela terrível « batalha do petróleo ». « O fim trágico de Primo de Rivera — escreve — representa um exemplo típico da sorte daqueles que ousaram opor-se, abertamente, aos grandes « trusts petroleros ». O ditador decidira defender a economia espanhola dos tentáculos de dois grandes polvos: Deterding, o « Napoleão do Petróleo », e a Standard Oil. Criou um monopólio petrolero e mandou nacionalizar as refinações, os tanques e as bombas abastecedoras que um e outra tinham em Espanha, oferecendo, a título de indemnização, 75 milhões de pesetas. Os atingidos, inimigos de sempre, uniram-se, nessa altura, contra o homem que ousava enfrentá-los. De tal maneira agiram, na sombra, quer no terreno político, quer no campo económico, que o ditador viu-se forçado a comprar petróleo russo — abdicando da sua tantas vezes afirmada resolução de não ter contactos com os soviets. O seu prestígio foi abalado. Entretanto, certa Imprensa inglesa, a sôldo de Deterding, desencadeava uma campanha contra a importação das frutas e dos legumes espanhóis. Na América e em Inglaterra, espalhou-se calunio-

defesa pública: O seu valor e a sua mocidade atraíram as atenções. Pouco a pouco, a República moderada prometida pelos liberais deslizou para a esquerda, deixando-se arrastar pelos marxistas. José António buscava no mundo ocidental quanto seria susceptível de ensinar-lhe a reconstruir a sua Pátria e uma sociedade equitativa. Foi à Itália e recebeu, junto de Mussolini — como dizem os seus inimigos — lições de fascismo. De regresso à Espanha, interessou-se pelos movimentos nacionalistas. Quási ao mesmo tempo, um escritor de tendências germanófilas, Gimenez Caballero, que vinha do terreno demo-liberal, empreendeu a tarefa de formar a alma da Nova Espanha, publicando livros em que exaltava a grandeza da sua raça e a « nova cristandade » que o fascismo italiano deixa prever. Empregou

samente que tais produtos eram exportados em péssimas condições. Carregamentos inteiros apodreceram, a bordo dos navios que os transportavam, por ninguém os querer aceitar. Os banqueiros amigos de Rockefeller, senhor da Standard Oil, e os amigos de Deterding, apoiavam a empresa de derrubar o ditador. As perdas económicas avolumaram-se, o valor da peseta baixou. E Ziscka acrescenta: « March-Ordinas, dócil discípulo espanhol de Zaharoff e homem de confiança do rei Afonso XIII, começou uma actividade febril, e talvez não fôsse de todo alheio ao facto de terem sido descobertos, entre os papéis do ex-soberano, pacotes de acções da Royal Dutch e da Standard Oil ». Primo de Rivera, « em consequência de um golpe de Estado encenado pelo rei », deixou o poder e retirou-se para Paris, exausto e amargurado, « vencido pelos magnates do petróleo ».

Sobre o seu falecimento, devo registar que um amigo do caluniado ditador — Armando Boaventura, meu ilustre colega no jornalismo e profundo conhecedor das coisas da Espanha — me afirmou, há tempo, em San Sebastian, ter a certeza de que êle foi assassinado. — (N. do T.).

nisso certa violência, lançando fórmulas mais vibrantes do que justas.

Em Valladolid, Onésimo Redondo, moço corajoso, fundou uma *Junta* de defesa e estabeleceu ligações com Madrid e outras cidades de Castela ⁽¹⁾. Por sua vez,

(1) Onésimo Redondo Ortega teve decisiva influência nos preliminares da guerra e no desenvolvimento da revolução nacional-sindicalista. Seria falta grave não dar, aqui, uma nota tão sucinta como justa da sua acção. Nascido em Quintanilha de Abajo, Valladolid, em 16 de Novembro de 1905, cursou Direito em Salamanca, formou-se e seguiu para a Alemanha, onde exerceu o cargo de « leitor de castelhano », na Universidade de Mannheim. De volta à Espanha, com 26 anos, ardente, voluntarioso, trouxe consigo uma ânsia de renovação. Em frente do triste panorama da política espanhola, perante a miséria e a desorientação dos camponeses e dos operários do seu país, ergueu-se num movimento de revolta. Pobre, filho de humildes, atacava os políticos deshonestos ou incapazes, os capitalistas sem consciência, os grandes senhores da terra; patriota e cristão, condenava os internacionalismos. Em 13 de Junho de 1931, com um grupo de amigos, publica *La Libertad* — o primeiro jornal de afirmação nacional-sindicalista. Sincero, ardente, escreve com vigor. Espanta os burgueses usando o termo « camaradas » e reclamando « a revolução social, para que todo o homem apto tenha trabalho remunerado como é de justiça, para que nehum seja privado da possibilidade certa de elevar a sua condição segundo os seus meios, e para que o campo — que é a Espanha — quebre as algemas da hegemonia burguesa ». Quere « uma revolução social enérgica, urgente, a cargo da juventude espanhola ». Logo atrai as atenções e cria amigos fiéis e inimigos de morte. A população rural encara-o com simpatia. Os burgueses detestam-no, os capitalistas chamam-lhe « louco », as figuras da extrema-esquerda temem-no.

Os grupos de simpatizantes multiplicam-se, e, em 9 de Agosto do mesmo ano, Onésimo funda a Junta Castellana de Actuación Hispânica, lançando um manifesto em que define a sua doutrina, verdadeiro toque de clarim anunciador da guerra: « Este momento histórico, rapazes, obriga-nos a empunhar as armas. Saibamos usá-

Juan Aparicio foi buscar ao passado as insignias dos reis católicos — o jugo e as cinco flechas cruzadas. Assim se formaram as *Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalistas* (J. O. N. S.), cujos militantes enverga-

-las em defesa do que é nosso e não ao serviço dos politicos ». As fileiras engrossaram, unidas pelo ideal e pela fé no método da violência. Onésimo estabelece ligação com o grupo « La Conquista del Estado », que se formara em Madrid, com finalidades semelhantes e que, em Novembro, é absorvido pela organização do jovem revolucionário castelhano. Dai nascem as « Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista », que Onésimo torna dinâmicas, baseadas na mocidade audaciosa dos seus filiados, com um programa em que figura este ponto (o 4.º): — « *Reivindicação imediata de Gibraltar; reclamação de Tânger e aspirações ao domínio total de Marrocos e da Argélia* ».

De Janeiro a Agosto de 1932, as J. O. N. S. alargam a sua influência e lutam pela palavra, pelo artigo e pela violência. Onésimo organiza as milícias; surgem as primeiras pistolas; *Libertad* redobra de vigor, no seu revolucionarismo. Há alarme nos meios esquerdistas. Os governantes começam a sentir a existência do movimento. Casares Quiroga persegue o jornal. A luta intensifica-se. Há mortos e feridos, mas por cada um que cai surgem cinco novos combatentes. Aproveitando o malôgro do movimento militar de 10 de Agosto, o regime republicano-socialista quer inutilizar Onésimo. *Libertad* é suspensa e o seu director encontra refúgio numa quinta de Torozos; dali passa a Puebla de Sanabria, até que, valendo-se da amizade de uns « carabineros », entra em Portugal, dirigindo-se ao Pôrto.

No nosso País, vive Onésimo, com a família, dias tranquilos. Aproveita-os para estudar e escrever, completando a sua formação em matéria histórica e económica. É na sua ausência que aparece, em Valladolid, *Igualdad*, revista fundada por alguns antigos colaboradores da *Libertad*. Onésimo envia de Portugal artigos que, hoje, são uma das bases mais firmes do movimento nacional-sindicalista. Em Novembro de 1933, regressa à Espanha, faz reaparecer *Libertad* e logo volta a sentir os efeitos do ódio de direitas e esquer-

vam camisas azues ostentando, no peito, as cinco flechas. Estas reapareciam na bandeira, a vermelho sôbre fundo negro e encarnado. As J. O. N. S. possuíam um programa corporativo e imperial. Reclamavam « a acção

das. São as primeiras, nessa altura, que mais atacam Onésimo e as J. O. N. S., utilizando « elementos militares, religiosos e mulheres anti-comunistas organizadas, então, numa Liga poderosa ». O chefe das J. O. N. S. desiste da sua candidatura por Castela e entrega-se à campanha de propaganda doutrinária, seguido por forte pleiade de juvenis apóstolos dos novos credos. *Igualdad* desaparece e *Libertad* desenvolve-se. De Janeiro a Outubro de 1934, a actividade de Onésimo é formidável. A Juventude acompanha-o. « A gente nova deve exercitar-se na luta física — escreve êle. — Deve amar, por sistema, a violência; deve armar-se com o que possa... Viva a revolução social! »

As direitas venceram nas eleições, mas a perseguição continua. No entanto, as J. O. N. S. são já uma vaga que nada pode conter. Aparecem jornais nacional-sindicalistas em vários pontos da Espanha: *Revolucion*, em Saragoça; *El Combate*, em Barcelona; *Unidad*, em Santiago de Compostela; *Patria Sindicalista*, em Valência; a revista J. O. N. S., em Madrid. Onésimo não cessa de lançar as palavras de ordem contra conservadores e extremistas da esquerda: « *La violencia nacional y juvenil es necesaria, es justa, es conveniente* ».

É então (12 de Fevereiro de 1934) que, em Madrid, Onésimo reúne quinze delegados regionais nacional-sindicalistas, em Conselho Nacional. A policia procura impedir a reunião, mas esta realiza-se clandestinamente num quarto andar do edificio da Espasa-Calpe, na Gran-Via, escritório dos irmãos Ercilla. Expõe-se, aí, a idea da fusão com a « Falange Española », criada por José António Primo de Rivera, que lutava isolado, incansavelmente, defendendo doutrina semelhante. Apenas o delegado galego tenta opor-se. Onésimo convence-o. Daí a pouco, dois conselheiros vão à sede da F. E. e regressam com Ruiz de Alda e José António. Surge, nesse momento, a « Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista », que faz sua aparição official num comício mons-

directa ao serviço da Pátria » e queriam « opôr a violência nacionalista à violência vermelha » ⁽¹⁾. Decorria o ano de 1932, e Onésimo Redondo lançou o jornal *Libertad* e, depois, um hebdomadário, *Igualdad*. Mani-

tro, num teatro de Valladolid, em 4 de Maio dêsse ano. No final dos discursos, há tumultos, pelo facto de os marxistas atacarem os rapazes das J. O. N. S.

Depois, é a ascensão constante do movimento. Onésimo está em todos os lados onde é precisa a sua palavra ou o seu braço. Em 15 de Março de 1936, o nacional-sindicalismo constitue uma força poderosa. O governo ordena a prisão dos seus chefes e o encerramento dos seus centros. Mesmo na prisão, Onésimo continua a fazer propaganda e a dirigir o movimento. Trata das ligações com os elementos militares e está em contacto com J. A. Primo de Rivera, a-pesar-de êste se encontrar em Alicante. Orienta a actividade secreta de milhares de moços que esperam, impacientes, o dia da luta. Fora da cadeia, sua mulher, a dedicada Mercedes, transmite ordens que recebe do marido semanalmente e ajuda a organizar a sublevação.

De 18 para 19 de Julho, a luta é desencadeada. Onésimo sai da cadeia de Avila e dedica-se febrilmente a fazer triunfar a sua causa. Escreve, fala, dirige, orienta, domina. Não dorme. Vai à vanguarda, dispara, combate, torna para Valladolid a cuidar da organização e a formar columnas de milicias azues; corre às linhas de fogo, até que, em 24, ao marchar para o Alto de Leon, um rancho de milicianos disfarçados com as camisas da « Falange » faz fogo sôbre êle. Atingido num joelho, ainda quere reagir. É tarde. Uma descarga cerrada deixa-o sem vida. A seu lado, cai Agustín Sastre, camponês humilde, nacional-sindicalista da primeira hora, que com a fidelidade de um cão ainda se arrasta, agonizante, para ir expirar junto do chefe e amigo. No bôlso interior de Onésimo — verdadeira figura de idealista perante a qual partidários ou adversários devem curvar-se com respeito — lá estava o rascunho da sua última « charla », que começava: « *El pan para todos y la justicia para todos...* » — (N. do T.).

(1) Onésimo Redondo — *Caudillo de Castilla*.

festava-se contra o estatuto catalão, aos gritos de « Espanha una! Espanha grande! Espanha livre! » Festejava a subida de Hitler ao poder, dizendo ver surgir « a cruz gamada contra a foice, tal como Carlos Magno era a Cruz de Cristo contra o Crescente » ⁽¹⁾. Contava 28 anos.

Entretanto, José António e o aviador Ruiz de Alda realizavam um importante comício, no Teatro da Comédia, em Madrid, em 29 de Outubro de 1933. O novel chefe atacou as teorias de Rousseau, o liberalismo moderno, o sufrágio universal que conduziu a Europa a êste « sistema democrático, o mais ruinoso sistema para esbanjar energias ». E, com espanto dos conservadores, clamava:

— Do Estado liberal resultou para nós a escravidão económica, porque se diz aos operários, num sarcasmo trágico: sois livres para trabalhar à vossa vontade; ninguém poderá forçar-vos a aceitar esta ou aquela condição de trabalho, mas como nós somos os ricos, oferecemos as condições que nos interessam. Como cidadãos livres, podeis recusá-las, se não vos agradam; como cidadãos pobres, se as não aceitais, morrereis de fome, com a maior das dignidades liberais » ⁽²⁾.

Contra tal estado de coisas, o socialismo era uma reacção « legítima », mas como se baseia no materialismo e êste nem tudo explica, José António desejava restituir ao povo a Pátria — bem comum e não de uma classe — e o espírito religioso da nação.

⁽¹⁾ Id. — *ibid.*

⁽²⁾ José A. Primo de Rivera — *Três discursos*.

Acentuava:

— Se fôr preciso recorrer à violência, para atingirmos os nossos fins, não vacilaremos. Quando a Justiça e a Pátria são ofendidas, há uma só dialéctica admissível: a dos punhos e das pistolas... O nosso pôsto é ao ar livre, sob a noite clara, de arma preparada. Lá em cima, as estrêlas! Que prossigam os festins dos outros! Nós, nesta sentinela febril e firme, sentimos no fundo da nossa alegria, o pressentimento do alvorecer (¹).

Este discurso, que marca o nascimento da F. E. (*Falange Española* — nome de uma revista de Gimenez Caballero), causou tamanho escândalo nos partidos das direitas que estes decidiram sem demora retirar o seu apoio a José António, nas eleições. Os elementos ponderados mostravam-se compungidos. Então, o moço dirigente da F. E. encaminhou-se para Cadiz, terra natal de seu pai, e foi triunfalmente eleito, após uma campanha eleitoral perturbada por vários atentados frustrados. Nessa ocasião, impôs-se-lhe a dúvida: seria necessário continuar a dividir o nacionalismo revolucionário? Semelhante situação, aos olhos de José António e de Onésimo Redondo constituiria uma perigosa imitação do que se passava em França. Firmou-se um acôrdo: O movimento adoptaria o nome de *Falange Española de las Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalistas*, com a bandeira vermelho e negro, o jugo e as flechas, e um programa comum. No primeiro comício realizado após a fusão, os dois chefes proclamaram admirar o fascismo, acentuando, porém, que o fascismo era estran-

(¹) Id. — *ibid.*

jeiro e não desejavam adoptá-lo integralmente, como sucedera ao marxismo e o enciclopedismo ⁽¹⁾. José António assumiu a chefia do movimento ⁽²⁾, e Onésimo Redondo continuou a ser o « caudillo » de Valladolid e de Castela.

No Parlamento, Primo de Rivera retomou contacto com os « leaders » das direitas, entre êles Gil Robles, cuja *Accion Popular* parecia ter maior importância que o movimento fascista. Escandalizava-os, declarando-se « contra a ordem » ⁽³⁾. Conversava, especialmente, com os chefes da *Renovacion Española*, Calvo Sotelo e Goicoechea. Apresentava reservas quanto à questão do regime, não se dizia monárquico e guardava para o futuro a preocupação de decidir que regime daria à Espanha a « paz na força ». Para êle, a monarquia estava « gloriosamente morta » ⁽⁴⁾. Um dia fêz desfilar 10:000 falangistas, com suas camisas azues, nas ruas de Barcelona, e construiu um programa de revolução nacional e social. Compreendeu-se, nesse instante, que era preciso contar com êle, que nada seria possível fazer sem êle e sem o que representa materialmente, e moralmente sobretudo, o espirito da « Falange », a-pesar-de esta encerrar, aos olhos de alguns, o perigo de uma imitação e de uma excessiva obediência às directrizes intelectuais alemãs.

Entre as diversas formações de tendência nacional, constituiu-se, em 1933, uma espécie de « cartel » das

⁽¹⁾ Onésimo Redondo — *Caudillo de Castilla*.

⁽²⁾ José António só foi proclamado chefe da « F. E. das J. O. N. S. » em fins de Setembro de 1935. — (N. do T.).

⁽³⁾ Onésimo Redondo — *Caudillo de Castilla*.

⁽⁴⁾ José A. Primo de Rivera — *Três discursos*.

direitas, com um programa desdobrado em dezanove pontos, apoiado pela organização de células de propaganda e de comícios realizados regularmente. Houve novas eleições em Novembro desse ano. As esquerdas sofreram uma derrota. Entraram nas Côrtes 207 deputados das direitas, 167 radicais e 99 socialistas. Os anarquistas tinham-se desinteressado da consulta às urnas.

A revolta nas Astúrias

Gil Robles não soube aproveitar a vitória. Deixou-se manobrar pelo presidente da República, Alcalá Zamora, que se mostrava impressionado pelas ameaças de guerra civil feitas por Largo Caballero, no caso de êle confiar o poder a um govêrno conservador. Alexandre Lerroux foi chamado a formar gabinete, o que não evitou que a C. N. T., anarquista, organizasse tentativas de revolta geral, quatro meses mais tarde, isto é, em Dezembro de 1933. A sublevação malogrou-se. Por espirito conciliador, Gil Robles apoiou os ministérios radicais, em troca de determinadas medidas: subvenções às freguesias rurais, reabertura das escolas de ensino livre, suspensão da reforma agrária e amnistia política. Semelhante política de colaboração no vácuo valeu ao seu partido ver-se comprometido nos escândalos financeiros que atingiram o govêrno. Após um ano de tergiversações e de moderação, Gil Robles resolveu-se a reclamar três pastas no gabinete radical, em troca da sua completa submissão. Os partidos revolucionários classificaram essa atitude de « provocação ».

É que as forças da esquerda estavam a sentir-se fortes no país, perante a inactividade das direitas. Con-

tra o « perigo fascista », a C. N. T. e a U. G. T. esqueceram as metralhadoras e os canhões de Sevilha. Esboçou-se uma aproximação entre socialistas e anarquistas. Nasceu a Aliança Operária, organização imperfeita, mas útil para manifestar solidariedade aos partidos esquerdistas. Ao mesmo tempo, Largo Caballero, chefe da facção avançada do partido socialista, ligava-se aos métodos comunistas, e a união dos sindicatos comunistas, a C. G. T. U., quis fazer parte da Aliança. Nela entrou, em Setembro de 1934, e assim ficou constituído forte bloco, agrupando um milhão de homens.

No entanto, a solidez da formidável liga estava longe de existir. Em muitos sectores, os anarquistas e a C. N. T. tinham sido postos de parte. A formação dos sindicatos únicos, objectivo designado pela C. N. T., tinha esbarrado nas manobras fraccionadoras do governo. Apenas os mineiros das Astúrias conseguiram constituir os sindicatos únicos, reunindo sob a mesma disciplina e a mesma direcção militantes comunistas, socialistas e anarquistas. Foram igualmente os mineiros asturianos — considerados o principal grupo de choque da revolução proletária — os únicos a armarem-se poderosamente, mercê dos envios de armas e munições feitos pelo « Komintern ». O carregamento principal chegara-lhes no vapor soviético « Turquesa » ⁽¹⁾. Eis as condições em que, em 5 de Outubro de 1934, no dia seguinte à entrada de Gil Robles no governo de Lerroux, foi dado o sinal da revolta.

Madrid, Barcelona e Oviedo sublevaram-se nesse mesmo dia. No país vasco e na Catalunha, logo o mo-

(1) J. Bardoux — *Staline contre l'Europe*.

vimento tomou características pro-separatismo. Em Barcelona, Companys, chefe revolucionário, desconfiava tanto dos anarquistas da C. N. T. como dos « fascistas » e recusou-se a mandar distribuir armas à turba dos rebelados. Por sua vez, os anarquistas proclamavam que nenhum motivo tinham para preferir a república burguesa de Companys à ditadura de Gil Robles. O chefe da rebelião perdeu tempo, buscando atrair para o seu lado o general Batet, comandante da guarnição. As tropas sufocaram facilmente os esforços dos insurrectos divididos e mal equipados.

Em Madrid, a sublevação malogrou-se, após três dias de luta. Os revoltosos dispunham de metralhadoras e granadas de mão. Levantaram barricadas, atacaram as Côrtes, o Banco de Espanha e os quartéis da policia. A falta de organização e de munições levou-os à derrota. Nas Astúrias, a marcha dos acontecimentos foi diferente. Os sindicatos únicos, que já estavam bem armados, conseguiram apoderar-se das fábricas de material de guerra de Trúbia e Oviedo, e tornaram-se senhores de toda a província. Instituíram uma milícia operária e tentaram organizar um governo revolucionário. Em Gijon, Oviedo, Irun e San Sebastian, os rebeldes asturianos, com seus extraordinários « dinamiteros », ofereceram formidável resistência. Para vencê-los, foi necessário enviar para ali vinte mil homens de tropas regulares chamadas de Marrocos, especialmente a Legião Estrangeira. Durante três dias, as forças revolucionárias, fugindo por completo à fiscalização dos « comitês », entregaram-se, sobretudo nas aldeias, à pilhagem e ao massacre. Os sacerdotes foram torturados; os corpos de alguns apareceram suspensos de

janelas e nas portas dos talhos, com esta inscrição: « Carne de porco para venda ». Fusilaram guardas civis. O director das minas de Turon foi morto depois de lhe deceparem as mãos. Nas 31 vilas das Astúrias, logo no primeiro dia, os sublevados assassinaram tôdas as pessoas de relêvo e os habitantes hostis ao movimento revolucionário. Houve numerosos edifícios destruídos a dinamite. Parece que, nas cidades, os dirigentes lograram impor o respeito pela disciplina e proteger a população.

A repressão correspondeu às violências cometidas. Numerosas execuções sumárias vingaram os assassinios. No que respeita às Astúrias, calcula-se ter havido entre duas e três mil vítimas, das cinco mil que a rebelião causou em tôda a Espanha. Nos julgamentos que se seguiram, houve 30:000 condenados a penas de prisão. O general Lopez Ochôa, que chefiara as tropas regulares, levantou contra êle ódios que, mais tarde, lhe custaram a vida. Aos olhos do proletariado revolucionário, a Legião Estrangeira tornara-se responsável da repressão, e não tardou que violentas campanhas a apontassem como aliada dos « inimigos do povo ».

Entretanto, Largo Caballero e Companys, chefes do levantamento, eram poupados pelos tribunais militares. Indalécio Prieto fugiu e Azaña apenas recebeu ligeira condenação. Gonzalez Peña e Teodomiro Menendez, os dois principais orientadores asturianos, foram condenados à morte, mas logo agraciados, com receio de tumultos. O governo Lerroux-Gil Robles fuzilara os mineiros e poupava os responsáveis, encontrando, como todos os governos débeis, maneira de unir o mêdo e a ferocidade. Dividido por discordâncias quanto à comutação da pena a Menendez e Peña, o gabinete demitiu-se.

Gil Robles não soube, de novo, impor a sua vontade. O ensaio geral da revolução falhara. Mas subsistia o necessário para recomeçar.

A terrível prevenção de nada serviu aos políticos. Não sabendo aproveitar a autoridade que lhe conferia esta situação dramática, Gil Robles carregou com o fardo da impopularidade da repressão e não tomou as providências que tornariam impossível a repetição da revolta. O governo de que fazia parte tinha tôdas as mesquinhasarias que caracterizam os agrupamentos reaccionários e nada realizou. Gil Robles perdeu o seu tempo a eliminar ministros radicais, em vez de impor resoluções. Os anarquistas da C. N. T. foram perseguidos e prê-sos; no entanto, os socialistas da U. G. T. e os comunistas da C. G. T. U. puderam prosseguir impunemente na sua actividade, de tal forma que, após curto encarceramento, foi autorizada a reabertura dos centros de propaganda socialista, nas cidades. A Espanha nacionalista observava com tristeza os homens que ela conduzira ao poder. Os seus adversários colhiam frutos das lições da derrota. Anarquistas, socialistas e comunistas punham de parte antagonismos. A presença de Gil Robles no ministério permitia-lhes denunciar o « perigo fascista » e a impotência do chefe da « Accion Popular » dava-lhes ensejo de se organizarem contra êle.

Logo que, em 7 de Janeiro de 1936, o presidente Alcalá Zamora pronunciou pela segunda vez a dissolução das Côrtes, as fôrças da direita estavam desmoralizadas pela attitude daquele que usurpara as funções de seu chefe, e viam perante elas, pela primeira vez, a união formidável de todos os seus inimigos, a « frente » comum dos anarquistas, socialistas e comunistas.

Nas Vascongadas, os nacionalistas vascos e os carlistas uniram-se, diante do perigo, na altura da proclamação da República. Formaram, sob a chefia do deputado Beunza, um grupo vasco-navarro que se opôs enèrgicamente às medidas anti-religiosas preconizadas pela Constituição. A vitória dos moderados, em 1933, destruiu êste bloco. Nacionalistas vascos e carlistas voltaram a digladiar-se, enquanto que, no problema da autonomia, nenhum progresso era assinalado. Depois, entre os primeiros, tornou-se cada vez maior a influência preponderante de elementos turbulentos e sectários, que colocavam a autonomia vasca acima de tudo e queriam conquistá-la por qualquer preço. Foi sob estas influências que o partido nacionalista vasco resolveu empreender uma acção independente, visando a autonomia, nas eleições de 1936, e apresentou os seus candidatos contra a lista das direitas. Não é exacto quem disser que os vascos faziam parte da « Frente Popular ». Mas não deixa de ser certo que êles, ao esforçarem-se por impor as candidaturas autonomistas em regiões onde as das direitas deviam vencer, serviram os interesses do bloco extremista.

Na realidade, mesmo após as eleições de Fevereiro, os vascos não estavam integrados na aliança marxista. Parece que foram vítimas das manobras de Indalécio Prieto, deputado por Bilbao. Êste político chegou a convencê-los de que lhes assegurava, em troca do seu apoio, a desejada autonomia total. E o furor separatista explica a cumplicidade dos marxistas e dos vascos, no momento das eleições.

Quanto aos catalães, a República concedeu-lhes um estatuto que tomou o nome de « Generalitat de Catalunya », dando-lhes liberdades lingüísticas, escolares, eco-

nômicas e administrativas. Após um entusiástico plebiscito, pelo qual o velho Maciá viu realizado o seu grande sonho, o estatuto tomou força de lei, em 1932. Quando Maciá agonizou, no dia de Natal de 1933, poderia repetir confiadamente o grito que dirigira à multidão, na praça da Catalunha, em Barcelona: « *Som lliures!* » (Somos livres!) Infelizmente, deixara a « Generalitat » nas mãos de um político sem energia nem inteligência: Luiz Companys.

Bem de-prensa surgiram dissensões entre a « Generalitat » e Madrid. No decurso dos graves acontecimentos de 1934, em 6 de Outubro, Companys proclamou a República catalã e a independência absoluta do seu país. Esse estado de coisas foi efêmero. Prêso, Companys falou pela « rádio » aos seus partidários, convidando-os a deporem as armas. Mais do que a derrota, a sua deplorável atitude aniquilou, nesse dia, a independência da Catalunha. Daí em diante, foi a Revolução e não a República que os mais arreigados autonomistas pediram ajuda. A « Esquerda », fôsse qual fôsse o seu poderio no campo eleitoral, apenas representava uma facção reduzida, e a gente nova corria para o comunismo, mas o comunismo dissidente (visto o P. O. U. M. ser um partido quâsi exclusivamente catalão), e para a anarquia, que recrutava em Barcelona as suas melhores tropas. « Em tôda a parte onde houver um catalão — dizia um poeta da Renascença do século XIX — estará um anarquista ». Com efeito, não existia um só partido, na Catalunha, onde êles abundavam, que não inscrevesse no respectivo programa qualquer ponto tendente a satisfazer semelhante febre de liberdades. Da direita à esquerda, todos sabiam que era preciso afrou-

xar os laços do estatismo e da centralização. Nas eleições da « Frente Popular », em 1936, até a célebre *Lliga*, de Cambó, cada vez mais monárquica, obteve considerável número de votos. Se a Catalunha se impôs (excessivamente, de resto) como única província espanhola inteiramente oposta à sublevação de Franco, as razões devem ser procuradas no separatismo latente, de preferência ao anti-fascismo.

A « Frente Popular »

Desde o comêço da campanha eleitoral que se viu estar o país dividido em dois blocos hostis cujo choque já nada conseguiria evitar. As candidaturas governamentais apresentadas com o rótulo de « centristas » e que o ministério Portela Valladares mantinha, tiveram de ser retiradas, em quási todos os círculos. De um lado, encontrava-se o bloco nacionalista, compreendendo os partidários de Gil Robles, carlistas, monárquicos, falangistas e certo número de radicais moderados partidários de Lerroux; do outro, alinhavam os partidos que, em 16 de Janeiro de 1936, tinham formado a « Frente Popular », isto é, a maior parte dos radicais dirigidos por Azaña, os republicanos chefiados por Martínez Barrio, comunistas, socialistas, autonomistas catalães e vascos. O P. O. U. M. e os anarquistas não faziam parte da coligação, mas haviam acedido em concorrer às urnas a favor dos candidatos da « F. P. », para conjurar o « perigo fascista ». O programa da « Frente Popular » compreendia oito pontos. Os principais eram a amnistia e readmissão dos operários des-

pedidos ⁽¹⁾, reforma do Parlamento e das assembleias municipais, reforma agrária, combate ao desemprego, reforma do crédito e nova legislação social. A tática eleitoral fôra traçada pelo VII Congresso da Internacional Comunista, em Moscovo, no mês de Agosto de 1935. Os delegados decidiram pôr em prática a formação das « Frentes Populares ». Perante a consulta às urnas, os socialistas de todos os sectores juntaram-se aos comunistas num partido único — o partido socialista unificado, ou P. S. U., que tinha por emblemas a foice e o martelo e aceitara as directrizes da III.^a Internacional, reconhecendo como base da unificação os vinte e um pontos do programa de Lenine.

Foi em 16 de Fevereiro de 1936 que se realizaram as eleições. A « Frente Popular » obteve 268 lugares, os centristas 47 e os partidos das direitas 157. As particularidades do sistema eleitoral e, especialmente, a desigualdade entre as cidades e os centros rurais, prejudicaram as direitas. Estas alcançaram, na realidade, 4.570:744 votos. A « Frente Popular » conquistara 4.356:559 aos quais convém adicionar 141:137 de votos particularistas vascos, o que perfaz um total de 4.497:696. Os centristas reuniram 340:073. O bloco das direitas tivera, portanto, superioridade sobre o das esquerdas.

A « Frente Popular » tinha maioria absoluta nas Côrtes, mas as próprias bases dessa maioria impunham-lhe o dever de ter em conta a importância da opposição. Infelizmente, faltavam-lhe por completo as condições de imparcialidade. Após a vitória, a alegria popular atin-

(1) Em consequência da revolta de Outubro e dos numerosos motins. — (N. do T.).

giu proporções semelhantes às alcançadas quando caíra o regime monárquico. Os chefes dos partidos esquerdistas viram-se novamente impotentes para conter as turbas. A história de 1931 recomeçou, mas com aspectos muito mais graves, dada a força das organizações sindicais e o espírito de desforra acicatado pelos métodos governamentais dos moderados.

Os vencedores quiseram uma consagração imediata e visível do seu triunfo. No dia seguinte, o governo teve de abrir as portas das cadeias aos rebeldes das Astúrias e conceder-lhes amnistia total. Mas isso não bastou. Os sindicatos exigiram a readmissão de todos os operários despedidos em 1934, mesmo que o despedimento fôsse feito antes da condenação. Os prêso assim devolvidos à liberdade retomaram triunfalmente os seus lugares nas fábricas. É fácil imaginar os incidentes que o facto provocou. Um industrial viu-se obrigado a readmitir nas suas oficinas um homem que, dois anos antes, lhe assassinara o pai. Em Luron, um ex-condenado à morte fêz prender o mais velho de seis órfãos cujo pai caíra assassinado pelos seus homens, nas jornadas de Outubro. A forma violenta e absoluta como os dirigentes locais impuseram o seu triunfo, dava aos vencidos nas eleições a impressão de que iam viver sem garantias sob o arbítrio dos vencedores.

O próprio governo revelava um misto de sectarismo e moderação. Queria aniquilar para sempre as possibilidades dos partidos das direitas, mas temia, ao mesmo tempo, os movimentos das massas. Ocupou-se, primeiro, em regular contas. A vitória eleitoral tornou-se ainda mais sólida, mediante elevado número de anulações de candidaturas das direitas. Os Conselhos Municipais reorganizados, em 1934, pelo gabinete Lerroux-Gil Ro-

bles, foram dissolvidos. A legislação penal e o tribunal de garantias, ao qual era atribuída parte das responsabilidades da repressão em Outubro, sofreram profundas modificações. O presidente Alcalá Zamora, encarado como dócil instrumento da política anterior, viu-se destituído, segundo a letra da Constituição, e substituído por Azaña. Procedeu-se à eliminação dos chefes militares: ao general Franco, chefe do Estado-Maior Geral, confiaram um comando, nas Canárias; o general Cabanellas, comandante da Guarda Civil, foi transferido; ao general Goded enviaram-no para as Baleares, e muitos outros oficiais foram deslocados ou passaram à situação de reforma. Encetou-se uma campanha chamada « de depuração » na administração pública e na magistratura, com o apoio violento dos jornais esquerdistas, os quais acusavam o governo de fraqueza.

Entretanto, prosseguia a aplicação dos oito pontos da « Frente Popular ». Procedia-se à expropriação das terras dos grandes de Espanha, medida justa e necessária, mas que foi executada com um espírito de ódio e uma precipitação desastrosos. Esse problema é daqueles que todos os governos espanhóis encontrarão na sua frente e terão de resolver, e não é possível censurar a « F. P. » por querer soluciná-lo brutal e rapidamente, recusando as indemnizações imediatas. Porém, tal medida não fôra aplicada como sacrifício necessário; impuseram-na como vexame. Apareceu como produto do ódio e não como um acto de justiça e de indispensável equilíbrio.

Estas importantes alterações no capítulo da propriedade ocasionaram situações difíceis. Os rurais acreditavam que, de um dia para o outro, a sua situação seria melhorada. Ora, as distribuições de terra de nada

servem, se não houver meios para cultivá-la, e a instalação de elevado número de pequenos colonos, no lugar dos grandes proprietários, teve por consequência um agravamento do desemprego e uma paralisia na produção.

Ao mesmo tempo, punham-se em prática as medidas sociais e anti-clericais contidas no programa da « F. P. ». Os sindicatos exigiram imediatamente exorbitantes aumentos de salários, quando o governo desejava proceder por escalões. Rebentaram greves e, como é natural, o gabinete, dada a sua posição, estava impedido de resistir. Houve 340 greves em cinco meses de « Frente Popular » ; 280 foram gerais. A mais grave foi a da construção civil. O sindicato respectivo reclamava aumento de salários, semana de 36 horas, um mês de férias pagas e reconhecimento das enfermidades profissionais, figurando no número delas o reumatismo. A greve durou dois meses e o governo propôs uma arbitragem que os membros socialistas do sindicato aceitaram. Ora, os elementos anarquistas da referida organização, consideraram-se traídos e acolheram os socialistas com rajadas de metralhadora, quando êles se apresentaram ao trabalho. Ficaram senhores do terreno, e o gabinete assistiu, sem intervir, ao desenvolvimento da greve.

Noutros conflitos, os grupos da direita, particularmente a « Falange », tentaram opôr-se e organizar, em alguns casos, centros de resistência ou equipas de « fura-greves ». Como se imagina, a situação deu origem a incidentes muito graves. Os « fura-greves » eram abatidos pelos sindicalistas, e a « F. E. » estabeleceu brigadas de defesa para proteger os seus militantes. Havia assassinios políticos todos os dias: de 16 de

Fevereiro a 13 de Maio, registaram-se 204 mortos e mais de mil feridos graves ⁽¹⁾. As sedes das organizações políticas eram assaltadas ou incendiadas. As oficinas de *La Nacion*, em Madrid, e as do *Diario de Navarra*, em Pamplona, foram pasto das chamas, apesar-de defendidas pelos operários e pelos redactores. A campanha anti-clerical atingia proporções violentas, porque no espírito de todos os extremistas a Igreja confundia-se com o execrado governo de Gil Robles. De 16 de Fevereiro a 13 de Maio, 124 templos ficaram reduzidos a escombros fumegantes, e 217 sofreram destruições parciais ⁽²⁾. No *Mundo Obrero*, José Hernandez explicava que estes incêndios não implicavam qualquer hostilidade contra a religião. Eram lançados, « porque — dizia êle — é certo que as igrejas, em Espanha, estão ao serviço da organização fascista, utilizadas como depósitos de armas ». Declarava que *depois* dos fogos, *tinham* sido encontradas armas escondidas. Evidentemente...

Emquanto isto sucedia, os oradores e os publicistas da « Frente Popular » exploravam e aumentavam a inquietação com as suas ameaças. Em Saragoça, Largo Caballero bradava: « *Não deixaremos pedra sôbre pedra desta Espanha que devemos destruir para edificar a nossa* ». Margarida Nelken, deputada às Côrtes, clamava: « Queremos uma revolução, mas não será a revolução russa o nosso modelo, porque *precisamos chamas gigantescas capazes de serem vistas de todo o planeta e ondas de sangue capazes de tingirem de vermelho os* »

(1) Discurso de Gil Robles, em 17 de Julho.

(2) *Ibid.*

mares » ⁽¹⁾. No jornal *El Socialista*, escrevia-se que a revolta das Astúrias apenas fôra « um ensaio do que vai acontecer, daquilo que a Espanha experimentará » ⁽²⁾. Isto era literatura. Mas a realidade quotidiana dava-lhe singular expressão.

Que registavam os jornais espanhóis, num só dia, em 16 de Março, por exemplo? Vejamos:

Valdecunas (província de Oviedo) — Assalto à igreja paroquial; as imagens são queimadas.

Logroño. — A turba incendeia as igrejas de Najera, Navarrete e Ladero.

Buitrago (província de Madrid). — Incêndio e destruição da igreja paroquial de Santa Maria; destruição de tôdas as relíquias góticas que ali existiam.

Santa Cruz de Mudela (província de Ciudad Real). — Incêndios na igreja da paróquia e na capela da Concepción.

(1) Na realidade, para as massas espanholas esta linguagem não constituia coisa inédita. Por temperamento ou por tática, os revolucionários e os políticos utilizavam-na, desde havia muito. Veja-se, por exemplo, êste trecho de um artigo intitulado « Rebel-des! » e publicado em Barcelona, em 1 de Setembro de 1906: « Jovens bárbaros de hoje, saqueai a civilização decadente e miserável dêste país sem ventura; destruí os seus templos, acabei com os seus deuses, levantai o véu das noviças e elevai-as à categoria de mãis para virilizar a espécie; penetrai nos registos da propriedade e fazei fogueiras com os seus papéis para que o fogo purifique a infame organização social... »

Não se julgue que isto saiu da pena de um exaltado sem sensibilidade nem cultura. Escreveu-o o sr. Alejandro Lerroux, que deu pública adesão, em 1936, ao movimento nacionalista. — (N. do T.).

(2) Joaquim Arraras — *Le général Franco*.

Silla (província de Valencia). — Assalto à igreja paroquial.

Villanueva de Castellon. — Assalto ao asilo de Santo António. De armas empunhadas, os assaltantes obrigaram a sair dali as religiosas.

Torreagueró (província de Murcia). — O fogo destruiu o templo paroquial; as imagens foram lançadas num ribeiro.

Beriján (província de Murcia). — Pilhagem dos arquivos paroquiais.

Ceheguín (mesma província). — Os amotinados atacam e lançam fogo à casa do pároco e à igreja de Santa Maria de la Concepción, assim como à ermida de la Pena.

Carabanzo (Oviedo). — Um morto.

Cieza. — Um funcionário de categoria é abatido a tiros de revólver.

Villanueva de Castellon. — Um morto e numerosos feridos.

Jumilla. — Assassínio de um operário socialista. São prêsas tôdas as pessoas conservadoras da localidade. A turba cerca a aldeia, exigindo que lhe entreguem os detidos, dois dos quais são chacinados à facada. Um guarda morreu, atingido por balas de revólver.

Alcaudete. — Os extremistas exigem e conseguem da Municipalidade a prisão de 25 adversários políticos.

Badajoz. — A « Frente Popular » dá caça, nas ruas, aos seus adversários políticos. Dois feridos.

Alberique (Valencia). — Saque e incêndio na Casa das Direitas ⁽¹⁾.

(1) *Je suis partout* — (25-IV-36).

Poder-se-iam estabelecer quadros do mesmo género, para cada dia de « F. P. ». Tal era o balanço diário da guerrilha política.

A partir do mês de Maio, o nervosismo geral avolumou-se. Eis o que conta Clara Campoamor, deputada às Côrtes e adversária dos partidos da direita: «Madrid viveu numa situação caótica, desde meados de Maio até o começo da guerra civil. Os operários iam comer nos hotéis, restaurantes e « cafés »; recusavam-se a pagar e ameaçavam os proprietários, logo que estes esboçavam o propósito de pedir a intervenção da policia. As mulheres dos operários procediam a compras, nos armazéns de víveres e saíam sem pagar, pela única razão de serem acompanhadas por um indivíduo que brandia um revólver eloqüente. Em pleno dia, nos bairros afastados, e até por vezes no centro da cidade, eram saqueados estabelecimentos. Os assaltantes carregavam quanto encontravam, ameaçando com os revólveres os proprietários recalcitrantes » (1).

O « estado de alarme » fôra proclamado (2), mas os poderes especiais concedidos ao governo serviram-lhe, sobretudo, para suspender jornais, censurar o noticiário e arruinar adversários.

(1) Clara Campoamor — *La Révolution espagnole vue par une republicaine*.

(2) A propaganda extremista das esquerdas provocava barbaridades que atingiam proporções arripiantes até para os próprios causadores de tais factos. Indalécio Prieto, em Cuenca, tentava, no 1.º de Maio de 1936, conter as massas a quem fôra inoculado tanto ódio: « Amigos e companheiros, se os desmandos e a desordem são convertidos em sistema permanente, por aí não se caminha para o socialismo, não se atingirá a consolidação da República democrática, que creio interessar-nos, nem se vai para o comunismo. Esse

A bem dizer, o gabinete presenciava com um arripiado o ininterrupto avolumar da desordem. Via acumular-se as falências, fugirem os capitais, baixar o valor da peseta, e aumentarem de momento a momento a crise e o desemprego ⁽¹⁾. Não era senhor da situação. Apenas tinha uma explicação para o que se passava: as coisas « não eram tão graves como se dizia » e daquelas que assumiam gravidade « cabiam aos fascistas as culpas ». Por desgraça, semelhante doutrina, ainda que oficial, não serenava os ânimos. Nos diálogos oficiais com Calvo Sotelo ou Gil Robles, o presidente Azaña cumprimentava gravemente os adversários, dando-lhes tratamento de « Vossa Senhoria », e assegurava que tudo vogava num mar de rosas. Segundo êsse discípulo de Pangloss dizia, o governo continuava a realizar uma política social compreensiva e fecunda, e os sintomas de

é o caminho de uma anarquia desesperada que nem figura dentro dos ideais libertários. Êsse é o caminho de uma desordem económica susceptível de matar o país ». — Ind. Prieto. — *Siento a España...* — (N. do T.).

(1) Esquerdas e direitas não ocultavam que a Espanha estava à beira do caos. « A Espanha encontra-se prestes a cair num abismo — proclamava o chefe socialista Prieto. — Atravessa nestes instantes dificuldades enormes, das maiores que se lhe têm apresentado no decurso da sua existencia ». Adiante: « Nós, os espanhóis desta época, nunca — nunca ! — avistamos um panorama tão trágico como aquêlê que a Espanha apresenta ». Pormenorizando: « A Espanha, no estrangeiro, dada a asfixia que o « Centro de Contratación de Moneda » sofre, é um país sobre o qual está colocado o cartaz da falência ».

O orador manifestava não depositar confiança no seu próprio sistema, para debelar a crise. « Seremos capazes de reconstruir a Espanha ? » — perguntava. E logo respondia : — « Tenho sérias dúvidas ! » — Ind. Prieto — *Siento a España...* — (N. do T.).

nervosismo somente evidenciavam a alegria e a impaciência dos que presenciavam a obra em marcha. De-facto, o ministério prosseguia nas reformas sociais (aumento de salários, legislação social, redução das horas de trabalho, protecção à mulher e à criança) inscritas no programa da « F. P. », mas sentia-se consideravelmente apoquentado pelas greves e a crescente agitação dos extremistas. Na maioria da « Frente Popular », os radicais de Manuel Azaña e Martínez Barrio dispunham de 117 votos e pertencia-lhes a direcção do governo. Os esforços de Gil Robles tendiam a desagregar a maioria, persuadindo este bloco radical da conveniência de se separar dos 115 socialistas e comunistas, que constituíam o outro grupo importante da « F. P. ». Os radicais tiveram de manifestar em numerosas ocasiões, a sua « união indefectível » com a « Frente Popular », mas sentia-se que dentro deles cresciam as preocupações. A acção do governo tornou-se, durante algumas semanas, o fundo cinzento de um quadro pleno de imagens violentas e tumultuosas.

A caminho da Revolução comunista

A partir do mês de Maio, a situação evolucionou. O gabinete estava cada vez menos habilitado a fazer frente à emergência, e os extremistas organizavam-se com o propósito de se apoderarem do poder.

Foram organizadas « alianças revolucionárias » entre membros da « Frente Popular », após exclusão dos elementos burgueses. Aos radicais de Azaña e de Barrio afastaram-nos dos novos organismos. Assim, dentro da « F. P. », apareceu uma outra « Frente Popular »

a impor a sua política. Com efeito, a influência do comunismo acentuava-se rapidamente. Largo Caballero, chefe da facção avançada do partido socialista, cogitava na maneira de afastar do « comité » dirigente Indalécio Prieto e os seus amigos ⁽¹⁾. Acercava-se progressivamente dos métodos comunistas e aceitava as directrizes vindas de Moscovo.

No seu Congresso, em Saragoça, a C. N. T. anarquista julgou haver chegado o momento de passar a agir, de acôrdo com a U. G. T. socialista, e tomou a precaução de proclamar, nas decisões finais, em 10 de Maio, que « a aliança revolucionária terá por fim imediato a destruição do actual regime, para implantar, primeiro, o comunismo libertário e, em seguida, a anarquia, como regime oficial definitivo ». Do lado da U. G. T., o Congresso realizado em San Sebastian, em 27 de Junho, afirmava que soara a hora de o proletariado espanhol obter a sua emancipação integral pela insurreição armada, a destruição do Estado burguês e a instauração da ditadura do proletariado ⁽²⁾. Emfim,

(¹) Num « Informe reservado » datado de 17 de Maio e distribuído pelas organizações marxistas espanholas, dando conta de decisões tomadas numa reunião em Valencia, lê-se este trecho : « 6.º — Desautorizar os elementos que dirigem o partido socialista considerados reformistas ou centristas, como Prieto e Besteiros. *Isto deve ser feito publicamente*. Se o Congresso do partido fôr adiado, como desejam os amigos de Prieto, devemos provocar a ruptura da U. G. T. com o partido, em principios de Junho, proclamando oficialmente a dissidência ». Conf. — *Das Rotbuch üben Spanien* — Leipzig — 1937 — pág. 73. — (N. do T.).

(²) Largo Caballero chegou a querer exigir que o govêrno colaborasse em tal programa. Num discurso, declarou: « O que primeiro devemos fazer é desarmar o capitalismo. Que armas tem

os comunistas multiplicavam os congressos provinciais, mantinham as células num « alerta » constante e cumpriam as ordens de Dimitrov, o qual acompanhava de perto o evolucionar da situação em Espanha. Segundo um documento português apresentado à Comissão de Não-Intervenção ⁽¹⁾, « em cada aldeia do sul da Espanha já existia (*no princípio de 1936*), pelo menos uma célula local bem armada e equipada, possuindo: a) instruções para a Revolução ⁽²⁾; b) um plano elaborado por técnicos competentes, relativo a destruições a levar a cabo pela dinamite ou pelo fogo, plano que indicava, também, os pontos a atacar ou defender; c) extensas listas de nomes de pessoas a assassinar. É interessante assinalar que, à cabeça dessas listas, figurava o nome do médico da localidade ». Tal documento precisava ainda que Bela Kun e Lorovski tinham chegado a Bar-

êle? O Exército, a Guarda Civil, os guardas de assalto e, em geral, a Justiça! Em seu lugar, devemos proceder ao armamento do povo. Já disse, por duas vezes, em conselho de ministros, que isto é indispensável!» Conf. *Por qué fuimos a la guerra* — José Juanes. — Ávila — 1937. — (N. do T.).

⁽¹⁾ L. de Ponsins, *Histoire secrète de la Révolution espagnole*.

⁽²⁾ De uma maneira geral, as ordens eram, salvo pequenas modificações, as mesmas que haviam sido transmitidas, em Setembro de 1934, para a revolta que eclodiu em Outubro. *Renovacion*, de Madrid, em 14 daquele mês, explicava, em fôlha mural espalhada pelas aldeias: « Para os trabalhadores rurais, é de suma importância, nestes momentos decisivos, definir como devem actuar na próxima insurreição da classe trabalhadora espanhola. Programa de acção? *Suprimir por completo todos os núcleos da força armada dispersos pelos campos. Suprimir tôdas as pessoas que, pela sua situação económica ou pelos seus antecedentes, possam constituir um obstáculo à revolução* ». Conf. José Juanes — *Por qué fuimos a la guerra* », — (N. do T.).

celona, em Março, dispostos a dirigir a preparação do movimento revolucionário; que, desde o referido mês, o navio soviético « Neva » descarregara caixas contendo material de guerra e produtos químicos, e que, na mesma época, o « Jerék », também russo, desembarcara em Algeciras um carregamento de armas e munições. Fôra instituída uma milícia operária que guarnecia os bairros exteriores de Madrid, com a incumbência de ajudar o govêrno a manter a ordem republicana. Os milicianos obrigavam a parar e revistavam os automóveis, a-fim-de se assegurarem de que não conduziam armas. Os transeúntes suspeitos eram interrogados. Na generalidade, os milicianos pertenciam às juventudes socialistas ou anarquistas. Ao mesmo tempo, os grupos marxistas comunicavam aos seus componentes as instruções a acatar, quando fôsse conquistado o poder. Jacques Bartoux publicou certo número de documentos dêste gênero ⁽¹⁾.

Um dêles, cuja cópia foi obtida, em Junho de 1936, nas secretarias da U. G. T. madrilena (mais tarde encontraram-se exemplares em muitos centros marxistas como Mora del Rio, perto de Sevilha, La Linea e numa localidade da província de Badajoz), permite conhecer com certa precisão o plano architectado para o golpe de força dos marxistas. Contém a cifra das diferentes ordens a transmitir pela Casa do Povo de Madrid, na noite em que o poder lhes caísse nas mãos; a organização revolucionária e as directrizes a seguir na capital; a composição do soviete nacional ⁽²⁾ e a lista dos dele-

(1) J. Bartoux — *Staline contre l'Europe*.

(2) O Soviete Nacional estava, de-facto, constituído. Presidia-o Largo Caballero. Os Commissários principais eram: *Interior*,

gados na província. Por fim, dava indicação dos efectivos e do comando das milícias. O movimento deveria eclodir entre 11 de Maio e 29 de Junho. Outro documento de origem comunista redigido em Paris, com a assistência de peritos russos, expunha, em trinta artigos, o sistema a pôr em prática para ocupar os quartéis, confraternizar com os recrutas das classes recentemente incorporadas, e eliminar os oficiais e os magistrados civis. Há uma terceira mensagem copiada em Junho de 1936, nas secretarias da U. G. T. madrileña e que foi conhecida em Londres no mês de Agosto. Dá uma nota perfeita da organização de um movimento revolucionário simultâneo, em França e em Espanha, para o mês de Junho referido. A situação havia sofrido nítidas modificações. A um período de euforia desorganizada, na Primavera daquele ano, sucedia-se uma fase de preparação técnica, à qual nada mais faltava do que fixar a data ou calcular as circunstâncias favoráveis. Esperava-se que estas circunstâncias apareceriam no mês de Agosto, com o pretexto da mobilização geral das forças revolucionárias prevista para a manifestação anual, no primeiro dia daquele mês.

Eram prêsos falangistas por qualquer motivo e passeados de cadeia em cadeia. José António, Onésimo Redondo e Ruiz de Alda foram encarcerados, em Março. Publicavam clandestinamente proclamações e os seus

Hernandez y Zancajo, social. ; *Exterior*, Luis Araquistain, social. ; *Instrução*, Eduard Ortega y Gasset, do Socorro Vermelho Internacional ; *Fazenda*, Júlio Alvarez del Vayo, social. ; *Guerra*, tenente-coronel Mangada ; *Exército Vermelho*, Francisco Galan, comun. ; *Marinha*, Jerónimo Bujeda, social. — Conf. *Das Rotbuch üben Spanien* — Leipzig — 1937 — pág. 72. — (N. do T.).

partidários batiam-se todos os dias. Só Gil Robles esperava ainda uma evolução política normal. Declarava que o seu partido « *estaria sem hesitação, ao lado do govêrno para manter a ordem pública* » e tinha a petulância de falar « de uma opposição calma e moderada ». Foi-lhe preciso ver cair Calvo Sotelo assassinado para abrir os olhos. Dois dias após, soltava o canto do cisne e descobria — demasiado tarde — a lei interna do regime, da qual não se apercebera até então:

— Abandonou-se a legalidade; os nossos esforços apenas encontram o vácuo. As massas espanholas chegaram, pouco a pouco, à convicção de que nada podem obter, pelo caminho da democracia. Entre os republicanos da esquerda (*era o nome oficial do partido de Azaña*), quer nos discursos pronunciados no Parlamento, quer nas Tertúlias, nas conversações particulares e nas redacções dos jornais, só existe a idea de fazer ensaios de ditadura. Os partidos operários declaram que o seu fim é proclamar a ditadura do proletariado. Quando os senhores, que vos dizeis representantes naturais da democracia, falais abertamente da ditadura, como podeis ficar espantados se aquêles que se sentem oprimidos recorrerem à violência, para se libertarem da vossa tirania? Sois os únicos responsáveis por êste ambiente em que a Espanha vive. Aliámo-nos para as eleições de 6 de Fevereiro com o entusiasmo de um partido nacional, animados por um sentimento plenamente democrático. Se êste sentimento morrer em Espanha, não será por culpa nossa, mas sim do govêrno, visto o que poderia ser realizado facilmente estar convertido, nas suas mãos, em mais uma mentira.

Gil Robles descobria verdades elementares. Não tendo compreendido a democracia, quando lhe era pos-

sível agir sôbre ela, apercebeu-se disso quando já estava reduzido à impotência. O facto de haver outros responsáveis, não liberta ninguém das culpas próprias, e a verdade é que o político da « Accion Popular » preparara, com a sua fraqueza, o drama perante o qual cerrava os olhos. Mas os partidos esquerdistas haviam esquecido o contrato da democracia, e cada lista eleitoral representava uma espingarda a que a minoria renunciava, em troca do solene compromisso quanto a respeitarem-lhe os direitos. A negação da justiça, a ilegalidade e o arbitrio constituem motivos para a rescisão do contrato. Cada eleitor é uma cabeça e cada cabeça tem o direito de abrigar a idea da legítima defesa. Então, a luta eleitoral pode converter-se em guerra civil e, segundo a expressão que serviu de regra à primeira República Francesa, « a insurreição torna-se o principal direito e o mais sagrado dos deveres ».

III

Os preparativos da sublevação

Em princípios de Julho de 1936, quem observasse a Espanha verificava que a revolta era necessária e estava próxima. Já se apontavam os chefes: um general, Sanjurjo, ainda que contasse um malôgro no seu activo, e um parlamentar, Calvo Sotelo. O assassinio do estadista galego decapitara aparentemente a revolução, mas precipitaria, na realidade, os acontecimentos. Em que força estava apoiado êste movimento insurreccional? Como foi preparado? Eis perguntas a que só é possível, por enquanto, dar resposta sucinta.

Falou-se bastante, alguns meses depois do começo das hostilidades, numa espécie de golpe de Estado organizado pela ala direita da franco-maçonaria, e a *Revue de Paris* chegou a publicar sôbre o assunto um artigo sensacional e anónimo ⁽¹⁾. Na realidade, a questão é complexa. Dos testemunhos recolhidos, quási todos devem ser encarados com reserva.

De uma só coisa temos a certeza: é que, na guerra de 1936, apareceu determinado número de generais não

(1) *Revue de Paris* ~ 15-x-36.

monárquicos que haviam chegado a lutar contra o rei e contra a ditadura. No tempo de Primo de Rivera, formaram uma « loja » — a « União fraternal ». Nela estavam filiados os generais Cabanellas, Queipo de Llano, Mola, Sanjurjo, Fanjul e Goded. Católico fervoroso, Franco sempre se manteve à margem do grupo, e sempre revelou, em discursos, condenar a seita maçônica. É preciso dizer que existe, desde há muito, dentro da Maçonaria, um movimento anti-marxista. Observadores bem informados registaram haver em França, por exemplo, mações monárquicos, e apontaram que em Junho de 1936, quando a « Frente Popular » tomou o poder, as « lojas » da Argélia resolveram apoiar um movimento fascista, no caso de se malograr a experiência das esquerdas. Não é, pois, surpreendente, ver mações ligados à concepção do golpe de Estado, aliás tradicional em Espanha.

Não oferece dúvidas que a propaganda maçônica assentara arraiais nas fileiras do Exército. O deputado Lopez Cano, durante um debate, nas Côrtes, em 15 de Abril, apontou os nomes de 21 generais pertencentes à Maçonaria. Entre eles, figuravam Queipo de Llano e Cabanellas. Em semelhante matéria, torna-se difícil afirmar, e cremos que possivelmente, o autor do artigo da *Revue de Paris* escreveu com precipitação. De tôdas as maneiras, podemos estar seguros de que numerosos franco-mações — filiados na seita por liberalismo e ambição, tendência anti-clerical e republicanismo, mas não por sectarismo revolucionário — se uniram sem tardar aos partidários da Revolução Nacional e colaboraram nos preparativos. Foi assim que Sanjurjo encontrou Calvo Sotelo e que ambos resolveram coligar-se para serem, respectivamente, chefes militar e civil de uma subleva-

ção destinada a salvar a Espanha. O destino decidiu que as coisas seguissem caminho diferente, mas de-facto, o Exército é que fez nascer a Revolução.

Os elementos militares mostravam-se inquietos e pronunciavam-se, abertamente, contra a desordem. A « Union Militar Española » (U. M. E.), associação de oficiais que buscavam abater o comunismo (e à qual se opunha a Union Militar Republicana), recrutava adeptos cujo número aumentava sem cessar. O governo replicava com passagens à disponibilidade e privando de pensões os antigos combatentes que se intrometiam na política. Nas ruas, eram agredidos e insultados oficiais, mas o governo castigava disciplinarmente aquêles que aplicavam correctivos aos seus agressores. Os irradiados não deixavam de envergar os uniformes e pretendiam continuar a dar ordens. As medidas disciplinares revelavam-se insuficientes. Casares Quiroga pensou em extinguir guarnições de províncias que lhe parecia serem menos simpatizantes com o regime, e enviou parte dos efectivos para zonas republicanas, particularmente para a Catalunha. Houve transferências de unidades inteiras.

As arbitrárias decisões provocaram protestos. Dois regimentos de cavalaria aquartelados em Alcalá de Henares recusaram-se a partir e amotinaram-se. Foram prêsos 62 oficiais. O descontentamento atingira tais proporções que, no princípio da Primavera, Calvo Sotelo e Goicoechea, os dois chefes monárquicos, propuseram ao general Franco, então nas Canárias ⁽¹⁾, colaborar num

(1) Deve ser lapso dos autores. Em principio de Março, ainda Franco estava em Madrid, preparando-se para seguir para as Caná-

movimento militar apoiado pelos seus partidos. Franco, que até êsse dia se portara com a maior lealdade em relação ao regime, recusou-se a aceitar o convite. Algum tempo decorrido, resolveu dirigir-se directamente ao presidente do Conselho e ministro da Guerra, Casares Quiroga, para lhes expor o estado de espírito do Exército. Verificava com progressiva inquietação os estragos causados pelos marxistas nos corpos de « élite », nos quais dominavam o arbítrio, a delacção, a ditadura comunista e a ditadura maçónica. Em 23 de Junho de 1936, escreveu ao referido ministro, para protestar contra determinadas medidas que afastavam dos comandos oficiais distintos, substituindo-os por elementos comunizantes. Lembrava que, em 1917, tinham surgido nas fileiras verdadeiros sovietes, sob a denominação de « comités militares de defesa ».

« Hoje — acrescentava — podemos dizer, sem sair do terreno puramente teórico, que os « comités militares » estão virtualmente constituídos. Dão-nos provas disso as publicações clandestinas firmadas pelas iniciais U. M. E. e U. M. R. Essas publicações deixam-nos prever futuras lutas civis que é necessário evitar. Seria medida acertada e bastaria para tanto dar as providências num espírito de consideração e de justiça. A indisciplina de 1917, provocada pelo favoritismo e o arbítrio, desenvolveu-se em consequência de uma atmosfera análoga àquela que encontramos, hoje, no Exército » (1).

rias. Foi na capital, nessa altura, que tratou com Mola, recém-chegado de Marrocos, da preparação do movimento. Ao partir para as ilhas, já o actual « Caudillo » pertencia ao « complot ». Vidé, a-propósito, a nota final n.º 1. — (N. do T.).

(1) Joaquim Arraras — *Le Général Franco*.

É conveniente recordar que a U. M. E. (Union Militar Española) era um grupo nacionalista apoiado pela « Accion Española » e aprovado pelo general Sanjurjo. Mas Franco continuava a desejar manter-se afastado de toda a política e, sem denunciar ninguém, queria prevenir lealmente o governo. No entanto, o aviso não foi tido em consideração.

Por seu lado, os partidos políticos organizavam-se para uma luta decisiva. Gil Robles meditava num golpe de Estado, contando com o apoio dos militares e da Igreja, e a colaboração do financeiro israelita Juan March. Muito se falou desta figura, nos primeiros tempos da Revolução. Homem muito rico, com uma fortuna calculada em vinte milhões de libras esterlinas, enfileira no número dos mais conhecidos « negociantes de guerra ». Era senhor do monopólio dos tabacos, e sentia-se execrado pelos marxistas. A ditadura concedera-lhe facilidades das quais ele se servira largamente ⁽¹⁾. A República prendera-o, ainda que por pouco tempo, em resultado de certas acusações. Diziam que subvenzionava a « Falange » e a « Accion Popular ». É, com efeito, infinitamente provável que March buscasse defender-se ⁽²⁾. Subvencionava um jornal esquerdista, *La Libertad*, e um órgão monárquico *Informaciones*. Nos primeiros dias da revolução, March refugiou-se em Itália, com altiva indiferença por tudo quanto se dissesse das suas subvenções e das suas relações. Procurava,

⁽¹⁾ No entanto, como refere Anton Ziscka, na *Guerre secrète pour le pétrole*, March foi um dos principais, senão o principal agente dos magnates do petróleo em Espanha, concorrendo poderosamente para a queda do general Primo de Rivera. — (N. do T.).

⁽²⁾ Harry Gannes e Theotone Repard — *Spain in revolt*.

porém, não perder contacto com quem quer que fôsse. É o tipo perfeito do judeu conservador e egoísta, e o movimento fascista utilizou sem escrúpulo os seus capitais. O verdadeiro problema situava-se no futuro.

Com ou sem dinheiro, os nacionalistas, nessa altura, formaram grupos defensivos militarizados, estabeleceram depósitos de armas e munições e exerceram represálias sobre os que lhes assassinavam partidários.

A « Frente Popular » provocara a aparição, na sua frente, de um exército de defesa social, como no Reich e na Itália. Os efectivos dêsses grupos, pouco elevados no princípio de 1936, aumentaram, logo que se compreendeu representarem o único meio de defesa contra a revolução marxista. Debalde o governo decretou a dissolução da « Falange ».

Primo de Rivera e os principais chefes foram prêssos arbitrariamente, acusados de « perturbar a tranqüilidade pública ». Mas os seus organismos partidários subsistiram secretamente. Os militantes refugiavam-se em casas de gente amiga, reüniam-se de noite, e a dissolução apenas lograva tornar mais violentas as reacções dos falangistas. Começou uma espécie de guerrilha que serviu, por assim dizer, de prólogo à guerra civil.

Isto, de resto, era apenas o aspecto superficial da reacção. Haviam sido adoptadas medidas de defesa muito mais importantes. Perante a iminência do perigo, os chefes nacionalistas estabeleceram, em 1934, ligações com potências estrangeiras, a-fim-de disporem de apoio eficaz, no caso de se recorrer à luta armada. O ministro italiano Pedrazzi e o ministro alemão Hans Hermann Volekers serviram — diz-se — de intermediá-

rios ⁽¹⁾. A « Renovacion » e Sanjurjo foram os principais promotores desta aliança. A « Falange » só exercia influência, mesmo em vésperas da Revolução, sobre uma parte da juventude. Sanjurjo desde 1934 que ia à Alemanha (onde Gil Robles também foi depois); e um emissário de Mola assinou, nesse mesmo ano, ao que se afirma, algo semelhante a um tratado secreto com a Itália, baseado nestes quatro pontos:

1.º — Mussolini reconheceria o governo da Espanha nacional do Norte (apenas se contava com Aragão e Navarra);

2.º — Integridade absoluta do território espanhol, incluindo as Baleares;

3.º — Tratado comercial italo-espanhol;

4.º — Apoio em armas e dinheiro pela Itália fascista ⁽²⁾.

Não se ignora que os alemães sempre se mostraram interessados pela exploração económica da Espanha. Por seu lado, o partido nacional-socialista nunca descurou a organização da sua propaganda. Os marxistas pretendem, segundo os arquivos encontrados em Barcelona, que na referida propaganda foram gastos, em 1935, três milhões de pesetas. Em todo o caso, é certo que a ideologia do germanismo exercia notável atrac-

⁽¹⁾ *La tragédie de l'Espagne* — citada por J. Bartoux, in *Staline contre l'Europe*.

⁽²⁾ Depois de terem sido publicadas várias versões fantasistas do tratado, o *Manchester Guardian*, em Janeiro de 1939, forneceu uma outra, que se parece um pouco a esta. Prevê, porém, inverossímeis cláusulas territoriais. Por nossa parte, utilizamos uma informação inédita que nos forneceram, em 1938, na Espanha Nacionalista. Ao referido tratado é atribuída a data de 31 de Março de 1934.

ção, especialmente nos círculos falangistas. Daí derivam as numerosas acusações de traição endereçadas aos nacionalistas. A realidade é que eles se limitaram a preparar uma aliança baseada em vantagens económicas que os alemães, desejosos de obterem matérias primas em conta, tinham interesse em aceitar ⁽¹⁾. Notemos, de passagem, que o apêlo ao estrangeiro possui tradições em Espanha, que nem por isso deixou de conservar enérgicamente o seu espírito de independência: os apêlos à África e ao Islam; os apêlos à França, à Alemanha, a Portugal, à Inglaterra e aos príncipes italianos, assinalam toda a história espanhola desde os mais remotos tempos. Não obstante, o Reich não ocultou o seu cepticismo, quanto aos efeitos dum « pronunciamiento », e não se comprometeu de maneira decisiva.

Ao iniciador do movimento da « Renovacion », que se dedicara a estes empreendimentos audaciosos, coube

(1) Por seu lado, a Itália, independentemente das questões de ordem ideológica, via a possibilidade de atingir certos interesses de carácter estratégico e político — interesses muito antigos, aliás. Vem a-propósito lembrar que, em 26 de Outubro de 1887, Cambon, então embaixador em Madrid, revelando a Flourens, ministro dos N. E., que Moret, primeiro ministro espanhol, agia por instigações de Crispi, dizia que este, procurando vingar-se da questão da Tunísia, « pretendia lançar a Espanha sobre Marrocos e provocar complicações, das quais poderia resultar um arranjo da situação no Mediterrâneo tão favorável à Itália como prejudicial à França ». Já nessa altura a Imprensa oficiosa italiana, como a *Riforma*, convidava diariamente a Espanha a fazer valer os seus direitos sobre o Império marroquino e « a retomar, assim, o seu lugar de grande potência ». (*Documents diplomatiques français* — Tomo IX — pág. 692. — 1.^a série).

É crível que Roma, tal como no século passado, quisesse passar a ter em Madrid um apoio para o jogo internacional. Como se sabe,

organizar, nos primeiros meses da « F. P. », a resistência nacionalista, unindo considerável número de elementos diferentes. As negociações estabelecidas com os outros grupos anti-marxistas decorreram bem, levando Sanjurjo a elaborar, em 25 de Maio, um plano de acção que viria a ser alterado em 20 de Junho ⁽¹⁾.

Tornava-se impossível aos nacionalistas contar, em princípio, com Madrid. Logo, seria preciso conquistar a capital pelas armas. Em 25 de Maio, ficou resolvido, depois de examinada a situação nas oito divisões do Exército, lançar uma ofensiva de Saragoça, Burgos e Valladolid, cidades sedes, respectivamente, das 5.^a, 6.^a e 7.^a divisões, em zonas hostis à « Frente Popular ». A 1.^a divisão, em Madrid, recebeu ordem para não se sublevar, porque havia o temor de que as tropas, minadas pelos marxistas, se revoltassem contra os oficiais. Duvidava-se, igualmente, da 2.^a divisão, com sede em Sevilha. A 3.^a (Valência) e a 4.^a (Barcelona) estavam nas mãos da extrema esquerda. Prevvia-se, ainda, a mobilização

a Espanha chegou a estar disposta a encarar a sua entrada na « Triplice-Alinça », ainda que a rainha odiasse Bismarck e contrariasse Afonso XII. « Bismarck — dizia ela a Cambon, embaixador da França — é um mentiroso e um ladrão; roubou tôdas as pratas de meu pai ». Ainda se chegou a firmar um acôrdo *secreto*, em 4 de Maio de 1887, entre Moret e o ministro da Itália, visando manter o *statu quo* mediterrânico. A Espanha « aceitava não favorecer a França, no que se relaciona, entre outras coisas, aos territórios norte-africanos, e não entrar em nenhum tratado de arranjo politico-que, *directa ou indirectamente, seja dirigido contra a Itália, a Alemanha e a Austria*, ou contra uma ou outra destas potências ». — F. Frihan — *Die politischen Geheimverträge Österreich-Ungarns* — cit. *Documents diplomatiques français* — Tomo IX — 1.^a série — pág. 689-690 — (N. do T.).

(1) B. de Jouvenel, in *Revue de Paris* — 15-XI-36.

da 4.^a região, com o objectivo de neutralizar a Catalunha, e a da 3.^a, para lhe prestar auxilio. Em resumo: o plano baseava-se num ataque partindo do Norte de Madrid, por três grandes estradas: a 5.^a divisão, de Saragoça, pela estrada de Guadalajara; a 6.^a, de Burgos, pela estrada de Aranda ⁽¹⁾; a 7.^a, de Valladolid, pela estrada de Segóvia. Não estava prevista a intervenção das forças de Marrocos, e calculava-se que as três colunas chegariam, em três dias e meio, às portas de Madrid.

Em 24 de Junho, Sanjurjo e os seus colaboradores transformaram o plano por completo. Então, previram um desembarque, em Málaga e Algeciras, de duas colunas vindas de Marrocos. « Tôdas as forças marroquinas — estabeleceram elles — obedecerão a um chefe gozando de imenso prestígio e que se revelará no momento oportuno ». O coronel Yagué preparou a rebelião no continente ⁽²⁾ e declarou estar tudo pronto em 14 de Julho, dia seguinte ao assassinio de Calvo Sotelo. As 5.^a, 6.^a e 7.^a divisões marchariam sobre Madrid, como lhes fôra designado no primitivo plano; a 4.^a neutralizaria a acção dos catalães; à 8.^a caberiam as Astúrias. Todavia, o fiel da balança seria constituído pelas tropas de Marrocos.

A dar crédito a Betrand de Jouvenel, que expôs os dois planos, desde 20 de Junho que os conspiradores estavam prevenidos, nestes termos, quanto aos elementos que o govêrno contava opôr-lhes:

« O govêrno, informado sobre o movimento em pre-

⁽¹⁾ Aranda del Duero, Somosierra. — (*N. do T.*).

⁽²⁾ Vidê no final a nota n.º 1 do tradutor, sobre a organização da revolta.

paração, pensa combatê-lo, utilizando os aviões e a guarda de assalto. Vendo na Navarra o centro da insurreição, espera organizar a sua resistência na linha do Ebro. Deposita confiança no efeito moral a obter por meio da aviação. Lançará os seus guardas de assalto em colunas motorizadas, fazendo avançar na vanguarda os camiões blindados que acaba de adquirir e que são em número de 26. »

Foi à última hora que se decidiu tentar a rebelião em Sevilha e confiar essa empreza quâsi temerária ao general Queipo de Llano. Em contra partida, pensava-se que Saragoça não inspirava grande confiança e julgava-se suficiente postar uns destacamentos na estrada de Madrid a Medinacelli, enviando os restantes elementos como refôrço das tropas de Navarra. Seria êste o plano a pôr em prática, logo que fôsse transmitido o sinal. Os generais de colaboração segura eram Saliquet, em Valladolid ; Goded, nas Baleares ; Queipo de Llano, inspector geral dos « Carabineros » ; Franco, nas Canárias ; Fanjul, em Madrid ; Mola, na Navarra ; Orgaz, em Madrid ; Ponte e Varela, em Cadiz. O chefe era Sanjurjo, exilado em Lisboa, que tudo preparava com uma espécie de « directório » de oficiais.

Aguardando a insurreição

Os marxistas não ignoravam estes preparativos, e pretendiam antecipar-se. Os planos pormenorizados de ataque e de neutralização, quanto a cidades de pouca confiança, estavam preparados por grupos de comunistas e anarquistas. O assassinio de Calvo Sotelo abrira os olhos a tôda a gente. Indalécio Prieto escrevia, na

manhã seguinte ao crime, nas colunas de *El Liberal*, de Bilbao: « A morte do sr. Calvo Sotelo virá provocar a rebelião de que tanto se tem falado. Numa conferência que apenas durou dez minutos, os partidos socialista e comunista, a U. G. T., a Federação Nacional das Juventudes Socialistas e a Casa do Povo chegaram a acôrdo quanto à sua acção comum, no caso de eclodir um movimento subversivo. Basta de discórdias! Unamo-nos, em frente do inimigo! » (1) É de crer que Indalécio Prieto estava bem informado (2). Dois dias após, descrevia no *Liberal* a extraordinária noite de 15 de Julho, em Madrid, durante a qual as ruas nunca deixaram de estar cheias de gente que caminhava e falava, esperando não se sabia o quê: « Tinham vindo para a rua impelidas por determinados receios. Um boato insistente, que principiara a circular ao fim da tarde, levava-os a passar a noite ao ar livre. Faziam, assim, as suas rondas de vigilância. Dava-se o mesmo noutras cidades, particularmente em Málaga. De madrugada, os

(1) M. Liebana e G. Orizana — *El movimiento nacional*.

(2) Indalécio Prieto estava, de-facto, tão bem informado que já no dia 1.º de Maio de 1936, discursando no teatro Cervantes, em Cuenca, revelou: « Entre os elementos militares lavram, em grandes proporções, agitação, subversão, desejos de levantamento contra o regime republicano, não tanto, por certo, contra a sua realidade actual, mas pelo que a « Frente Popular » representa, predominando na política da nação... » Talvez para demonstrar até que ponto iam as suas informações, acrescentava: « O general Franco, pela sua mocidade, pelos seus dotes, pelas suas amizades no Exército, é o homem que, em dado momento, pode acaudilhar, com um máximo de probabilidades — tôdas as que derivam do seu prestígio pessoal — um movimento dêste género ». Conf. Indalécio Prieto — *Siento a España...* — Ed. « La Motorizada », do Partido Socialista Obrero Español — 1937. — (N. do T.).

grupos foram diminuindo, até acabarem por desaparecer. Tal foi, em Madrid, esta noite de verão, véspera da Virgem del Carmen ».

Estas linhas românticas traduzem qualquer coisa dos minutos em que foram escritas, na noite « cujas últimas sombras principiavam a dissipar-se », — uma das últimas noites da República em Espanha. Em 17 de Julho, prossequindo na curiosa série de profecias, Prieto escrevia: « A história pode justificar as revoluções populares, pode aprovar as insurreições militares, quando umas e outras põem termo a regimes que, por esta ou aquela razão, revelaram ser incompatíveis com o progresso político, económico ou social que os povos reclamam. Mas a história nunca aplaudirá a desordem constante do elemento civil e a indisciplina contínua do elemento militar, pois nem essa desordem nem essa indisciplina constituem factores verdadeiramente revolucionários ». Já em 13 de Julho o *Heraldo de Madrid* dava a entender que a guerra era inevitável: « **Estamos em guerra.** E na guerra como na guerra ! » E Prieto declarava no *Liberal*: « **Será uma luta de morte,** porque cada um dos adversários sabe não poder esperar misericórdia do vencedor ».

Com efeito, em 17 de Julho a batalha impiedosa começou, e uma nova figura apareceu a impor-se à opinião pública: a do general Franco.

O general Franco

D. Francisco Franco Bahamonde, filho de Nicolau Franco, oficial da Armada, e de D. Pilar Bahamonde, nasceu no Ferrol, em 4 de Dezembro de 1892. Pertenc-

cente a uma antiga família de marinheiros, realizou os seus estudos no Colégio do Sagrado Coração, em Ferrol, passando para a Escola da Marinha; preparou-se para seguir a carreira naval, até o momento em que, suprimidos os exames de admissão por questões de ordem econômica, ingressou na Escola de Infantaria de Toledo. Contava 15 anos. Aos dezóito, era alferes. Em 1911 e 1912, a Espanha entregava-se à aventura de Marrocos. Organizava forças de polícia indígena, os futuros « Regulares », formados por marroquinos comandados por oficiais espanhóis. Entre os primeiros voluntários, figurou o tenente Franco.

Aos 21 anos, tinha nos braços os galões de capitão. Dos 42 oficiais voluntários dos « Regulares » de Melilla, só restavam sete vivos. Gravemente ferido no ventre, em 1916, recebeu, com menos de vinte e quatro anos, o comando de um batalhão. Chamavam-lhe o « comandante pequeno ». Era o mais moço dos oficiais da sua patente, no Exército espanhol. Permaneceu no continente, até 28 de Abril de 1920, altura em que o govêrno criou a Legião Estrangeira e confiou a sua organização ao tenente-coronel José Millan Astray. Êste pediu a Franco que assumisse o cargo de segundo comandante, e o « comandante pequeno » aceitou. Em 1921, em pleno pânico, a Legião salvou Melilla; nos meses seguintes, foi ela quem impôs a presença da Espanha na zona marroquina. Millan Astray foi gravemente ferido. O oficial que lhe sucedeu no comando de-pressa caiu morto, e o major Franco, que tinha trinta anos, viu-se nomeado, em 1923, comandante da « Legião ». A 16 de Outubro, casava-se com Carmen Polo y Martinez Valdes, jovem de uma antiga família asturiana, que êle conhecera havia dez anos. Mais tarde, uma irmã de Carmen, Zita Polo,

casaria com um moço advogado, o futuro ministro do Interior, Serrano Suñer.

Decorreram agitados os primeiros anos da ditadura de Primo de Rivera: o Rif revoltou-se e Abd-el-Krim proclamou-se sultão de Marrocos. De acôrdo com a França, o ditador organizou metódicamente a difficil pacificação do país. Aos 32 anos, Franco era promovido a general e recebia a « Legião de Honra » francesa. Foi na terra marroquina que aprendeu a fazer a guerra. « É o prototipo do homem de guerra — dizia dêle Millan Astray ; — reage rapidamente, com intelligência e energia. Estuda em minúcia o terreno ; procura prever quanto possa vir a succeder e prepara uma solução para cada hipótese. Sabe o que pode pedir aos homens e ao material de que disponha. A tudo isto, alia-se uma coragem excepcional » (1).

Em 1926, reüniram-se no Alcazar todos os officiaes da décima quarta promoção da Escola de Infantaria de Toledo, para homenagear o primeiro general do seu curso. Enviaram-lhe uma mensagem, que principiava com estas palavras: « Quando a passagem da actual geração sôbre a terra não fôr mais do que um curto comentário no livro da história, persistirá a recordação da epopeia sublime que o Exército espanhol escreveu, durante êste período... » A partir de então, Franco abandonou Marrocos, mas foi ali que o marechal Lyautey o conheceu e disse: « Franco e Graziani são os dois soldados mais notáveis do nosso tempo ».

Pouco tempo decorrido, Primo de Rivera nomeou-o director da Escola Militar, recentemente restabelecida

(1) Joaquim Arraras — *Le Général Franco*.

em Saragoça. Ali o surpreendeu, em 14 de Abril de 1931, o advento da República. O general Franco anunciou o facto aos cadetes, sem entusiasmo e recomendando-lhes disciplina. Logo que principiou a constar que iam transferi-lo para o Protectorado marroquino, como Alto Comissário, enviou ao jornal *A B C*, em 18 de Abril, uma rectificação assim redigida: « O govêrno provisório não pode haver pensado em mim para semelhante cargo. Por meu lado, nunca aceitaria êsse pôsto facultativo, pois o contrário poderia ser interpretado como recompensa de uma condescendência anterior pelo regime recentemente instaurado, como consequência de transigências no cumprimento do meu dever, ou de quebra da lealdade devida a quem ainda ontem encarnava a nação no regime monárquico ». Isto não concorreu para aproximá-lo do novo govêrno. A Escola Militar não tardou a ser apontada como reduto de monárquicos, e o ministro da Guerra, Azaña, suprimiu-a. Em 14 de Julho de 1931, Franco despediu-se dos cadetes, fazendo o elogio da disciplina, « virtude que nenhum mérito encerra quando os chefes são virtuosos e estimados, mas que assume todo o seu valor assim que a reflexão aconselha o contrário da ordem a cumprir... ou logo que o arbítrio é base da autoridade ». E acrescentou, elogiando a honra: « Esta concepção da honra não é apanágio de um regimento, nem de um corpo, ou de uma arma. É o património de um Exército, nas tradicionais regras da cavalaria ».

O discurso desagradou ao ministério, e Azaña mandou chamar o general.

— Li a sua « ordem-do-dia » aos cadetes — disse-lhe — Suponho que não pensou bem o que escreveu.

— Senhor ministro — respondeu Franco — nunca escrevo o que quer que seja sem reflectir maduramente.

Durante mais de um ano, nenhum comando lhe confiaram. Em 1932, mandaram-no para a Corunha e, depois, a-fim-de afastá-lo, para as Baleares. Ali, estudou um plano para a defesa da Maiorca, trabalho que foi aceito pelos novos governantes. Mais tarde, êsse plano serviu para inutilizar o desembarque dos comunistas catalães. Em 1934, ao eclodir a revolução asturiana, dirigiu-se ao ministério da Guerra, oferecendo os seus serviços. Começou por organizar a repressão. Entregou ao tenente-coronel Yagué o comando militar de Gijon, expediu ordens telegráficas a cada guarnição e auxiliou o govêrno a pôr cobro às tentativas revolucionárias. Em Maio de 1935, Gil Robles sobraçou a pasta da Guerra. O seu primeiro cuidado consistiu em reorganizar o Exército. Designou como chefe do Estado Maior Geral « o general que disfruta maior prestígio », isto é, Franco. Fêz-se tôda a reorganização militar com base neste princípio. Depuraram-se os quadros dos elementos perniciosos (foi nesta ocasião que tiraram as funções de comando ao general Miaja, futuro defensor do Madrid marxista, assim como a Riquelme, Villalba, Hidalgo de Cisneros, etc.). Restabeleceram-se os tribunais de honra. Entregaram-se postos de confiança a officiais desterrados pela Revolução. Varela recebeu as estrêlas de general; Mola foi encarregado de elaborar um plano de mobilização e enviado para Marrocos como comandante militar do Protectorado.

— Observo — dizia Alcalá Zamora a Gil Robles — que os beneficiados nas promoções ou reintegrados nos seus postos são inimigos da República.

— Todos os oficiais escolhidos são excelentes soldados — redarguiu o ministro da Guerra.

O general Franco criou um serviço de informações que reuniu importantes documentos relativos à propaganda extremista e sobre a interferência dos soviets: Vinte e cinco por cento dos novos soldados eram militantes dos partidos da extrema-esquerda e organizavam células comunistas, assim que entravam nas casernas. Do armamento, apurou-se que tinha imensos defeitos. Franco reorganizou a produção, assinou contractos para a aquisição dos direitos de fabrico de determinados modelos de aviões « caçadores » e bombardeiros, reforçou as defesas de Cartagena e das Baleares, elaborou um plano de três anos para o rearmamento e outro para o conjunto da defesa nacional, fazendo aprovar pelo Conselho de Ministros um orçamento extraordinário de um bilião e cem milhões de pesetas. Mas, em Dezembro de 1935, uma nova crise ministerial afastou Gil Robles ; em 16 de Fevereiro do ano seguinte, a « F. P. » chegou ao poder : Alcalá Zamora saiu da presidência e foi substituído por Manuel Azaña. A Revolução marxista começara.

*
* * *

Um dia, Franco telefonou ao general Pozas, comandante da Guarda Civil.

— Creio — disse-lhe — que V. está ao corrente do que se passa.

— Suponho que nada sucede, retorquiu Pozas... As coisas não têm a importância que V. lhe atribue. Em meu entender, trata-se apenas da legítima expansão da

alegria republicana. Nada vejo capaz de justificar receios ⁽¹⁾.

Às 3 horas da madrugada, Franco, pouco convencido, telefonou ao general Molero, ministro da Guerra, aconselhando-lhe que decretasse o estado de guerra. Alcalá Zamora protestou e ordenou a anulação do decreto, considerado pelos marxistas « uma provocação ». Dominado pelas intrigas de Martínez Barrio e do general Pozas, o govêrno resolveu afastar de Madrid os generais Franco e Goded, acusados de pretenderem sublevar as guarnições contra a expressão da vontade do povo. Goded marchou para as Baleares. Franco seguiu para as Canárias. Todavia, antes de partir, êste último visitou Alcalá Zamora e Azaña. Ao presidente, lembrou como a Revolução fôra vencida nas Astúrias, em 1934:

— Recorde-se, sr. Presidente, quanto nos custou. Se o assalto fôr repetido, muito mais difícil será repeli-lo.

Ao segundo, disse:

— O senhor faz mal em mandar-me para fora de Madrid. Aqui poderia ser mais útil ao Exército e à tranquilidade da Espanha.

— Não temo sublevações — contestou Azaña. — A de Sanjurjo, tive conhecimento dela e podia inutilizá-la no ovo. Preferi deixá-la cair no malôgro ⁽²⁾.

Franco, que não desejava conspirar contra o regime, mas acreditava que a Revolução voltaria a ser sentida, decidiu-se a empreender certos entendimentos. « É preciso — pensava — estarmos prontos para

(1) Joaquim Arraras — *Le Général Franco*.

(2) Id. — *ibid*.

qualquer eventualidade ». Conferenciou com os generais Mola e Varela, aos quais confiou a missão de se manterem em contacto com os generais de divisão e a oficialidade de maior confiança. Encontrou-se com José António Primo de Rivera, e este explicou-lhe a situação da « Falange », indicando os elementos com os quais contava em Madrid e nas províncias. Franco pediu-lhe que estivesse em ligação com o tenente-coronel Yagué. Entendeu-se com mais algumas figuras políticas e embarcou para o seu novo posto, nas Canárias. Recordemos que, em tal momento, era a Sanjurjo que cabia a missão de chefiar o movimento. Franco apenas tinha um papel limitado, possivelmente circunscrito a Marrocos e às ilhas.

Em Santa Cruz de Tenerife, o general sentia-se prisioneiro da « Frente Popular » ⁽¹⁾. Vigiam-no dia e noite, interceptavam-lhe a correspondência, escutavam as suas conversas telefónicas, e atacavam-no na Imprensa marxista. Chegou a ser reclamado que lhe tirassem o comando que exercia. Ao prevenirem-no de estar preparado um atentado contra êle, Franco respondeu:

(¹) É oportuno dizer que, a despeito das graves questões que dêles o afastavam, Franco gozava de prestígio entre os seus adversários. Indalécio Prieto, no famoso discurso de Cuenca, no 1.º de Maio de 1936, em que anunciou a próxima revolução do Exército, referia-se ao futuro « Caudillo » nos seguintes termos: « Não direi meia palavra sequer em menosprêzo da figura dêsse chefe militar. Conheci-o de perto, quando era comandante. Vi-o combater em Africa. Para mim, o general Franco, que então lutava na « Legião », às ordens do hoje também general Millan Astray, *atinge a fórmula suprema do valor*. É um homem sereno na luta. Tenho que render esta homenagem à verdade ». Conf. Indalécio Prieto — *Siento a España...* — (N. do T.).

— Há dois anos que Moscovo me condenou à morte.

Com efeito, parece que fôra tomada, em certa reunião, a resolução de assassiná-lo. Era isto, pelo menos, o que se dizia, e como as garantias dadas pelo governador civil nenhuma confiança inspiravam, os oficiais da guarnição estabeleceram permanente vigilância à roda de Franco, a-fim-de protegê-lo. Dois atentados se malograram, assim, durante cerimônias oficiais. Na noite de 13 de Julho, invadiram o jardim da sua residência. Os assaltantes foram repelidos a tiro pela guarda. Na véspera, José Antônio Sangroniz dera conta ao general do movimento nacionalista em preparação.

Havia muitos meses, como se sabe, que êle estava prevenido da conspiração. A revolta fôra marcada por Sanjurjo para o dia de Santiago, patrono da Espanha (25 de Julho). O assassinio de Calvo Sotelo ia precipitar os acontecimentos.

O 17 de Julho

Franco enviou três cartas a Madrid. Recomendava que não deixassem a guarnição encerrar-se nos quartéis. As tropas deviam ir concentrar-se em determinados pontos onde poderiam reunir-se às forças vindas do Norte. O excelente conselho não foi seguido, porque os destinatários nunca chegaram a receber as cartas. De resto, não seria de Madrid, nem das Canárias, mas sim de Marrocos, que partiria o movimento.

O Protectorado marroquino não escapara à acção da « Frente Popular »: assaltos a centros nacionalistas e ao Circulo Militar; tentativas de incêndios em ermidas, insultos ao Exército, atentados diversos — tudo isto

se sucedera, a bem dizer, com menor violência do que na Península. O tenente-coronel Tella, universalmente respeitado, chefe da 1.^a Legião, fôra destituído, além de muitos outros oficiais. Em tôrno dêle, congregavam-se os elementos de resistência, reunidos pelo tenente-coronel do Estado-Maior Seguí, antigo adido militar em Paris, homem de rara inteligência e verdadeiramente cativante, que viria a tombar nos primeiros meses de guerra. Tella, Seguí, o coronel Solans, Gazapo, Bartolomeu e o comandante muçulmano Hamed Mizziam, tais eram os principais orientadores do movimento, em Marrocos. Desde Março de 1936 que o coronel Seguí estava em contacto com os grupos falangistas de Melilla, combinando o sistema de fazer frente à Revolução marxista. Ameaçado de morte, Tella viu-se forçado a procurar refúgio na zona francesa. Coube a Seguí o trabalho de organizar tudo secretamente, seguro do apoio de Mola, Queipo de Llano, Goded e Franco. Já sabia não poder contar com a apoio da Armada (¹).

Em 29 de Junho, efectuaram-se manobras militares. Começaram a correr boatos de sublevação das tropas, e o general comandante da região, Gomez Morato, chegou a receber um telegrama anunciando-lhe que parte de Marrocos estava rebelada. A realidade era que as manobras, no Llano Amarillo, proporcionavam aos chefes do movimento um ensejo de se entenderem pessoalmente. Seguí enviou emissários ao tenente-coronel Yagué, a-fim-de se lhes vir juntar. Yagué, espantoso personagem cheio de ardor, de eloquência e

(¹) Júlio Martinez Abad ~ 17 de Julio.

de audácia, é o homem dos grandes golpes e das decisões temerárias. Diz quanto lhe passa pela cabeça, totaliza mais dias de detenção do que qualquer outro oficial europeu, tem o pior génio do mundo e é de uma desenvoltura extraordinária. Andava rodeado de elementos nada pacíficos e concebia a guerra como um « condotière » da Renascença. Em 14 de Julho, expediu uma mensagem aos comandantes das unidades, prevenindo-os de que a revolta rebentaria « *el 17 a las 17* ». Foi cumprindo esta ordem concisa que cada um deles ocupou o seu posto.

Nesse dia, às 12 horas, chegou a Madrid um telegrama de Tetuão. Segundo conta Joaquim Arraras, o biógrafo do general Franco, tratava-se de simples telegrama de parabens por um aniversário, dirigido a um indivíduo qualquer ⁽¹⁾ e assinado por pessoa também desconhecida. No entanto, êsse telegrama era uma comunicação sensacional expedida pelo tenente-coronel Yagué. Tinha onze letras o nome do destinatário e dezassete o do expedidor. O texto significava que as tropas de África estavam revoltadas desde as 11 horas dêsse dia 17.

(1) O secretário do general Mola, chefe supremo do movimento em Espanha, teve conhecimento directo dos telegramas a que os autores se referem e dá-nos dêles uma versão diferente. Diz êle: « *O sinal de que as tropas marroquinas estavam prontas a revoltar-se* consistiu num telegrama de parabens dirigido por Yagué a um agente do general Mola e assinado por Eduardo. O sinal de se terem sublevado foi um telegrama com a mesma assinatura e anunciando a chegada a Tetuão de um indivíduo hipotético. O número de letras que compunham o nome do suposto viajante indicava a hora do início do movimento ». Conf. *Mola* — pág. 71. — (*N. do T.*).

Os revoltosos tinham deparado com algumas dificuldades. Segui mandara distribuir armas aos falangistas. Um destes fôra denunciar o « complot » e apresentava a arma como elemento comprovativo da veracidade da denúncia. Seguiu-se um inquérito. Estabeleceu-se grande confusão. Só às 4 e 30 o tenente-coronel La Torre e os seus homens lograram salvar a situação, ocupando diversos edificios públicos de Melilla. Entre o general Roméales, comandante militar da cidade, e o coronel Solans, dera-se uma cena violenta. O general quisera prevenir o govêrno civil pelo telefone. Segui, de revólver em punho, penetrou no seu gabinete e prendeu-o.

Às 17 horas, Casares Quiroga, que recebera notícias alarmantes, telefonou ao general Roméales. Foi o coronel Solans quem o atendeu, respondendo-lhe que tudo permanecia tranqüilo, na zona marroquina. A verdade era bem diferente. Havia combates nas ruas. Os falangistas atacavam enèrgicamente as companhias que haviam decidido ser fiéis ao govêrno. Os oficiais sublevados punham-se em comunicação com Ceuta, Tetuão, e Larache. Tudo corria bem. A « Legião », em camiões requisitados, seguiu, ao anoitecer, para Melilla, a-fim-de concluir a ocupação. O aerodromo de Tanima caiu em seu poder. Casares telefonou para Tetuão, interrogando o general Gomez Morato, chefe das tropas de África, que lhe respondeu nada saber e logo partiu num avião para Tanima. Ao chegar ali, conduziram-no à presença do coronel Solans.

— Meu general — disse-lhe este — estamos sublevados para bem da Espanha. Peço-lhe que se considere nosso prisioneiro.

O general entregou-se imediatamente, sem resistir.

A « Legião » conquistava Marrocos, entoando o seu já célebre hino « Legionário ».

A jornada de 17 de Julho terminára.

Franco em Marrocos

Havia dois dias que Franco se preparava para atingir a zona marroquina. Uma visita de inspecção às ilhas de Fuerteventura e de Lanzarote, recomendada pelo ministério da Guerra, poderia servir-lhe de pretexto. A 15 de Julho, reuniu alguns amigos.

— Não é possível esperar mais — disse-lhes. — Os progressos da anarquia são de tal maneira rápidos que, dentro em breve, ficarão aniquiladas tôdas as possibilidades de reacção da Espanha.

— Felizmente, daqui a uma semana tudo estará arrumado — proferiu um oficial.

Franco objectou:

— Assim será, se o golpe de Estado vingar. Mas o governo dispõe de grandes recursos. Se perdêssemos o efeito da surpresa, a guerra civil seria longa e encarniçada. Os inimigos da Espanha são muitos e poderosos.

Na tarde de 16, Franco foi informado de que o general Amado Balmes, comandante militar de Las Palmas, morrera, em consequência de desastre, ao experimentar um revólver. Pediu, pelo telefone, ao ministério, autorização para ir àquela cidade assistir ao funeral. Partiu à meia-noite e meia hora, com sua espôsa e sua filha, dois ajudantes e quatro outros oficiais. Na tarde de 17, recebia visitas num hotel de Las Palmas. Às 3.

horas da madrugada, o advogado Martinez Fusset levou aos oficiais a noticia de rebelião das tropas de África. Franco soubera do facto uma hora antes, pelo comandante militar de Teneriffe. Dirigiu-se immediatamente à sede da Divisão e tomou as primeiras medidas tendentes a assegurar a vitória do movimento nas Canárias. No dia seguinte, às 11 horas da manhã, trajando civilmente e com óculos, levando no bôlso um passaporte diplomático, estava no aerodromo de Gando.

Esperava-o um bimotor « O-H-Rapid », pilotado pelo capitão inglês Beeb, a quem fôra dada a missão de conduzir de Londres às Canárias um outro oficial britânico, o comandante Hugo B.-C. Pollard, perito em armamentos, da Scotland Yard, sua filha Diana e uma amiga desta, Dorothy Watson. Depois, Beeb deveria transportar um passageiro a Tetuão. O piloto, ignorando tudo da missão cuja responsabilidade lhe cabia, fôra várias vezes interrogado. Por fim, recebera a visita de um desconhecido, falando correctamente o inglês, que voltou na manhã seguinte para levá-lo ao campo da aviação e pô-lo em presença do misterioso passageiro: o general Franco. Às 14 e 10, o avião descolou, conduzindo o general, o ajudante de campo Francisco Salgado e o piloto militar Villalobos. Após fazer escala em Agadir, desceu, às 9 horas da noite, em Casablanca. Franco não dormiu. Entreteve-se a conversar com um amigo. Às 4 horas da manhã, o aparelho tornou a partir e chegou a Tetuão às 7 horas do dia 19. Recebido pelo tenente-coronel Yagué, pelos legionários e regulares, o general dirigiu-lhes uma alocução:

— Chegáramos ao ponto de sentir vergonha de sermos espanhóis e de envergar esta farda, outrora nossa honra e nosso orgulho. Agora, estamos no bom caminho.

Que cada um ocupe o pôsto que lhe compete, para cumprir o seu dever. Pela Espanha, tudo nos parecerá pouco. O sacrifício da vida é glorioso, quando o oferecemos a uma pátria que voltou a encontrar a sua razão de ser, o seu espírito e a sua grandeza.

E, nessa mesma noite, fazia pela T. S. F. a sua primeira proclamação como Chefe do Exército:

Divisões de Espanha! Tropas africanas! Bases da Armada Espanhola! Forças da Guarda Civil e da Guarda de Assalto!

Assumindo em Tetuão o comando dêste glorioso Exército, dirijo as mais entusiásticas saudações às guarnições leais à sua Pátria. A Espanha salva-se a ela própria. Podeis orgulhar-vos de serdes espanhóis. A nossa terra não tolera traidores. A Andaluzia, Castela, Galiza, Navarra, Aragão, as Canárias e as Baleares, com suas guarnições e suas forças da ordem pública, estão a nosso lado. Resta, apenas, na capital, um governo aterrado que pede o apoio das massas revolucionárias e manda os seus aviões bombardear populações civis indefesas, atacando não os soldados, mas sim inocentes, mulheres e crianças. Esses crimes serão severamente punidos.

Se há entre vós quem, por ignorância, se mantenha afastado do movimento salvador, pouco tempo terá para retomar o caminho da Pátria. Que aproveite o ensejo e poderá resgatar-se da ausência. Exigiremos contas severas aos chefes duvidosos e aos traidores, expulsaremos das fileiras do Exército e das escolas militares aqueles que não tenham sentimentos de espanhóis e tomem armas contra os bons patriotas.

A Pátria exige uma fé cega, reclama confiança absoluta e energia inquebrantável. O movimento está em marcha e nenhuma força humana poderá contê-lo.

Um forte abraço e o mais ardente « Viva a Espanha », do general

Franco.

No mesmo instante, o presidente da República, Azaña, inquieto pelas primeiras notícias da insurreição, telefonava ao ministério da Guerra, perguntando:

— E Franco? Que faz?

Casares Quiroga respondia-lhe:

— Está bem guardado, nas Canárias.

Marrocos nacionalista

Ao chegar a Tetuão, Franco encontrou o Protectorado inteiramente submetido aos sublevados. O levantamento de tôdas as tropas de África fizera-se quási simultâneamente. Cêrca de trinta e cinco mil homens — « Legião », regulares e fôrças indígenas — constituíam um conjunto sólido com o qual se podia contar. Desde o dia 18 que o coronel Tella regressara da zona francesa para reassumir o comando de Melilla. O coronel Solans e o tenente-coronel Seguí organizaram prontamente a vida da cidade e nomearam um « alcalde » e um governador civil. Em Tetuão, o Alto-Comissário, Alvarez Bylla, pedira ordens e socorros a Madrid, mas rendera-se imediatamente. O poder estava nas mãos dos coronéis Saenz de Buruaga e Beigbeder, auxiliados pelo comandante dos Regulares, Carlos Asensio. O coronel Beigbeder assumira o cargo de Alto-Comissário. Sem um tiro, Yagué ocupara Ceuta. A história da sublevação em Marrocos findara e, com o apoio dos mouros, nenhuma surpresa daria, no decurso da guerra.

Em 18, partiram para Espanha as primeiras tropas dos Regulares. Foram transportadas pelo « Churruca », cuja tripulação, após o desembarque dos soldados em Algeciras, resolveu amotinar-se e ir unir-se aos « ver-

melhos ». Outro regimento logrou atingir aquela vila, mas daí a pouco os aviões marxistas, com ajuda da esquadra, encerravam o estreito aos transportes dos nacionalistas. Nessa tarde, o govêrno de Madrid publicava pela T. S. F. uma nota, dizendo:

« Malogrou-se uma nova e criminosa tentativa contra a República... Uma parte do Exército que, em Marrocos, representa a Espanha, pegou em armas contra o regime, rebelando-se contra a Pátria numa sublevação vergonhosa e criminosa contra o poder legitimamente constituído. O govêrno declara que o movimento está circunscrito a certas cidades da zona do Protectorado e que, na Península, ninguém, absolutamente ninguém, aderiu a empresa tão absurda. Pelo contrário, os espanhóis reagiram com perfeita unanimidade e com a mais profunda indignação contra uma intentona votada com antecedência ao malôgro. »

De hora a hora, a « rádio » transmitia comunicados cada vez mais optimistas, à medida que a situação se tornava progressivamente complicada para ambos os lados. Na verdade, a resistência fôra maior do que os insurrectos haviam esperado, e Franco, em Tetuão, podia interrogar-se quanto à marcha dos acontecimentos. Em Madrid, na Catalunha, em Valência e Santander, na Biscaia, o govêrno estava inegavelmente senhor da situação, e às forças revoltadas faltavam material, munições e até homens. Por seu lado, a Armada, que se passara para os « vermelhos », impedia as comunicações.

Emfim, em 20 de Julho, deu-se um grave acontecimento que exerceria considerável influência no futuro da Revolução nacionalista: ao sair de Lisboa, para se dirigir a Espanha, o general Sanjurjo morreu, num desas-

tre em avião ⁽¹⁾. O movimento, que perdera, no dia 13, com Calvo Sotelo, o seu chefe civil, ficou sem o chefe militar, oito dias depois. Os generais que restavam, Mola, Queipo e Franco, arriscavam-se a ser tomados por comandantes de região, prontos a envolverem-se em rivalidades. Se se tratasse de um simples « pronunciamiento », a derrota seria certa.

« Nunca vimos o general tão senhor de si, como

(1) No dia 19, de madrugada, chegara a Pamplona, ou antes, ao campo de Noain, uma avioneta ida de França. Tripulava-a o aviador Ansaldo e conduzia como passageiros dois chefes carlistas, Fal Condec e Zamanillo. Ansaldo apresentou-se ao general Mola, que lhe disse :

— O senhor tem que partir imediatamente para Portugal, a-fim-de conduzir a Burgos o general Sanjurjo.

— Mas não está já em Portugal o avião que deve trazê-lo ? — observou o piloto.

O general sorriu e, extraindo da sua carteira um pedaço de papel pergaminhado, entregou-lho, dizendo :

— Sanjurjo só sairá do Estoril com a pessoa que lhe entregar esta metade de um cartão do chanceler Dollfuss. A outra metade tem-na ele em seu poder.

Quatro horas depois, Ansaldo chegava a um campo perto de Torres Vedras. Num automóvel, alcançou o Estoril e procurou Sanjurjo, que estava rodeado de amigos.

— Meu general — disse o aviador — o general Mola encarregou-me de lhe entregar este documento.

Houve segundos de silêncio. A volta, todos se mostravam comovidos. O general uniu com dedos trémulos os pedaços do cartão, e logo exclamou :

— Estou à sua disposição. Partirei quando queira.

E acrescentou, emocionado :

— Muito esperei este instante. Deus quis conceder-mo. Bemdito seja !

No dia seguinte, dava-se o desastre, nas circunstâncias que são conhecidas. — (N. do T.).

nessa emergência » — conta um dos intimos de Franco. — Longe de se deixar dominar pelas contrariedades que os dias iam acumulando, erguia-se pleno de confiança... Afluiam as noticias mais desoladoras. Umas eram captadas pela « rádio », outras chegavam em telegramas misteriosos, redigidos mediante uma cifra secreta que êle traduzia pessoalmente. Eram mensagens de Mola, Queipo de Llano e Aranda... Tranqüilizava os que o rodeavam, ansiosos por saberem novidades, dizendo-lhes: « Boas noticias ». E voltava ao seu trabalho. Nem por uma só vez o anúncio de um revez o interrompeu no que fazia ou lhe causou atraso (¹).

Seria êste auto-domínio que viria a tornar Franco o respeitado chefe da Revolução nacionalista.

(¹) Joaquim Arraras — *Le général Franco*.

IV

O que foi o primeiro dia

Em 17 de Julho, a brusca insurreição de Marrocos poderia parecer um motim sem conseqüências de maior, mas a das guarnições espanholas da Península não tinha êsse aspecto simples. As alterações introduzidas, à última hora, no plano e as contra-ordens revelavam as dificuldades do problema. De-facto, nenhum dos dois planos iniciais foi seguido. Houve atrasos, malogros imprevistos e ocorrências inesperadas que inutilizaram os cálculos feitos e tornaram confusos e dramáticos os primeiros momentos da revolução.

Na tarde de 18, os postos rádio-emissores transmitiram o famoso comunicado em que o govêrno dizia dominar em tôda a parte. Mas a situação modificava-se de hora a hora. Durante a noite seguinte, havia milhares de espanhóis que, pelo telefone, iam fazendo o levantamento da carta do país fraccionado. Nos « Ayuntamientos », nas estações dos correios e dos caminhos de ferro, homens novos, quâsi iguais, agrupados em volta de aparelhos telefônicos, chamavam o seu chefe provincial, buscavam ligar com Madrid, queriam falar com um sindicato ou um « comité » local da « Falange ».

Do outro lado do fio, uma saúdação, uma injúria ou o silêncio bastavam para os esclarecer. Debruçados sôbre um mapa, marcavam de momento a momento as alterações, numa « frente » móvel. André Malraux deu-nos dêsses instantes um inolvidável quadro, nas primeiras páginas do seu romance-documentário:

« — « Allô », Huesca ?

— Quem fala ?

— O « comité » operário de Madrid !

— Acabou-se, seu m... ! Arriba Espanha !

— « Allô », Sepulveleta ? Aqui, Madrid-Norte, « Comité » operário.

— O vosso combóio passou.

— « Salud ! » ⁽¹⁾

Assim se podia seguir com um lápis vermelho, de cabina telefónica em cabina telefónica, a descida dos « requetés » das serranias que conduzem a Madrid ou, de estação em estação, a marcha dos combóios dos mineiros que partiam das Astúrias ou dos batalhões que saíam de Burgos. Esse trabalho levou um dia e uma noite. Ao terminar, em 19 de Julho, havia duas Espanhas.

A Navarra subleva-se

Foi na Navarra — a província mais tradicionalista da Espanha, terra eleita do carlismo e a mais ferida pelo anti-clericalismo republicano — que o movimento eclodiu com maior simplicidade.

(1) André Malraux — *L'Espoir*.

Na noite de 18 para 19, o general Mola, comandante da sub-divisão, reuniu os oficiais e expôs-lhes os acontecimentos. As tropas, logo informadas pelos seus chefes, aderiram ao movimento com entusiasmo. Ao mesmo tempo, as organizações monárquicas e católicas recebiam ordem para mobilizar os seus adeptos. Às 6 horas da manhã, na praça de Castela, Mola proclamou a lei marcial. As rosetas tricolores foram arrancadas e surgiu arvorada a bandeira vermelho-ouro da Monarquia. Quasi toda a Guarda Civil foi juntar-se às tropas, salvo um comandante que tentou requisitar camiões para afastar os seus homens de Pamplona ⁽¹⁾. Foi morto, e o coronel Beorlegui tomou conta das forças da Guarda

⁽¹⁾ Na Navarra, o movimento começou praticamente com a morte de Rodriguez Medel, comandante da Guarda Civil em Pamplona, oficial que recusara o convite de Mola e decidira concentrar em Tafalla os guardas, as armas e os dinheiros da sua unidade.

As 7 e 30 do dia 18, ainda a tranqüilidade era absoluta, mas já tudo estava preparado para a marcha: camiões carregados e forças formadas na parada. Súbito, o capitão Auria dirigiu-se ao comandante, dizendo:

— Os guardas querem saber para onde vão e que missão pensam dar-lhes.

— Vão para onde eu lhes ordenar! — gritou Medel.

Rapidamente, baixou à parada e falou aos homens. Fê-lo de tal maneira que os enfureceu. Por fim, bradou: — « Viva a República! » Ninguém o secundou, mas logo todos ergueram « vivas » à Espanha. Medel viu-se perdido e quis fugir. Abateu a tiro um guarda que tentou segurá-lo. Atingiu a rua, mas caiu imediatamente, morto por uma descarga das « Mausers ».

Então, um sargento e seis guardas da « Benemérita », correram à « Comandancia », para contar a Mola o que se passara. Subiram as escadas, gritando: — « Matamos o traidor! Viva a Espanha! Abaixo os traidores! » Chegados ao vestibulo, conseguiram

Civil e dos guardas de assalto. Os aviadores do aeródromo de Noain aderiram à sublevação. Em poucas horas, por entre um entusiasmo imenso, tódia a cidade de Pamplona estava em armas. Para tanto foi preciso existir Mola — homem taciturno, misterioso, lúcido e pobre, cujas tendências políticas não eram conhecidas, magro personagem com óculos, semelhante a qualquer « responsável » de soviete russo, que, desde 1933, fôssem

entrar no gabinete do chefe do movimento. Perfilaram-se, e o sargento, rígido, anunciou:

— Meu general, acabamos de matar o nosso comandante!

Só então Mola saiu do seu gabinete para agir no exterior. Porém, nada se passou, até à manhã de 19. Durante a noite, ainda Miaja falou pelo telefone com Mola e foi este quem lhe revelou estar revoltado. Miaja desligou, surpreendido pela notícia. De madrugada, Martinez Barrio tentou, também pelo telefone, dissuadir Mola. Prometeu-lhe formar um governo de transição para as direitas, no qual o general teria a pasta da Guerra, se desistisse de sublevar a Navarra.

— Sinto não aceitar a sua oferta — respondeu o chefe militar. — A situação da Espanha exige soluções muito diferentes das que me propõe. Só o Exército pode neste momento devolver ao país a tranquilidade que elle precisa.

E, como o outro insistisse:

— Impossível! Os senhores crêem-se capazes de dominar os comunistas? Não comprehendem que, mesmo se tal quisessem fazer, as massas não lhes obedeceriam? Só a ditadura militar pode salvar a Espanha.

Barrio pediu-lhe que reflectisse nos perigos da guerra civil e repetiu as promessas. O general respondeu:

— Não!

— É a sua última palavra?

— A minha última palavra!

Com este diálogo começava o drama.

Vide — J. M. Iribarren — *Mola* — págs. 101 a 109. — (N. do T.).

quais fôsem as suas ligações com o regime, chegara à conclusão de que a democracia « tem por base um absurdo » ⁽¹⁾, e que dedicara todo o seu saber de militar à causa da Revolução. Mola estava em Pamplona desde Fevereiro de 1936. Encontrando-se Sanjurjo exilado em Lisboa e Franco nas Canárias, era êle o melhor situado para preparar o movimento na Península. Mostrava-se inteiramente decidido a fazer da sublevação qualquer coisa mais do que um banal « pronunciamiento » parlamentar: — o alvorecer de uma Revolução profunda. Setenta e duas horas antes da data secretamente fixada pelo general, as últimas mensagens transmitiam as ordens seguintes: « Os rapazes nas casernas ». « Em Burgos, os políticos estarão sob as minhas ordens, para que ninguém possa dizer que se trata de um « pronunciamiento » ⁽²⁾.

Mas a ordem, a vontade e a inteligência não bastavam. Fácilmente conquistada Pamplona, houve um momento em que, sem notícias dos outros chefes, esmagado pelos comunicados da « rádio » governamental, Mola poderia ter julgado tudo perdido. « Depois, durante a noite e ao alvorecer, os caminhos das montanhas animaram-se. Eram os camponeses que chegavam. Tinham entregue as terras ao trabalho das mulheres e das filhas, e vinham todos, pais e filhos, crianças e vêlhos cobertos com a boina vermelha, com polainas de fazenda e alpargatas, sem equipamento, nem uniforme, acompanhados pelos « alcaldes », divididos por quintas e

⁽¹⁾ Mola — *Doctrinal de um heroe.*

⁽²⁾ Luiz M. de Zunzunegui, in *Je suis partout* (15-vii-38).

por aldeias. Vinham bater-se por Deus e pelo Rei » (1). Foram estes filhos da montanha, armados da espingarda que cada chefe de família possui, que deram a Mola, ao segundo dia da Revolução, o apoio de dez mil homens. Traziam os párocos com eles. Ostentavam cruzes bordadas ou escapulários. Às 4 horas da tarde (2), Mola passou revista a três batalhões de « requetés » que partiram, de noite, para a serra. Por eles, o movimento triunfaria. É que esperavam, havia um século, o momento de retomar o trilho da guerra, entoando « Oriamendi », o antigo cântico das batalhas carlistas.

O levantamento da Navarra foi a aliança da unânime fidelidade camponesa e da vontade organizadora

(1) *Diário de Burgos*, 18-vii-37.

(2) Ainda que, em 18, se registasse o assassinio do comandante da Guarda Civil de Pamplona, a revolta só eclodiu realmente em 19. Em Pamplona não houve luta. A população acolheu os acontecimentos com alegria. Às 7 e 30 daquele dia, as tropas ocuparam a cidade; às 8 horas, começaram a afluir os « requetés » das montanhas e, às 10, pela « rádio », Mola declarou oficialmente que « *el movimiento salvador iniciado por el Ejército está en marcha camino de la vitoria definitiva* ». À tarde, como visse que, na sede da Deputação Provincial da Navarra, fôra içada a bandeira monárquica, o general esboçou o propósito de a mandar tirar. A questão da bandeira fôra debatida nas suas negociações com os chefes carlistas e, a pedido, consentira que os « requetés », mas apenas estes, saíssem para a rua com o símbolo da Espanha monárquica. No entanto, naquele momento, quando ia dar a ordem no sentido de ser recolhida a bandeira, o coronel Ortiz de Zarate disse-lhe: — « Não esqueça, meu general, que foi com esta bandeira que enterramos em Marrocos os nossos mortos! »

O general olhou-o longamente, depois fitou a bandeira e continuou o seu caminho, sem nada dizer. A partir desse momento, o estandarte vermelho-ouro tornou-se o da Espanha nacionalista. Conf. *Mola* — J. M. Iribarren, — pág. 115. — (N. do T.).

de um grande chefe (1). Nos dias seguintes, sem comunicações, sabendo dos malogros de Valência, Bilbao, Santander e San Sebastian, e da resistência de Madrid, Mola não tinha armas nem quadros. Mas contava com os navarrenses, mas franziu num sorriso o seu magro e frio rosto, mas dizia que ia fazer a guerra e prosseguia nela, e auscultava a montanha, e esperava. E a fé carlista, que nada conseguiu abalar, salvou as províncias do Norte e salvou a Espanha.

A vitória do Exército em Burgos

Em Burgos, o comando da divisão era exercido, havia pouco tempo, pelo general Batet, sob cujas ordens estavam o coronel Gistan, comandante da Guarda Civil, o tenente-coronel Gavilan, comandante da cavalaria, e o

(1) Mola, filho e neto de homens que lutaram contra os carlistas, só entrou praticamente em contacto com os «requetés» seis dias antes de estalar a sublevação. Até aí, os carlistas navarros, ainda que se preparassem para agir, faziam-no mais ou menos isoladamente. Nos últimos dias de Junho, o jornalista Garcilaso, ao saber que o Exército ia sublevar-se, logo tratou de pôr os «requetés» em contacto com Mola. Em 5 de Julho, falou com o conde Rodezno, deputado tradicionalista, o qual decidiu ir procurar o general, no dia 13. Da conversa deste político com o chefe militar, resultou que o primeiro enviasse emissários a S. Jean de Luz, onde existia a «Junta Suprema Nacional del Partido Tradicionalista», presidida por Fal Conde, ao lado do qual actuavam os deputados Ramamié de Clairac e Zamanillo, o tenente-coronel Rada e os capitães Villanova e Baselga. Simultaneamente, marchavam para aquela localidade francesa altos elementos do tradicionalismo, que conferenciaram, ali, com a Junta e o príncipe Xavier de Parma. No decurso da conferência, apurou-se que as forças tradicionalistas, desde que o general erguesse o grito da

major Pastrana. A sublevação, na cidade-reliquia, foi muito menos pitoresca do que nas outras; deu, no entanto, um exemplo típico da Revolução feita por um Exército, num plano de conjunto bem executado, tal como o observaram a maior parte das cidades espanholas.

Em 17 de Julho, ao meio-dia, desceu no aerodromo de Gamonal um avião que, segundo as declarações dos seus ocupantes, vinha de Toulouse, e seguia para Lisboa. O governador civil ordenou a detenção dos passageiros, que eram o chefe da « Falange » de Pamplona e dois franceses. Depois, preveniu Madrid. Atribuindo grande importância às capturas, o governo ordenou a partida para Burgos do director dos Serviços de Segurança, Mallol. À tarde, este chegava à velha cidade e tomou conta dos detidos, que logo seguiram para Madrid ⁽¹⁾.

rebelião, correriam a apoiá-lo, mesmo que os seus chefes políticos quisessem manter-se na expectativa.

« *Venimos pedir a Vuestra Alteza nos autorice para ofrecer mañana mismo al general el concurso de nuestros voluntarios* » — explicava um dos delegados, José Martínez Berasain. O príncipe disse pensar que « *los carlistas deben ir en vanguardia* », mas anunciou desejar consultar e obter a aprovação do pretendente carlista, D. Afonso Carlos, que estava em Viena. « *Y se el alzamiento estalla antes de recibirse la aprobación del Rey?* » À tal pergunta, o príncipe respondeu, sem vacilar: — « *Unirse al movimiento. Ponerse a las órdenes del general Mola!* »

Na manhã seguinte, Mola sabia contar imediatamente com 7:000 « requetés ». Acrescentemos que, de Julho a Outubro, a Navarra deu ao movimento 40:000 voluntários carlistas, isto é, a décima parte do total da sua população. — Conf. José M. Iribarren — *Mola* — págs. 77 a 87, e 139. — (N. do T.).

(1) *Diário de Burgos* — 18-vii-37.

Este incidente misterioso relacionava-se certamente com o « complot » preparado em Burgos. É difícil, no entanto, apurar o seu verdadeiro significado ⁽¹⁾. O certo é que, à noite, o director dos Serviços de Segurança, de acôrdo com o governador civil e o general Batet, comandante da divisão, resolveu passar buscas nos domicílios dos generais e outra officialidade apontados

(1) O avião saíra de Biarritz (e não de Toulouse) na manhã de 17. Transportava apenas um agente secreto, nacionalista, de nome Lizarza, incumbido das ligações entre Mola e Sanjurjo. Lizarza já efectuara numerosas viagens entre Pamplona e Lisboa, com documentos que o faziam passar por agente de seguros. Desta vez, entregaria a Sanjurjo uma carta de Mola e uma elevada quantia em dinheiro. Quer as notas, quer a carta haviam sido ocultas, sem conhecimento do piloto, num recanto da fuselagem do aparelho. O aviador parecia inspirar confiança aos revolucionários, mas o certo é que, ao sobrevoar o aerodromo de Gamonal, Burgos, disse necessitar reabastecer-se de gasolina e desceu. O avião foi logo cercado por guardas de assalto vindos de Madrid. Já estava, também, no campo, o director dos Serviços de Segurança, Mallol. O agente de Mola compreendeu que fôra denunciado e suspeitou que o piloto descera propositadamente para o entregar. Conseguiu guardar num bolso o dinheiro e a carta, antes de sair do avião. Um tenente da Guarda de Assalto tomou conta dêle e, ao conduzi-lo até junto de Mallol, disse-lhe, rapidamente, em voz baixa :

— Entregue-me o que leva. Depressa. É preciso que não lhos apanhem.

— Mas eu nada tenho...

— Não perca tempo. Não vê que sou dos seus ?

Um sinal deu-o a reconhecer como pertencendo à conjura. E Mallol, pouco depois, viu malgrado o seu plano de apreender o que o agente conduzia. Lizarza, que sofreu uma odisseia em Madrid, conseguiu, ao cabo de ano e meio de prisão, fugir e regressar ao território nacionalista. — Conf. *Mola* — José Maria Iribarren. — (*N. do T.*).

como hostis ao govêrno. O resultado de tais diligências foi a prisão, na noite de 17 para 18, do general Gonzalo Gonzalez de Lara, que comandava a 11.^a brigada de infantaria e devia desempenhar um papel de importância na Revolução nacionalista. Ao mesmo tempo, eram prêsos muitos outros oficiais, logo conduzidos para uma caserna da Guarda Civil.

As capturas emocionaram profundamente a guarnição de Burgos. Todos os oficiais se apresentaram nas unidades respectivas. O coronel Gistan, que estava à frente do regimento de San Marcial, só a custo logrou impedir a sublevação imediata das tropas. Após muitas conferências, a oficialidade tomou esta deliberação: pôr em liberdade Gonzalez de Lara e os seus companheiros. Em 18, ao escurecer, vários destacamentos do regimento de San Marcial e dos Serviços de Reabastecimento saíram dos quartéis e marcharam para o ponto onde estava instalada a Guarda Civil. O chefe das forças intimou os guardas a abrirem a porta do aquartelamento e, minutos decorridos, encontrava-se em presença do general Gonzalez de Lara.

Este agradeceu-lhes a atitude, mas lembrou-lhes o risco em que colocavam o projectado movimento, tomando uma iniciativa prematura. Recordou-lhes que poderiam originar um malôgro total da insurreição. A guarnição burgalesa deveria esperar as ordens do general Mola. Ficara combinado que ela trataria de manter-se tranqüila, até que chegassem as instruções. Gonzalez de Lara foi obrigado a recorrer a tôda a sua autoridade para impor respeito pela disciplina e conseguir que os soldados desistissem da tentativa. Os outros oficiais ali detidos apoiaram-no nos seus esforços. Decorrido pouco tempo, os prêsos foram levados para uma

camioneta dos guardas de assalto, que seguiu em direcção a Guadalajara. Nunca mais houve notícias dêles.

Nessa mesma noite, o governador civil ordenou a distribuição aos militantes marxistas das armas depositadas no quartel da Guarda Civil. O tenente-coronel ia obedecer e os guardas civis mostravam-se hesitantes, quando as mulheres dêstes últimos, que desconheciam o código de justiça militar, intervieram, pedindo que não fôsse entregue aos « vermelhos » o armamento que, depois, serviria para assassinar-lhes os maridos. E os seus protestos atingiram tais proporções que o oficial superior abandonou a idea de fazer a distribuição.

Na manhã de 18, o general Mena apareceu em Burgos, em avião, incumbido pelo govêrno de assumir o comando da brigada de infantaria em substituição de Gonzalez de Lara. Procurou falar à oficialidade, a-fim-de dissuadi-la de tomar parte no movimento. Sem perda de tempo, os oficiais, recusando-se a escutá-lo, prenderam-no.

As 10 horas, o tenente-coronel Aizpuru comunicava ao coronel Moreno que a sublevação militar eclodiria nessa noite. Explicou-lhe o carácter do movimento e pediu-lhe que assegurasse o não cumprimento de quaisquer disposições do general Batet. Desde tal momento, realizou-se uma série de diligências que se prolongaram até às 2 horas da madrugada, parecendo revelarem que o general Batet queria ganhar tempo, perante aquela guarnição hostil. Batet principiou por afirmar compreender a indignação dos seus camaradas e estar de alma e coração com êles. Rogava-lhes, porém, que nenhuma decisão tomassem. A resposta foi esta: Os oficiais da guarnição exigiam a imediata demissão de Batet. O general tomou, em semelhante emergência, uma atitude

heróica, falando em sair para a rua e morrer, de preferência a render-se. Redarguíram-lhe que tudo seria inútil, visto que as tropas estavam irrevogavelmente dispostas a revoltarem-se. Intentou, então, conseguir que o aceitassem como chefe da sublevação local. Exigia obediência absoluta e queria que lhe reconhecessem o direito de determinar a hora em que as forças principiariam a agir.

Entretanto, nas ruas, começavam a circular patrulhas das juventudes socialistas. A oficialidade sentia que não podia perder tempo. O tenente-coronel resolveu: « Ou Batet sai de Burgos ou vamos prendê-lo ». O coronel Aizpuru, que desde o princípio da noite tomara a chefia local do movimento, foi expor a Batet a resolução dos seus camaradas,

— Não posso entregar o meu cargo, em semelhantes condições — ripostou o general. — E considero impossível render-me sem resistência.

— Que pretende fazer? Se saísse para a rua, apenas levaria com V. Ex.^a a sua ordenança...

— Não importa. Entregaram-me esta missão. Isto obriga-me a combater no meu pôsto e a deixar-me matar nêle, se tanto fôr preciso.

A discussão ameaçava eternizar-se. O coronel Aizpuru cortou-a, deixando cair a mão no ombro do seu interlocutor:

— Acabemos com isto! Considere-se prêso; vou ordenar que o conduzam a sua casa, sob escolta ⁽¹⁾.

Eram 2 horas da madrugada. Fora, as tropas proclamavam o estado de guerra. Os oficiais da guarnição

(¹) *Diário de Burgos* — 18-vii-37.

instalavam-se no edifício do comando geral. Todavia, o tempo perdido ia custar caro. Soube-se mais tarde que Batet, durante as negociações, telefonara a todos os oficiais seus conhecidos de Bilbao, San Sebastian e Irun, a informá-los do levantamento. Dissera-lhes que este ia malograr-se e que, em Burgos, êle, Batet, reprimira severamente a tentativa sediciosa. Aconselhava-lhes que se opusessem da mesma maneira à rebelião.

Passava da meia-noite, quando as tropas começaram a percorrer as ruas, aclamando os seus chefes, confraternizando com os falangistas que se lhes tinham juntado, além de numerosos militantes dos partidos da direita. Na praça Primo de Rivera, o cortejo encontrou-se com um contingente da Guarda Civil. Soldados e guardas confraternizaram. Logo tôdas as forças de que dispunham os nacionalistas marcharam para o palácio do governador civil, sobre o qual pesou a ameaça de duas peças de artilharia. O coronel Gistan, da « Benemerita », o coronel Gavilan, e o coronel Pastrana, dos Serviços de Reabastecimento, pediram uma audiência ao governador. O grupo de guardas de assalto que, à entrada do edifício, representavam o último vestígio da autoridade governamental, nenhuma resistência ofereceram. Então, os oficiais e a sua escolta apresentaram-se ao chefe do distrito que os recebeu ladeado pelo seu secretário particular e pelo comandante da Guarda Civil, elemento republicano. O governador inclinou-se, perante a força, e o coronel Gavilan substituiu-o, aguardando o general Davila, designado para tal cargo no plano revolucionário nacionalista.

O governador encaminhou-se para a cadeia, escoltado por guardas. Ainda teve tempo de ver afixar nas janelas a proclamação do general Mola, estabelecendo o

estado de guerra. Tudo decorrera com a máxima correção. Foi isto mesmo que o coronel Gavilan fez saber ao governo madrileno, no momento em que êste telefonava pedindo notícias e ordenando a distribuição de armas aos sindicatos. No dia seguinte, o « comité » militar tornou público oficialmente que a insurreição nacionalista eclodira em toda a Espanha e que ia constituir-se, dentro em pouco, em Madrid, um governo presidido pelo general Sanjurjo. Logo em todas as janelas surgiram bandeiras vermelho-ouro, repicaram os sinos da catedral e as tropas desfilaram pelas ruas, por entre aclamações.

A "Falange,, conquista Valladolid

Em Valladolid, segunda capital de Castela, haviam nascido as *Juntas de Ofensiva* que viriam a formar a parte sólida da « Falange ». Era a pátria de Onésimo Redondo, a « cidade azul ». Os chefes falangistas encontravam-se prêsoes na cadeia de Ávila, mas o seu grito « *Arriba Espanha !* » tornara-se o brado da cidade e as suas forças constituíam o maior núcleo das juvenis tropas nacionalistas. Agiam de acôrdo com os tradicionalistas, os elementos da « Renovacion » ou da « Accion Popular » — os legionários monárquicos de Albiñana — que também formavam grupos sólidos. Havia pouco, começara a ser ouvida uma canção. Um tanto ao acaso, em certo « café », alguns rapazes tinham trabalhado nessa obra anónima, contribuindo cada qual com um verso ou uma imagem, aos quais um músico dera ritmo (1). Cantavam-na ainda pouco, nessas quen-

(1) Jacinto Miguelarena — *Traqué dans Madrid*.

tes tardes de verão. Era o hino da « Falange ». Depressa tôda a Espanha a saberia de cor.

Valladolid escutou o novo cântico e as aclamações à Espanha una, grande e livre, desde o primeiro dia da Revolução. Esperava-se o golpe havia semanas. Tinham sido adoptadas precauções extraordinárias. A C. N. T. e a Casa do Povo organizavam rondas e buscas domiciliárias. Não obstante, a guarnição aderira à conjura. Na noite de 17, espalhou-se a notícia da sublevação em África. Os falangistas reuniram-se nas ruas, sabendo que 1:200 « camisas azues » das povoações vizinhas esperavam, no monte Torozos, o momento de marcharem para a capital. Foi o Exército quem, ali, como noutros pontos, fêz inclinar a situação para o lado nacionalista.

Ao amanhecer de 18, os guardas de assalto receberam ordens, a-fim-de seguirem para Madrid. A officialidade recusou-se a obedecer. Nos arredores da cidade, o general Saliquet esperava o instante propício para tomar a direcção do movimento. Os « camisas azues » foram falar aos guardas e conseguiram que êles se lhes juntassem. Desde o alvorecer que se travavam ligeiras escaramuças com os marxistas da Casa do Povo. Os rapazes nacionalistas encontraram, no quartel de San Quintin, quanto armamento lhes era preciso. Apoderaram-se dos Correios, da Central Telefónica e da Emissora. Às 9 e 30 da noite, « Rádio-Valladolid » fazia a primeira emissão nacionalista da Espanha (*« Viva a Espanha! As J. O. N. S. acabam de tomar esta estação radiodifusora! »*), atacava o govêrno anti-espanhol de Casares Quiroga, anunciava o fim do marxismo e saúdava o mundo com o grito da « Falange »: « *Arriba*

España! » ⁽¹⁾ Às 10 horas, depois de os « vermelhos » tentarem debalde incendiar duas igrejas, o general Saliquet entrou na cidade.

Estava acompanhado pelo general Ponte, outros oficiais e elementos nacionalistas. Dirigiu-se ao general Molero, do qual reclamou o comando da 7.^a divisão. Deu-se, então, uma cena dramática: Molero, apoiado por dois oficiais, negou-se a ceder. Saliquet concedeu-lhe meia hora para reflectir. O comandante Riobo sacou de um revólver e matou um dos nacionalistas que, com dois oficiais, acompanhavam Saliquet. Surpreendidos pela agressão, os insurrectos ripostaram. Molero e os seus dois companheiros caíram feridos. Às 11 horas da noite, o general rebelado tomava o comando da divisão e as tropas saíam dos quartéis, aos gritos de « Viva a Espanha! » Eram 2 horas da madrugada, quando se proclamou o estado de guerra.

Os edificios públicos caíram nas mãos dos falangistas que cercaram e ocuparam também a Casa do Povo, no dia 19. Um « comité » de acção cívica, logo organizado, procedeu a diversas capturas. Às 8 e 30 da manhã, os elementos da « Falange » prêsoes em Ávila eram libertados pelos seus camaradas. Onésimo Redondo regressava à terra natal, falava pela T. S. F. nessa mesma noite e reclamava o comando dos seus homens. Assaltada a C. N. T., Valladolid ficou inteiramente em poder dos rebeldes. Organizou-se, sem tardar, uma coluna nacional, compreendendo um batalhão de infantaria, um grupo de artilharia ligeira, um esquadrão de cavalaria, uma secção de metralhadoras e, sobretudo, uma consi-

(1) Francisco J. de Raymundo, — *Como se iniciou el glorioso movimiento en Valladolid.*

derável massa de falangistas e milicianos nacionalistas reunidos pelo comum entusiasmo e equipados à-pressa.

Partiram em camionetas, por entre aclamações delirantes, em 21 de Julho. Eram novos e cheios de ilusões ; a guerra divertia-os. Estavam convencidos de que iam conquistar Madrid. Foi uma partida emocionante, nessa esplêndida manhã de verão em que a melhor juventude castelhana ia sacrificar-se. Onésimo Redondo dirigira um apêlo « a tôdas as terras de Castela e Leão », saindo Valladolid, a primeira cidade espanhola renascida para o nacional-sindicalismo ⁽¹⁾. Tornava-se necessário cortar o caminho aos « vermelhos », que já ocupavam posições no Alto de Leon, especialmente aos batalhões dos cantoneiros e dos mineiros asturianos, estes vindos em combóios, e a um grupo de carros blindados de Aranjuez. A coluna do coronel Serrador foi quasi totalmente aniquilada, mas o seu sacrifício permitiu que Mola concentrasse as suas tropas.

Foi no Alto de Leon que a « Falange » perdeu os melhores militantes e que Onésimo Redondo, caindo numa embuscada dos milicianos « vermelhos », morreu pela Espanha, em 26 de Julho de 1936. A morte comparecia à entrevista desde havia muito marcada por essa mocidade heróica.

Aragão submetida pela Guarda Civil

Em tôda a zona do Norte e de Oeste, a sublevação fêz-se como em Burgos e Pamplona. Constituiu-se um « comité » local, proclamou-se um govêrno nacional e,

(1) Onésimo Redondo — *Caudillo de Castilla*.

emquanto não se procedia a uma organização regular, tomaram-se as primeiras medidas, decretando o estado de guerra. A população, que aliás nunca deixara, em tôdas as regiões, de se mostrar hostil à « F. P. », apoiou em massa e com entusiasmo o movimento. Isto é, os nacionalistas tinham-se apoderado, sem resistência, de metade de Aragão, da Navarra e da provincia de Leão, quasi tôda a Galiza e de certo número de centros da Andaluzia.

Nas cidades onde a revolta nacional chocou com as organizações operárias, a luta foi muito mais rija.

Tratava-se, na maior parte, de centros que o plano inicial da insurreição colocara de lado, atendendo às dificuldades que, por certo, a acção nacionalista ali iria encontrar. No que diz respeito a alguns, parece que o plano fôra modificado, na esperança de se paralizar a defesa mediante maior número de focos da rebelião. Quanto a outros, as circunstâncias, a vontade combativa dos dirigentes e, em especial, o entusiasmo clamoroso de todos os nacionalistas, provocaram, no dia 19, reacções por vezes imprevistas, nem tôdas coroadas de êxito, e que, no fundo, foram tentativas compreensíveis de pessoas condenadas a serem suprimidas nas semanas seguintes, mesmo que nada tivessem feito nas horas decisivas. Muitas dessas reacções, empreendidas em momentos de audácia, quasi sempre sem ilusões e algumas vezes até sem esperança, conseguiram conquistar e conservar preciosos pontos de apoio para as operações futuras dos nacionalistas.

Nos limites da zona dominada pelos revoltosos, em Saragoça, Huesca e Teruel, as possibilidades do movimento eram poucas. O plano inicial comportava particularmente o abandono de Saragoça e Huesca, cidades

industriais com fortes organizações operárias. A energia do Exército e dos civis que o apoiavam se devem as alterações operadas na situação.

Na tarde de 17, os marxistas saragoçanos, conhecedores da insurreição em África, principiaram a reunir armas, ao mesmo tempo que se notava inusitada agitação nos quartéis. Os moços « requetês » e os rapazes falangistas armaram-se também, seguros do apoio dos oficiais. Confiavam menos no general Cabanellas, antigo político franco-mação, sem dúvida suspeito aos olhos da República, mas parecendo pouco apressado em aderir ao movimento. Apurou-se, depois, que uma terrível discussão o incompatibilizou, durante quasi tôda a noite, com a sua officialidade. Venerável, erguia os braços ao céu com ostentação, gemia, lembrava a sua reconhecida lealdade e interrogava-se — a-pesar-de a República o ter, em tempos, irradiado — se não iria arriscar num golpe de dados todos os esforços de uma vida consagrada à prudência. Isto exasperou um dos officiais que, de súbito, sacou do revólver, apoiou-lhe o cano na cabeça e disse conceder-lhe alguns minutos para pensar. Com súbita clareza, os altos princípios da causa nacional surgiram a Cabanellas, que se manteve fiel até à morte a tão súbita revelação. Em 18 de Julho, ao amanhecer, as tropas de Saragoça estavam prontas para o movimento ⁽¹⁾.

Posta de sobreaviso, Madrid destituiu impiedosamente Cabanellas e enviou para ali, como inspector, o general Nuñez del Prado. Houve uma entrevista e,

(1) Note-se que nenhum jornal ainda contou isto, que de resto tôda a gente sabe, em Espanha.

recordando-se, por certo, da inquietante noite anterior, Cabanellas mostrou-se firme, afagou a sua bela barba e prendeu o pobre general inspector.

Não obstante, já tinham sido distribuídas armas aos partidos das esquerdas — poderosos naquela vêlha cidade operária — e o passeio da Independência começava a apresentar aspecto pouco tranqüilizador. Os guardas de assalto salvaram a situação. Não sucedeu o mesmo no resto da Espanha, mas ali, tomaram êles a iniciativa de revistar os transeúntes, passar buscas nas casas e, com extrema rapidez, apreender considerável quantidade de material. Na noite de 18 para 19, tudo estava, por assim dizer, terminado. Já dera entrada na prisão o governador civil; fôra proclamado o estado de guerra às 4 horas da madrugada e, ao amanhecer, as diversas tentativas de greve caíram no malôgro. O general Cabanellas, graças à guarda de assalto, podia ufanar-se de haver obtido uma das melhores jornadas do movimento nacional ⁽¹⁾.

Em Huesca, as Guardas Civis e de Assalto juntaram-se ao Exército, em 17 de Julho. Em Teruel, ao receberem um telegrama, no dia 19, anunciando o estado de guerra, as tropas e os guardas, a despeito da viva resistência que os marxistas lhes ofereceram, tomaram posse da cidade. Não obstante, o domínio no Aragão só ficou assegurado quando chegaram a Saragoça dois mil « requetés » de Navarra, com as boinas encarnadas e o estandarte vermelho-ouro, desfilando por entre os carinhosos aplausos da « Falange ». Por

(1) *El Noticiero* (18-vii-37), e Liebana y G. Orizana, *El movimiento nacional*.

seu intermédio, Aragão uniu-se à Navarra, formando, dessa maneira, o bloco nacionalista do Norte, do qual o general Mola assumiu o comando supremo.

Como um homem conquistou Sevilha

Como rebentaria a Revolução em centros menos sólidos, que não poderiam contar com a força dos navarrenses?

Sevilha era uma cidade onde os «vermelhos» dispunham de cinqüenta a sessenta mil sindicalistas, quâsi todos armados, pelo menos, de pistolas. As fileiras dos nacionalistas apresentavam-se pouco numerosas e mal organizadas. Fôra assegurado o concurso de 1:500 falangistas. Porém, estes residiam em pontos distantes e, logo no princípio da sublevação, as estradas ficaram cortadas. A guarnição compunha-se de três regimentos — um de cavalaria, outro de infantaria e o terceiro de artilharia. Comandava superiormente as forças o general Villa Abrille, vêlho amigo de Queipo de Llano e elemento republicano do qual, no terreno político, nada havia a esperar. Na generalidade, os oficiais guardavam recordação excessivamente nítida da tentativa feita por Sanjurjo, em 1932, e em particular das medidas disciplinares que se lhe seguiram. Assim, logo que, no dia 18, Queipo de Llano chegou, em automóvel, ao hotel Simon, para tomar Sevilha, viu-se perante muitos obstáculos: uma população hostil, um comando pouco maleável e oficiais desanimados. Para apoiar a tentativa, estavam a seu lado três homens — os comandantes Cuesta Moreneo e Rimentaria, e o capitão aviador Carrillo. Acompanhava-o ainda o ajudante de

campo, comandante Lopez Guerrero. Foi com semelhantes forças, e sem outra directriz orientadora além da sua iniciativa pessoal, que o general Queipo resolveu apoderar-se de Sevilha.

A sua primeira preocupação consistiu em vestir o uniforme. É o acto inicial de qualquer rebelião militar. A seguir, dirigiu-se à sede da Divisão e escolheu um gabinete vago, compartimento que fôra abandonado pelo pessoal em consequência de ser abafadiço naquela época de calor. Instalado, o general deu começo às operações. Logo que lhe pareceu ser chegada a hora de agir, encaminhou-se para a repartição do general Villa Abrille, acompanhado por dois oficiais seus amigos. O comandante da Divisão estava rodeado pelo respectivo Estado-Maior. A aparição de Queipo de Llano não o surpreendeu. Nas semanas anteriores, recebera, por várias vezes, a sua visita. O general Queipo de Llano refere assim o diálogo que entre êles se travou:

— Então, que te traz por aqui ?

— Venho dizer-te que chegou o momento de tomar uma resolução. Estás ao lado dos teus camaradas, ou com o governo que leva a Espanha para a ruína ?

— Serei sempre fiel ao governo !

— Nesse caso, previno-te disto : dei ordem ao « comité » militar para que te estoirem os miolos. Mas como sou teu amigo, não quero recorrer à violência e espero que reconsideres.

— Repito-te que continuarei a obedecer às ordens do governo !

— Então, só tenho dois caminhos: fuzilar-te ou prender-te. Contento-me em dar-te voz de prisão. Recolhe no teu gabinete !

— Está bem. Peço-lhes, senhores — e o general Abrille voltou-se para os oficiais — que registem o facto de só me curvar perante a força.

— Isso mesmo. Cedes perante a força. Mas entra imediatamente no teu gabinete — disse o chefe revolucionário, empurrando-o de-vagar para a porta.

« Entrou — acrescenta Queipo de Llano — voltando-se ainda numerosas vezes para os outros, no intuito de lhes fazer ver que se submetia à violência. Todos nós o acompanhámos. Chegados ao gabinete, recomendei-lhe, pela última vez, que reflectisse. Recordei-lhe as nossas conversas nas últimas semanas, e garanti-lhe que, se não mudasse de atitude, trataria de metê-lo na cadeia ». O seu chefe de Estado-Maior, general Lopez Varela, interveio:

— Prenda-me também !

— Como queira — exclamou Queipo. — Tomem conta dêles !

— Desejo ter a sorte dos meus camaradas — disse o comandante Hidalgo, oficial do Estado-Maior.

— Ser-lhe-á feita a vontade.

Sucedeu o mesmo com os restantes oficiais. Queipo arrancou os fios do telefone e preparou-se para sair fechando a porta. Viu, nessa altura, que não havia chave. Rápido, chamou um cabo, que correu com alguns soldados, e deu-lhe ordem para abrir fogo, se qualquer dos detidos intentasse fugir ⁽¹⁾.

— Disse-lhe — precisa o general, ao contar este episódio: — « Se algum sair daqui, mato-te ! »

(1) A B C — Sevilha — 18-vii-37.

E com efeito ninguém deu um passo fora do gabinete.

Esta pequena comédia não passava de um prólogo. Bastava, porém, para dar a entender que o general não poderia realizar tudo sòzinho. « Neutralizado » o Estado-Maior, marchou para o quartel da infantaria, comandada pelo coronel Allanegui, que se portara brilhantemente em Marrocos. Nunca revelara a sua tendência política, mas Queipo julgava poder contar com êle. Ao chegar ao edificio, o general ficou surpreso. As companhias estavam formadas e armadas. Havia sido montada uma guarda reforçada. Todos os oficiais se encontravam no vestibulo, à volta do coronel do regimento. Sem vacilar, Queipo avançou para aquêl official superior:

— Venho apertar-lhe a mão, caro amigo (*era a primeira vez que o via...*) — e felicitá-lo por estar ao lado dos seus camaradas, nestas horas em que se joga o destino da pátria.

— A minha attitude consiste em defender o govêrno. Nenhuma ordens cumprirei, desde que não partam do meu chefe, o general Villa Abille — redarguiu o outro com secura.

« Dissimulei a minha surpresa e a minha indignação — conta gravemente Queipo de Llano. — Propus-lhe, o mais tranqüilamente possível »:

— Quere que continuemos esta conversa no seu gabinete ?

Seguidos por tãda a officialidade, fômos para um pequeno compartimento, cuja porta dava para o vestibulo. Entrâmos, o coronel, o tenente-coronel, eu, os maiores e um ou dois capitães, além do meu ajudante de campo, Lopez Guerrero. Não cabia ali mais ninguém. Nos dois ou três degraus exteriores da porta, ficaram

os outros capitães e os tenentes. De novo falei ao coronel:

— Será possível que, perante um governo indigno que conduz a pátria por mau caminho, perante o tratamento dado ao Exército, os vexames e as injúrias. Você tome a defesa dêsse governo?

— Sim, senhor!

— Então, vejo-me obrigado a retirar-lhe o comando do regimento. Senhor tenente-coronel — disse, voltando-me para êste — queira tomar o comando da unidade.

— Solidarizo-me com o nosso coronel — respondeu. Deu um passo e colocou-se ao lado do outro.

— Senhor major, assumo o comando.

— Acompanho o meu coronel na sua recusa!

— Qual dos senhores quer encarregar-se de dirigir o regimento? — perguntei aos capitães.

Responderam-me a mesma coisa. Nessa altura, disse ao Lopez Guerrero, o único dos meus amigos que me acompanhara ao quartel:

— Vá à séde da Divisão e peça ao major Cuesta que venha ter comigo.

Êle saiu e eu fiquei só, em face daqueles oficiais que me eram ferozmente hostis. Houve um difficil momento de silêncio. Depois, um dos oficiais, o major Perez, tomou a palavra para me dizer, com as lágrimas nos olhos, que todos pensavam como nós, os rebelados, mas que se lembravam da repressão exercida após a sublevação de Sanjurjo. Temiam que isto se repetisse.

— Hoje, não é a mesma coisa — redargui. — Êsses factos não voltam a succeder, porque se trata de vencer ou morrer. O momento é decisivo. É preferível morrer a viver na deshonra!

Cuesta appareceu nesse instante. Perguntei-lhe:

— O senhor não me disse que, chegada a hora, o coronel Allanegui e o seu regimento estariam conosco ?

Cuesta falou-lhes e repetiu-se a cena anterior. Começava a habituar-me à idea de jogar o todo pelo todo, quando me dirigi aos capitães que permaneciam fora:

— Não há, então, entre os senhores quem seja capaz de fazer sair o regimento ?

Nenhuma resposta. Por fim, um dêles, o capitão Fernandez de Cordoba, sorriu ligeiramente.

— Sente-se capaz disso ? — inquiri.

— Sim, senhor !

— Bem. Tome o comando !

O coronel Allanegui procurou sair do gabinete. Agarrei-o por um braço e perguntei-lhe com energia:

— Aonde vai ?

— Falar aos meus homens !

— Proíbo-lhe que saia daqui

Enquanto falava, levei a mão ao revólver, como se quisesse empunhá-lo. Acrescentei:

— Não me obrigue a empregar a violência !

Segurando-o com força, sempre com a outra mão sobre o revólver, gritei com voz que parecia um trovão :

— Convençam-se de que estamos decididos a tudo !

Num gesto brusco, como se fôsse fazer fogo, empunhei a arma e berrei com tôda a força dos meus pulmões:

— Os senhores estão prêsos ! Acompanhem-me !

Todos me seguiram. Passámos diante da força de guarda e percorremos a distância que separa o quartel da sede da Divisão. Uma vez chegados, meti-os no

gabinete onde permaneciam os nossos primeiros prisioneiros (¹). »

Esta narrativa talvez deva um pouco do seu cunho pitoresco à vivacidade do general Queipo de Llano, mas pode-se registrar que as primeiras diligências foram, pelo menos, delicadas. Acrescentemos que as verdadeiras dificuldades ainda não tinham surgido. É claro que não tardaram. Logo que viu os prêso bem guardados, o general regressou ao quartel para falar ao regimento. Deparou com 130 homens bem alinhados. Preguntou onde estavam os outros e ouviu que nenhuns mais havia. Aquêles formavam todo o regimento de infantaria da guarnição sevilhana. Ao mesmo tempo, anunciavam-lhe que os falangistas da cidade acabavam de declarar-se às suas ordens. Eram quinze. Os restantes encontravam-se nas aldeias e chegariam quando tivessem possibilidades de fazê-lo.

O general revelou certo embaraço. Entretanto, iam dizer-lhe que andavam nas ruas três auto-blindados munidos de espingardas-metralhadoras e tripulados por sindicalistas. Eliminar os três veículos constituiu a primeira acção: uma peça de acompanhamento da infantaria destruiu o primeiro; um sargento conseguiu pôr o segundo fora de combate; o último foi apresado ao fim da tarde. Independentemente disto, os problemas da ocupação impunham-se. Entrou-se no capítulo das coisas sérias.

De comêço, o ataque à central telefónica. Ali, o general teve as circunstâncias a ajudá-lo. Dois homens lhe levaram um imprevisto socorro. No parque de arte,

(¹) A B C — Sevilha — 18-vii-37.

lharia, à frente de um punhado de soldados, um oficial de engenheiros, o capitão Corretcher, apoderou-se do edificio e dos depósitos de armas e munições: 25:000 espingardas, 7:000 carabinas e grande quantidade de cartuchos. Nos Serviços de Reabastecimento, o comandante Nuñez, parente do presidente Azaña, que não pertencia ao « complot », colocou-se à frente de cinqüenta homens e marchou a oferecer-se ao general. Teve o apoio da 9.^a Companhia de metralhadoras do regimento de Granada, comandada pelo capitão Fernandez de Cordoba.

Os soldados de Nuñez lograram penetrar na Câmara Municipal, em frente da Central Telefônica, aprisionaram os vereadores e abriram fogo. Por seu lado, as metralhadoras ocuparam posições. Todavia, o cerco ameaçava tornar-se prolongado. Notando isso, o general Queipo de Llano enviou uma carta ao coronel comandante do regimento de artilharia, elemento que encontrara dias antes, e conseguiu que êle lhe mandasse uma bateria. Pouco tempo decorrido após a entrada da artilharia em acção, a Central Telefônica rendeu-se. As bôcas de fogo e os infantes foram empregados, a seguir, num ataque ao hotel de Inglaterra, fronteiro ao palácio do governador, dentro do qual haviam buscado refúgio os principais funcionários protegidos por duzentos guardas civis armados de metralhadoras. « No momento em que os primeiros estilhaços das granadas atingiram o edificio — contou o general — o pânico apoderou-se dos seus improvisados defensores. Retiniu, em tal emergência, a campainha do meu telefone.

— Quem fala ? — perguntei.

— Aqui, o governador civil. Telefono-lhe para dizer que nos rendemos, mediante certas condições.

Abraçá-lo-ia de boa gana. Mas, notando a alteração da sua voz, depreendi a perturbação em que êle estava e retorqui-lhe com a maior secura possível.

— Não aceito condições !

— Uma só, pelo menos.

— Qual ?

— Que as nossas vidas sejam respeitadas.

— A sua, sim. Nada prometo quanto às dos outros.

— Muito bem (!); então, rendemo-nos. Dê ordens para que não nos matem.

— Tranqüilize-se. Nada se passará. Diga aos guardas civis que abandonem as armas num canto do pátio. Segue para aí a pessoa incumbida de tomar conta do governo civil. O senhor será levado para a Divisão, sob escolta.

Efectivamente, com uma fôrça composta de um cabo e três soldados, que reüni a custo, Perico Parias, por mim nomeado governador, dirigiu-se ao palácio, seguido de seus filhos e de Ramon Carranza, o qual recebera das minhas mãos o título de « alcalde ». Daí a pouco, appareciam na Divisão, conduzidos pela escolta, todos os membros da Municipalidade, da Deputação Provincial e do Governo Civil. No palácio, ficaram prisioneiros — sob palavra — duzentos guardas civis, com suas espingardas e metralhadoras. Eu esfregava os olhos, para me certificar de que não sonhava » (1).

Havia mais guardas da « Benemérta »: no quartel, quatrocentos tinham declarado enèrgicamente, ao princípio da tarde, que não seguiriam o general Queipo de Llano. No entanto, a presença do governador civil e

(1) A B C — Sevilha — (18-VII-37).

dos principais funcionários — entre êles o comandante da Guarda Civil — na sede da Divisão, modificou êste estado de coisas. Algumas horas decorridas, os guardas deixaram-se convencer.

Passara-se o mesmo no aerodromo de Tablada. De manhã, o sinal da revolta fôra dado por um corajoso gesto do tenente Vara del Rey, que fêz fogo contra aparelhos enviados de Madrid para sobrevoarem a zona monárquica, conseguindo inutilizar um dêles. O oficial subalterno, ao cabo de heróica resistência, ficou gravemente ferido e caiu prisioneiro. O capitão Carrillo, enviado por Queipo de Llano ao aerodromo, não teve melhor sorte e foi prêso. Porém, logo que entre os aviadores se soube que o general dominava Sevilha, o seu comandante, um coronel, demitiu-se sem opor dificuldades e deu liberdade aos prisioneiros. Ao entardecer, a aviação aderiu ao movimento. Quási na mesma altura, um esquadrão de cavalaria tomava a estação « Rádio-Sevilha ».

Na noite de 18 de Julho, mercê de uma série de golpes de mão de « condottiere », o general Queipo de Llano estava senhor do poder, na capital andaluza, e anunciava, pela « rádio », em tom categórico, « a vitória do movimento nacionalista em tôda a Espanha ».

Não obstante, a sua conquista fôra tão relativa que os combates, nos bairros, sucederam-se ao golpe cujo êxito resultara da surpresa. Durante bastantes dias, tornou-se necessário lutar com um punhado de homens contra barricadas e inutilizar reacções violentas. Os falangistas de Sevilha, que estavam detidos e viram, no decurso da noite, abrirem-se-lhes as portas da cadeia, uniram-se aos que principiavam a afluir dos arredores e a uma fôrça da Guarda Civil vinda de Huelva. Foram

estes os elementos empregados para fazer frente aos grupos marxistas e anarquistas, corajosos mas mal orientados. Os « vermelhos » esperavam engrossar as suas fileiras com reforços de mineiros de Rio Tinto, que se aproximavam em camiões, com grande quantidade de dinamite. Mas êste combóio explodiu. Foi pelos ares, à entrada da cidade.

Levou dias, de-facto, a conquista da periferia, bairro por bairro. A do famoso bairro da Triana só ficou concluída após terrível luta. Assinalou-a uma repressão impiedosa. O terror assegurou a disciplina que o número não podia impor.

Queipo de Llano só conseguiu responder por Sevilha logo que os primeiros legionários lhe tombaram do céu, em avião. Eram doze. Passeou-os horas a fio pelos bairros operários, à maneira dos figurantes de teatro, a-fim-de dar a impressão de que os sublevados já não temiam a superioridade numérica. Sevilha estava sólidamente em poder dos nacionalistas.

Em Cordova e Granada, nas demais cidades do sul, a revolta teve aspectos menos pitorescos mas mais duros. No primeiro daqueles centros, o governador civil tentou opor resistência, assim que o comandante da guarnição proclamou o estado de guerra. Houve intensa fusilaria nas ruas ; os guardas de assalto e os dos Serviços de Segurança juntaram-se às tropas revoltadas, cujo domínio não tardou a ser completo. Em Granada, o comandante militar, general Campins, era republicano e resolveu permanecer fiel a Madrid. Recusou-se a proclamar o estado de guerra, como lhe ordenara de Sevilha o general Queipo de Llano. Reinou a maior desordem, durante quarenta e oito horas, por haverem sido distribuídas armas aos bandos marxistas. Os oficiais

enviaram sucessivos emissários ao general Campins, mas é de crer que êste conseguia ser mais teimoso do que o venerável Cabanellas. Às 5 horas da tarde de segunda-feira, 20 de Julho, a officialidade teve uma violenta conferência com o seu chefe. Por fim, as tropas saíram para a rua, procederam à proclamação do estado de guerra e prenderam Campins. Afluiram, sem tardar, dos arredores, magotes de camponeses que se uniram ao Exército, erguendo « vivas » à Espanha.

Em Cadiz, as coisas foram mais simples. Em 17, à noite, chegara uma ordem de Madrid para que o general Varela desse imediatamente entrada nas prisões do castelo de Santa Catalina. A determinação teve rigoroso cumprimento. No dia seguinte, Queipo de Llano ordenava ao governador militar da cidade, general Lopez Pinto, que pusesse em liberdade o prêso. Este salu da cadeia ao meio-dia. Ao fim da tarde, chefiava o movimento. Reünidos na Casa do Povo, os dirigentes marxistas convocaram todos os seus militantes. Tentaram, sem resultado, assaltar uma fábrica de armas; procuraram sabotar as tubagens da água e a geradora de electricidade, e foram lançar fogo aos arrelojes e aos edificios da rua Eduardo Dato, uma das mais importantes artérias da cidade.

Varela enviou para ali uma fôrça composta por falangistas, guardas-civis e soldados, no propósito de defender as moradias. Era tarde. O incêndio tomou rapidamente proporções consideráveis. Houve combates, durante tôda a noite, em redor do govêrno civil. Ao alvorecer de 19, o contra-torpedeiro « Churruca » chegava ao pôrto de Cadiz, desembarcando algumas centenas de homens das tropas marroquinas. O governador

reendeu-se imediatamente, e o general Varela tratou de organizar a vida da cidade.

Como o telefone provocou a perda de Malaga

Malaga não pertenceu ao número dos centros nos quais o movimento vingou. Ao saber, em 18, o que estava a ocorrer em África, o general Patxot, comandante militar da cidade, reuniu os seus oficiais, a-fim-de combinarem a atitude a tomar. Um daqueles correu a prevenir o governador civil de que a guarnição estava disposta a sublevar-se. Logo Madrid soube do caso pelo telefone.

— Nem quero admitir a idea de que o senhor seja um faccioso! — disse o governador ao general, em tom de ameaça.

— Não há motivo, de-facto, para proclamar o estado de guerra... — murmurou timidamente Patxot.

Porém, ao cabo de muitas hesitações, decidiu-se:

— Para a frente! Seja o que Deus quiser!

De tarde, as tropas desfilaram nas ruas e o estado de guerra foi proclamado. Por sua vez, o governador civil organizou a defesa, lançou proclamações pela « rádio », armou os milicianos marxistas, que se deslocaram em camiões, e de-pressa houve luta em todos os bairros da cidade. Estabeleceram-se negociações entre o general e o governador, o qual se negou por três vezes a capitular, afirmando que os guardas de assalto, os « carabineros » e os marxistas não lhe consentiam que o fizesse. Prometia render-se no dia seguinte, mas a verdade é que apenas pretendia com isso ganhar tempo. Diz-se que Patxot, que não era homem desconfiado,

recusava desde o dia 17 a oferta do apoio dos falangistas ⁽¹⁾. Seja como fôr, o general ordenou a um oficial que procurasse o governador e tivesse com êle uma última conversa. De súbito, deu-se um acontecimento singular: O oficial encarregado da referida missão recebeu telefonicamente instruções de Patxot para se retirar do govêrno civil. O general justificava a contra-ordem, informando que a Revolução nacionalista redundara num malôgro completo, em tôda a Espanha.

Não se sabe se o emissário do comandante militar se suicidou ou foi assassinado. O certo é que os marxistas, uma vez recolhida a tropa aos quartéis, tomaram conta da cidade.

A explicação da atitude do general baseia-se nestes factos: Executando uma manobra astuta, Martinez Barrio falara com Patxot pelo telefone, anunciando-lhe que a esquadra « vermelha » recebera ordens para singrar em direcção a Malaga e bombardeá-la ⁽²⁾. O infeliz general acreditou piamente no que lhe dizia o membro do govêrno madrilenho. O resultado de semelhante ardil viu-se com rapidez. Os bandos armados lançaram-se pela cidade, incendiando, saqueando e assassinando sem qualquer espécie de escrúpulo e sem que ninguém os contivesse.

⁽¹⁾ A. Gollonet Megias y J. Morales Lopez — *Sangre y fuego en Malaga*.

⁽²⁾ Está hoje esclarecido que Patxot foi vítima da sua precipitação de homem nervoso e algo ingênuo. Com efeito, chegado o momento, ordenou às tropas que saíssem para a rua, proclamou o estado de guerra e preparou-se para agir consoante os planos previamente delineados. Em certa altura, Martinez Barrio, a quem Azaña encarregara de formar govêrno e que já buscara, em vão, dissuadir Mola de se revoltar, telefonou ao chefe da sublevação

O general, que julgara poder salvar a vida ao deixar campo livre aos marxistas, caiu prisioneiro dêstes e foi ferido. Repetia constantemente:

— Pobre Espanha !

Deixaram-no alguns dias no hospital, enquanto a ditadura « vermelha » devastava Malaga. Na manhã de 12 de Agosto, levaram-no ao cemitério de San Rafael, cortaram-lhe as orelhas, fuzilaram-no e, já morto, casttraram-no. Enquanto isto sucedia, na cidade eram mas-sacrados os rapazes falangistas que resistiam com heroísmo ; mutilavam-se cadáveres, chacinavam-se os « fascistas », e as hordas percorriam as ruas gritando:

— Vencemos ! Viva a revolução do povo !

Os combates nas Astúrias

Navarra, Aragão, uma parte de Castela e quási tôda a Andaluzia estavam, portanto, em poder dos naciona-listas. Que sucedia, porém, nas regiões onde os marxistas dispunham de sólidos apoios ?

Os chefes do movimento nacional haviam reconhe-cido que a sublevação militar nenhuma probabilidade tinha de triunfar nas Astúrias, pois depararia imedia-tamente com a resistência dos mineiros comunistas e

em Malaga. Arteiro, conseguiu convencê-lo de que o *Exército*, em face de êle, Martínez Barrio, formar um gabinete com tendência conservadora, desistira do movimento. Assegurou que Mola já pusera de parte a idea da conjura e ia sobraçar a pasta da Guerra. Patxoç, sem reflectir, tomou por bom tudo quanto o politico lhe disse. Ordenou às tropas que voltassem para os quartéis. Daí a pouco, via-se perante uma situação trágica, da qual foi uma das primeiras vítimas. Conf. *Mola* — pág. 108-109. — (N. do T.).

anarquistas, cuja revolução, em 1934, revelara a existência de forças consideráveis. Por isso, a referida província fôra incluída no número das zonas a pacificar, após a vitória definitiva. As cidades estavam classificadas em três categorias: activas, passivas e « *perdidas para la causa* » ⁽¹⁾. Oviedo era uma « *ciudad perdida* ». O coronel Aranda nem sequer conhecia o plano do movimento. Vira Franco e Fanjul em Madrid, alguns meses antes. Ambos lhe disseram, sem mais explicações:

— Isto vai de mal a pior.

Aranda era um oficial como tantos outros: homem corpulento e jovial, de olhar por vezes agudo, parecendo bom republicano e — dizia-se — simpatizante com as ideias da extrema-esquerda. Os marxistas não o temiam. Encaravam-no com evidente consideração, contando como certo que se mostraria compreensivo para com eles, em caso de revolução. O coronel deixava circular todos os boatos, e entregava-se conscienciosamente aos deveres da carreira militar. Sua mulher, nesse princípio de verão, encontrava-se em África. Aranda telefonava-lhe amiúde e, nas conversas, sempre afectuosas, falava do calor, da guarnição, da « *Mess* » e dos camaradas. Foi ela quem lhe deu, em 17 de Julho, as notícias mais interessantes e, na verdade, inesperadas que um oficial republicano das Astúrias podia receber:

— As tropas de Marrocos revoltaram-se!

Foi assim que o coronel tomou súbito conhecimento da sublevação. Obteve a confirmação de tais factos por intermédio dos seus oficiais, pela « rádio », pela singular agitação nas ruas da cidade e ainda pelo jor-

⁽¹⁾ M. Liebana y G. Orizana — *El movimiento nacional*.

nal socialista « Avance ». Sempre bom republicano, sempre resolvido a manter a ordem e a não permitir que os marxistas a perturbassem, ordenou o imediato transporte para os quartéis das armas existentes na fábrica de La Vega. Mandou também concentrar em Oviedo um milhar de guardas civis, e estudou a defesa da cidade. Quem poderia, conscienciosamente, nessas jornadas febris, dirigir-lhe a menor censura? De resto, continuava a persistir a impressão de que Aranda não vacilaria em colocar-se ao lado dos extremistas. O governador civil, pobre diabo recentemente nomeado para aquêle cargo, dirigiu-se ao coronel, a pedir-lhe que distribuísse armas aos homens das organizações da esquerda. O militar evitou proferir uma recusa. Limitou-se a declarar, mostrando-se respeitador das leis do Exército, que semelhante decisão era demasiado grave para ser posta em prática sem prévio consentimento do ministro da Guerra. O governador concordou e logo se entrou em comunicação com o ministério. Todavia, o coronel apresentou de tal maneira os acontecimentos ao titular da pasta respectiva, que êste acabou por aconselhar-lhe que procurasse ganhar tempo e furtar-se a fazer a desejada distribuição.

A-pesar-de tudo isto, a situação tomava uma acuidade crescente. Já se sabia que as tropas da Navarra tinham aderido à revolta.

— Indalécio Prieto pede armas para o povo — declarou o comandante da Guarda Civil, ao visitar o coronel.

— O sr. Prieto é um deputado — replicou Aranda. — Eu só obedeco ao ministro da Guerra.

Por seu lado, o governador realizou uma nova diligência, desta vez em tom mais resolutivo. Aranda falou

pelo telefone com o general Miaja e, por fim, recebeu telegráficamente de Madrid a ordem para autorizar a distribuição de armas e munições. Pareceu, então, curvar-se perante a vontade do ministro, mas disse:

— Preciso consultar os meus oficiais a-fim-de organizar o plano da distribuição.

Foi nesta altura que ocorreu um episódio ainda pouco esclarecido, que a legenda deve ter deformado para mais ou para menos, episódio que é a verdadeira chave da defesa de Oviedo.

Se dermos crédito a essa legenda, o próprio Aranda teria sugerido ao governador que fôsse armada uma coluna de mineiros para assegurar as comunicações com Madrid. Ter-se-ia organizado sem delongas um combóio blindado, no qual dois mil sindicalistas dos mais enérgicos e melhor equipados seguiram sobre Leão e Valladolid, levando consigo as esperanças do governador e as inquietações do coronel.

Mais combóios partiram para a capital, com mineiros. Desta forma desembaraçado dos elementos mais perigosos, Aranda, que alguns julgavam acentuar as simpatias pelos «vermelhos», convocou os seus oficiais, expôs-lhes a situação e propôs-lhes aproveitar as circunstâncias para tentar um golpe de força e proclamar o estado de guerra. Para sermos exactos, é necessário registar que o coronel Aranda desmentiu, mais tarde, o caso do combóio, e é preciso, em face disso, admitir que se deu um êrro de manobra dos marxistas, quer da parte de Madrid, quer em Oviedo. Acreditaram em excesso no revolucionarismo da cidade; acreditaram, possivelmente, na falada simpatia de Aranda pelas organizações esquerdistas, e desguarneceram as suas posições. Admitamos o desmentido do oficial superior, mas

louvemo-lo, então, pelo facto de não se ter oposto à errada acção dos extremistas e de haver sabido aproveitar admiravelmente o ensejo.

Emquanto o governador julgava que o coronel procedia à distribuição das armas, êle sublevava os quartéis, com o auxílio da officialidade, e occupava os pontos estratégicos. Os guardas de assalto estavam desgostosos, em consequência da transferência de vários officiaes seus. Aranda determinou que o comandante Gerardo Caballero, o qual viria a desempenhar papel importante nos acontecimentos, proclamasse o estado de guerra e sublevasse os guardas. Um grupo de insurrectos trataria de occupar, de surpresa, o quartel de Santa Clara. Supondo que a guarda estava com êles, os marxistas saúdavam-na, erguendo o punho cerrado, ao vê-la nas ruas. Nos quartéis, houve ligeiras refregas. Depressa ficaram nas mãos dos insurrectos, dirigindo-se, depois, Caballero ao gabinete do governador civil, que travou com êle discussão:

— Sou republicano. É claro que me submeto, mas o senhor crê que o movimento dará melhor vida à Espanha?

Cortezmente, Caballero disse que os discursos lhe causavam vivo aborrecimento.

— Só lhe peço duas coisas — exclamou o governador. — Deixe-me recolher os meus papéis pessoais e gritar « Viva a República ».

Cada vez com maior cortesia, Caballero consentiu. E o governador cedeu modestamente o lugar à Revolução nacional, após mais um « viva ». Os elementos das direitas, rapidamente avisados, correram a unir-se às tropas de Aranda, que totalizavam cêrca de dois mil homens, enquanto o combóio blindado dos mineiros era

acolhido, em quasi todos os pontos por onde passou, com rajadas de metralhadoras. Tudo concorreu para que, no momento de quererem entrar em acção, os expedicionários se encontrassem na presença de numerosas forças nacionalistas bem organizadas, constituídas sobretudo por falangistas. Desistiram da viagem e os seus dirigentes, enfurecidos por se sentirem enganados, lançaram os mineiros contra a cidade do « traidor Aranda ». Oviedo foi cercada. « A verdade — confessou o capitão Perez Robis — é que setenta por cento da população estava contra nós ». Acrescenta que os nacionalistas não podiam contar com mais de 1:500 homens. Não obstante, a partir de 19 de Julho, graças à espantosa presença de espirito do coronel, Oviedo ficou sob o domínio nacionalista, a despeito de um assédio que durou muitos meses. Organizou-se a vida na cidade e, como fôsem descobertos, no edificio do jornal « Avance », luxuosas instalações e magnificas peças de vestuário dos chefes socialistas, os falangistas fizeram uma espécie de exposição humorística, para mostrar como viviam os « famélicos da terra ». E como ali havia certa quantidade de armas e dinamite, acrescentando que o edificio tinha características susceptíveis de utilidade militar, ocuparam-no sem demora, em nome do coronel.

Em contrapartida, o resto das Astúrias caíra nas mãos dos marxistas. O general Batet ⁽¹⁾ pudera aproveitar os poucos minutos em que o deixaram livre, antes de o prender, para dar o alarme aos governadores civis das

(1) É de crer que Batet pretendeu exigir pela sua adesão ao movimento coisas que o general Mola considerou absurdas. O então comandante da Divisão de Burgos encontrou-se por várias vezes com o chefe da Revolução nacionalista. Houve discussões violentas.

províncias e, ao mesmo tempo, incitar os oficiais seus conhecidos pessoais a renunciarem a qualquer resistência às forças da extrema-esquerda. Os «vermelhos» apoderaram-se, logo no princípio, da fábrica de armas de Trúbia, cujo comandante foi menos feliz que Aranda. A maior parte das cidades asturianas passaram a ser dominadas pelos marxistas, sem resistência possível. Só duas tentaram reagir. Em Gijón, após um mortífero combate nas ruas, durante muitos dias, os «vermelhos», mais numerosos, venceram ⁽¹⁾. Em San Sebastian,

Numa delas, segundo me contou um oficial de renome, em Pamplona, Mola chegou a bradar, fora de si: — «*Se o senhor continua a falar nesse tom, parto-lhe a cara com bofetadas!*» J. M. Iribarren, ao escrever os seus interessantes *Datos para una biografía y para la historia del Alzamiento Nacional*, refere-se discretamente a esta cena, dizendo que houve «uma discusión bastante áspera» e conta que Mola «*chegou, em certo momento, a agarrá-lo pelas bandas do casaco*». Em 16 de Julho, efectuou-se a última conferência dos dois generais, no mosteiro de Irache, a três quilómetros de Estella. Levavam ambos granadas de mão ocultas, porque aos dois ocorrera a suspeita de uma cilada. — (N. do T.).

(1) Em Gijón, os acontecimentos tiveram aspectos de trágica grandeza, um dos quais merece registo. Vencidos nos combates nas ruas, os nacionalistas — civis e militares — encerraram-se no quartel de Simancas, daquela cidade do litoral asturiano. Atacados por verdadeiras vagas de inimigos, metralhados furiosamente, sempre responderam com recusas às propostas de capitulação. Escasseavam-lhes as armas, rareavam-lhes as munições. Os adversários iam abrindo brechas ameaçadoras. Assim se agüentaram até 22 de Julho. Na tarde desse dia, o cruzador «Almirante Cervera» apareceu em frente do porto e tentou, com o fogo dos seus canhões, aliviar a pressão exercida pelos marxistas à volta do quartel. Era tarde. A maioria dos bravos defensores estava morta ou agonizante. Aos sobreviventes, tomara-os um heroísmo alucinado. Sob uma chuva de metralha, combatiam raivosamente, quando viram o «Cervera» che-

o comandante do quartel de artilharia instalado em Loyola hesitou em aderir ao movimento, persuadido pelo general Batet de que o seu malôgro era certo. Quando tomou uma resolução, já nada conseguiu fazer. O governador civil tivera tempo de organizar as suas forças, e o comandante não pôde fazer sair os soldados, que ficaram cercados no quartel. O oficial não soube, de resto, aproveitar o enérgico apoio vindo dos carlistas e falangistas, que eram numerosos nas cercanias da cidade. Teve a ingenuidade de se render, com a pro-

gar e disparar contra os atacantes. Compreenderam que o auxílio já de nada lhes serviria e, então, deliberaram morrer provocando um massacre dos contrários. Anoitecera, quando o radiotelegrafista do navio de guerra levou, tremendo, ao comandante, este « rádio » transmitido do quartel: *« Impossível continuar resistência. O inimigo está dentro do quartel. Faça fogo sobre nós »*. O oficial supôs tratar-se de um ardil diabólico do inimigo. Pediu confirmação cifrada. Responderam-lhe *« Não há tempo para isso. Faça fogo »*.

Por uma das brechas, os milicianos das esquerdas entravam em vagas no quartel. Daqui e de além, os últimos militares e falangistas disparavam contra eles. Novas avalanches de marxistas iam alastrando pela parada e pelo edifício. Com sua fusilaria intermitente, os sobreviventes mantinham-nos ali e atraíam novos grupos de combatentes « vermelhos ». Um clarão enorme envolvia o sítio da espantosa luta. Súbito, do lado do mar, trovejaram os canhões do « Cervera ». Choveram as granadas de grosso calibre. Desmoronaram-se paredes, muros, andares inteiros sobre a multidão dos assaltantes. Mais metralha, explosões formidáveis. Novos estrondos, num ritmo cada vez mais rápido. Incêndios, derrocadas, gritaria logo abafada. Um ciclone de ferro e fogo destruiu em minutos o quartel. Sob os escombros, ficaram para sempre muitas centenas de atacantes, a-par dos homens que, colocando a sua desvairada ânsia de lutadores acima do instinto, conseguiram atingir as frentes do sobrehumano, alcançando com a própria morte uma suprema vingança. Vidé Mola, pág. 217. — (N. do T.).

messa de lhe pouparem a vida. Foi imeditamente fustigado, com todos os seus oficiais.

Quanto aos «requetés» e falangistas, que esperavam poder reabastecer-se de armas e munições, após a sua junção com o regimento de artilharia, viram-se contrangidos a procurar refúgio no hotel Maria Cristina e no Casino. Ali foram massacrados, ao cabo de muitos dias de luta.

Goded perde a partida em Barcelona

As cidades onde o desfecho dos combates teve mais pesadas conseqüências foram Madrid e Barcelona. A posse dos dois importantes burgos representava uma grande vitória moral: era a expressiva demonstração de soberania sobre uma parte do território. As duas capitais asseguravam o domínio da Catalunha e da Espanha central. Se os nacionalistas delas se apoderassem, lograriam apresentar imediatamente um novo «governo legal», cuja missão consistiria em vencer elementos isolados. Se a República nelas continuasse a prevalecer, teria motivos para afirmar ao estrangeiro que era a única a governar a Espanha, perante zonas «em rebelião». O valor simbólico do domínio em Madrid ou Barcelona tornava-se, pois, considerável.

Para os nacionalistas, a situação, tanto numa como noutra, apresentava aspectos delicados.

Nas duas cidades, os sindicatos dispunham de forças poderosas, os marxistas possuíam uma maioria esmagadora; certo número de operários estava armado, os guardas civis mostravam-se indecisos e os guardas de assalto eram dedicados ao governo. Teria sido neces-

sária uma acção rápida, uma surpresa completa, muito sangue frio e audácia. Ora, segundo parece, deu-se o contrário: houve indecisões, demoras na execução, preparação insuficiente e, no instante de agir, manobras infelizes. Nas duas capitais, os nacionalistas lutaram com energia, sem evitar o desastre. E esta derrota inicial exerceu influência em toda a guerra.

Em Barcelona, a direcção do movimento fôra confiada a um dos generais de maior relêvo e que maior actividade revelara: Goded. Interviera na política e, em particular, contribuíra para o advento da República e a queda de Primo de Rivera. Isso não evitara, no entanto, que êle fôsse apontado como suspeito e enviado para as Baleares. Dispunha, em Barcelona, de um regimento de artilharia, cujo quartel estava instalado em Santo André, ao Norte da cidade, e de três regimentos de infantaria e de cavalaria, os quais ocupavam os quartéis de Bruc, no bairro de Pedralbes; de Gerona, nos subúrbios; de Numância, e um outro situado no pôrto. Além disto, Goded podia contar com determinado número de militantes dos partidos das direitas. Como adversários, tinha muitos milhares de sindicalistas, quasi todos inscritos na C. N. T. ou na F. A. I., os anarquistas e os marxistas do P. O. U. M. As crises políticas anteriores e, em especial, os motins de 1934, haviam demonstrado a energia e o valor destes elementos operários nos combates de ruas.

Em 19 de Julho, às 4 horas da madrugada, a sublevação começou. O general Justo Legarburu e o coronel José Llanas Quintillanas, comandante do regimento de infantaria n.º 10, proclamaram o estado de guerra. Armaram e equiparam quinhentos militantes das direitas residentes no bairro a que o quartel pertencia, e encor-

poraram-nos nos batalhões da tropa. Fôrças divididas em várias colunas, à frente das quais se colocou o general Buriel, puseram-se em marcha, executando um movimento concêntrico. Se êste obtivesse êxito, daria aos revolucionários a posse da zona central de Barcelona. Operada a junção em dois pontos, os sublevados progrediriam sôbre o pôrto, nas proximidades do qual existem a « gare » marítima, o edifício da « Generalidad » e os ministérios.

Na véspera, Barcelona mostrara-se absolutamente tranqüila. O jornal *Vanguardia* consagrara quâsi todo o seu número dêsse dia à greve dos sapateiros em Lérida, que se tornara o acontecimento da semana. Ao saber da rebelião em Marrocos, Companys declarara reinar a maior calma na capital catalã e que seria reprimida com severidade qualquer tentativa fascista. Não obstante, na noite de 17 para 18, notou-se agitação nos sindicatos. Os operários reclamavam armas. Marchavam grupos compactos em direcção ao pôrto e buscavam armamento e munições, na sede do sindicato dos transportes, com o auxílio da marinhagem. O govêrno mostrava-se inquieto ; a « Generalidad » ordenara requisições de espingardas e automóveis, prevendo acontecimentos de vulto. A noite decorreu, porém, relativamente tranqüila. Observava-se o constante movimento de estafetas motociclistas — moderno preságio de jornadas revolucionárias.

Às 4 horas, como atrás dissemos, o regimento de Pedralbes marchou sôbre a parte cêntrica, seguindo a grande artéria denominada *Diagonal*. Foram destacados pelotões incumbidos de ocupar diferentes edifícios, a Escola Industrial, o Instituto Catalão e a Universidade. Chegado à praça da Catalunha, ocupou posições em

ruas e largos das cercanias. Executou, em breve, a junção com as tropas dos quartéis de Gerona e de Santo André. Por seu lado, as fôrças do quartel de Numância haviam ocupado posições junto da cidadela de Montjuich, operando, depois, a junção com as do quartel do pôrto. Desta maneira, o plano tivera execução completa, e o ataque à « Generalidad » ia ser lançado sob favoráveis auspícios.

Todavia, às 5 horas, as sereias de tôdas as fábricas espalharam o sinal para a mobilização operária. O governo catalão, não querendo que viessem a acusá-lo, como em 1934, de haver provocado a derrota dos sindicalistas ⁽¹⁾, mandou distribuir imeditamente tôdas as armas de que dispunha. O edificio da Universidade,

(1) A « Generalidad », assim como as organizações operárias dispunham de uma vasta rede de espionagem e conheciam, até certo ponto, a marcha da preparação do movimento. Faltava-lhes, porém, saber a data escolhida para a sublevação e conhecer o plano que os revolucionários poriam em prática. Nos sindicatos, os militantes eram treinados no manejo de metralhadoras por elementos marxistas e anarquistas franceses, checos e mexicanos chegados a Barcelona a pretexto de assistirem à « Olimpíada Popular ». Esses estrangeiros haviam recebido — ao que parece — o encargo de orientar e enquadrar as massas operárias da capital catalã, quando rebentasse a insurreição militar.

Além das fôrças referidas pelos autores, Goded estava prevenido de que poderia contar com falangistas, carlistas, militares reformados, juventudes da « Renovacion Española » e da C. E. D. A, unificados, para o efeito, numa organização e constituindo formações denominadas « centurias » e « decurias ». Possuíam um distintivo e tinham armas. Das fôrças políticas puramente catalãs, aderiram a êste bloco as juventudes da União Democrática e os « Jóvenes Cristianos Catalanistas ».

Na sexta-feira, 17 de Julho, os espíões da « F. A. I. » souberam que ia partir para Pamplona um agente secreto da guarnição,

ponto de apoio importante para as tropas, não tardou a ser atacado e cercado. Entretanto, os sublevados esperavam debalde que a Guarda de Assalto e a Guarda Civil os secundassem. As duas corporações mostravam-se hesitantes e, a meio da manhã, proclamaram a decisão de combater os militares e civis rebelados. Então, correram a instalar-se nos telhados das casas próximas da *Diagonal* e da praça da Catalunha, abrindo fogo de metralhadoras sobre o esquadrão de cavalaria que, à entrada daquela praça, vigiava e impedia manifestações tumultuosas. Esta reviravolta súbita produziu um pânico que deixou o terreno livre. Quási todo o esquadrão caiu dizimado sem poder defender-se, e as

com documentos importantes. O indivíduo de quem se tratava — um oficial licenciado, segundo me foi dito, em Barcelona — ignorava que o seguiam e caiu em poder da polícia secreta da « Generalidad ». Apreenderam-lhe a documentação. Por ela souberam Companys e os demais dirigentes catalães quando e como seria tentada a sublevação. Tomaram em segredo, precauções, sob a direcção do general Llano de la Encomienda. A Guarda Civil, que estava comprometida, suspeitou que algo ocorria de anormal e remeteu-se a uma expectativa receosa. Por seu lado « escamots » e « faistas » aproveitaram a noite de sábado, 18, para instalar metralhadoras em águas-furtadas e varandas, nas ruas que as tropas deveriam percorrer. Formaram, também, « brigadas rápidas », requisitando elevado número de automóveis, cada um dos quais foi ocupado por três anarquistas da F. A. I. e um chefe de grupo, quási sempre guarda de assalto. Todos estes elementos andavam armados de pistolas-metralhadoras.

Às 4 da madrugada de domingo, quando as tropas saíram dos quartéis para ocupar posições, já a sua causa estava seriamente comprometida.

Quanto à Guarda Civil, recebera a incumbência de se apoderar, às 3 e 30, da emissora de « rádio ». Seria desta que partiria, às 8 horas, a ordem para que todos os civis ligados ao « complot »

demais tropas tiveram de bater em retirada para os grandes edifícios das cercanias — o hotel Colon e o restaurante da « Casa Dourada ».

Assim, logo de manhã, as forças do centro encontraram-se afastadas dos outros regimentos revoltados e bloqueadas nalguns edifícios. As ruas que ocupavam à volta da praça foram evacuadas, em face de um violento contra-ataque dos anarquistas, muitos dos quais procuravam armar-se em plena luta. Na desorientação ocasionada por semelhantes surpresas, os militares abandonaram metralhadoras que logo caíram nas mãos dos homens das organizações esquerdistas.

Noutros sectores, o avanço das tropas tornara-se

fôsem apoiar as tropas. Depois, a emissora agiria como « arma » contra os marxistas, de maneira a desorientá-los. Os temores e as indecisões da « Benemérita », suscitados pela suspeita de que a « Generalidad » estava ao corrente de tudo, foram substituídos pela resolução de apoiar o governo, mercê de promessas feitas, à última hora, por Aranguren, Pozas e outros chefes das esquerdas, que também lograram convencer os sargentos e os soldados de um quartel citadino a prenderem, de surpresa, a oficialidade implicada na conspiração. Fêz-se isto com tal habilidade que os dirigentes nacionalistas de nada tiveram conhecimento, segundo parece. Assim, a Guarda Civil não só não assaltou a emissora como foi atacar, pela retaguarda, os artelheiros, que estavam prestes a conquistar a « consejeria » da « Generalidad ». Ao meio-dia, um contingente da « Benemérita », erguendo atroadores « arribas », era recebido pelos ocupantes da Universidade como um auxílio providencial. Uma vez lá dentro, cometeu uma vilania que contrasta singularmente com a bravura dos civis, pois estes lutaram de cara para o adversário. Com efeito, os guardas atacaram, à traição, aqueles que, enganados pelos seus « arribas », os acolheram entusiasticamente. Massacraram-nos e apoderaram-se do edifício. — Vide António Perez de Olaguen — *El terror rojo en Cataluña*. — (N. do T.).

difficil. Os batalhões incumbidos de avançar pela *Diagonal* em direcção à zona antiga da cidade, a-fim-de atingir a estação do caminho de ferro, depararam com uma série de barricadas que as características do bairro transformavam em baluartes sólidos. Quanto aos soldados instalados junto da fortaleza de Montjuich, tentaram, cêrca do meio-dia, um ataque para se apoderarem das « Ramblas » e restabelecer o contacto com a praça da Catalunha. Esbarraram com uma formidável massa de sindicalistas, cujas fileiras engrossavam de momento a momento. Foi com extraordinária coragem que os anarco-sindicalistas catalães se reuniram e empreenderam a luta. Viram-nos, arma a tiracolo, em filas, de braço dado, como nos cortejos revolucionários, avançar sob as rajadas das metralhadoras e o fogo intenso das espingardas. Tombava uma fileira, mas outra progredia. Mulheres misturadas com homens, e adolescentes, quasi crianças, lograram, assim, dominar a insurreição e apoderar-se de muito armamento. Nessa turba galvanizada por uma paixão, havia feridos e mortos que os ilesos transportavam. De semelhante ataque por massas sacrificadas, entre as quais houve centenas de vitimas, resultou que Barcelona ficasse nas mãos dos « vermelhos », e surgiu uma das mais belas páginas de heroísmo da história do revolucionarismo universal. Durante três horas, as tropas combateram, sem conseguir avançar no sentido da praça da Catalunha, nem na direcção do palácio da « Generalidad ». Às 2 e 30 da tarde, as forças cercadas na Universidade renderam-se, após um combate de trinta minutos (1).

(1) A rendição da Universidade não foi originada pelo cêrco, mas sim pelo traiçoeiro ardil pôsto em prática pelos guardas civis,

Foi o princípio do fim. Quâsi ao mesmo tempo, surgiam aparelhos da aviação, que se conservou, ali, como noutros pontos, fiel ao govêrno, e bombardearam a praça da Catalunha e as artérias vizinhas. Às 3 horas, uma secção de artilharia, que os sublevados haviam instalado nas ruas, em vez de a empregarem para atacar a cidade do exterior, tómbou em poder dos sindicalistas. Estes serviram-se dela para empreender o ataque ao hotel Colon e à « Casa Dourada ». Uma hora depois, os dois redutos organizados pelas tropas, sucumbiram: Os guardas civis e de assalto, acompanhados pelos anarco-sindicalistas, verdadeiros triunfadores nesta jornada, lançaram-se contra a sede do govêrno militar, onde estava o general Goded, ali chegado às 11 horas.

As 6 horas da tarde, foi içada a bandeira branca no edificio. Quem entrou no gabinete do general encontrou junto dêste o corpo de sua mulher, que uma bala matara no decurso do combate. Goded deixou-se levar dali. Algum tempo decorrido, a pedido do presidente Companys, que lhe recordou, para o convencer, haver êle próprio proferido uma declaração semelhante, em 1934, o general pronunciou pela « rádio », com voz sufocada, estas palavras:

— Aqui, fala o general Goded. Anuncio ao povo espanhol que a sorte me foi adversa. Estou prisioneiro. Declaro-o, para que todos os que não queiram prosseguir na luta se considerem desligados de qualquer compromisso para comigo.

A maior parte dos edificios ocupados pelos rebeldes renderam-se, nessa mesma noite. As igrejas foram in-

que os ocupantes do edificio unversitário julgavam seus adeptos, como se refere na nota anterior. — (N. do T.).

vadidas, porque se dizia haverem sido disparados tiros das torres sineiras. Levaram para dentro delas bidões com gasolina. E seguiram-se os incêndios. Na segunda-feira, 20, os quartéis caíram nas mãos dos marxistas. Diante de um deles morreu o chefe anarquista Ascasio. O quartel do pôrto foi o último a render-se. Sucumbiu, em resultado de uma ofensiva combinada por mar e terra. O forte de Montjuich capitulou sem resistência.

Como a retirada não fôra prevista, quâsi todos os elementos nacionalistas que agiram na sublevação militar tombaram massacrados. Aos oficiais aprisionados em Montjuich, julgaram-nos e fuzilaram-nos, na semana seguinte ⁽¹⁾.

(1) Nos lúgubres fossos da fortaleza, foram fuzilados os generais Buriel, Gay, Legarburu e Miquel, e os coronéis Lacasa, Llanas e Dufoo, além de outros. Ali caiu, também, o agente secreto de ligação com o general Mola, capitão Lopez Varela. Estava ferido no baixo ventre e não podia manter-se de pé. Levaram-no em maca para o fôssco, onde os executores o amarraram a uma cadeira. A seu lado morreram mais quatro oficiais. Após a descarga do pelotão, a turba que presenciava a cena deu largas ao seu ódio aos militares, ódio durante muito tempo estimulado não só pelos oradores e publicistas da F. A. I. e da U. G. T., como pelos discursos de Vallés y Pujals, os « latiguillos » de Puig y Cadafalch, os versos de Carner e as obras anti-militaristas de Llonguezas. Cada um dos cinco cadáveres recebeu para cima de cem balas disparadas à queima-roupa, no dizer de pessoas insuspeitas que assistiram à repugnante cena.

De resto, o ódio da turba não abrangia, apenas, os oficiais rebeldes. Para o monstro acéfalo que é uma multidão alucinada pelo rancor longo tempo acumulado, em cada militar havia um inimigo e a disciplina era uma « criação bárbara e deshumana destinada a escravizar o povo trabalhador » — como dizia Décas, em Barcelona, nas vésperas da tentativa de Outubro de 1934. Viram-se os efeitos dêste estado de espírito das massas. Um dos primeiros chefes

Tôda a Catalunha teve a sorte de Barcelona. Aceitou sem protesto a vitória do governo da « Generalidad » e o domínio dos sindicalistas.

A guarnição de Barbastro, ponto estratégico importante situado entre Barcelona e Saragoça, devia colaborar no movimento. A deserção do comandante impediu-a de tomar qualquer iniciativa. Em 22 de Julho, a F. A. I. decidiu organizar uma coluna e esta, comandada por Durruti, dirigente dos anarquistas catalães, e Perez y Farraz, ocupou Barbastro, Lérida e povoações dos arredores. Depois, teve um recontro imprudente com as forças fascistas de Huesca. A guarda-avançada, composta por cerca de quinhentos homens, foi cercada pelos nacionalistas, perto de Saragoça.

«vermelhos» a sofrê-los foi o general Llano de la Encomienda, orientador da luta contra os nacionalistas. Pouco após os dias de luta, era ridicularizado e atacado nos jornais marxistas. O órgão da F. A. I. acusava-o de negligência e aconselhava a sua eliminação. E chegou-se ao ponto de as sentinelas não o saídam. Uma delas, postada diante do ascensor do quartel-general, foi repreendida. Sem vacilar, pôs a arma à cara, visando-o e exclamou, conforme refere Pérez de Olaguer: — *«Qual general, qual história! Aqui todos somos iguais! Vamos, camarada, sobe pela escada, como fazia o teu impedido!»* E, humilhado, chorando de raiva, o general obedeceu.

Depois, os chefes marxistas quiseram convencer a multidão dos seus adeptos da necessidade da disciplina. Era tarde. Houve represões violentas, discursos, propaganda tenaz pela « rádio » e pelo jornal. Tudo inútil. Chegado o dia da ofensiva de Franco sobre a Catalunha, os resultados de semelhante situação foram visíveis. A revolução da extrema-esquerda catalã teve dentro dela, desde a origem, o germe da enfermidade que provocou a sua decomposição antes da morte. A indisciplina transformou uma força real e dinâmica num aparatoso espantalho que já caía aos pedaços meses antes da chegada dos nacionalistas a Barcelona. — (N. do T.).

Em 23, a Catalunha encontrava-se totalmente dominada pelas esquerdas. Havia contacto com os rebeldes no Aragão, em Huesca e Saragoça, e na estrada de Guadalajara.

Em Madrid, o exército jogou e perdeu

A revolta em Madrid pode ser considerada a fase mais confusa dêste período. Segundo parece, o plano da sublevação estabelecera que as tropas de Madrid só deveriam intervir à última hora, mas as medidas adoptadas pelo govêrno criaram uma situação imprevista que precipitou os acontecimentos.

Com efeito, ao passo que Marrocos se sublevava em 17 de Julho, Burgos e Sevilha em 18, Barcelona em 19, a guarnição de Madrid manteve-se inactiva, durante três dias. Em troca, o govêrno madrilenho assumiu a responsabilidade da iniciativa mais grave do momento, distribuindo *prêviamente* armas às organizações operárias e não seguindo, portanto, a directriz da « Generalidad », que só as entregou na altura da sublevação. « Cometerá um exagêro quem disser que o govêrno armou as organizações operárias — escreveu Clara Campoamor. — Já estavam armadas » (1). E explica que, em muitos centros operários, havia armamento oculto desde a revolta de Outubro de 1934. Durante as buscas, nunca as autoridades deram com êle. Por outro lado, os partidos da esquerda haviam organizado consideráveis depósitos de armas e munições. Acrescenta ainda

(1) Clara Campoamor — *La Revolution espagnole vue par une republicaine*.

que, no domingo, 19, nas várias secções da « Casa do Povo » e nas células comunistas, os « vermelhos » das organizações inscritas na « F. P. » receberam armas, indicando que o govêrno apenas mostrou certa reserva em relação aos anarco-sindicalistas ».

Perante êste testemunho, somos levados a crer que houve, antes da revolta, nos quartéis de Madrid, distribuições de armas efectuadas pelas fôrças esquerdistas, com o consentimento do govêrno. Registemos, no entanto, que muitos outros autores dizem que elas só foram entregues às massas extremistas na madrugada de 19 para 20, a partir das 3 horas, logo que se teve a certeza da rebelião militar na capital.

De-facto, foi nessa noite que se tornou nítida a gravidade da situação do govêrno. Reunido sob a presidência de Azaña, o conselho de ministros pensou em procurar uma plataforma de entendimento com os generais. O govêrno de Casares Quiroga demitiu-se e surgiu um gabinete de conciliação formado por Martinez Barrio. Êste recebeu o encargo de « empreender conversações », isto é, diligenciar obter condições de uma capitulação honrosa. Era judiciosa esta atitude. Martínez Barrio quási chegou a estar convencido de levar a bom têrmo a sua missão ⁽¹⁾. O govêrno deveria reunir-se às 10 horas da manhã, mas não o fêz. Pretendeu suspender a distribuição das armas, parecendo

(1) É possível que Barrio chegasse a « estar convencido » de que obteria um acôrdo. mas há, hoje, suficientes elementos para afirmar que nada de positivo servia de base a tal convicção. A tentativa feita, pelo telefone, para atraír Mola, malogrou-se, ainda que Barrio promettesse ao general — como se explica numa nota anterior — a pasta da Guerra. De resto, o chefe do movimento em Espanha, ao saber que Barrio e outros elementos governamentais

esquecer a firmeza dos marxistas. Os radicais já não estavam senhores da situação. Os extremistas impuseram a sua política e os seus homens. Formou-se um ministério para « a luta a todo o custo », dirigido pelo « homem de palha » do presidente Azaña, o sr. Giral, sobre cuja energia « anti-fascista » ninguém alimentava dúvidas. O gabinete Giral, ao contrário da idea do governo antecedente, resolveu que continuasse o armamento geral dos homens da extrema-esquerda. Semelhante atitude tornava impossível uma solução pacífica.

Na capital, a organização do movimento estava confiada ao general Fanjul, antigo ministro da Guerra do gabinete Gil Robles. Quais teriam sido as verdadeiras intenções do general Fanjul? Eis um problema de difícil solução.

Havia, em Madrid, numerosos elementos nacionalistas, mas o certo é que, em Julho, grande parte da população madrileña encontrava-se fora da cidade, em férias. Notemos, também, que os falangistas, perseguidos desde havia meses, estavam privados dos seus chefes e sem quadros. As tropas eram poucas. O governo transferira, por prudência, parte da guarnição. No quartel de La Montaña, havia um regimento de infantaria e outro de sapadores, sob o comando do coronel La Quintaña. No quartel do Pacífico, instalava-se um regimento de artilharia. Havia mais dois regimentos, um

diligenciavam parlamentar, declarou aos seus confidentes: « Parlamentar? Nunca! Isto tem de acabar com o nosso triunfo. Uma guerra é uma luta entre duas vontades. Quem perder a vontade de vencer, perderá a guerra ». E, pouco depois, pela « rádio », respondia às sondagens de Madrid: « Nem pactos de Zanjón, nem abraços de Vergara, nem outra coisa que não seja a nossa vitória total e definitiva ». Conf. *Mola* — pág. 151. — (*N. do T.*).

no quartel das Docks, e outro no de Carabanchel. No aerodromo de Cuatro Vientos, existia um regimento de aviação, êste quasi por completo dedicado ao govêrno. Assim, os nacionalistas contavam com uma pequena guarnição militar e poucos adeptos civis para uma acção immediata. Do outro lado, estavam organizações operárias poderosas, preparadas, parcialmente armadas, e apoiadas pela Guarda de Assalto. A tática de Fanjul consistiu, provavelmente, em colocar-se na defensiva.

No dia 17, o dirigente da sublevação madrileña logrou despistar os esbirros da policia que o seguiam, e dirigiu-se, em trajo civil, ao quartel de La Montaña, que se tornou, daí em diante, seu quartel-general. Em 18, foi juntar-se-lhe certo número de cadetes da Escola Militar de Toledo, que tinham ido a Madrid passar as férias com as familias; em 19, appareceram, em pequenos grupos, 136 falangistas — a quasi totalidade do que se tornou possível reunir das organizações fascistas. Todos estes elementos se concentraram no quartel e se mantiveram tranqüilos. Reforçaram-se as sentinelas na porta das armas, e nada mais.

É por aqui que se descobrem o plano de Fanjul e o erro por êste cometido. Quis constituir uma espécie de baluarte destinado a apoiar o avanço dos nacionalistas sobre a capital ⁽¹⁾, como Moscardó fez em Toledo. Em caso de malôgro da sublevação, a guarnição ape-

(1) É oportuno recordar que o general Mola pensara em assegurar a posse de Somosierra, para o futuro avanço sobre Madrid. Dias antes da eclosão do movimento, Carlos Miralles, elemento madrileño que se dedicara entusiasticamente à conspiração, saíra do gabinete do chefe do movimento com esta ordem:

— Logo que receba de mim a indicação para agir, parte de Madrid com o maior número de voluntários que possa reunir e siga

nas podia ser acusada de haver mantido uma atitude ambígua. Um duplo êrro se torna evidente: A ausência de ligação entre os diversos quartéis da cidade (Fanjul comunicava com os outros regimentos por meio de sinais ópticos enviados de sôbre um telhado!) e a imobilidade puramente defensiva num centro como Madrid.

O govêrno só com lentidão soube aproveitar estas vantagens. Esperou, desde a noite de domingo até segunda-feira, 20, para compreender, finalmente, que o quartel de La Montaña fôra transformado em fortaleza. Às cinco horas da madrugada, dirigiu à guarnição daquele aquartelamento um « ultimatum » exigindo a imediata capitulação. Às 6 horas, um amigo pessoal de Fanjul telefonou-lhe longamente, do ministério da Guerra, a dizer-lhe que o movimento se malograra em tôda a Espanha, e a convidá-lo a não oferecer resistência. O « ultimatum » governamental apenas obteve

para Somosierra. Monte, ali, um pôsto de resistência. Agüente-se, seja como fôr, até que chegue a coluna de Burgos.

Na tarde de 17, Kindelan transmitiu a Miralles a esperada indicação, em Madrid. Horas depois, 42 rapazes, em onze automóveis, marcharam para aquêl ponto estratégico da serra. Dispunham, apenas, de quarenta espingardas que uma irmã de Miralles, simulando passear, fôra esconder num ponto determinado da montanha, na tarde de 16. Lutando como desesperados, isolados, agüentaram-se até o dia 22. Feridos, famintos, exaustos, foram esmagados, finalmente, ao anoitecer daquele último dia, por uma coluna de milhares de homens apoiada pela aviação. Morreram todos, disparando até o fim. Horas depois, chegaram a Cerezo Alto as tropas de Burgos que, unidas às da Navarra, reconquistaram Somosierra, pois os « vermelhos » não tiveram tempo de consolidar o terreno ocupado. O sacrificio dêsse punhado de moços, todos da « Renovacion Española », permitiu que os nacionalistas ficassem de posse da importante posição. — (N. do T.).

a recusa de Fanjul. Ao alvorecer, um avião sobrevoou o quartel e lançou manifestos, incitando as tropas a não obedecerem aos oficiais e a abrirem as portas aos civis e aos guardas de assalto.

O quartel de La Montaña, vasto quadrilátero de edifícios, dá, por um lado, para a praça de Espanha, largo recinto descoberto e, por outro, para o Paseo de Rosales, que é prolongado pela rua Ferraz. Era possível atacá-lo, quer da praça de Espanha, quer das casas da artéria referida. Na praça, os guardas de assalto tomaram posições, às 7 horas, com metralhadoras. Os milicianos foram para a rua Ferraz e instalaram-se nas janelas, protegidos por colchões, e nos telhados. Por meio de um alto-falante, foi dirigida aos soldados do quartel esta rápida alocução:

— Soldados! Não deveis obediência aos vossos oficiais, que já não têm o direito de comandar-vos! Abandonai as armas, abri as portas do quartel e não atireis sobre os filhos do povo que marcham a libertar-vos! O governo garante-vos a vida salva! Viva a República! — Soldados! Nenhuma obediência deveis aos vossos oficiais! Abandonai as armas...

O avião tornou a aparecer. O alto-falante calou-se. E então, outra voz se ouviu:

— Cidadãos, milicianos, soldados da República! Contra a guerra e o fascismo, *fôgo à vontade!*

Das 7 às 9 horas, a luta esteve indecisa. As tropas receberam, de súbito, más notícias. O regimento de artilharia do quartel do Pacifico, comandado pelo general Cardenal, recusara-se, no último momento, a aderir à sublevação. Os regimentos de Carabanchel, dirigidos pelo general Garcia de La Herranz, não tinham conse-

guido sair dos quartéis e estavam impossibilitados de levar socorros ao de La Montaña.

A-pesar-disto, o combate continuou, sem a vitória pender para qualquer das forças em presença.

Cêrca das 9 horas, o govêrno enviou um parlamentar para negociar a rendição. Fanjul e La Quintaña negaram-se a recebê-lo. Os guardas de assalto colocaram, então, em bateria, dois canhões, na praça de Espanha. Diz-se que eram duas vélhas bôcas de fogo que nenhum mal podiam fazer. A aviação tornou-se mais eficaz. O quartel foi bombardeado a pequena altura pelos aparelhos de Cuatro Vientos, e o fogo das metralhadoras instaladas nos telhados não conseguiu incomodar os aviadores. Não foi, porém, isto que deu origem à derrota. Sucederam, nessa altura, vários factos ainda pouco esclarecidos, que explicam a repentina quebra da resistência. Os alto-falantes prosseguiram na transmissão de apêlos, de momento a momento. No edificio reservado à engenharia, surgiu uma bandeira branca. Alguns soldados de tendências marxistas, que estavam encerrados num calabouço, conseguiram — ao que se diz — abrir uma brecha na parede e uma poterna que dava para o Paseo de Rosales. Os guardas de assalto chegaram à zona próxima da entrada. Houve confusão. Uma parte dos soldados fêz fôgo e repeliu os assaltantes; outros gritaram que o quartel se rendia e que era preciso deixar de disparar. Ninguém pode explicar o que, em seguida, se passou.

Afirma-se que um sargento abriu a porta principal e deu entrada aos guardas de assalto; não falta quem diga que os milicianos penetraram pela poterna, no Paseo de Rosales. O facto é que o quartel foi invadido, em minutos. As tropas refugiaram-se no primeiro andar.

Certo número de soldados lançou fora as armas, confraternizou com os milicianos e saiu do quartel, levando à frente a música do regimento, a executar a « Internacional » ⁽¹⁾; outros caíram fuzilados imediatamente. Os falangistas e os cadetes buscaram refúgio num sector dos edificios, ao qual os assaltantes lançaram fogo. Em consequência disso, os sitiados abandonaram os abrigos improvisados e renderam-se. Dividiram-nos em dois grupos: um foi alinhado na parada do quartel; o segundo na praça de Espanha. « Os habitantes das casas vizinhas escutaram, arripiados, uma formidável fuzilaria, alguns momentos depois de terminado o ataque » ⁽²⁾. Houve sobreviventes, porque não houve tempo para dar o tiro de misericórdia em todos. No dia seguinte, os jornais anunciaram ao povo madrileño que todos os oficiais vencidos *se tinham suicidado*. Nos jornais estrangeiros, pode-se ver uma fotografia grandiosa e horrível. Representa a parada do quartel, imensa mancha que alveja iluminada pelo sol, juncada de cadáveres negros e dispersos. É esta imagem, como uma estampa de Goya, que abre o filme « *España heroica* », composto em 1938, com partes extraídas das « actualidades » da guerra.

Tais foram os acontecimentos que determinaram a sorte de Madrid. Na noite de 20 de Julho, ainda não havia terminado tudo. Durante mais dois ou três dias, em certos bairros, os nacionalistas, isolados ou em pequenos grupos, fizeram fogo, do alto dos telhados, sobre

(1) Luiz Montan — *Asalto y defensa heroica del Cuartel de La Montaña*.

(2) Clara Campoamor — *Ob. cit.*

os milicianos que passavam em automóveis. Chamavam-lhes os *pacos*, nome dado, no Riff, aos rebeldes que disparavam das anfractuosidades das montanhas, onde o eco repetia os estampidos isolados. Então, para se protegerem, os milicianos adoptaram o sistema de colocar e fixar colchões em cima dos veículos que os transportavam através da capital.

A população foi intimada a conservar tôdas as janelas abertas e iluminar, de noite, tôdas as dependências exteriores. Procurava-se, assim, descobrir rapidamente os franco-atiradores. Mas já outros surgiam, disfarçados com braçais da C. N. T., circulando em automóveis e fazendo fogo de revólver e até de espingarda contra os carros dos milicianos que encontravam. Os tiroteios prolongaram-se por muitas noites, e só ao fim de uma semana se tornou possível circular em Madrid sem perigo.

Em meados de Agosto, o general Fanjul e o seu mais categorizado auxiliar, coronel La Quintaña, compareceram perante um conselho de guerra e, a seguir, tombaram sob a descarga de um pelotão executor. Numa nota do seu livro, Clara Campoamor lamenta o fuzilamento de Goded e Fanjul. Crê que, se lhes houvessem poupado as vidas, teria sido mais fácil obter dos outros generais a suspensão do movimento. Comete uma falta de lógica flagrante. O movimento nacionalista espanhol não era um «pronunciamiento» que um gesto de perdão pudesse liquidar. A luta tornou-se, logo no primeiro dia, demasiado violenta e profunda, para que tal afirmação seja admissível. Distribuídas as armas, nem o govêrno, nem os chefes militares podiam conter o espírito da violência. Os generais vencidos pagaram a sua derrota.

Na manhã de 21 de Julho, já se podia fixar a largos traços a nova carta da Espanha. Os nacionalistas estavam senhores de Marrocos ; tratavam, agora, de sair dali e alcançar a Península. No sul, possuíam a costa, de Algeciras a Cadiz, e uma faixa de território ligando Cadiz, Sevilha e Cordova e, mais longe, Granada, isolada. Em tôda esta zona, o domínio nacionalista correria grave risco de desaparecer, caso os socorros de Marrocos não lograssem transpor com rapidez o Estreito. No Norte, os sublevados eram senhores de uma vasta região compreendendo parte de Aragão, até Saragoça e Teruel, e tôda a Navarra. Tinham a província de Leão, Avila e Segóvia, na direcção da capital, e uma ponta de território até Caceres, no Sul. Dominavam, também, em tôda a Galiza. A zona do Norte era a mais importante e de maior solidez, mas encontrava-se separada da zona Sul por uma faixa de território com 150 quilómetros de extensão. Em suma, os nacionalistas podiam apoiar-se em duas províncias seguras, Leão e Navarra, ao Norte ; e em Marrocos, ao Sul. Necessitavam conquistar ou consolidar tôdas as regiões que lhes permitissem unir êsses centros de apoio. Ou obtinham uma vitória rápida, nesse sentido, ou tudo se lhes escaparia das mãos ⁽¹⁾.

Quanto ao govêrno, dispunha de vastos territórios que tangiam os dos nacionalistas até à fronteira portuguesa, mercê de uma larga saliência que ia de Madrid a Badajoz e Huelva. Possuía outra saliência que, apoiada

(1) A situação era tal que o general Mola chegou a admitir a ideia do malôgro. «Trágicos dias para o general! — conta Iribarren. — A delicada situação das suas colunas, à impossibilidade da travessia do Estreito pelos trinta mil soldados de Franco, jun-

em Malaga, ameaçava o domínio nacionalista na Andaluzia. Emfim, ao Norte, o governo podia utilizar todo o território vasco, que se lhe mantivera fiel. A sua situação era, conseqüentemente, muito melhor que a dos rebeldes. E não oferece dúvidas que uma ofensiva rápida e enérgica, nos últimos dias de Julho, teria colocado em sérios perigos as posições dos insurrectos.

Em 21, a situação geral ficou esclarecida. O golpe de força militar malograra-se: os nacionalistas estavam instalados em três zonas desligadas umas das outras, e não dominavam Madrid nem Barcelona. Mas não se tratava de um movimento efêmero, de um « pronunciamiento » igual a tantos outros que a Espanha presenciara. Era o reagir defensivo de toda a nação. E esta com-

tavam-se as primeiras notícias do auxílio francês ao inimigo e das remessas de ouro feitas pelo governo Giral destinadas à compra de armas e aviões. Num daqueles dias, desabafou com um amigo : — « A você posso dizê-lo : a nossa situação é muito critica. A ajuda da França, o perigo de uma conflagração europeia e o bloqueio das tropas de África colocam-nos num trase difícil, muito difícil e delicado ». Disse-o também a um grupo de aviadores, que « le miraban — refere Iribarren — con caras de estupor ».

Numa das manhãs seguintes, ao receber do comandante Algar as notícias da noite, murmurou : — « Se Franco não dá um empurrão a isto lá pelo Sul... »

Em 25, Mola considerou trágica a emergência. Em Burgos, só havia 33:000 projecteis de espingarda. Ordenou que se aproveitassem os envólucros dos cartuchos, para de novo serem carregados. O armamento era pouco e mau. De aviação, nem queria que lhe falassem. A falta de aparelhos atormentava-o. Canhões anti-aéreos não havia. Em Somosierra, as tropas *lançavam foguetes*, para dar aos aviadores a impressão de que se defendiam deles, segundo conta o secretário do general. Noutros pontos como naquele, os soldados disparavam instintivamente as espingardas para

penetração do povo espanhol e das tropas rebeladas constituía a base do movimento. O próprio facto de a morte dos dois chefes (Calvo Sotelo e Sanjurjo) em nada ter alterado a aventura, depunha a seu favor.

O golpe de força falhara. Mas servira de sinal para a guerra de libertação.

os aparelhos que, altos, passavam incólumes e os cobriam de metralha.

Mola viu-se na necessidade de encarar uma solução extrema. Na noite de 26, pensou em dar execução à parte do plano respeitante à hipótese da derrota, isto é, a retirada de tôdas as suas forças para a linha do Douro, esperando ali o auxílio dos de Franco. Por ordem sua, o coronel Moreno Calderón e o tenente-coronel Aizpura estudaram, até de manhã, debruçados para os mapas, o estabelecimento de uma linha de resistência ao longo do rio. A ruptura do bloqueio das tropas marroquinas mudou, porém, o aspecto das coisas. O general confessaria mais tarde :

— Só eu sei os maus pedaços que sofri, as angústias que devorei em silêncio. Quando, uma semana depois dos meus rapazes começarem a agüentar metralha no Guadarrama, soube que Franco não pudera fazer passar o Estreito a mais de uma ou duas dezenas de legionários... »

Tais foram essas jornadas que a saúde de Mola sofreu rude abalo. Reagiu, mas o certo é que conservou dos dramáticos momentos vividos uma persistente dor nevrálgica sobre a sobrançelha esquerda. Conf. *Mola* — págs. 131 a 135 e 149. — (*N. do T.*).

II PARTE

A MARCHA SÔBRE MADRID

(Agosto 1936 — Março 1937)

A batalha pelas comunicações

A partir de 22 de Julho, o movimento nacionalista agitava tãda a Espanha, mas as condições em que se travava a luta exigiam um plano minucioso, uma nova técnica e um conhecimento dos mais simples pormenores tão completo quanto era certo escassearem material diverso e armamento. O primeiro objectivo era de definição fácil: antes de qualquer outra coisa, impunha-se encerrar as fronteiras. Os nacionalistas depositavam absoluta confiança em Portugal, mas o caso tornava-se diferente, no que dizia respeito à França. Todo o seu trabalho, durante o mês de Agôsto, foi dominado por esta idea: assegurar as comunicações entre os vários elementos do seu Exército e impedir o reabastecimento dos « vermelhos » pelo estrangeiro. O encerramento da fronteira franco-catalã devia ficar para mais tarde, como era evidente. Existiam três pontos capitais de cuja posse o movimento não podia abdicar: o Estreito, Badajoz e Irun. Quâsi tudo foi subordinado, no decurso das primeiras semanas, à conquista dêstes três objectivos.

A luta pelo Estreito

Era nitidamente favorável ao governo de Madrid a situação no mar, nos primeiros dias da Revolução. A esquadra encontrava-se dividida pelos três departamentos marítimos espanhóis. O couraçado « España », de 14:000 toneladas, estava no Ferrol, com o cruzador « Almirante Cervera », de 7:400, o *destroyer* « Velasco », dois velhos torpedeiros, e o cruzador « Republica », então desarmado. Nas carreiras de construção, viam-se os cruzadores « Canárias » e « Baleares », ainda incapazes de prestar qualquer serviço. Entre Cartagena e os portos do respectivo departamento, encontravam-se os cruzadores de 7:400 toneladas « Cervantes » e « Libertad », submarinos, quâsi todos os *destroyers* de recente construção e transportes de guerra. Na costa cantábrica, prestavam serviço o couraçado « Jaime I » e submarinos. O « Menendez Nuñez », de 4:500 toneladas, passara ultimamente por importantes fabricos, em Cadiz, onde fundeara o navio-escola « Galatea », em viagem para as Canárias. As forças de aeronáutica dependentes da Armada instalavam-se entre Barcelona e a base de San Javier, nas cercanias de Cartagena. Na maioria das unidades, logo que foi conhecida a notícia da sublevação, rebentaram tumultos graves. Os marinheiros, de há muito preparados pela propaganda comunista e anarquista, pronunciaram-se, quâsi em tôda a parte, a favor do governo madrileno.

A bordo do « Cervera » e do « España », no Ferrol, as tripulações amotinaram-se contra os oficiais, tentaram unir-se às forças do Arsenal e ocupar a cidade. O *destroyer* « Velasco », que aderira à causa naciona-

lista, secundado pela infantaria e pela artilharia, conseguiu com certa facilidade dominá-los e manter, assim, o Ferrol e a Galiza na ordem. Nos navios, houve luta encarniçada, após a qual as tripulações amotinadas foram vencidas. O « España » e o « Cervera », com nova marinhagem, constituíram a base da Armada nacionalista.

Por seu lado, o governo estava de posse do « Jaime I », três cruzadores, quinze *destroyers* de 1:000 a 1:500 toneladas, seis torpedeiros de 1:500 a 1:800, nove submarinos, dezassete navios auxiliares e uma canhoneira. Indalécio Prieto anunciava o facto com alegria. « Temos a nosso lado a Marinha de Guerra ! » — repetia êle, sem cessar, pela « rádio », nos primeiros dias. Tudo indica que tinha razão. O « Jaime I », navegava nas águas setentrionais, com rumo a Marrocos, quando o seu comandante soube da eclosão do movimento. Estava firmemente resolvido a secundá-lo, mas hesitou quanto às medidas a tomar nesse sentido. Os oficiais aconselharam-lhe que rumasse para terra, a-fim-de receber a bordo elementos falangistas. Os sargentos, que ouviram a conversa, comunicaram a Madrid o que se passava e sublevaram-se súbitamente. Aproveitando o facto de os marinheiros estarem a almoçar, caíram sôbre os oficiais, que se encontravam isolados, e massacraram-nos. Tomaram, depois, a direcção do navio. Análogas cenas se deram no « Cervantes », no « Nuñez » e no « Libertad ». Constituíram-se sovietes, a bordo de cada um dêles, em estreita comunicação com Madrid. O governo felicitou-os pelos motins e pediu-lhes que lançassem os cadáveres ao mar, com « respeitosa solenidade ». Na tarde de 20 de Julho, a esquadra governamental chegou à baía de Tânger, pronta para impedir as comunicações entre o protectorado marroquino e a Península. O Es-

treito ficou guardado pelo « Jaime I », o « Cervantes », o « Nuñez », o « Libertad », sete contra-torpedeiros e oito submarinos.

Vendo que as suas tropas não poderiam atravessar por via marítima, Franco pensou imediatamente na via aérea. Apenas possuía alguns aparelhos comerciais, que acabava de adquirir, dois « hidros » *Dornier-Wall* e quatro « Potez » de reconhecimento. Pacientemente, começou a fazer transportar soldados nos trimotores de 16 lugares, que chegaram a realizar seis viagens de ida e volta diariamente. Em duas semanas, logrou assim, transferir para Espanha seis mil homens.

Durante este tempo, a esquadra marxista, abastecida de « mazout » em Tânger, começou a bombardear as costas da Península e de Marrocos. Franco protestou, numa nota enviada à comissão da zona internacional e ameaçou ocupar Tânger, para defesa da sua causa. Logo afluíram à baía vasos de guerra de tôdas as potências signatárias do Estatuto, a-fim-de protegerem a neutralidade da zona. Franco indicou, numa segunda nota, que a tripulação da frota « vermelha » assassinara tôda a oficialidade, pelo que esta deveria ser considerada composta unicamente por navios piratas e sem direito, portanto, a abrigar-se num pôrto internacional. Concorrando com isto, o chefe da fiscalização na zona de Tânger reclamou do govêrno de Madrid a saída imediata da esquadra daquela baía. Advertia-o de que, se não desse ordens nesse sentido, os navios seriam apre-sados pelos vasos de guerra franceses, inglêses, italianos e portugueses, que ali haviam fundeado. Em 23, a frota largou de Tânger. Era uma vitória. Os navios « vermelhos » ainda tentaram voltar, por várias vezes, na última semana de Julho e na primeira de Agosto.

Sempre Franco denunciou violações e reclamou que nenhum reabastecimento de carburantes fôsse consentido. Em 6 de Agosto, como a frota do govêrno voltasse mais uma vez, Franco apresentou uma espécie de « ultimatum ». A comissão internacional exigiu, finalmente, a imediata partida das unidades marxistas e estas, de noite, abandonaram Tânger. Então, as tropas nacionalistas afastaram-se da fronteira da zona internacional.

O domínio exercido, no protectorado, pelas forças da Revolução era absoluto. Malograram-se por completo todos os esforços do govêrno para afastar delas os árabes e os berberes. Foram enviados emissários ao Sultão, pronunciaram-se arengas em árabe, pela « rádio », os navios governamentais bombardearam Ceuta, os aviões « vermelhos » atacaram a mesquita de Tetuão. Nem por isso os mouros deixaram de apoiar Franco, ao qual o Grão-Vizir afirmou o seu auxílio mais completo. Por alturas dos principios do mês de Agosto ⁽¹⁾, os nacionalistas receberam de Itália nove trimotores de bombardeamento.

(1) Assim começou o apoio da Itália aos nacionalistas. Eis como o facto é relatado pelo primeiro comandante daquela que viria a tornar-se conhecida por « Aviação Legionária »:

« Na tarde de 28 de Julho de 1936 (Ano XIV), propuseram-me, em Roma, a missão de dirigir o transporte de um grupo de aparelhos de bombardeamento que um tal sr. Luiz Bolin, jornalista de Malaga, adquirira, por conta do general Franco, à casa Savoia Marchetti. Eram doze trimotores « S. 81 », que deveriam partir o mais rapidamente possível do aerodromo de Elmas, na Sardenha, para o Marrocos Espanhol ». Refere como recrutou alguns pilotos de confiança e acentua: « A nossa missão consistia em levar ao general Franco os aparelhos que comprou, e regressar à pátria. Todavia, os pilotos e os mecânicos, se quisessem, poderiam ficar para instruir as tripulações espanholas. Por meu lado, se tudo corresse bem, também poderia fazer o mesmo, como conselheiro aeronáutico de Franco.

mento. Na tarde do dia 4, soube-se que um navio « vermelho » bombardeava Larache. Logo dois trimotores italianos levantaram vôo e lançaram bombas contra o atacante, que se viu obrigado a sair rapidamente daquele pôrto. Durante vinte-e-quatro horas, os italianos, divididos em três patrulhas, os « hidros » e os « Potez » de Franco, vigiaram o mar e deram caça aos torpedeiros governamentais. Surpreendida, a frota, mal comandada, dispersou-se e procurou abrigo em Gibraltar. A pressão

Reunidos os tripulantes, dei instruções para o vôo de Elmas ao campo de Nador, perto de Melilla ». Conta que, às 19 horas de 29, chegou Bolin, num aparelho « Cant », acompanhado por « il Console della Milizia, Ettore Muti », capitão-aviador que se evidenciara na Etiópia. Os aparelhos largaram, em 30, às 5 e 35, e logo tomaram rumo, em patrulhas de três. Às 11 e 45, os primeiros desceram no aerodromo marroquino. Os tripulantes sentiam-se inquietos, pois não tinham a certeza de que os nacionalistas estivessem senhores do campo. Por isso, enquanto os aviões rodavam pelo terreno duro, as metralhadoras de bordo estavam prontas a fazer fogo. Depressa todos os temores se diluíram. Pouco depois da chegada, sabia-se da perda de três dos trimotores. Um caiu no mar, outro despedaçara-se em território francês e o terceiro aterrara, também, por engano, na zona francesa. O futuro primeiro comandante da aviação legionária decidira, sem dúvida, de antemão, ficar em Espanha, pois ao lamentar a morte de sete camaradas seus nos desastres, fala desta maneira: « Como é triste ver cortadas as nossas vidas, no início de uma empresa à qual querieis dar todo o vosso entusiasmo, certos de servir uma causa santa! Mas a vossa morte não deve desanimar-nos! No vosso sacrifício encontramos força para cumprir todo o nosso dever. Vós sois os primeiros sacrificados pela ressurreição da Espanha na cruzada contra as bárbaras e falsas ideologias asiáticas e a pátria vos considerará entre os seus heróis caídos no campo da honra ».

No dia 31, Bonomi recebe a indicação de que Franco necessita urgentemente da intervenção dos aparelhos. Mas os nacionalistas contam poucos pilotos. « Franco precisa dos nossos aviões com

abrandava. Tânger já não servia de base aos marxistas e o domínio do mar já não pertencia em absoluto aos « vermelhos ». Era preciso tentar um golpe. Franco submeteu aos seus colaboradores êste projecto: um « comboio » de barcos transportaria tropas para a Península, protegido pelos aviões e pela canhoneira « Dato », que dera a sua adesão após o início do movimento.

O plano parecia arriscado. Franco insistiu e lembrou que a esquadra « vermelha » não tinha comando. Três

urgência. — escreve. — Quem há-de tripulá-los senão nós? Melilla é a sede da 4.^a « Bandera » do « Tércio ». Resolvo alistar-me na « Legião Estrangeira ». O Estado Maior de Melilla recebe com entusiasmo a minha decisão. Voltei a Nador e reüni a minha gente. Contei-lhe o que se passava, disse que me alistava no « Tércio » e convidei aquêles que voluntariamente quisessem seguir-me a dar um passo em frente. Todos, sem excepção, me secundaram, com entusiasmo, orgulhosos de darem o seu esforço de fascistas à causa nacional espanhola. Assim nasceu a aviação do « Tércio »...

Depois de desmentir que o governo italiano lhes houvesse dado ordens para que agissem desta maneira, conta como os chefes espanhóis lhe concederam as estrêlas de coronel e aos segundos pilotos o posto de « brigada », e refere que todos estavam desprovidos de dinheiro. « Não podíamos entrar num « café » ou comprar um maço de cigarros. Informei-me dos vencimentos na « Legião » e estabeleci, assim, os nossos: 2:000 pesetas mensalmente, para os oficiais, sem distinção de posto; 1:000 para os segundos pilotos; 500 para os mecânicos. Convidei Bolin a arranjar-nos um adiantamento. Fiz contas e disse-lhe serem precisas 50:000 pesetas. No seu rosto pintou-se uma expressão de pavor: « Cinquenta mil pesetas? » — exclamou, silabando. Muty, que se alistara como capitão, ainda ouviu o assombrado Bolin, o qual nunca pensara sermos em número superior a meia centena. « Por fim, a « Intendencia » mandou-nos o dinheiro, e com êle fizemos as nossas primeiras despesas de legionários ». — Conf. *Nascita dell'aviacion de « El Tércio (dal diario del primo Comandante dell'Aviazione Legionaria) »*, in « *L'Ala d'Italia* », n.º 7, pág. 17 a 24 — Roma, 15-Abril-39. — (N. do T.).

aviões italianos foram bombardear o campo de aviação e a estação ferroviária de Guadix, ao passo que dois outros aparelhos punham em fuga dois torpedeiros marxistas, no Estreito. Por fim, houve unânime aprovação do projecto do general e, no dia 5, estava pronto a largar de Ceuta um « combóio » de cinco cargueiros da Companhia Mediterrânica, transportando 3:000 homens, 3 baterias de artilharia, 10 cavalos, 2.000:000 de cartuchos, 3:000 granadas e 12 toneladas de dinamite. A protecção fôra confiada à canhoneira « Dato » e a quatro trimotores. Na primeira parte da travessia, que decorreu relativamente calma, foi afundado um submarino governamental. Depois, o contra-torpedeiro « Alcalá-Galiano » atacou o « combóio », tentando dividi-lo. Os aviões obrigaram-no a bater em retirada, assim como a dois torpedeiros que se acercaram, vindos de Malaga. Um dêstes últimos procurou refúgio em Gibraltar, e a canhoneira marxista « Pinto » foi gravemente atingida. Sem outro incidente, desembarcaram em Algeciras os 3:000 homens e todo o material. Franco rompera o bloqueio.

Podemos considerar finda a luta pelo Estreito a partir dessa data, pois ficou assegurada a ligação entre as forças continentais e as tropas de Marrocos. Ao voltarem a Tetuão, os aviadores italianos, que tiveram nesta vitória um papel primordial, foram acolhidos com manifestações triunfais. Continuaram a desenvolver idêntica actividade, nos dias seguintes, dilatando cada vez mais o seu raio de acção: em 9, bombardearam a frota « vermelha » em Malaga; em 11, voaram até Madrid e atacaram as tropas que defendiam a cidade; em 12, quatro trimotores bombardearam Badajoz, a

quatrocentos quilómetros da sua base. A esquadra marxista, podia tentar bombardear Ceuta e Algeciras, podia anunciar a imaginária destruição da « Dato » e do « Canárias », porque os seus esforços já eram inúteis. Em 6 de Agosto, Franco partiu num avião e instalou o seu quartel-general em Sevilha. Ali deveria verificar qual era a situação geral do movimento. A primeira batalha pelas comunicações findara com uma vitória total.

A batalha de Badajoz

A segunda batalha assumiria igual importância, pois tratava-se de estabelecer a ligação do Exército do Sul com o Exército do Norte.

Durante toda a primeira semana de Agosto, a luta esteve confusa. A Europa só obtinha informações contraditórias fornecidas pelos postos de « rádio » dos dois partidos. Havia, porém, certo número de factos já definidos: Quanto a Madrid, os rebeldes não conseguiam ultrapassar o Guadarrama ; em Sevilha, dominavam ; na Navarra, as forças carlistas avançavam pouco a pouco, aldeia por aldeia ; no Aragão, os marxistas tinham fraquejado por completo diante de Saragoça, em 31 de Julho. Desde que as tropas de Marrocos conseguiram passar com facilidade para a Península, a ofensiva prosseguiu com maior ímpeto.

Primeiro, o coronel Ascensio, à frente das tropas nacionalistas, apoderou-se de Puente Genil e, a seguir, de Zafra. Depois, em 11 de Agosto, conquistou Mérida, onde houve combates durante muitos dias, cortando, assim, a linha férrea de Badajoz a Madrid. Simultaneamente, 240 guardas civis de Badajoz revoltaram-se con-

tra os comunistas e viram-se cercados no seu quartel. Renderam-se, após uma luta feroz, com perdas severas.

A coluna Yagué começou o ataque a Badajoz, na tarde de 13 de Agosto, em combinação com a coluna Castejon. Intensa preparação de artilharia e bombardeamentos pelos aviões precederam o assalto. Praça fortificada e bem organizada, a cidade era defendida por quatro a cinco mil homens comandados pelo tenente-coronel António Pastor Palácio e auxiliados por milicianos sob as ordens do tenente-coronel Puydangola. Este, na véspera da derrota, fugiu para Portugal. Durante a noite, Badajoz ficou completamente cercada, e alguns carros blindados principiaram a entrar nos bairros excêntricos por uma brecha rasgada nas muralhas para abertura de uma nova rua. Foi cortado o cabo condutor de energia eléctrica e a cidade encontrou-se mergulhada na escuridão. O governador civil logrou atingir, a pé, a fronteira portuguesa. Apresentou-se num inequívoco estado de depressão, e internaram-no num hospital, em consequência de um acesso cardíaco. Declarava não ser comunista. Quisera fugir há mais tempo, mas os milicianos não lho tinham permitido. Aproveitara o pânico e não desejava tornar a Espanha. Na manhã seguinte, tentou suicidar-se. Outros políticos lograram, também, passar a fronteira, perseguidos de perto pelos milicianos «vermelhos».

Às 7 horas da manhã do dia 14, a artilharia começou a bombardear a cidade, mas o ataque só foi lançado às 5 horas da tarde. Três mil milicianos e quinhentos soldados defenderam corajosamente cada uma das vélhas muralhas desmanteladas. Os primeiros elementos do «Tércio» conseguiram, no entanto, penetrar na cidade ao entardecer, pela porta da Trinidad.

A seguir, o combate continuou em cada rua. Os governamentais refugiaram-se, por fim, no bairro do Castelo-Velho, logo submetido a um bombardeamento. Às 7 horas da tarde, tudo terminara. A maioria dos soldados lograra alcançar o território português. Defendendo a cidade, apenas tinham permanecido os milicianos. A tomada de Lérida já permitira estabelecer ligação, ainda que precária, entre Franco e Mola, e facultara o restabelecimento das comunicações telefónicas entre Burgos e Sevilha, assim como os transportes por via férrea. A vitória de Badajoz consolidou os resultados anteriormente obtidos.

Em vinte-e-quatro horas, desapareceram os últimos focos de resistência. O tenente-coronel Pastor Palácio, que se manteve no seu posto até o fim, foi fuzilado, assim como o coronel Cantero, que dirigia a artilharia, e o comandante Alonso, que resistiu, até o último instante, com metralhadoras, no forte de Pardilleras.

Foi por ocasião da tomada de Badajoz que apareceram as primeiras campanhas internacionais contra « os massacres de repressão » levados a cabo pelas forças nacionalistas, particularmente pelos Regulares. Eis uma das razões pelas quais deve ser atribuída importância a este dia 14 de Agosto. Conta-se que os milicianos encontrados com armas nas mãos caíram fuzilados sem julgamento, e diz-se que os mouros saquearam a cidade, sem poupar mulheres nem crianças. As histórias mais ou menos tendenciosas que circulam na Europa e na América demonstram o valor que os « vermelhos » atribuíram a Badajoz, e o seu desapontamento quando viram ser rôta a « frente », num ponto de tamanha importância.

Na realidade, que se passou? Se quisermos examinar as coisas friamente, é preciso recordar que as referências às atrocidades em Badajoz apareceram publicadas no momento preciso em que os jornais nacionalistas contavam com largos pormenores as atrocidades, infelizmente verídicas, dos marxistas em Madrid e Barcelona. Tratou-se, portanto, primeiro, de um contra-ataque diplomático. O major Geoffrey Mac-Neill-Moss, no seu livro *The siege of Alcazar*, apreciou os testemunhos publicados, solicitou informações ao embaixador espanhol em Londres, e recebeu três depoimentos. Um destes era firmado por um jornalista da edição parisiense do *New-York Herald*, jornalista que declarou não ter escrito êsse testemunho e nem sequer ter pisado alguma vez ruas de Badajoz. O segundo, aparecera no *Populaire*, de Paris, atribuído a um « enviado especial da agência Havas », « enviado » que telegrafou a dizer da maneira mais categórica que também nunca fôra a Badajoz. O terceiro, de um correspondente do *Times*, contava que 1:200 homens tinham sido fuzilados, na parada do Comando Militar, que o chão estava tinto de sangue e que dois milicianos haviam morrido executados, na catedral, diante do altar-mor. O major Geoffrey Mac-Neill-Moon observa as contradições existentes entre esta narrativa e a da pessoa que acompanhou o jornalista através de Badajoz. Esclarece que a catedral, transformada em fortim pelos marxistas, estava cheia de cadáveres dos milicianos mortos durante o combate. Tais eram os três depoimentos apontados como de maior poder demonstrativo pelo embaixador de Espanha em Londres ⁽¹⁾.

(1) Major Geoffrey Mac-Neill-Moss — *The Siege of Alcazar*.

É certo que as perdas foram consideráveis, no ataque a Badajoz, particularmente nos combates de ruas. É evidente que os atacantes nenhuma indulgência revelaram, perante a resistência corajosa que se lhes deparou. Nos julgamentos sumários que se seguiram, foram condenados homens acusados de abusos de poder, execuções arbitrárias e delitos diversos. Também não oferece dúvidas que o ódio político arrastou os vencedores para além de todos os limites, que a guerra impôs uma lei impiedosa, que se julgou impossível guardar prisioneiros e que a luta em Espanha sempre assumiu um carácter implacável. Tudo isto é certo.

Se Badajoz estivera nas mãos dos marxistas, isso fôra devido ao facto de êles contarem ali alguns apoios. Por isso, as tropas de Yagué procederam, com certeza, a uma « depuração » brutal. Todo o homem combatente caiu fuzilado, por se pensar que, não tendo havido mobilização geral, êle era um militante marxista. Não esqueçamos, também, que se tratava de guerra civil e no seu princípio. E há grande distância entre êste rude método ou os excessos cometidos durante o ataque e os cruéis massacres de que as repartições de Imprensa de Barcelona e Valência espalharam a indignada versão por todo o mundo.

Todavia, essas repartições não mencionaram um facto curioso conhecido por quantos foram à Espanha, onde os oficiais alemães mostravam sem reboço singulares fotografias. No início da campanha, nos dois campos, acontecia praticar-se a castração de cadáveres, seguindo o costume mourisco e abexim. As forças marroquinas de Franco entregavam-se com naturalidade a semelhante operação, para elas de um carácter quasi ritual, mas os « vermelhos » praticaram-no, também, por

largo tempo, por gosto do sacrilégio. Franco proibiu, sem demora, no seu Exército, que tal se fizesse, e apenas restou, então, um outro costume que nos parece assombroso e que é preciso observar, simultaneamente, à luz do Islam e da Espanha ultra-católica. Não podendo voltar a atingir o adversário na sua virilidade, os soldados, para continuarem a ofender essa virilidade, enterravam os cadáveres dos inimigos, depois de lhes pôrem a nu os órgãos sexuais. Os oficiais alemães mostraram fotografias nas quais se vêem dezenas de cadáveres estendidos ao lado uns dos outros, ainda com uniformes, tendo os órgãos genitais a descoberto... e um crucifixo sobre o peito. Os etnólogos poderão discutir quanto queiram acêrca dêste rito.

Uma vez restabelecida a paz em Badajoz e consolidada a segurança da retaguarda pelos rudes meios que a necessidade impunha, a retirada precipitada das tropas governamentais deixou, daí em diante, de Pamplona a Tetuão, uma « frente » contínua. A segunda batalha pelas comunicações estava ganha.

A batalha de Irun

Antes de travar luta nas várias « frentes » interiores, impunha-se aos nacionalistas fechar ao adversário a fronteira francesa do Bidassoa. Em 26 de Julho, partiu uma coluna de Pamplona, a-fim-de tentar libertar os revolucionários cercados em San Sebastian. O caminho estava fechado. Tornou-se necessário tomar a estrada que conduz de Irun àquela cidade e passar por Oyarzun. O coronel Beorlegui já lançara um ataque, no dia 23, empregando 350 carlistas. Uniu-se-lhe outra coluna

comandada pelo coronel Ortiz de Zarate e constituída por 1:200 voluntários e uma bateria de canhões de 105, desmontados e rebocados por juntas de bois. Oyarzun, que tinha a defendê-lo alguns milicianos entrincheirados nas casas, caiu na manhã de 27 de Julho. Beorlegui não perdeu tempo. Retomou a marcha para o mar, guardando para mais tarde o assalto a Irun. Nesse instante, sem cavalaria nem aviação, ignorava tudo quanto dizia respeito às posições do adversário. Não sabia que fortificações haviam sido tomadas pelo inimigo. De San Marcos, bombardearam-no e, a três quilómetros de Oyarzun, a pequena cidade de Renteria, protegida por um combóio blindado, ofereceu-lhe um obstáculo intransponível. Durante muitos dias, a « frente » estabilizou-se entre Oyarzun e Renteria. As tropas receberam reforços: mil « requetés », metralhadoras e outra bateria de artilharia.

Deu-se, nessa altura, um episódio que nos revela o carácter pitoresco dos primeiros dias da guerra: O comandante Garmendia, fiel ao govêrno madrileno, enganou-se num cruzamento de estradas e viu-se, de súbito, junto das guardas-avançadas dos carlistas, que abriram fogo contra êle. Ferido, conduziram-no a um hospital, onde Garmendia reconheceu em Beorlegui um antigo companheiro dos bancos da escola. Ao anoitecer, morreu. O chefe das forças nacionalistas mandou transportar o cadáver para a Navarra com uma carta dirigida à viúva (¹).

A partir de 12 de Agôsto, registaram-se violentos ataques na região de Irun. Os carlistas manobravam

(¹) André Nicolas — in *Frontières* — (Julho — 1937).

para atingir o pôrto de Pasajes. No mesmo dia, as tropas de Mola tomaram a cidade de Tolosa, após o que ficaram em seu poder diversas aldeias.

O « Almirante Cervera » ancorou em frente de San Sebastian. O comandante enviou um ultimato às autoridades militares « vermelhas », ameaçando — diz-se — arrasar a cidade, caso não houvesse rendição imediata. Em resposta, os marxistas anunciaram que seriam mortos setecentos reféns, assim que a primeira granada atingisse o casario.

A região apresentava-se bem defendida. Nas cercanias de Irun, o « blockhaus » da Puncha, protegido por um bosque, era considerado inexpugnável. A brigada internacional enviou para ali os seus melhores homens, oficiais reservistas franceses, belgas e alemães que tinham combatido na guerra de 1914 e se uniam na luta anti-fascista. Não cessaram os combates, entre Irun e San Sebastian, na segunda quinzena de Agôsto. Defrontavam-se os milicianos e os homens rudes e corajosos vindos das montanhas, os « requetés » da Navarra, que formavam os mais sólidos contingentes do Exército do general Mola.

Em 15 de Agôsto, os insurrectos chegavam a Ventas, a 4 quilómetros de Irun, mas não puderam alcançar os objectivos principais. O torpedeiro governamental n.º 3, fundeado diante de Fuenterrabia, abriu fogo sobre as posições ocupadas pelos rebeldes. Em San Sebastian, insistia-se em declarar que seriam exercidas represálias, em caso de ataque à cidade. « Faremos rapidamente justiça » — afirmava o jornal *Frente Popular* em 19 de Agôsto, citando, entre muitos outros reféns nacionalistas detidos, o conde de Romanones, antigo presidente

do conselho da monarquia. Em 23, o próprio governador civil da Guipuzcoa conseguiu conduzir, num automóvel, aquêlê vêlho político e sua mulher à fronteira francesa. De 23 a 26, Irun ficou quâsi cercada; a circulação interrompeu-se. Apenas nela surgiam as auto-metralhadoras.

Prevenidos, em 30, de que a cidade seria bombardeada por terra, mar e ar, se não capitulasse, os dirigentes marxistas de Irun repeliram êste ultimato e ordenaram à população civil que partisse dali e buscasse refúgio em França. Três mil crianças, mulheres e vêlhos alcançaram, de noite, o território fronteiriço, empilhados em camiões. A Junta de Burgos acusava as autoridades marxistas de só haver promovido a evacuação das famílias dos « vermelhos », obrigando a ficar na cidade todos os suspeitos de sentimentos fascistas. Em 1 de Setembro, de manhã, os insurrectos conseguiram instalar peças de artilharia nas montanhas que dominam Behobia e Irun, fazendo fogo dali para bater San Marcial e a estrada. Como já sucedera por várias vezes, caíram granadas em território francês, na pequena aldeia vasca de Biriatou. Não houve vítimas.

A ofensiva tornou-se mais violenta e mortífera, na tarde dêsse mesmo dia. Todavia, os *destroyers* não bombardearam a cidade. Apurara-se que, com efeito, muitas mulheres e crianças permaneciam em Irun, por imposição dos « vermelhos ». A noite, os *dinamiteros* marxistas entraram em acção, atacando as fileiras dos rebeldes, os quais, não obstante todos os esforços desenvolvidos, não haviam logrado conquistar o reduto da Puncha. Recebidos reforços, peças de montanha, obuses de 166 e auto-metralhadoras, manobram contra os

«vermelhos», que apenas dispunham de uma bateria de 7,5, três peças de 155 e metralhadoras.

As forças em presença não eram muito numerosas. No que diz respeito à artilharia, faltavam-lhe sobretudo munições e tinha reduzida eficácia. Isto, de resto, foi o carácter geral do primeiro ano da guerra, se estabelecermos uma comparação com a de 1914. Nenhuma aldeia foi totalmente destruída (salvo pelos incêndios) como sucedeu no Leste da França.

Em 2 de Setembro, às 5 e 15 da tarde, a vanguarda dos nacionalistas estava às portas de Behobia. A Puncta, fechado o cêrco, caiu um quarto de hora depois. O combóio blindado que ali estabeleceu sua base, bateu em retirada. Oitenta milicianos armados refugiaram-se em território francês. Às 6 e 30, Beorlegui conquistou San Marcial. Os habitantes passavam a fronteira, seguindo carroças carregadas com seus pobres haveres e impelindo rebanhos na sua frente. Já a tôdas as alturas que dominam Irun tinham chegado os nacionalistas. Os milicianos que buscavam refúgio em França eram desarmados. Corria que lavravam divergências entre os defensores de Irun, onde os anarquistas teriam ocupado os postos de comando, destituindo os chefes socialistas e comunistas. A queda do «blockhaus» da Puncta, considerado inexpugnável, causara profunda impressão. Os assaltantes haviam atacado à granada de mão, em extraordinárias condições de rapidez. Em França os marxistas diziam haver lutado com falta de munições. Mostravam-se convencidos de que depressa lhes seria consentido voltarem a território espanhol, o que viria a suceder. Se alguém manifestava surpresa por vê-los abandonar o terreno, naquela hora decisiva, replicavam que a «Frente Popular» de Valência lhes dera instru-

ções nesse sentido, a-fim-de irem « proceder às colheitas no Levante » (1).

Durante tãda a noite, os « vermelhos » trabalharam no levantamento de barricadas. Às 10 horas da manhã do dia 4, lutava-se ferozmente perto da ponte internacional. Uns quinze milicianos, abrigados nos improvisados redutos, faziam fogo de metralhadora contra os legionários. Via-se arder o casario de Irun, transformado numa formidável fornalha. Subiam para o céu feixes de chamas, por entre grossos rolos de fumo. Na ponte, iam e vinham automóveis governamentais com milicianos equilibrados nos estribos. Às 12 e 30, já os atacantes estavam próximos da ponte de Irun, cujos últimos defensores iam recuando metro a metro. Em Hendaia, circulava-se a custo, tanta era a gente para ali fugida. À uma hora da tarde, só uns dez homens teimavam em resistir sôbre a ponte. Os nacionalistas entraram na cidade; ocuparam a Câmara Municipal às 14 e 15, e a resistência findou. Uma camioneta estropeada evacuou para o território francês os últimos milicianos. Súbito, surgiu um coronel do Exército nacionalista. Dirigiu-se ao pôsto fronteiriço, saüdou as autoridades francesas e declarou que os rebeldes desejavam manter boas relações com a França. Entretanto, a ocupação de Irun, que continuava em chamas, era feita lentamente, com extrema prudência.

Na manhã do dia 5, ainda a cidade não caíra totalmente em poder dos vencedores. O canhão não deixara de troar. A artilharia governamental do forte de Guadalupe bombardeava os arredores. Ao meio-dia, a segunda parte de Irun foi conquistada. Só então na cidade

(1) *Le Temps* — 4-ix-39.

a ocupação pelos nacionalistas se tornou completa. Percorriam-na patrulhas e o estandarte vermelho-ouro fluía sobre os edifícios. Ao anoitecer, os atacantes fizeram convergir os seus esforços sobre Fuenterrabía, onde também lavravam enormes incêndios. Enquanto a luta ia chegando à fase final, os milicianos refugiados em França eram metidos em combóios especiais e enviados para a fronteira catalã, por Bordeus e Toulouse. Na estação desta cidade, ofereceram-lhes merendas. Os voluntários franceses, ainda que prestassem homenagem ao valor dos espanhóis, lamentavam a sua falta de disciplina e o seu individualismo. Não tardou que se apurasse que a defesa de Irun fôra dirigida por um oficial francês reservista. Eram franceses e belgas, especialmente, os homens que se bateram até o último instante.

Ao cair a noite, Guadalupe estava em poder dos nacionalistas. Procedeu-se à ocupação de Fuenterrabía e, nos dias seguintes, de todo o planalto e pôrto de Passajes. Fêz-se pouco a pouco a pacificação do território conquistado. Descobriam-se a cada momento os sinais da barbaria marxista. Em Guadalupe, fêz-se a exumação dos corpos dos reféns massacrados. A vala fôra aberta pelos companheiros de prisão dos supliciados, cujos corpos tinham sido arremessados à terra, sem caixão. A identificação das vítimas, na presença das mulheres ou dos pais, deu ensejo a cenas lancinantes. Foram reconhecidos os cadáveres do antigo ministro António Matos; do chefe dos « Alguazils » de Irun, cujas mãos ainda seguravam um rosário; de António Maura e do político Vasco Beunza. Interrogado, um antigo prisioneiro dos « vermelhos » contou:

— Fomos nós quem abriu a vala para sepultarem os fuzilados. Após as execuções, vinham sempre chamar alguns dos reténs, dizendo-lhes: — « Querem ir dar uma volta por aí, a ver o mar ? » Saíamos e íamos cavar estas sepulturas. Passámos dias inteiros numa ansiedade horrível, pois anunciavam-nos constantemente que, dentro em pouco, nos passariam pelas armas.

Os prêsos, em número de duzentos, dormiam sôbre cunhetes, em masmorras sem ar.

A chegada dos nacionalistas libertou a região do pesadelo em que vivera. Em 9 de Setembro, para bem ficar evidenciado o seu domínio, as tropas da Revolução nacional assistiram a uma missa campal. O altar estava instalado na ponte internacional de Irun. Do território francês, viam-se os soldados e os civis ajoelharem-se, ao som de uma buzina de automóvel, que substituíra a campainha habitualmente empregada para marcar as várias fases da cerimónia. No fim, os voluntários juraram morrer pela pátria e pela religião, enquanto, de espingardas ao alto, recebiam a bênção do oficiante.

A tomada de San Sebastian

Estas cenas trágicas e os incêndios lançados, em Irun, pelos marxistas, causaram profunda impressão. San Sebastian, cidade importante e luxuosa, devia ser defendida a todo o custo de semelhantes barbaridades. É oportuno notar que as granadas do « Almirante Cervera » sempre foram cuidadosamente dirigidas para os objectivos militares, a-fim-de prejudicar o menos possível a formosa capital da província. Como os soldados estavam algo cansados dos esforços feitos, Mola decidira

avançar lentamente, deixando aos elementos de desagregação das forças marxistas e vascas a tarefa de determinar a sua sorte. O coronel Beorlegui, ferido na conquista de Irun, quis continuar a comandar o ataque.

Pouco tempo decorrido, soube-se que a população de San Sebastian não queria consentir que os anarquistas incendiassem a cidade. Em 6 de Setembro, entre os socialistas locais e anarquistas vindos de Bilbao deram-se recontros violentos. Observavam-se nas ruas ranchos de anarquistas enchendo bidões de gasolina, com o intuito de multiplicar os focos de incêndio. Logo se reuniu grande multidão, num clamor unânime:

— Fogo, não ! Fogo, não !

As autoridades tinham esperança de poder evitar o saque, pelos anarquistas. Consta que os nacionalistas vascos encaravam um acôrdo com os rebeldes, de preferência a deixar que a F. A. I. tomasse conta da cidade.

Conhecedor destas dissensões, o general Mola continuou a desenvolver a ofensiva com propositada lentidão. Por seu lado, os governamentais efectuavam « raids » aéreos contra as zonas recém-conquistadas pelos nacionalistas. Em 8 de Setembro, bombardearam Irun e Fuenterrabia.

Entretanto, em San Sebastian, os elementos moderados conseguiram retomar a direcção dos acontecimentos. Para o cargo de comissário da ordem pública, foi nomeado um deputado nacionalista vasco, Irujo. Procedeu-se à evacuação de 625 reféns para Bilbao, protegidos por vascos armados que ameaçavam metralhar os anarquistas, no caso de estes tentarem opor-se à transferência dos detidos. Partiram para França mil pessoas que a aproximação das tropas de Mola preocupava. De noite, a cidade estava entregue a patrulhas

que asseguravam a ordem. O filho do governador civil, Ortega, desmente que alguma vez haja ido a Pamplona negociar a rendição.

— Nunca se pensou em capitular — afirmou.

O que é verdade, é que na Guipuzcoa o catolicismo não perdeu a sua força e que Ortega não consentiu o saque da cidade, nem o fuzilamento dos reféns.

Em 10 de Setembro, « Rádio Burgos » anunciava que os dirigentes de San Sebastian haviam pedido o direito de procederem à evacuação de todos os milicianos.

— O general Mola — acrescentava o locutor daquela emissora — recusou, porque não tem nenhuma pressa quanto a ocupar San Sebastian.

Os comestíveis tornaram-se raros, o reabastecimento era difícil. Estavam cortadas tôdas as estradas, excepto a de Bilbao. No entanto, até esta era batida pelo fogo da artilharia nacionalista.

No dia 11, a cidade foi sobrevoada por três aparelhos cujos tripulantes lançaram um ultimato concedendo quarenta e oito horas para a rendição. A 12, San Sebastian estava quasi evacuada. As tropas governamentais efectuaram a retirada sobre Bilbao, e os « Requetés » ocuparam as primeiras casas, cêrca da madrugada, após a conquista de Hernani, a meio da tarde. Não houve combate. Os anarquistas tinham colocado em diferentes pontos bidões cheios de gasolina. Ortega, vigilante, mandou-os despejar nos colectores dos esgotos. Por isso, os extremistas contentaram-se com demolir a estação emissora, avariar a central telefónica e um túnel e incendiar algumas casas. Houve recontros sangrentos entre eles e os nacionalistas vascos que queriam opor-se às destruições. Ortega saiu da cidade ao entar-

decer de 12. Seguiu para Orio, esperando poder organizar ali a resistência. Os soldados de Mola avançaram prudentemente e só concluíram a ocupação do burgo vasco na manhã de 13.

À noite, o grosso das forças vencedoras fazia a sua entrada triunfal. Nos principais edifícios flutuava o estandarte monárquico. A primeira bandeira a entrar na cidade pertencera a D. Carlos e fôra agitada pelo vento dos combates, durante as guerras carlistas. A multidão acolheu os vencedores alegremente. Por tôda a parte repicavam sinos, anunciando a conquista de San Sebastian.

Após a ocupação, a vida reorganizou-se. O tenente-coronel Vigon, antigo preceptor do infante D. João, foi nomeado comandante militar. Começou a publicar-se um jornal, o *Diário Vasco*, repararam-se as linhas telefônicas, restabeleceu-se o abastecimento de água e electricidade. Em frente do Clube Náutico, um monte de malas abandonadas demonstrava a precipitação com que os marxistas tinham embarcado. Viam-se em todos os sítios bandeiras vermelho-ouro e pendiam das janelas as colgaduras dos dias de procissão.

A tomada de San Sebastian fechou vitoriosamente a campanha da Guipuzcoa, que ficou completa, em 22 de Setembro, ao serem conquistadas as povoações de Zumaya, Arrona, Gestona, Eldibar, Zarauz e Oñate. A fronteira do Bidassoa estava fechada do lado da França. Tôdas as forças nacionalistas podiam, daí em diante, comunicar livremente, num território imenso, ao abrigo da bandeira da Espanha tradicional.

A libertação de Toledo ⁽¹⁾

Emquanto se desenrolava a batalha nas zonas da fronteira, o Exército nacionalista do Sul empreendera, após a tomada de Badajoz, a marcha sobre Madrid. Não tardou, porém, que a progressão tivesse como objectivo imediato a libertação de Toledo, em vez da investida contra a capital. Este avanço e a resistência dos guardas civis e dos rapazes do Alcazar constituem o episódio mais célebre da guerra. Durante muitas semanas, todo o mundo teve os olhos cravados na fortaleza assediada.

A antiga capital espanhola mantivera-se geralmente fiel às ideias nacionalistas. Enviara ao Parlamento deputados de política moderada, quando a « Frente Po-

(1) O primeiro livro sobre a libertação de Toledo, foi escrito em Outubro de 1936 — *Les Cadets de l'Alcazar* (Paris, Plon, 1936) — por Henri Massis e Robert Brasillach. Baseava-se em testemunhos franceses e espanhóis. Traduzido em Espanha, América, Inglaterra, Itália e Suécia, foi ampliado e reeditado, em 1939, sob o título *Le siège de l'Alcazar* (Editions d'Histoire e d'Art, Livraria Plon).

pular » triunfou, nas eleições de Fevereiro de 1936. Todavia, também ali a agitação revolucionária das esquerdas começara a ser sentida, e os grupos de operários filiados nos diversos partidos marxistas tentaram fomentar motins. Nas proximidades de Julho, depois de numerosos comícios, através dos quais os oradores buscaram atrair as massas rurais, Toledo parecia haver passado para o campo da extrema-esquerda. Semanas antes da sublevação, registaram-se desordens na cidade. Houve conflitos entre os cadetes da Escola Militar e os vendedores de jornais extremistas, aos quais se juntaram operários. Só por acaso não se deu, nesse dia, um motim grave.

Com o propósito de punir os cadetes, o presidente do conselho, Casares Quiroga, retirou-os do Alcazar e instalou-os no campo dos Alijares, nas alturas próximas da antiga cidade. A tranqüilidade voltou a reinar, na época das férias. A maior parte dos cadetes tinha já saído de Toledo, quando eclodiu a Revolução nacionalista.

Assim que souberam do movimento, em 18 de Julho, os oficiais contrários ao governo apoiaram os rebeldes, colocando-se às ordens do coronel Moscardó. Este chegara a Toledo, ido de Madrid, à 1 e 30 da tarde. Na velha cidade estavam apenas seiscentos guardas civis, que se negaram a ir para os quartéis da capital, onde o ministério pretendia concentrar toda a « Benemérita ». Foi com êsses seiscentos homens, comandados pelo tenente-coronel Romero Basar, e com alguns oficiais em estágio na fábrica de armas, que os sublevados organizaram a resistência de Toledo, onde dominaram durante três dias.

Logo que, em Madrid, se teve conhecimento de que Toledo aderira aos rebeldes, o govêrno mandou avançar para ali um contingente de guardas de assalto e outro de milicianos, com ordens para restabelecerem a situação a seu favor. Em 19 de Julho, o general Riquelme, comandante das tropas governamentais, telefonou a Moscardó, intimando-o a render-se. Mas, à tarde, o ministério da Guerra, ignorando, sem dúvida, a rebelião em Toledo, telefonava também ao coronel, dando esta ordem:

— Receba na fábrica de armas um milhão de cartuchos que ali se encontram e venha imediatamente para Madrid.

O deputado socialista Prat estivera, havia pouco, na fábrica, a reclamar a entrega dos cartuchos. Só nesta altura Moscardó soube existir em depósito tamanha quantidade de munições. Recebeu-as, no dia seguinte. Simultâneamente, requisitou tôdas as armas que ali estavam e instrumentos de cirurgia. Em 21 de Julho, foi lida, na parada do Alcazar, uma proclamação, pela qual era estabelecido o estado de guerra em tôda a provincia. A leitura repetiu-se na praça de Zocodover. Depois, passaram três dias de luta, nas ruas de Toledo. Em 22, o coronel e os seus oficiais decidiram recolher ao Alcazar com tôdas as fôrças. A estas se reüniram em breve todos os elementos que acharam preferível sofrer o cêrco a capitular. Mas as mulheres quiseram acompanhar os maridos, as crianças seguiram as mãis, e perto de 2:000 pessoas foram, assim, juntar-se na fortaleza. Desde a véspera que três aviões idos da capital bombardeavam a secular construção.

No início do cêrco, os homens válidos no Alcazar eram:

Oficiais	150
Cadetes	8
Soldados recrutados	160
Guardas civis	600
Falangistas	60
Militantes da « Renovacion Española »	8
Da « Accion Popular »	18
Carlistas	5
Independentes	15 ⁽¹⁾

É necessário citar uma centena de pessoas idosas ou incapazes para o combate, 520 mulheres, entre elas cinco religiosas, e cinqüenta crianças. A maioria dos soldados recrutados pertenciam à escola de gymnástica. O antigo governador civil, Manuel Gonzalez Lopez, pouco tardou a ir reünir-se-lhes. Entre a improvisada guarnição, contavam-se vários engenheiros e três médicos militares. Foi posta em vigor a lei marcial dentro da fortaleza. Todos os insurrectos puderam instalar-se nas vastas divisões do edifício. E preparou-se a resistência, que deveria ser mais prolongada do que os sitiados previam.

A princípio, elles occupavam a célebre fortaleza e todos os edificios que a rodeiam. Estavam senhores da séde do govêrno militar — grande edificio de granito à

(¹) Há divergências, quanto aos algarismos e a divisão por categorias politicas ou militares. A lista official dos sitiados, com os respectivos nomes, figura no livro *El sitio del Alcazar*, de J. Arraras e L. Jordana, mas não coincide inteiramente com os elementos dados noutras partes, um com a *Nota para los periodistas*. De resto, as divergências têm um interêsse reduzido.

prova de bombas — contíguo ao hospital de Santa Cruz, junto ao Alcazar pròpriamente dito. A todo o comprimento dessa construção, existia um túnel abobadado, a cavaliariça n.º 4, que os recrutas viriam a defender até o último extremo, e que seria teatro de violentíssimos combates. Na esplanada de Leste, os insurrectos dispunham igualmente do antigo convento dos frades Capuchos, que comunicava com a cidadela por uma passagem subterrânea. Durante o largo tempo em que não foram excessivamente incomodados pelos « vermelhos », os cadetes puderam conduzir para o Alcazar provisões de víveres, prevendo um longo assédio.

No dia em que se encerraram na fortaleza, existiam nas cavaliariças da Escola 27 mulas e 177 cavalos, um dêles « puro-sangue » de corrida, que os sitiados nunca deixaram de tratar. Morreram, no entanto, oitenta, devido a privações. Acentue-se, também, que ao retirarem-se da cidade as fôrças tinham buscado apoderar-se de determinadas quantidades de víveres. Mas assegurar a alimentação diária de duas mil pessoas não é tarefa simples, e temeu-se, logo a princípio, que os víveres viessem a faltar. Numa feliz oportunidade, o coronel recebeu, em 3 de Agôsto, um aviso confidencial de que nas cercanias do Alcazar havia um armazém cujo celeiro devia estar cheio de trigo. Pela brecha rasgada por uma granada, durante os primeiros bombardeamentos, no teto do armazém, deslizaram, em várias noites, uns sessenta homens que, empregando cordas e escadas equilibradas sôbre as ruínas oscilantes, conseguiram transportar para a fortaleza numerosos sacos do precioso cereal, cada um dos quais pesava entre cinqüenta e cem quilos. Assim, a carne de cavalo e o pão foram a base do regime alimentar dos sitiados, num período de 70 dias. Ao quinto,

fêz-se racionamento, mas as distribuições nunca deixaram de ser abundantes, em todo o mês de Agosto. Quanto a beber, não houve preocupações: Os assediados dispunham livremente de consideráveis reservas de água: duas cisternas de trezentos mil litros cada. O que mais apoquentava aquêles dois mil sêres era a falta de notícias. Para lá de Toledo, ao Norte e ao Sul, lutava-se encarniçadamente, mas os sitiados, isolados do resto do mundo, de nada sabiam.

Luis Moscardó

O coronel D. José Moscardó Stuarde, comandante da guarnição, bom oficial, sem ambições pessoais, é um homem de perfeita educação, algo reservado, com um vibrante sentido dos seus deveres de espanhol e profundos sentimentos religiosos. Um homem sem legenda, que os inglêses definiram com três adjectivos eloquentes: « *Exact, honourable, conscientious* » ⁽¹⁾. Todavia, foi a êste homem que a legenda envolveu e aureolou, quando, nos primeiros dias, êle se tornou involuntário herói do mais célebre e atroz episódio do cêrco.

Na altura da sublevação, o coronel encontrara, em Madrid, seu filho José, aspirante da Escola Militar, e dissuadira-o de realizar uma viagem à Alemanha, para assistir às Olimpíadas. Depois, regressara a Toledo, onde vivia com sua mulher, D. Maria Guzman e dois dos seus filhos. O casal contava cinco descendentes — quatro rapazes e uma jovem de vinte anos, Marichu,

(1) Major Geoffrey Mac-Neill-Moss, *The siege of Alcazar*.

que então gozava as suas férias em casa de uns parentes. O mais velho dos varões, Miguel, era oficial dos Regulares, em Marrocos. José, dissuadido da viagem, seguiu para Barcelona ⁽¹⁾. Em Toledo, ficaram Luiz, que contava 17 anos, e Carmelo, de 14. Quando o coronel se encerrou no Alcazar, houve tamanha confusão que não pôde levar consigo a mulher e os filhos. D. Maria refugiou-se na residência do tenente-coronel Tuero, mas os marxistas descobriram a sua presença, naquela casa, em 22. Avisada a tempo, logrou escapar-se, com o pequeno Carmelo. Luiz teve menos sorte e foi prêso.

Dois dias depois, o chefe das milícias marxistas de Toledo telefonou a Moscardó. Eram dez horas da manhã. O gabinete do coronel ainda existe tal como estava nesse dia. É um compartimento de teto baixo situado no sector sul do Alcazar. Pouco sofreu com os bombardeamentos. Ainda ali se vêem os estofos pardos, a secretária de linhas simples e, na parede, o retrato ampliado de um comandante da guarnição, a-par dos de outros oficiais de outrora, com seus compridos bigodes e suas altas barretinas. Nessa manhã do Julho castelhano, o calor tornava-se sufocante.

O dirigente das milícias « vermelhas » disse ao coronel que seu filho estava prêso, havia quarenta e oito horas.

— Se o senhor não capitula dentro de dez minutos, fuzilaremos o rapaz ! — ameaçou.

— Você não é um militar, nem um homem digno — respondeu Moscardó. — De contrário, saberia que a honra de um oficial não cede às ameaças.

(1) Foi morto, ali, pelos marxistas.

— Pensa assim porque não dá crédito ao que lhe digo. Pois bem, falará pessoalmente com seu filho. (O coronel ouviu-o gritar para dentro: « Moscardó, venha aqui! »)

A voz de Luiz chegou aos ouvidos do comandante do Alcazar:

— Oiga, papá!?

— Que se passa, filho?

— Nada de especial. Dizem que me fuzilarão, se não resolveres entregar-te.

O comissário marxista repetiu a ameaça e Moscardó replicou que uma série de acontecimentos concorrera para confiar o Alcazar à sua guarda. Portanto, não podia faltar ao cumprimento do seu dever, abandonando-o. O coronel conseguiu falar, de novo, com o filho e este buscou tranquilizá-lo.

— Não farão o que dizem.

Mas logo perguntou:

— Que conselho me dás?

Moscardó, sem nenhuma ilusão acerca da benevolência daqueles que praticavam uma chantagem atroz, respondeu:

— Sabes como penso. Se é certo que vão fuzilar-te, encomenda a tua alma a Deus, envia os teus pensamentos para a Espanha e para Cristo-Rei.

— É simples, meu pai. Pensarei em ambos.

Por fim, exclamou:

— Um abraço muito apertado, papá.

— Adeus, meu filho! Um grande abraço!

Na prisão, estavam numerosos sacerdotes. Os detidos preparavam-se para morrer cristãmente. Confessaram-se, em 25 de Julho. Os assassinos e os ladrões ali encerrados foram postos em liberdade. Em 12 de

Agosto, os milicianos prenderam D. Maria e Carmelo e conduziram-nos para a cadeia. Ali encontraram Luiz.

Em 14, chamaram o rapaz e ordenaram-lhe que formasse ao lado de outros condenados. Tôda a gente sabia que iam levá-los à sinagoga del Transito, para fuzilá-los. O pequeno Carmelo gritava:

— Quero ir com o meu irmão !

— Está descansado — dizia-lhe Luiz. — Não me farão mal. Levam-me para que eu fale outra vez com o papá.

Beijou a mãe e, minutos depois, tombava varado pelas balas dos marxistas.

É provável que, nos subterrâneos do Alcazar, todos tivessem sabido da chantagem e do sacrifício. No entanto, o coronel Moscardó nada comunicou oficialmente, e o pequeno diário dos sitiados, que começou a ser publicado em 26 de Julho, nem uma palavra inseriu acêrca dêste drama. E nenhuma referência aparece, também, no « diário » da guarnição. Quanto a D. Maria e a Carmelo, continuaram na cadeia ; dali seguiram para o asilo dos alienados de Toledo, onde permaneceram até fins de Setembro submetidos a maus tratos. Nessa altura, um enfermeiro apiedou-se dêles e logrou salvá-los das represálias dos marxistas irritados pelo avanço das tropas nacionalistas. Por fim, foram libertados pelos Regulares, quando estes conquistaram a cidade.

O assédio

Em 29 de Julho, Madrid anunciava a rendição do Alcazar. Por meio de um comunicado, informava a Europa de que os facciosos refugiados nos subterrâ-

neos, haviam cessado de combater. « Capitularam — dizia-se no comunicado — em consequência de uma diligência das forças governamentais que ameaçaram lançar contra êles um novo ataque. Então, os oficiais e os guardas-civis saíram desarmados da fortaleza, em grupos de cinco. Em Toledo, reina agora uma tranqüilidade absoluta ».

A realidade era muito diferente, e o govêrno de Madrid de-prensa teve ocasião de certificar-se disso. Perante a resistência tenaz dos defensores do Alcazar, não podia alimentar ilusões: só seria possível dominá-los pela força.

Fôra constituído um « comité » de guerra, presidido pelo comandante Barcel e instalado no edificio dos Correios. Segundo se calcula, estavam concentrados, em Toledo, oito mil milicianos.

No Alcazar, os sitiados divertiam-se. Houve festas. Entoavam-se canções. O moral estava à altura da resistência fisica. Redigia-se e dactilografava-se um pequeno jornal *El Alcazar* (do qual obtivemos um exemplar muito raro), que era reproduzido num duplicador. Nêle eram publicadas as notícias divulgadas pela « rádio », visto o aparelho receptor ser de pequena potência, o que tornava impossível as audições colectivas. A redacção instalara-se na sala do museu Romero Ortiz. O director era o comandante Martinez Simancas. Como redactores e tipógrafos, agiam Amadeo Roig e Andrés Marin. O titulo de *El Alcazar* aparecia todos os dias enfeitado com um desenho diferente. Para que mais fâcilmente se seguissem os avanços do Exército de Franco, os comunicados eram, por vezes, acompanhados de mapas e gráficos. Publicavam-se também as informações madrilenas, sobretudo aquelas em que os governamentais

pretendiam que a resistência do Alcazar estaria liquidada dentro de horas, e « outros comentários ridículos... » Antes do « visado pela censura », os leitores encontravam variadas secções recreativas, charadas, palavras cruzadas. Havia numerosos anúncios de objectos perdidos: chaves, crucifixos, medalhas, penas estilográficas, papéis pessoais e armas.

Comentava-se a intensidade dos ataques e fazia-se espírito a respeito das condições do assédio. « *Quartos confortáveis, à prova de bombas. Preços módicos. Subterrâneos do Alcazar* » (1). De 26 de Julho a 27 de Setembro, o jornal apareceu quâsi todos os dias, umas vezes de manhã e outras de tarde. A princípio, tinha uma página, a seguir duas, três ou quatro. Por vezes, publicou números especiais. Enchiam-no de gracejos heróicos e simples, de um bom humor que, a distância, parece fácil.

Em 7 de Agosto, *El Alcazar* anunciou um festival, abrilhatado por « numerosa orquestra », para exibição do formidável equilibrista de fama mundial Chu-Ling-Kal-Var (tratava-se do tenente Calvar). Como números complementares do programa, figuravam « a final do campeonato internacional de luta greco-romana » e facécias do « genial humorista Mister Zaka ». Nos subterrâneos, onde as mulheres se aglomeravam, com seus rostos empalidecidos, seus pobres vestidos enrugados, principiou, ao fim da tarde, êsse espectáculo único. Sobre um palco improvisado, cantaram quantos sabiam cantar e outros interpretaram antigos bailados da Espanha. Sob a luz amarelada que projectava nas paredes

(1) *El Alcazar* (30-vii-36).

sombras incomensuráveis, o público aplaudiu a habilidade dos acrobatas de 16 anos. Que extraordinária, esta nocturna festa da esperança!

A luz fumarenta dos lampiões vacilava, nas singulares cavernas onde se erguiam coros entoando canções da nova Espanha.

Alguns dias mais tarde, fazia-se reclame do cântico dedicado à glória da defesa do Alcazar. Anunciavam-no no jornal, em 19 de Agosto. Sabemos que a letra pertence ao comandante Martinez Leal e a música é de Martin Gil. Para os sitiados, os maus versos dêsse cântico para sempre estarão ligados à lembrança do terrível e sufocante mês de Agosto em que eles se estenderam, pela primeira vez, junto às espessas paredes dos corredores sem luz, ouvindo os estrondos surdos das bombas e das granadas.

Esses instantes permitiam olvidar o cansaço do assédio. Para manter, de noite, os postos de vigilância, os homens viam-se forçados, muitas vezes, a fazer sentinela durante muitas horas a fio, nas piores condições. Havia uma dezena de prisioneiros. Recebiam tratamento, rações e cuidados iguais aos de todos os outros habitantes da fortaleza. O coronel Moscardó regulamentara a questão das horas de visita aos enfermos e feridos. Chegou a ser organizada para mais tarde uma sociedade, uma *Hermanidad* dos sitiados.

Algumas ocasiões, um miliciano gritava, lá de fora:

— Atenção! Atenção! Aqui Rádio-Cigarral. Rendam-se. Se o fizerem, terão as vidas salvas.

Um dos soldados da cidadela avançava, sem demora, com um porta-voz de cartão:

— Atenção! Atenção! Aqui Rádio-Alcazar, ao serviço da Espanha. Os soldados espanhóis nunca encon-

traram nos dicionários a palavra «rendição...» Se Vocês sabem quem foi Cambron (*sic*) lembrem-se da sua famosa resposta, em 1870 (*re-sic*), numa situação idêntica à nossa... Os soldados que lutam por uma pátria e por um ideal nunca se rendem!

Mais bravo do que erudito, o «locutor» de Rádio-Alcazar voltava, rindo, aos subterrâneos, enquanto a metralha continuava a uivar no exterior.

Nos primeiros dias de cêrco, estive no Alcazar um francês, nascido em Toledo, de mãe espanhola, mas que adoptara a nacionalidade paterna. Era o pasteleiro Isidore Clamagraud, simpatizante da «Renovacion Española». Tinha, no seu estabelecimento, determinada quantidade de farinha que podia ser útil aos sitiados. Em 29 de Julho, às 9 horas da noite, com autorização do coronel, o francês saiu do Alcazar, foi em busca de farinha e encontrou refugiadas, na sua casa, algumas religiosas, uma das quais morrera havia muitos dias, sem que às outras tivesse sido possível sepultá-la. Isidore enterrou-a, auxiliado por dois amigos, num recanto do pátio da pastelaria, e regressou tranqüilamente ao Alcazar. Repetiu várias vezes a façanha. No 21.º dia do cêrco, caiu nas mãos dos milicianos e foi condenado à morte. Valeu-lhe o facto de estar em Toledo um cônsul francês incumbido de proceder à evacuação dos seus compatriotas. Prevenido do que se passava, esperou que os milicianos levassem o condenado até à sinagoga. Então, como nos bons filmes americanos de aventuras, arrancou-o das mãos dos guardas e partiu a tóda a velocidade para Madrid. Hoje, o pasteleiro Isidore, de regresso à praça Zocodover, conta-nos as suas aventuras com delicadeza:

— Sou eu o célebre francês do Alcazar...

Para muitos dos elementos da guarnição, a falta de tabaco constituia o mais grave de todos os problemas. Na cantina dos cadetes, fôra encontrada grande porção de livros de papel de fumar. Não havia, porém, com que fazer os cigarros. Na esplanada, vicejavam acácias ; na rampa em ziguezague erguiam-se eucaliptos ; floresciaam lilazes nos jardins do coronel. Tentou-se tudo, com risco de vida. O eucalipto pareceu excessivamente medicinal, e a acácia foi eleita por unanimidade. Não tardaram a chegar os dias em que se tornou preciso ratear as fôlhas de acácia e o restante.

Quanto às mulheres, sofriam outras privações. Na maioria, conservaram nos corpos as mesmas roupas, durante o assédio. Mas é interessante dizer que algumas raspavam secretamente a cal das paredes, para a empregar como se fôsse pó de arroz.

A marcha sôbre Toledo

Em 14 de Agôsto, Badajoz estava em poder dos insurrectos. Fizera-se a junção das tropas de Franco com as de Mola. Ia principiar a verdadeira batalha de Madrid e, no caminho, travar-se-ia a batalha pela posse de Toledo, cuja resistência atraía as atenções do mundo inteiro. Disse-se que a preocupação de salvar os defensores do Alcazar retardou e causou o malôgro do ataque à capital. Não nos parece que isso seja exacto. A simples consulta de um mapa demonstra-nos que, para Franco, vindo de Badajoz, Toledo estava no caminho a seguir para alcançar Madrid. É exacto, porém, que a resistência da cidadela se converteu numa preocupação para todos. Mal informados, os leitores dos jornais

julgavam que a Saint-Cyr espanhola era defendida, na generalidade, por jovens aspirantes a oficial. E a legenda formou-se à volta dos « Cadetes do Alcazar ». A juventude e o heroísmo, unidos, muito fizeram, de-facto, pela causa da Espanha, pois a tenacidade dos sitiados, mesmo nos países democráticos, era encarada com certa simpatia.

Os bombardeamentos intensificavam-se e atraíam personalidades vindas de Madrid: Azaña, Largo Caballero, pseudo-jornalistas franceses do « Front Populaire » e algumas formosas estrangeiras em férias. Ao mesmo tempo que um alto-falante urrava canções da « Frente Popular », os milicianos divertiam-se no campo onde fôra instalada a bateria de artilharia. Como « fim-de-fiesta », as peças disparavam contra o Alcazar.

A-fim-de desmoralizar os defensores e abalar a sua confiança, instalaram, nas vizinhanças da cidadela, alto-falantes que espalhavam constantemente as notícias de « Radio-Madrid ». Mas os sitiados podiam captar as emissões portuguesas e as dos postos nacionalistas. Eralhes muito mais difícil emitir mensagens e comunicar com Burgos. Não obstante, depois da tomada de Badajoz, sabiam que as fôrças de Franco iriam libertá-los. Acompanhavam os progressos e as várias manobras do Exército. Dia a dia, o avanço precisava-se, até que viram desenhar-se, numa carta do Estado-Maior, um amplo movimento convergente sôbre a capital. Em 22 de Agôsto, ao cair da noite, tiveram razões para crer próxima a salvação.

Vindo do Sul, apareceu um aeroplano que sobrevoou as tôrres do Alcazar. Dêle caiu um objecto quadrado, uma espécie de fardo que se desfêz, ao chocar com o

solo. Aproximaram-se alguns voluntários audaciosos. Eram conservas, açúcar e chocolate. Mas os sitiados viram, sobretudo, no acontecimento, a garantia de que os nacionalistas não tinham esquecido Toledo, e que já não estavam muito distantes. O bombardeamento, que redobrava de intensidade, impediu a recolha completa dos mantimentos. No entanto, na madrugada seguinte, alguns dos rebeldes fizeram buscas, na esperança de encontrar cartas. Descobriram duas e logo foram queimados dois foguetões, a acusar a recepção aos amigos que se avizinhavam da cidade.

Os sobrescritos estavam decorados com as cores vermelho-ouro. Uma das cartas tinha o escudo nacional e dizia:

« Do comandante do Exército da África do Norte aos bravos defensores do Alcazar.

Sabemos da vossa heróica resistência e estamos prestes a levar-vos o maior auxílio possível. Aproximamo-nos rapidamente de Toledo. Enquanto esperais, agüentai-vos a todo o custo. Enviamos alguns socorros. Viva a Espanha ! »

Esta mensagem era assinada: general Francisco Franco Bahamonde.

A outra, também com as armas da Espanha, dizia:

« Tôdas as fôrças do Exército saúdam os bravos defensores do Alcazar. Marchamos o mais rapidamente possível em vosso auxílio. Resisti. Ai vão alguns socorros ainda que simples. Destruindo todos os obstáculos, inutilizando tôdas as resistências, as nossas colunas avançam sobre Toledo. Viva a Espanha ! Vivam os heróicos defensores do Alcazar ! »

Também era firmada e datada pelo general Franco.

Foram afixadas a segunda carta e uma cópia da primeira. Todos os homens da fortaleza, depois de as lerem, foram agradecer à Virgem subterrânea, Nossa Senhora do Alcazar, a alegria que acabavam de sentir e a esperança da libertação em breve. Um número triunfal da gazeta reproduziu as duas mensagens. As mulheres lançaram-se a um trabalho inesperado. Vendo que as cartas traziam as antigas cores nacionais da Espanha, confeccionaram fitas vermelho-ouro para os defensores da cidadela. Nas tórres, instalaram-se vigias, para observar a aproximação das colunas nacionalistas.

Além disto, a voz de um locutor confirmava, agora, duas ou três vezes por dia, a esperança da vitória, e o jornal *El Alcazar* divulgava as últimas notícias entre a população dos subterrâneos:

18 de Agosto: — *As milicias catalãs que tentaram atacar a Maiorca foram repelidas e obrigadas a regressar a Barcelona.*

20 de Agosto: — *O «Tércio» e os «Requetés» marcham sobre Irun.*

27 de Agosto: — *A batalha da Guipuzcoa intensifica-se.*

Foi na manhã de 20, cêrca das 8 horas, que a voz nasalada do locutor anunciou:

«Uma coluna nacionalista, sob o comando do coronel Yagué, marcha sobre Toledo. Os marxistas sofreram um autêntico desastre em Calzada de Oropesa. Deixaram no campo duzentos mortos e mil feridos, um «tank», cinco canhões, três metralhadoras e muitas espingardas. Está próxima a libertação de Toledo.»

De-facto, a coluna transpusera, em dez dias, os 196 quilómetros que vão de Merida a Oropesa, num avanço inegavelmente rápido.

Diligências para parlamentar

Em fins de Agôsto e princípios de Setembro, a T. S. F. transmitiu aos sitiados uma larga série de notícias emocionantes. A melhor chegou em 27 de Agôsto: o desfiladeiro do Pico fôra ocupado pela coluna de Yagué, que se apoderara, perto de Talavera de la Reina, de uma bateria de 105, um parque de material de engenharia, um combóio carregado de munições, dois aviões, centenas de espingardas e metralhadoras. De Talavera a Toledo, há, apenas, trinta quilómetros. Todavia, foi preciso empregar muitos dias na ocupação daquela região. Os « croquis » publicados nas páginas de *El Alcazar* permitiam aos defensores seguir a marcha das colunas — a conquista de Calera, um pouco ao Sul; de Gamonal, ao Norte, e a progressão ao longo do rio Alberche. Em 3 de Setembro, Yagué entrou em Talavera. De Badajoz até ali, as tropas apenas gastaram quinze dias para realizar um avanço de cêrca de trezentos quilómetros.

Novos aviões sobrevoaram o Alcazar e lançaram mensagens. Uma delas, lançada pelo aviador Kindelan, filho do general do mesmo nome, era firmada pelo general Mola:

« Do general-chefe do Exército do Norte aos bravos defensores do Alcazar de Toledo: Vencemos em tôdas as « frentes » e caminhamos com passo firme para o triunfo. Espero que sereis libertados dentro em pouco. A coluna Yagué está no caminho de Talavera; a minha, mais avançada, perto do Escorial. Viva a Espanha! Vivam os bravos defensores do Alcazar de Toledo! Um abraço para todos do vosso general. »

A segunda mensagem também era de Mola, que dedicava « o seu respeito, o seu entusiasmo e o seu coração » aos defensores da fortaleza. Emfim, as « raparigas de Burgos » enviavam uma carta aos bravos cadetes ⁽¹⁾: « *O gesto altivo que, com a vossa perseverança corajosa, praticais por Deus e pela Espanha, nesse Alcazar glorioso, é bem um gesto imortal de homens da raça espanhola... A nossa admiração acompanha-vos e a nossa mocidade, igual à vossa, sente-se unida à epopeia... Somos raparigas plenas de alegria e juventude e, tal como vós, somos a nova Espanha, neste alvorecer radioso* » ⁽²⁾.

Em 9 de Setembro, as forças de cavalaria vindas de Avila tomaram Arenas de San Pedro, chegaram a Laparra e fizeram junção com a coluna de Yagué, que atingira as barragens do rio Alberche. A tomada de Talavera constituiu um acontecimento de tamanha impor-

(1) Tratava-se de uma artística mensagem em pergaminho. As jovens de Burgos confiaram-na, em fins de Agosto, ao general Mola, que encarregou o seu secretário, Iribarren, de procurar uns tubos de folha capazes de serem lançados, com lastro, sem grandes riscos de desvio, sobre o Alcazar. Era domingo, e a coisa apresentou certa dificuldade. Mas Mola não admitia impossibilidades. Lá se descobriu, finalmente, um funileiro que fez os desejados tubos. Então, o general decidiu juntar à saudação das raparigas, duas mensagens suas. A segunda dizia: « *O meu respeito, o meu carinho, o meu entusiasmo e o meu coração de velho infante para os gloriosos defensores do berço da Infantaria Espanhola. Vosso general: (a) Emilio Mola* ». Na previsão de que os originais pudessem cair nas mãos dos « rojos », o general mandou tirar cópias destes documentos e metê-las também noutros tubos que chegaram às mãos dos destinatários na tarde de 6 de Setembro. — (N. do T.).

(2) *El Alcazar* (6 de Setembro, 1936).

tância que os jornais marxistas não lhe fizeram qualquer referência.

Entretanto, à falta de outras vitórias, Madrid anunciava a próxima rendição do Alcazar. Durante a tarde dêsse dia 9, uma granada alcançara a estátua de Carlos V, quebrara-lhe a lança e deixara-a de pé, no centro da cidadela.

O prolongamento do cêrco começava a irritar Madrid. Houve ordens para lhe pôr rápido têrmo, ainda que o general Asensio, chefe das forças governamentais, afirmasse não ser possível prever quando aquela fortaleza infernal poderia ser vencida.

Diante de tal tenacidade, os « vermelhos » resolveram, em 8 de Setembro, dirigir um ultimato aos sitiados:

— Deixem sair, primeiro, as mulheres e as crianças. Podem vir os homens, depois, sem armas. Prometemos respeitar-lhes as vidas.

À uma hora da madrugada, reuniu-se o « comité » de guerra, presidindo o comandante Barcelo. Telefonaram aos defensores do Alcazar, pedindo-lhes que recebessem a visita do comandante Rojo, vêlho elemento republicano, que servira, na Escola, como oficial instrutor.

— Receberemos Rojo, amanhã, ao amanhecer — respondeu o coronel Moscardó.

Às 9 horas, cessou o fogo de ambos os lados. Do alto das esplanadas, viu-se o comandante Rojo atravessar a praça Zocodover e subir a rampa do Alcazar. As sentinelas preveniram o coronel. Nas ruínas, à entrada da fortaleza, apareceram dois oficiais. Avançaram para o parlamentar, vendaram-lhe os olhos e conduziram-no aos subterrâneos.

A conferência durou duas horas. Por fim, viu-se reaparecer Rojo, rodeado pelos seus guardas, que lhe tiraram a venda e o saüdaram. O oficial dirigiu-se ao edificio dos Correios, séde do « comité » de guerra.

— Recusam — disse. — Supliquei-lhes que salvassem, pelo menos, as crianças e as mulheres... Tudo foi inútil. « Elas não querem deixar-nos » — responderam-me. Disseram que, se morrerem, será de armas na mão. « Se quere fazer algo por nós — acrescentaram — envie-nos um sacerdote... » Nada mais me pediram.

Era um desaire. O comandante Barcelo tomou o auscultador do telefone e deu uma ordem às batarias. Os bombardeamentos recomeçaram. Por seu lado, prevenido do que se passava, o govêrno madrileno enviou para Toledo numerosos camiões com guardas de assalto e estes receberam instruções para fazer fogo noite e dia.

Na noite de 10 de Setembro, a coluna do tenente-coronel Delgado, comandante das tropas nacionalistas de Talavera, viu subir para o céu, a vinte quilómetros das suas posições, as labaredas que devoravam o Alcazar.

A última confissão

Nesse dia, o govêrno madrileno ordenara a evacuação imediata de tôdas as mulheres e crianças que ainda permaneciam em Toledo. Conduziram-nas para um acampamento e ali as instalaram. Os « vermelhos » tinham resolvido fazer ir pelos ares o Alcazar. Quiseram, porém, realizar uma derradeira tentativa junto dos sitiados. Não tinham êles pedido a presença de um sacerdote ? Os marxistas entenderam ser hábil satisfazer-lhes tal vontade. Para que os rebeldes nenhuma descon-

fiança alimentassem, era necessário enviar-lhes alguém que eles conhecessem. Ora, todos os espanhóis sabem quem é D. Enrique Vasquez Camarasa, cônego da catedral de Madrid, prêgador célebre, a quem a embaixada de Inglaterra confiara, recentemente, uma intervenção delicada. Foi, pois, a D. Enrique que o governo se dirigiu.

Na tarde de 10 de Setembro, o cônego Camarasa chegou a Toledo, num automóvel. Envergava um traje laico, em azul-marinho. Introduzido num gabinete onde estava reunido o « comité » de guerra, recebeu instruções para se dirigir ao Alcazar, na manhã seguinte, cerca das 9 horas.

Para prevenir os sitiados, foi empregado um alto-falante instalado numa das poucas casas que restavam de pé, junto da cidadela.

— *Alô, alô, Alcazar!*

Fêz-se silêncio. Depois, os defensores da fortaleza receberam a informação de que o sacerdote chegara a Toledo.

Os raros habitantes da cidade observaram com curiosidade aquêle homem de alta estatura, cabeça nua, cabelos grisalhos, que avançava, em companhia do comandante Barcelo e do capitão Sediles, para o reduto dos nacionalistas. À sua passagem, alguns milicianos ergueram o punho, gritando:

— *Viva a República!*

Os oficiais corresponderam à saudação marxista, e diz-se que o padre Camarasa não hesitou em erguer o punho cerrado, o que teria levado os milicianos a aclamá-lo. Na verdade, dizia-se em Madrid que êste sacerdote era favorável às ideas extremistas. No entanto, êle sempre negou que isso fôsse verdade, como negou

que tivesse feito a saudação da « Frente Popular », em Toledo ⁽¹⁾.

O comandante Barcelo, um tenente e o sacerdote subiram até o Alcazar, com uma bandeira branca. O fogo cessou. Um oficial da cidadela, capitão Varela, caminhou para os parlamentários. Estacou, a uns dez metros dêles.

— Dê-me a sua palavra de honra — disse Barcelo — que respeitareis a vida de D. Enrique Camarasa e não tentareis retê-lo convosco.

O capitão Varela voltou-se para as paredes esburacadas do Alcazar, das quais se ergueu uma voz dizendo:

— O coronel dá-vos a sua palavra!

D. Enrique inclinou-se diante do comandante Barcelo e seguiu só em direcção à fortaleza. Na mão esquerda, segurava um lenço branco e um saco com os paramentos; na esquerda, um grande crucifixo de bronze. Quando chegou junto do capitão, êste vendou-lhe os olhos com um lenço, pegou-lhe numa das mãos e guiou-o até o fundo escuro dos subterrâneos. Durante três horas, não se ouviu um tiro.

Cêrca do meio-dia, o padre Camarasa reapareceu, segurando o crucifixo, o saco e o lenço com que o tinham vendado, à entrada. Ao sair, ninguém se lembrara de tal fazer. Chegado junto do comandante Barcelo e do capitão Sediles, disse-lhes que ministrara os sacramentos a feridos e moribundos, dera a todos a absolvição *in articulo mortis*, ministrara a comunhão a centenas de homens e mulheres, baptizara um recém-nascido e celebrara missa no altar da Virgem dos subterrâneos.

(1) Recordemos que Louis Delaprée, no *Paris Soir* (14-ix-36) nos deixou disso um testemunho directo.

Ao dirigir-se à cidadela, D. Enrique Camarasa fôra incumbido de outra missão. Pedira ao coronel Moscardó que deixasse sair as mulheres e as crianças, ainda que aquelas lhe tivessem declarado unânimemente estarem ali por sua livre vontade e não desejarem deixar o Alcazar. Por uma questão de respeito pela sua qualidade de sacerdote, o coronel prometeu reunir-se em conselho com os sitiados, a-fim-de ser tomada uma decisão em definitivo. Ao perguntar ao padre Camarasa que espécie de garantias lhe seriam dadas, quanto à segurança das mulheres, D. Enrique apenas disse: « *Espero que será tida para com elas uma conduta humana* ». O pai do rapazito fusilado pelos « vermelhos » sabia por experiência até onde poderia ir essa « conduta humana ». Registe-se que o padre Camarasa nunca deixou de negar que tivesse sido encarregado de propor a rendição de oficiais e soldados ⁽¹⁾.

As 7 horas da tarde, o comandante Rojo efectuou uma nova tentativa. Anunciou que queria falar ao coronel e foi introduzido na fortaleza, onde declarou que êle e o padre Camarasa se considerariam responsáveis pela vida das mulheres e dos pequenitos. Três das sitiadas receberam a incumbência de consultar as suas companheiras. Ao cabo de alguns minutos, reapareceram. Mesmo que os maridos lho ordenassem — explicaram — elas recusar-se-iam a sair do Alcazar. Estavam decididas a pegar em armas para colaborar na defesa, se os homens fôsem insuficientes para manter a resistência.

O comandante Rojo deixou a cidadela. Após curtos minutos de silêncio, recomeçou a fusilaria.

(1) Entrevista do padre Camarasa ao *Echo de Paris*, 21-3-37.

A explosão da mina

Em 13 de Setembro, San Sebastian caiu em poder do general Mola. Todo o Norte pertencia, agora, aos nacionalistas que poderiam unir-se para tomar Madrid e, sobretudo, libertar Toledo, onde eram esperados havia 55 dias. A sorte dos sitiados do Alcazar angustiava o mundo.

Após uma conferência com Largo Caballero, o embaixador do Chile, Nunez Morrado, dirigiu-se a Toledo, pedindo que lhe concedessem a libertação dos velhos, das mulheres e das crianças. Alcançou do comandante Barcelo a garantia de que quantos saíssem do Alcazar teriam a vida salva. Obteve até a garantia da protecção e alimentação dos evacuados que lhe fôsem entregues. As suas propostas foram transmitidas a Moscardó, que respondeu:

— Se o senhor embaixador do Chile alguma coisa deseja de nós, rogamos-lhe que entre em contacto, por intermédio do seu governo, com o nosso governo de Burgos.

Replicaram ao coronel que os jornais de Sevilha e Salamanca reclamavam a saída do elemento feminino e dos pequenitos da fortaleza. Evacuá-los seria, pois, cumprir desejos de Franco e de Mola. Calmo, Moscardó disse que todos deixariam a cidadela, logo que êle recebesse uma ordem escrita nesse sentido, firmada por um dos referidos generais ou pelos seus representantes em Burgos. Talvez o comandante do Alcazar não ignorasse, ao falar assim, que a Imprensa socialista, em especial *Claridad*, órgão de Largo Caballero, afirmava diáriamente que os sitiados, *inclusivé as mulheres e as crian-*

ças, eram rebeldes inimigos do povo. Acrescentava que, mesmo no que dizia respeito às suas vidas, nenhuma condição havia que aceitar.

Sabia-se que a coluna Yagué recebera um reforço de 25:000 homens e que, no sector de Talavera, ocupara Santa Olalla e algumas outras povoações. Dos dois lados, pressentia-se que a vitória ia decidir-se em Toledo. Os marxistas vibraram, então, o último golpe.

Vindos das Astúrias, chegaram mineiros que abriram galerias sob os paredões e os edificios do Alcazar. Durante muitas horas, os defensores da cidadela escutaram o ruído agudo das escavadoras dilacerando o granito, o que lhes torturava os nervos. No entanto, os engenheiros encerrados na fortaleza foram seguindo pelo som a marcha dos trabalhos e um deles chegou a precisar com exactidão o sítio onde os marxistas acumulavam a dinamite. Isto permitiu evacuar as zonas ameaçadas.

Na noite de 17 para 18 de Setembro, o « comité » de guerra preveniu por meio de toques de clarim e pela T. S. F. que todos os habitantes deveriam sair de Toledo. Uma caravana de gente timorata foi acampar a dois quilómetros da cidade, na planície. Soprava fria ventania. Junto dos parapeitos das trincheiras, os milicianos acenderam fogueiras. Sob as abóbadas húmidas da cidadela, as mulheres e as crianças tiritavam, embrulhadas nos cobertores.

A meio da noite, o comandante Rojo avisou os oficiais sitiados de que os mineiros haviam terminado a sua faina. Do Alcazar, ninguém lhe respondeu. Na mina tinham sido colocadas sete toneladas de dinamite. As perfuradoras continuavam a trabalhar, para que os sitiados não suspeitassem da hora da explosão. Até o

alvorecer, êsse ruído terrível, essas vibrações agudas mantiveram despertas, à luz indecisa dos archotes, as sentinelas e as mulheres transidas, com os filhos deitados nos joelhos.

Às 7 horas da manhã de 18 de Setembro, um mineiro chegou fogo à mecha que media sessenta metros. Depois, as imediações foram rapidamente evacuadas. A seguir, deu-se uma explosão formidável. A terra tremeu, abriu brechas e todo o casario de Toledo foi sacudido. Das alturas dos Cigarrals e de San Servando, fotógrafos e operadores de cinema, que o governo para ali enviara, fixavam febrilmente nas películas aquêlê espectáculo fantástico. Para o céu pardacento, onde se acumulavam nuvens carregadas de chuva, ergueu-se uma gigantesca coluna de fumo, em negros turbilhões. Enormes blocos de cantaria foram projectados em tôdas as direcções, caíndo com estrondos terríveis de avalanche. A torre da zona Sudoeste foi levantada inteira e tombou desfeita em milhares de pedaços.

Persuadidos de que apenas restava meia dúzia de homens refugiados em qualquer subterrâneo, os milicianos avançaram, armados de baionetas e granadas de mão. Através a massa dos destroços, abriram caminho e invadiram as ruínas, agitando as bandeiras negras e vermelhas dos anarquistas. Uma dessas bandeiras foi içada imediatamente sôbre a estátua de Carlos V, que continuava de pé, no pátio de honra. À volta dos atacantes, hesitantes em avançar mais além, ainda se viam, ali e acolá, um fragmento de cornija, um arco, um gracioso capitel encimado por qualquer figura do bestiário heróico da Espanha. De-repente, rebentou uma granada e partiu de todos os lados uma saraivada de tiros. Não eram fantasmas que se lançavam sôbre os milicianos, de

armas em punho. Eram guardas civis, falangistas, soldados de 16 anos conduzidos por chefes tão novos como eles. Todos estavam vivos.

Mais uma vez os rebeldes ficaram senhores da cidadela. Às 5 horas da tarde, perante a impossibilidade de consolidarem as suas posições, os milicianos voltaram aos pontos de partida. Os moços soldados instalados na cavalaria n.º 4 conseguiram manter-se no seu estreito recinto e repelir todos os ataques. Uma hora depois da explosão, D. Trinidad Rodriguez Lozano, espôsa de Ildefonso Blanco Chamiso, sargento da Guarda Civil, dava à luz uma petizinha, Josefa.

Ataque com gasolina

O « comité » de guerra estava em reunião permanente.

O chefe das tropas governamentais, general Asensio, chegou, nessa mesma noite, a Toledo, com ordens categóricas.

Houve deliberações tempestuosas, no decurso das quais o general foi informado de que os mineiros asturianos estavam prontos a fazer explodir uma outra mina. Haveria, porém, alguma possibilidade de que ela desse melhores resultados que a anterior? Asensio não o acreditava. Por isso, preferiu incendiar o que restava do edificio do govêrno militar e a ala esquerda do Alcazar, que se conservava de pé. Vinham já a caminho da cidade dois camiões-cisternas cheios de gasolina — porque seria com êsse carburante extremamente inflamável que se lançaria fogo à cidadela.

Vieram, também, bombeiros que desenrolaram uma imensa mangueira através do hospital de Santa Cruz. A gasolina começou a jorrar da agulheta. Súbito, de uma janela protegida por colchões, surgiu uma sombra. Um rapaz saltou das ruínas, a peito descoberto, empunhando um revólver. Alcançou os atacantes, lutou braço a braço com eles, arrancou-lhes das mãos a mangueira e, antes que houvesse tempo para medir a sua audácia, projectou o jacto do líquido inflamável sobre as posições inimigas. Em seu seguimento, outros rapazes apareceram. De ambos os lados, partiram descargas cerradas. O heróico moço tombou crivado de balas, mas caíram, também, os milicianos que estavam ao lado. Os seus camaradas protegeram o corpo e repeliram os adversários, com o fogo das espingardas e arremessando granadas de mão. Em curtos minutos, a rampa do Alcazar ficou deserta. Os portais do hospital de Santa Cruz fecharam-se de novo. Em fila indiana, rentes aos muros desmoronados, os defensores da cidadela regressaram aos subterrâneos.

Por entre o fumo que saía das ruínas, o cheiro da pólvora e da gasolina, êste extraordinário episódio da cavalaria n.º 4, um dos mais espantosos do cêrco, dá-nos um aspecto característico. Estamos, sem dúvida, perante a guerra moderna, na qual a química tem o seu papel e se inventam constantemente novos processos de matar. Mas estamos igualmente perante a guerra da Espanha eterna, a da *reconquista*, que é, a princípio, um combate singular, numa exaltação do desprezo pela morte e da defesa da honra. As armas mudaram; os homens dispõem de recursos novos, mas o episódio da agulheta, nesta canção épica da defesa do Alcazar, prova-nos que o herói sabe sempre ultrapassar a novi-

dade do meio de ataque e arrostar o destino, batendo-se corajosamente, a corpo descoberto.

Ao anoitecer, caiu uma chuvada torrencial. Sob o clarão dos incêndios, o casarío esfumava-se numa neblina húmida. Refugiados nos campos alagados, os habitantes de Toledo avistavam, no horizonte turvo de nuvens, uma cidade estranha, cinzenta e negra, votada ao aniquilamento.

Aproxima-se a libertação

Foram inúteis tôdas as diligências para evacuar do Alcazar as mulheres e as crianças. Convencida de que a sua intervenção seria tardia e que o cêrco estava a findar, a Comissão da Cruz Vermelha Internacional seguiu de Madrid para Barcelona, enquanto o govêrno de Burgos declarava: « *Os heróis do Alcazar resistirão até que cheguem ali as tropas do Sul* ». Formulavam-se protestos em tôda a parte, sobretudo em Inglaterra e na França, contra o prolongamento dêste cêrco desumano.

Em 20 de Setembro, de noite, os guardas civis foram libertar os juvenis e heróicos defensores da cavaliariça n.º 4, abandonando à gula das chamas o que restava do govêrno militar. O incêndio duraria tôda a noite. Era avistando já o clarão que marchavam as tropas nacionalistas, perguntando com angústia se poderiam chegar a tempo.

Durante a jornada de 21 de Setembro, nenhuma acção foi tentada de qualquer dos lados. Todavia, sob o fogo da artilharia, a última tórre do Alcazar desmoronou-se. Nenhum homem permaneceu, daí em diante,

na parte superior da fortaleza, e as posições das cercanias da cidadela foram abandonadas pelos sitiados.

O ininterrupto rebentar das bombas, o temor da explosão de minas, as dificuldades cada vez maiores provocadas pelo cêrco, bastariam para justificar abalos em almas menos intrépidas. No interior do Alcazar, a situação tornava-se, de-facto, progressivamente angustiosa. De dia para dia, os víveres escasseavam. A água era racionada severamente. O número de feridos crescia e os ferimentos agravavam-se. Os médicos e as religiosas não conseguiam ter o menor repouso. As intervenções cirúrgicas tornavam-se extremamente dolorosas. O clorofórmio faltava, e as operações eram feitas sem anestesia. Enfermeiros improvisados seguravam vigorosamente sôbre a mesa de operações os desgraçados atingidos pela metralha. Aquela fôra levada para a antiga capela. Cobria-a um comprido tapête vermelho, que ainda tivemos ensejo de ver manchado de sangue.

Na cidadela privada de sacerdotes, sem cerimônias religiosas, a piedade católica individualizou-se. Alguém conservou a oração que um dos sitiados dirigia à Virgem subterrânea e que traduz qualquer coisa do ambiente febril em que era proferida:

— *Somos poucos e eles são muitos. Mas o número não é tudo. Nós cremos, nós temos fé. Eles são descrentes e querem destruir a nossa fé. Eles pensam. Agem com o cérebro. Nós oramos. Agimos com o coração. Eu chego a gritar, por vezes. Mas nenhum medo sinto. Se morrer, morri. Serei eu sômente quem morre. A minha crença, essa não desaparece.*

Não juramos. Não blasfemamos. Não temos pensamentos carnaís. Aquêles cujas mulheres estão no Alcazar, nenhum contacto íntimo têm com elas.

Os «vermelhos» pensam. Pensar, nada é. Nós cremos» ⁽¹⁾.

Os aparelhos de «rádio» foram reparados. De Portugal, eram emitidas notícias do avanço da coluna Yagué ⁽²⁾. Em 23 de Setembro, os marxistas ameaçaram destruir as barragens do rio Alberche e precipitar dez milhões de metros cúbicos de água no vale onde eles julgavam que os nacionalistas tinham concentrado o seu material. Não conseguiram, porém, abrir brecha na barragem. Os aviões de Franco, cada vez em maior número, sobrevoavam o Alcazar e incitavam diariamente os defensores a agüentarem-se custasse o que custasse. Entretanto, as tropas ocupavam Maqueda. A guarda-avançada do tenente-coronel Castejon chegou, em 24, a 16 quilómetros de Toledo. E os sitiados

⁽¹⁾ Major Geoffrey Mac-Neill Moss, *The Siege of Alcazar*.

⁽²⁾ Uma vez libertos, os defensores do Alcazar disseram muito ter concorrido para lhes manter o moral a acção de «Rádio Club Português». De-facto, a actividade desta emissora e do seu director, capitão Jorge Botelho Moniz, teve tal projecção e influiu de tal maneira nos acontecimentos que, só por si, constituirá, um dia, parte interessante, se não a mais interessante, do capítulo que um historiador dedicar à «guerra das ondas» no país vizinho. De resto, Botelho Moniz — «el bravo capitán Botello», como lhe chamavam em Espanha — não se limitou a apoiar os nacionalistas, por meio do microfone. Se como locutor logrou fazer chegar a sua voz a muitas consciências, como jornalista escreveu crónicas tão sóbrias como notáveis, e como militar bateu-se por forma a merecer a admiração dos seus camaradas espanhóis. As palavras e os gestos do capitão Botelho Moniz foram, por vezes, motivo de críticas acerbas, em certos círculos de Lisboa, e comentados insultuosamente pelos «vermelhos». Mas ninguém poderá, com justiça, contestar a coerência, o desassombro e a decisão com que ele soube defender as suas ideias. — (N. do T.).

de atalaia viram que as peças de artilharia dos « vermelhos », postadas nos Alijares, e até aí voltadas para a cidadela, passavam a alvejar o lado oposto, isto é, a estrada de Avila. Semelhante manobra evidenciava a aproximação do Exército nacionalista e do dia da libertação.

A tomada de Toledo

Em 25 de Setembro, os marxistas tentaram um assalto supremo. Às 4 horas da madrugada, fizeram explodir as últimas minas tão laboriosamente abertas pelos homens das Astúrias. O « chassis » de um camião que permanecia nas vizinhanças do Alcazar foi arremessado para o convento de San Domingo, no outro extremo da cidade. A cratera rasgada pela explosão media cem metros de diâmetro e setenta de profundidade. À despeito de quanto isto poderia representar de violência, os sitiados repeliram mais uma vez os milicianos « vermelhos », à granada de mão.

Em Madrid, o govêrno desinteressou-se do Alcazar (Largo Caballero disse-o discretamente ao general Asensio). Então, apenas se pensou em evacuar a cidade. As tropas deixaram-na para marchar rapidamente em direcção a Torrijos e Talavera, mas chocaram com os soldados de Castejon, os quais já tinham cortado quási tôdas as estradas e começavam a fechar o cêrco a Toledo.

Às 6 horas da tarde do dia 26, a coluna Yagué, comandada, agora, pelo general Varela, chegou às portas da cidade. A menos de um quilómetro dali, outra coluna ocupou posições de combate. Foram estabelecidos con-

tactos, por meio de sinais, com o Alcazar, onde principiara o 68.º dia de assedio.

Na noite de sábado para domingo, alguns elementos avançados das tropas nacionalistas efectuaram uma incursão nas ruas de Toledo, a-fim-de apurar até que ponto iria a resistência dos marxistas. A maioria dos « vermelhos » tinha evacuado a cidade. Em 27, cortadas pelo Norte tôdas as comunicações com Madrid, foi lançado o ataque.

Ao amanhecer, a coluna central desencadeou uma ofensiva frontal, enquanto a coluna do coronel Barron ocupava, pelo Norte, tôdas as estradas. Uma terceira coluna, seguindo a linha do Téjo, ocupou as pontes de Alcantara e San Martin.

As 10 e 30, a coluna do centro, comandada pelo coronel Carlos Asensio Cabanilles, atacava, tendo na vanguarda o primeiro « tabor » dos « Regulares » de Tetuão e a quinta « bandera » da « Legião Estrangeira », aquêle chefiado pelo comandante Oro e esta comandada pelo capitão Tieden. As tropas carregaram à baioneta, sob uma fuzilaria intensa. Casa por casa, a luta continuou, encarnçada.

O comandante « vermelho » Barcelo quisera evacuar a cidade, na véspera, mas os seus homens recusaram-se a ceder terreno aos nacionalistas e defenderam-se com admirável coragem. As 13 horas, era conquistada a porta de Visagra, ao mesmo tempo que a coluna Barron atingia Cristo de la Vega. Logo que os sitiados viram entrar na cidade os soldados do comandante Mohamed El Mizzian (o primeiro a transpor as muralhas), official árabe que fêz o seu curso no Alcazar, cobríram de metralha os milicianos, e estes ficaram, assim, entre dois fogos.

As 20 horas, ainda se travavam combates nas ruas de Toledo. No decorrer do dia, os « vermelhos » haviam perdido cerca de mil homens. Os outros recuaram para a porta de San Martin, abriram à força uma passagem e fugiram. As 21, o « Ayuntamiento » estava ocupado pelos atacantes ; às 21 e 15, deu-se o acontecimento prodigioso, do qual o mundo chegou a duvidar. Na escuridão da noite, os cadetes de Toledo, os guardas civis, os falangistas, as mulheres, as crianças e até os animais saíram, em confuso tropel, das ruínas ainda fumegantes do Alcazar e lançaram-se ao pescoço dos seus libertadores. As mulheres ajoelhavam-se e persignavam-se ; os homens trocavam abraços, felicitavam-se, apertavam-se as mãos, gritando: « Viva España ! » Depois guiaram os seus salvadores até os subterrâneos e mostraram-lhes os dois pequenitos nascidos durante o cerco. Um dêles juntou ao seu nome cristão de Ramon, o de Alcazar Restituto.

Quanto ao coronel Moscardó, logo de manhã reuniu os seus oficiais na parada da cidadela, para receber o general Varela, o qual não quisera entrar no antigo burgo sem uniforme e luvas brancas. Quando êle appareceu, Moscardó avançou e proferiu estas palavras:

— Por aqui, nada há a assinalar, meu general !

As festas da vitória

Em 28 de Setembro, reinava em Toledo uma exaltação intraduzível. Os « vermelhos » evacuaram a cidade, que dominaram, durante setenta dias, com cinco mil milicianos e seis mil soldados vindos de Madrid a título de reforço. A maior parte dêles fugiu na direcção de Ciudad

Real, abandonando peças de artilharia pesada, canhões anti-aéreos e metralhadoras.

Ao alvorecer, oitenta milicianos refugiados no hospital de San Juan foram feitos prisioneiros e fuzilados. Passavam-se buscas nas casas dos habitantes. A repressão foi muito severa. No entanto, a multidão, cheia de alegria, aplaudia infatigavelmente os regimentos que transpunham a praça Zocodover. Depois, chegou o general Franco, acompanhado pelo general Millan d'Astray. Rodeados por entusiásticas aclamações, subiram prontamente ao Alcazar, onde a guarnição os esperava, formada, com as suas armas. Ambos atravessaram o pátio devastado pela metralha, passaram na frente dos defensores da cidadela e avançaram para o coronel Moscardó, que se mantinha de pé, perfilado, imóvel.

— Meu general — proferiu o comandante do Alcazar — apenas lhe entrego ruínas.

— Nunca desejei tanto uma coisa na minha vida como a libertação do Alcazar de Toledo! — respondeu Franco.

Então, Moscardó voltou-se para os oficiais e os soldados.

— Tínhamos jurado — disse — dar a nossa vida pela Espanha, de preferência a rendermo-nos. Elevando os nossos pensamentos para a Pátria, para a sua tradição gloriosa e para os seus heróis, conseguimos honrar a nossa palavra e cumprir o nosso dever.

Franco abraçou-o e proferiu:

— Defensores do Alcazar, representais a honra da Espanha. O velho Alcazar, onde se formaram gerações de oficiais, está destruído, mas nós o reconstruiremos. Vós servireis de exemplo à Espanha, que vai reconstruir um império. O vosso gesto perdurará, através das

gerações. A Pátria é vossa devedora de um reconhecimento eterno. Em nome da nação, para consagrar os vossos sacrifícios, entrego-vos a Cruz Laureada de San Fernando, a título pessoal ao coronel Moscardó, e a título colectivo a todos vós.

“Arriba España!”

No pátio de honra, erguia-se ainda a estátua de Carlos V, cuja armadura fôra arrancada por uma explosão. Na galeria de Oeste, aparecia um bronze inteiro. Era o busto de um cadete de outrora, D. Juan Vasquez Afan de Ribera, caído pelo seu país durante a ocupação napoleónica. D. Juan Vasquez tinha, então, 13 anos.

Ao cabo de 72 dias de cêrco, durante o qual recebeu 3:300 granadas de 15,5, 3:000 de 10,5 e 3:500 de 7,5, a cidadela estava reduzida a um montão de ruínas ⁽¹⁾. Num só dia, caíram sôbre ela 450 bombas aéreas de 50 quilos. Não obstante a violência e o número dos ataques, apenas houve 82 mortos entre os 1:900 sitiados. O número de feridos foi de 430. Por intenção de todos, rezou-se missa, nessa manhã, na capela do Alcazar.

No fim da cerimónia religiosa, os soldados e os oficiais desfilarão, em Toledo, perante as tropas nacionalistas, sob uma tempestade de aclamações. Promovido a general, o coronel Moscardó partiu, na manhã seguinte, para a « frente » de Siguenza. A maior mágua dêsse homem taciturno consistiu em ter restituído a

(1) *Nota para los periodistas.*

fortaleza à Espanha em semelhante estado de ruína. Assim o compreendiam, também, os « vermelhos », os quais, em 26 de Outubro dêsse ano, condenaram à morte o chefe da defesa do Alcazar, arguindo-o de rebelião, « deshumanidade e instintos perversos ». Não se esqueceram de lhe aplicar multa de um milhão de pesetas, por haver arruinado com a sua resistência um edificio pertença do Estado. No entanto, Moscardó, entregara, em 1 de Outubro, a um jornalista francês, um autógrafo, no qual se lia: « *A resistência das forças do Alcazar e a força das colunas libertadoras provam o valor do nosso Exército e a do nosso verdadeiro povo. As qualidades demonstradas são a garantia do Renascimento total da nossa Espanha, irmã da grande França. Toledo, 1.º de Outubro de 1936. Viva a Espanha* » (1).

Os cadetes foram promovidos a oficiais e os homens válidos pediram que os mandassem para as primeiras linhas. De-pressa os primeiros tombaram para sempre, excepto um. Este foi levado para a retaguarda, à força, a-fim-de se conservar, pelo menos, um sobrevivente daqueles que a legenda denomina os « Cadetes de Toledo ».

(1) *Frontières* (Julho 1937) publicou este autógrafo.

III

As duas Espanhas

O primeiro govêrno de Burgos

Com a conquista de Toledo, terminou uma das primeiras partes da campanha. Entretanto, a vida organizara-se no interior do território das duas Espanhas. O primeiro acto jurídico do movimento nacionalista fôra a proclamação do estado de guerra em tôdas as divisões militares onde a revolução anti-comunista triunfara. Esta medida entregava o poder civil nas mãos do general comandante da divisão e do seu Estado-Maior. Simultâneamente, era comunicado aos habitantes que se constituíra, em Madrid, um govêrno nacional, sob a presidência do general Sanjurjo. Todavia, o movimento nacionalista malograra-se, na capital, e Sanjurjo morrera, no desastre de aviação, em 20 de Julho. O organismo dirigente do movimento ficou, portanto, privado de séde e de chefe. Em 25 de Julho, Mola criou, em Burgos, uma junta directiva da Revolução Nacional, encarregada, provisoriamente, do poder executivo. Este govêrno tomou o nome de Junta de Defesa Nacional e tinha séde em Burgos. Era composto exclusivamente por militares.

A sua presidência foi ocupada pelo general San Miguel Cabanellas, governador militar de Saragoça, que decididamente « compreendia » cada vez melhor o interesse do movimento nacionalista. A seu lado, estavam os generais Mola, Andres Saliquet, Davila e Miguel Ponte, e os coronéis Frederico Montaña e Fernando Moreno. A composição da Junta, da qual faziam parte os três colaboradores directos de Mola — Davila, Montaña e Moreno — tornava aquêle general o chefe provisório do movimento nacionalista no Norte. Organizada a Junta, foi publicada uma declaração, na qual se justificava a revolta, lembrando o estado de anarquia em que se encontrava a Espanha. Nela se dizia aos operários que nenhum progresso e nenhuma conquista legítima lhes seriam recusados. Anunciava ainda que os poderes entregues provisoriamente à Junta seriam confiados tão depressa quanto possível a um directório militar a constituir em Madrid. No dia 1 de Agôsto, Cabanellas notificava a constituição do novo governo aos Estados estrangeiros. Em 8, o general Franco chegava a Sevilha, em avião, assumindo o comando da zona Sul da Espanha nacionalista. Logo que ficou estabelecida a ligação entre as duas zonas, na Junta de Burgos passaram a figurar, além das individualidades citadas, os generais Franco e Queipo de Llano, e o general comandante do protectorado de Marrocos.

A junta governava de uma maneira absoluta e militar.

— É o Exército quem deve governar — declarava o general Mola, num discurso pronunciado em Setembro. — É elle quem possui a autoridade necessária para manter unidos os elementos heterogêneos que constituem a Espanha.

O secretário geral da Junta, coronel Montañez, distribuía os assuntos pelos diferentes sub-secretariados de Estado, que eram em número de cinco e funcionavam como ministérios: sub-secretariados do *Comércio*, das *Obras Públicas* (dividido em três secções: caminhos de ferro, estradas e telégrafos); *Finanças*, *Justiça* e, finalmente, uma *repartição de Imprensa*, verdadeiro ministério da Propaganda, dirigido, a princípio, por Juan Pujol, um dos jornalistas espanhóis mais conhecidos, que depois fundou, em San Sebastian, o semanário *Domingo*. O governo da Junta de Defesa Nacional durou de Julho a Outubro. Neste mês, os poderes foram centralizados nas mãos do general Franco.

A missão do governo de Burgos tornava-se, de resto, muito simples, no que dizia respeito à retaguarda, pois em toda a zona do Norte a vida retomara rapidamente o ritmo normal. Os correspondentes de guerra enviados para a Espanha nacionalista ficavam surpreendidos ao encontrar, em Burgos, o passeio do Espolon tão alegre e animado como antes do conflito. Nos últimos dias de Julho, a *Crónica de Logroño* noticiava, com agrado, um concerto executado, em Burgos, pela banda da guarnição. Havia abundância de víveres; os preços não tinham sido alterados. O governo tomara medidas preventivas, proibindo a exportação de gado inter-províncias, regulando a venda e procedendo à armazenagem das colheitas do ano, por meio de prestações. Fôra decretada uma moratória geral, no princípio das hostilidades, medida anulada a meio de Agosto. Na mesma altura, o governo constituíra a fiscalização da moeda, sem que esta providência, praticamente em vigor desde o começo da sublevação, haja tido repercussões económicas. Nenhum estrangeiro lograva ocultar a sua sur-

prêsa, perante a calma e a ordem que reinavam por toda a parte. Em Sevilha, o enviado especial do *Temps*, ainda que lhe recusassem alguns salvo-condutos, não vacilou em declarar-se satisfeito. Registava que « as ruas sevilhanas apresentam uma animação extraordinária. Os jornais são arrancados das mãos dos vendedores. Os comunicados transmitidos pela « rádio » e, sobretudo, às 10 e 30 da noite, a palestra diária de Queipo de Llano, são ouvidos nos « cafés » e nos cinemas ao ar livre ». Uma só nota recordava a guerra civil: havia salas de cinema transformadas em prisões. Percorrendo a campina andaluza, o jornalista viu os camponeses tratando dos olivais ou das vinhas, perto de Jerez; as aldeias tinham animação, estavam enfeitadas as casas; a gente do campo e as crianças traziam ao peito as côres nacionalistas. O correspondente do *Temps* não pintaria doutra forma as vindimas em Clarens. Todos os seus colegas, tão satisfeitos como êle, enviaram de Espanha descrições de herdades e cidades modelares.

Não obstante, os nacionalistas não tinham conseguido por milagre êsses aspectos idílicos do seu território. Foram obrigados a garantir a sua segurança e a atingir os responsáveis. Entre as execuções efectuadas, umas eram justas e outras necessárias. Os homens eliminados haviam contribuído, por sectarismo ou por ódio, para conduzir a Espanha até o estado em que ela se encontrava. Mações, propagandistas do marxismo, fomentadores de greves, responsáveis por tumultos e assassinios, gente do govêrno que tinha partilhado os proventos e participado nos negócios pouco limpos do regime, funcionários e políticos que haviam considerado normal praticar abusos de autoridade e multiplicar os seus delitos comuns, nos momentos de triunfo

— foram eliminados justamente. Encarando a outra categoria de vítimas, compreende-se igualmente que o desejo de vingar os seus camaradas fusilados pelos « vermelhos » tenha tornado os conselhos de guerra nacionalistas particularmente severos para com os oficiais que buscaram opor-se ao movimento. Quando, em 7 de Agôsto, foi executado, em Burgos, o tenente-coronel da Guarda Civil que tentou fazer distribuir armas aos marxistas, não houve dúvidas de que se tratava de uma resposta à execução de Goded e da sua oficialidade, em Barcelona. Também foram executados os governadores civis que diligenciaram sufocar o movimento, para responder à execução de Fanjul em Madrid. No entanto, a par de tudo isto, não se pode duvidar de que, nos primeiros dias da Revolução, o desejo de tirar vingança de uma tirania de muitos meses ou a indignação suscitada pelos massacres praticados pelos marxistas provocaram, em numerosos pontos, reacções menos legítimas. Antes que a Junta de Defesa tivesse podido estabelecer em tôda a parte uma rigorosa disciplina, houve por vezes vinganças individuais e execuções sem julgamento. Foram estas que tanto revoltaram os marxistas ou os « vermelhos » cristãos. Georges Bernanos conta como caíram fuzilados, de madrugada, habitantes da Maiorca. Antes, era de noite que os camiões levavam os condenados para os campos, onde os passavam pelas armas, à luz dos faróis dos veículos. Os propagandistas da extrema-esquerda não se mostram concordantes, no que diz respeito às responsabilidades. Um dêles, numa brochura, atribue todos estes assassinios aos falangistas, enquanto outro, dedicado profundamente à causa « vermelha », escreve: « Foi com notória injustiça que se atribuíram, geral e quási exclusivamente, à Falange,

todos os crimes perpetrados... Foi ela quem procedeu com maior justiça e maior lisura ⁽¹⁾ ». Acrescenta que a Falange dispunha de organismos de investigação e de tribunais especiais que êle viu funcionar dentro de uma verdadeira preocupação de equidade. É provável que tenha havido, em certos casos, vinganças pessoais ou assassinios por interesse: é difícil controlar os casos particulares citados a tal propósito. Todavia, impõe-se-nos lamentar a morte, em Granada, do poeta Federico Garcia Lorca, renovador da poesia popular a artista prodigioso. Há poucos elementos acêrca do seu fim, anunciado em 30 de Setembro. É certo que Garcia Lorca era amigo de Alvarez del Vayo e Fernando de los Rios, e simpatizante das correntes esquerdistas, mas também é verdade que não se ocupava da política ⁽²⁾. A sua execução, perpetrada sem ordem, foi um erro. Fuzilaram-no — diz-se — junto ao muro do cemitério:

*« Viram-no marchar, entre espingardas,
Por uma rua comprida que levava ao campo,
Sob o frio da madrugada.
Ainda brilhavam estrelas.
Assim mataram Federico, ao nascer a luz »* ⁽³⁾.

Franco tratou de fazer desaparecer em absoluto tôdas as iniciativas individuais em matéria de represálias.

⁽¹⁾ J. Ruiz Vilaplana — *Sous la foi de serment*, pg. 174.

⁽²⁾ O assassinio foi cometido, ao que parece, por guardas civis. O grande artista suscitara ódios, naquela corporação, com um poema de combate em que a pintava, sob um aspecto torvo e sinistro, como inimiga das classes pobres. Esse poema popularizou-se e crê-se que foi êle a origem da morte de Garcia Lorca. — (N. do T.).

⁽³⁾ António Machado.

A propaganda esquerdista reconheceu implicitamente este facto, limitando-se a atacar os conselhos de guerra, os quais, nos primeiros meses, se mostraram muito rigorosos e, depois, como tôdas as instituições humanas, alternaram a justiça com a severidade e o êrro, mostrando-se demasiado indulgentes para com os criminosos e trágicamente mal informados quanto a pobres e honestos indivíduos. A justiça da causa não impede que se apontem as faltas dos homens.

O terror em Madrid

Durante este tempo, que se passara em Madrid? O primeiro gesto do governo Giral-Prieto fôra proclamar a desmobilização do Exército e convidar todos os soldados a regressarem a suas casas. As testemunhas favoráveis aos governamentais pretendem que esta medida provocou uma redução sensível nos efectivos das tropas rebeldes. Não obstante, a verdade é esta: Pondo de parte os casos de Barcelona e Madrid, onde a determinação foi tornada pública no decurso das jornadas revolucionárias, e talvez também o caso de Malaga, por idêntica razão, a ordem do governo não teve efeitos práticos, desde que existiu um contacto, isto é, uma fronteira, entre os dois partidos. O mesmo sucedeu quanto aos decretos de exautoração dos generais, que ocuparam colunas inteiras nos jornais «vermelhos», de 20 a 30 de Julho. O governo retirou àqueles oficiais os seus comandos, postos, condecorações e privilégios. Isso só teve um resultado: proporcionar a Queipo de Llano novos gracejos, pela «rádio».

O facto é que o Exército marxista constituiu-se sem qualquer intervenção do governo. O seu eixo era formado pelas milícias de voluntários já existentes, em Madrid, desde o mês de Maio. Os sindicalistas armados à pressa, metidos em camiões e desembarcados, em desordem, nas proximidades da « frente », foram reforçá-las. Era impossível determinar os efectivos lançados na luta, durante as primeiras semanas. O problema dos quadros tornava-se muito mais difícil de solucionar. Os governamentais contavam com pouca oficialidade. Além disso, a situação dos oficiais de que dispunham, em nada era invejável, entre forças que nem sempre nêles depositavam confiança — forças que não deixavam de evidenciar, nos combates, um sentimento inacto de indisciplina. Registe-se, também, a existência de um comando desorganizado, irresponsável e isento de hierarquia. As suas ordens eram discutidas e as suas iniciativas consideradas suspeitas. Por seu lado, o comunicado oficial louvava os empreendimentos dos pequenos grupos e os actos de valor isolados. O socialista Prieto, que possuía qualidades de homem de Estado e assumira a direcção das operações, não conseguira estabelecer um plano, nem persuadir os chefes das milícias da conveniência de coordenar as suas iniciativas mediante um Estado-Maior. As formações das milícias apresentavam todos os caracteres de um levantamento em massa: alistamentos voluntários, partidas entusiásticas, uniformes pitorescos, milicianas e garotos. Muitos dos alistados possuíam dentro dêles a bravura. Ter-se-iam batido com forquilhas, como os camponeses de Kociusko, mas há muito tempo que êsses admiráveis ímpetos guerreiros não bastam para alcançar a vitória. A desorganização e a indisciplina das

milícias foram fatais ao governo e impediram-no de aproveitar, nos primeiros dias, a sua favorável situação.

Na retaguarda, quasi tôdas as resistências isoladas desapareceram. Os automóveis cheios de milicianos já podiam percorrer Madrid, sem provocar tiroteio. Os nacionalistas ali surpreendidos pelo movimento ocultavam-se ou buscavam escapar-se. Ficou, no entanto, na capital, certo número dêles. E vários factos demonstram a tenacidade e o entusiasmo com que aproveitavam os ensejos de combater. A 12 de Agôsto, por exemplo, o ministro do Interior, querendo organizar a defesa passiva contra os « raids » aéreos, informou que, em caso de ataque, tôda a iluminação seria extinta e Madrid ficaria mergulhada em trevas. Logo da primeira vez, assim que as luzes se extinguiram, de muitas janelas, de numerosos automóveis e até das esplanadas partiram tiros sôbre os milicianos. A fusilaria prolongou-se pela noite adiante. Mais tarde, segundo conta Malraux, os Serviços de Segurança verificaram que invisíveis aviões bombardeavam certos bairros com uma precisão assombrosa. Falava-se de Ramon Franco, aviador célebre, perseguido pela Monarquia, irmão do general. Aventavam-se inúmeras hipóteses. Alguns afirmavam tratar-se de um canhão de longo alcance. Apurava-se que as bombas caíam verticalmente e, ao cabo de algum tempo, reconheceu-se que os projecteis tombavam sempre nas ruas e nunca sôbre quaisquer casas. O facto foi considerado singular. Organizada uma vigilância especial, de-pressa se soube que eram certos grupos de falangistas que bombardeavam Madrid do cimo dos telhados. Abateram-nos e a história manteve-se secreta, para não alarmar a opinião pública. Os dirigentes ver-

melhos entenderam ser preferível deixar correr a versão dos vãos de Ramon Franco ⁽¹⁾.

Estes lances teatrais tornavam-se, no entanto, raros. Durante o dia, Madrid aparentava calma. O governo empenhava-se em divulgar que no seu território reinava a ordem. Os « cafés » estavam abertos, os hotéis podiam receber os estrangeiros, os teatros e os cinemas prosseguiam nos seus espectáculos. A « calle » de Alcalá e a Puerta del Sol de novo se animavam. Nas lojas, vendiam-se « estojos para a prisão », a 25 pesetas ⁽²⁾. Além de alguns pormenores, nada sofrera alteração. Esta serenidade poderia ser a melhor demonstração de confiança no futuro. Na verdade, era quasi isto que acontecia. Durante o dia, Madrid parecia haver recuperado rapidamente o seu aspecto habitual, pondo de parte vários aspectos pitorescos que revelavam efervescência e improvisação revolucionárias. A senhora Campoamor, que ali viveu durante esta época, descreveu a vida da capital nos seguintes termos: « Madrid oferecia, à luz do sol, o aspecto febril e inquieto das cidades que atravessam uma revolução. Cortejos de garotos percorriam as ruas, entoando canções revolucionárias (*em nosso critério, este sintoma não é apavorante*), repetindo o estribilho:

*Si, si, si, queremos un fusil,
Non, non, non, queremos un cañon...*

Ao anoitecer, as tropas revolucionárias enchiam as ruas centrais. Passavam, gritando, sobre camiões trepi-

⁽¹⁾ André Malraux — *L'Espoir*.

⁽²⁾ J. Miquelarena — *Traqué dans Madrid*.

dantes, contingentes de milicianos. Viam-se-lhes nas cabeças tôda a espécie de gorros e barretes, nos quais predominavam as côres vermelha e negra dos anarquistas. Cantavam, também, em côro, estrofes evocadoras da guerra e de massacres, fechando com outro estribilho:

Fai, fai, cénété !

Fai, fai, cénété !

(iniciais da Federação Anarquista Ibérica e da Confederação Nacional do Trabalho)... As ruas estavam quasi desertas. Os taxímetros haviam sido retirados da circulação. Os automóveis particulares tinham desaparecido, porque os milicianos trataram de apoderar-se dêles, logo nos primeiros momentos. Circulavam com gente das milicias que apontava espingardas e revólveres aos transeúntes e às janelas das casas... Nos elegantes edifícios das grandes artérias principais, viam-se enormes cartazes anunciando encontrarem-se occupados pelos serviços dos diferentes grupos, secções, organizações ou células operárias. As janelas e as varandas estavam todo o dia cheias de milicianos que conversavam. Dêsses homens pode dizer-se que não tinham grandes susceptibilidades. Os madrilenos experimentavam verdadeiras surpresas: na « calle » de Alcalá, a mais elegante de Madrid, diante do palácio das Belas Artes, viu-se, em certa noite, um grupo de milicianos despedaçar um enorme touro... » ⁽¹⁾. Em suma, se reconhecermos existirem coisas muito mais arripantes do que ver milicianos nas janelas da rua de Alcalá e assis-

⁽¹⁾ Clara Campoamor — *La Revolution espagnole vue par une républicaine*.

tir ao despedaçamento de um touro, concluiremos que apenas havia na capital espanhola uma população turbulenta e pitoresca, em alpargatas e sem chapéu. Funcionava uma única linha do « Metropolitano ». Nos subterrâneos, instalara-se muita gente, ao abrigo das bombas. Nas ruas, viam-se, por vezes, as bandeiras russa, francesa e mexicana. Nas salas dos cinemas, que não tardaram em reabrir, exibiam-se filmes soviéticos. A vida reorganizava-se.

Mas as noites eram menos tranqüilas. A partir da meia-noite, a revolução mostrava-se sem disfarces. Sob a luz diurna, surgia com aspecto descuidado, bonacheirão e cínico. O público dos « galinheiros » instalava-se nos melhores lugares e experimentava os *fauteuils* estofados dos clubes aristocráticos. Chegada a treva, a revolução atingia os momentos propícios a tirar a máscara. Até que alvorecesse, a cidade pertencia-lhe. Reinava o terror.

As prerogativas dadas a quantos possuíam um cartão sindical tiveram conseqüências trágicas. Foi o império da iniciativa individual. Durante três meses, as equipas de milicianos que deliberaram « limpar » Madrid percorriam, de noite, a capital, para prender e chacinar os « fascistas ». Tôda a gente conhece esta fase da guerra civil. E os factos estão, hoje, esclarecidos por inúmeros testemunhos que é impossível contestar.

As patrulhas dos milicianos apresentavam-se, às portas das moradias, cêrca das 2 horas da madrugada. Chamavam e intimavam a agir o *sereno*, guarda nocturno que possui as chaves de tôdas as residências e deve vigiar pela sua segurança. Visitavam as casas das pessoas inscritas nas suas listas, prendiam os suspeitos e partiam, em automóveis, quási sempre para a *Casa del*

Campo, onde havia o quartel general das milícias. Os prêsoes eram sumariamente interrogados e, a seguir, passados pelas armas. Amiudadas vezes as execuções foram precedidas de torturas. Os milicianos chamavam a isso « dar el passeito ». As patrulhas que tão benevolmente se encarregavam da « manutenção da ordem » receberam o nome de « patrulhas do amanhecer ».

O govêrno tentou adoptar algumas medidas para reduzir essas execuções que aterravam pelo seu número e também pelo facto de os milicianos escolherem as suas vítimas dentro de um critério cada vez mais « largo ». Encarregou brigadas da Guarda de Assalto de vigiar as ruas, mas os seus componentes nunca eram suficientemente numerosos, e nem sempre se preocupavam em encontrar uma das « patrulhas do amanhecer », constituídas por homens decididos. O govêrno mandou encerrar a *Casa del Campo*. Então, os milicianos elegeram o cemitério municipal, a *Pradera de San Isidro* ou as estradas das cercanias. O ministério resolveu suprimir, por fim, os *serenos* e ordenou que as chaves fôsem entregues aos inquilinos dos prédios. Todavia, os milicianos batiam às portas principais, até que lhas abrissem, e é de supor que, em semelhante época, os neutros do rés-do-chão nenhuma veleidade evidenciassem de revelar heroísmo. Procedia-se a buscas. Eram prêsoes indivíduos nos seus trabalhos. A partir das 10 horas da noite, todos os transeúntes eram detidos e interrogados. Os que não conseguiam apresentar um « livrete de proletário » ficavam à disposição das milícias. Por vezes, eram detidas como « substitutas » pessoas parentes dos suspeitos. Famílias inteiras viram desaparecer, assim, o pai e o filho mais velho, primeiro, e, depois, os outros filhos. Quando um dos seus não voltava a casa, ao fim

de dois ou três dias, a mãe iniciava a sua peregrinação pelas « Tchékas », em número de vinte ou trinta, dispersas pela cidade. Esperava, no meio de outras mulheres. Perto, os milicianos trocavam obscenidades. Depois, era preciso encher uma ficha e dizer o que se desejava. Em geral, quem por ali ia dizia-se « amigo » da família, evitando, acima de tudo, dizer o seu nome. Por fim, apresentavam-lhe fotografias ou conduziam simplesmente a pessoa a uma sala convertida em necrotério, onde conservavam os cadáveres recolhidos nos últimos dias. A peregrinação prosseguia, até ser descoberto o corpo do marido ou do pai, se havia a sorte de êle estar identificável.

Desesperado com a inutilidade das suas determinações, o governo tomou o partido de dar um aspecto de legalidade aos assassinios que não lograva impedir. Em 26 de Agosto, foi criado, em Madrid, um tribunal popular. Esta espécie de « tribunal revolucionário » tinha sede nos subterrâneos do palácio das Belas Artes, na rua de Alcalá, sob a protecção da bandeira anarquista. Compreendia catorze juizes populares, investidos de poderes para julgarem *de facto*, e três funcionários do poder judicial, investidos de poderes para julgarem *de direito*. Todos os membros dêste tribunal deviam pertencer a partidos da « Frente Popular » e cabia-lhes punir todos os delitos de rebelião e sedição, assim como actos cometidos contra a segurança do Estado. Depois, criaram-se tribunais semelhantes em cada provincia. O tribunal revolucionário teve especialmente a finalidade de salvar as aparências. Foram pronunciadas por êle algumas absolvições para dar mostras de independência. Moveu processos espectaculosos contra os « inimigos do regime », isto é, pessoas conhecidas pela sua actividade

anterior e que houvera a idea de proteger das iniciativas do « povo », encarcerando-as, ou que tinham sido prêsas após longas investigações. Conseguiu-se, assim, impor o tribunal à opinião pública, evidenciando os processos perfeitamente regulares de homens políticos como Salazar Alonso, antigo deputado radical; Abad Conde, Rafael Guerra del Rio, que participara activamente da luta contra Primo de Rivera e da agitação social na Catalunha. Mas o « povo » considerava a justiça do tribunal revolucionário demasiadamente formal e lenta. Teve numerosas intervenções, para abreviar os debates.

Em Setembro de 1936, o tribunal deu ordens no sentido de serem conduzidos a Madrid, para julgamento, duzentos reféns detidos em Alcalá de Henares e Guadalajara. Os milicianos entenderam ser mais prático aguardá-los no caminho e fuzilá-los na pequena estação de Vallecas, onde obrigaram a parar o combóio que os transportava. Desde então, o tribunal revolucionário só pôde julgar aquêles que as milicias queriam entregar-lhe.

Os dois assassinios que maior retumbância tiveram foram os de Cristobal Colon, duque de Veragua, e de seu irmão, o duque de la Vega, descendentes de Cristóvão Colombo. O Corpo Diplomático hispano-americano mostrara-se impressionado com a prisão de ambos e solicitara que lhes fôsse concedida a liberdade. Diz-se que o govêrno aquiesceu, mas demasiadamente tarde: os dois fidalgos já tinham sido fuzilados pelos milicianos, com ou sem ordem dos juizes revolucionários.

Deve-se a uma intervenção do mesmo género o incêndio da prisão central de Madrid — o « Carcel

Modelo ». Era ali que o govêrno mantinha prêsos numerosos oficiais e militantes dos partidos das direitas capturados em fins do mês de Julho. Estes elementos ocupavam as zonas destinadas aos crimes políticos, enquanto determinado número de prêsos de direito comum enchiam os outros sectores da cadeia. Para compreender o que se passou, é necessário saber, primeiramente que cabia aos milicianos a guarda e a vigilância nas quatro outras cadeias madrilenas — Santo António, General Porlier, Duque de Sexto e Las Ventas — ao passo que essa missão, no « *Carcel Modelo* », era desempenhada, por ordem do govêrno, pela Guarda de Assalto, a única suficientemente qualificada, a-par-da Guarda Civil, para assegurar regularmente a vigilância nos estabelecimentos prisionais. A medida de prudência que o facto traduz não deixou de ser compreendida. Em 17 de Agôsto, *Claridad*, órgão de Largo Caballero, começou a protestar contra esta situação e a chamar a atenção do povo para os fascistas sem castigo devido ao respeito da legalidade. A influência do jornal era grande e, dois dias mais tarde, grupos de milicianos, munidos de ordens em regra, apresentaram-se na prisão, a-fim-de proceder a um « recenseamento » dos detidos. A operação durou dois dias. Todos os fascistas que ali se encontravam foram cuidadosamente inscritos em fichas e listas. No final, em 21 de Agôsto, chegaram ao *Carcel* grupos de milicianos ainda mais numerosos que os primeiros. Reüniram os prêsos de direito comum e falaram-lhes, oferecendo-lhes a liberdade se abraçassem a causa da « Frente Popular ». É de calcular que todos os individuos naquelas condições sentiram, imediatamente, a animá-los, um anti-fascismo ina-

balável. O resto do dia foi dedicado a registar as adesões e a dar liberdade aos novos adeptos da « F. P. ».

Daqui em diante, as narrativas do acontecimento tornam-se divergentes. Segundo algumas versões, teriam sido vistos milicianos que conduziam bidões de petróleo para o interior da cadeia ; segundo outras, vários prêsos de direito comum, descontentes com o facto de se tornar lenta a sua libertação, lançaram fogo às vestimentas de presidiários, à maneira de protesto. O certo é que, ao fim da tarde, declarou-se incêndio num dos andares do « *Carcel Modelo* ». Que se passou, então ? Os partidários dos marxistas explicam que os prêsos políticos tentaram evadir-se, aproveitando o ensejo criado pelo fogo, daí resultando que fôssem disparadas sôbre eles rajadas de metralhadoras. No dizer de outros informadores, os referidos prêsos, ao verem-se envolvidos pelas labaredas, descobriram, por acaso, uma porta aberta que dava comunicação com o pátio interior da cadeia. Foram abatidos, logo que diligenciaram sair da zona em chamas para buscar refúgio no lado oposto. No dizer do sr. Serrano Suñer, cunhado do generalíssimo, que estava, nessa emergência, prêso no « *Carcel Modelo* », as coisas passaram-se de maneira mais simples: os prêsos políticos estavam quâsi todos no pátio, no momento em que o incêndio começou. Nesse instante, entraram, ali, bruscamente, milicianos armados de metralhadoras ⁽¹⁾. Os desgraçados detidos lançaram-se ao solo. A fuzilaria durou algum tempo. Os guardas civis e de assalto intervieram e conseguiram impedir que a chacina prosseguisse. A seguir, dominaram as chamas. Mas viu-se

(1) Entrevista de Serrano Suñer a Juan de Cordoba e por êste registada nas *Estampas y reportajes de rectaguardia*.

que, em poucos segundos, as rajadas fizeram uns quarenta mortos ⁽¹⁾.

No entanto, isto era o primeiro acto. Aparecia como uma interpretação moderna dos massacres de Setembro, em França. A interpretação tradicional chegou mais tarde. Ao que parece, os milicianos julgaram ser evidente que o incêndio fôra lançado por prisioneiros políticos desejosos de pôrem em prática um plano de evasão colectiva. Foi então que decidiram substituir o poder legítimo para punir êste gesto de rebeldia. Por volta das 10 horas da noite, regressaram ao « *Carcel Modelo* » e reüniram no pátio os sobreviventes. À volta de uma mesa, improvisou-se um tribunal. O público era formado por milicianos e milicianas. E fêz-se o julgamento. O Maillard desta noite sinistra não legou o seu nome à posteridade. A cena foi tão pitoresca como a da Abadia. Houve vociferações das milicianas, e tiros isolados. De quando em quando, equipas de enterradores iam dando destino aos cadáveres dos assassinados. Felizmente, a actividade do tribunal foi tornada lenta por uma discussão suscitada entre os homens da U. G. T. e os da F. A. I., por dúvidas sôbre quem deveria dispor do comando, dentro da prisão. O conflito abreviou os debates. A-pesar-disso, os milicianos declararam-se satisfeitos. Entre muitos outros, eis alguns nomes de vítimas dessa noite sangrenta: Melquiades Alvarez, antigo presidente das Côrtes ; Alvarez Valdeo, antigo ministro republicano ; general Capaz, vencedor do Ifni ; almi-

⁽¹⁾ Este número é dado pelo sr. Serrano Suñer, a pg. 105 do livro *Estampas y reportaje de rectaguardia*, de Juan de Cordoba. Há quem fale em números mais elevados e diga que o resto dos prêsos políticos foi, depois, executado.

rante Salas, antigo ministro da Marinha ; Rico Avello, antigo governador de Marrocos ; Fernando Primo de Rivera, irmão de José António ; Ruiz de Alda, fundador da « Falange » e um dos heróicos componentes da tripulação do « Plus Ultra ». Por um capricho singular, o tribunal, mais entusiasta do que esclarecido, olvidou o sr. Serrano Suñer. Abstraindo êste êrro, a « indignação popular » foi mais fecunda ali do que era costume.

O incêndio do « *Carcel Modelo* » constitue o episódio mais flagrante da justiça improvisada pelos milicianos. Recordamo-lo apenas porque é o mais célebre. Todavia, a tal respeito a documentação é extremamente abundante.

Quantos « inimigos do povo » foram executados ? Nunca se saberá. A senhora Campoamor calcula que 10:000 madrilenos caíram fuzilados, em três meses. « *Só na Casa del Campo*, eram encontrados setenta a oitenta cadáveres tôdas as manhãs. Um dia, o govêrno verificou haver, ali, cem corpos. Últimamente, tivemos um testemunho ainda mais trágico. Segundo êle, em 2 de Novembro de 1936, o número de pessoas assassinadas em Madrid elevava-se a 32:000, o que dá uma média de 226 pessoas assassinadas diâriamente. Nos primeiros dias, foram mortos, especialmente, falangistas ou carlistas acusados de prepararem, em Madrid, a entrada das tropas de Franco. A seguir, a classificação de « fascista » alargou-se. As organizações marxistas ou anarquistas possuíam listas de nomes, graças a denunciantes, aos ódios pessoais ou simplesmente a indivíduos que pretendiam tornar-se conhecidos. Chegado o momento de serem consultados semelhantes documentos, os milicianos mataram, sem contrôle, gente de tôdas as classes sociais, não só pessoas abastadas e poderosas,

mas — como na Revolução francesa — gente modesta, logistas que se recusavam a aplicar o tabelamento, vêlhos que encontravam defeitos em qualquer coisa, populares que se lastimavam nas « bichas » às portas dos estabelecimentos ou que baixavam a cabeça quando lhes falavam das vitórias dos « vermelhos », indivíduos que escutavam pela « rádio » o noticiário do pôsto de Sevilha ou que ouviam o sr. Prieto. Quando os nacionalistas entraram em Madrid, em 1939, *descobriram 10:000 fotografias de pessoas assassinadas e levadas para o Necrotério*, cuidadosamente catalogadas. Pertenciam às vítimas não identificadas. Entre elas, figuravam crianças de poucos meses. Não é exagerado dizer que, em Madrid, houve um total de cem mil vítimas. Foram mortos sacerdotes, religiosas ou pessoas simplesmente suspeitas de dar guarida a padres e freiras ⁽¹⁾. Não contentes com isto, os dirigentes « vermelhos » pre-

(1) O jornal anarquista « La Traca », de Valência, no número de 17 de Julho, isto é, na véspera da eclosão do movimento, inseria a sua secção « *Que faria V. à gente de sotaina?* », na qual, entre outras, havia estas respostas reveladoras do ponto atingido pelo ódio ao clero. Uma mulher, Castida Farre, dizia: « *Rasgar-lhes-ia os corpos com pequeninos golpes de bisturi. Curava-os. Voltaria a feri-los da mesma maneira. Tornaria a curá-los... E assim por diante, até o fim dos séculos. Amen* ». Esta, firmada por « *Um Filósofo* », parece revelar reminiscências de algum filme do fantástico Fu-Manchú: « *Por um funil aplicado em certo orifício, enfiava-lhes nos corpos, meia dúzia de ratinhos. Só para ver o que se passava* ». Antón Requeséns, de Granollers (Catalunha), escrevia: « *Depois de degolados e estripados, juntá-los-ia em monte, na praça central de cada vila, para fazer fogueiras nas vésperas de S. João* ». É oportuno acentuar que o jornal recebeu para cima de 2:800 respostas, quasi tôdas neste tom... ou pior ainda. — (N. do T.).

pararam, no Carmelo, exposições anti-religiosas. Colocavam esqueletos de crianças a-par-dos esqueletos de religiosas, e provocavam o afluxo do povo: « Venham ver a carmelita e o filho ! » (¹) Nas proximidades da capital, na *Casa del Campo* e na Monclôa, organizavam-se exposições de cadáveres sôbre os quais eram colocados cartazes. Havia grupos de pai, mãe e filhos, com esta inscrição: « Arrancamos até à raiz ». O povo chamava aos mortos *besugos*, por terem a bôca aberta e os olhos vitreos (²).

Alguns elementos suspeitos puderam encontrar refúgios. Já foi contado em muitos livros e artigos o papel admirável desempenhado, nessa ocasião, pelas embaixadas estrangeiras, graças ao privilégio da extra-territorialidade. As legações da América do Sul e a legação de França salvaram centenas de homens. Isto acabou por ser conhecido e, em certo dia, grupos de energúmenos assaltaram algumas das representações estrangeiras. A legação da Finlândia foi saqueada, após ter sucedido o mesma à da Alemanha. É verdade que a primeira estava em circunstâncias muito especiais: os verdadeiros representantes daquele país tinham partido de Madrid. Apenas ficara ali um vago empregado espanhol, que negociava com o direito de asilo. Informado disso, o Corpo Diplomático suprimiu a legação (³).

As coisas decorreram por maneira muito diferente noutras embaixadas. É justo citar, em especial, o papel

(¹) Maria de Cardona — *La Terreur à Madrid*.

(²) Tanto na Espanha « vermelha » como na Espanha nacionalista, o nome mais vulgarmente dado aos cadáveres era o de « fiambres ». — (*N. do T.*).

(³) Perez Ferrero — *Drapeau de France*.

extraordinário desempenhado pelo secretário da legação do México, o qual, de revólver em punho, foi salvar alguns compatriotas (e também diversos espanhóis), pondo-os, depois, em sítio seguro. Ameaçado, afirmava o seu fervor revolucionário, recordava o seu passado de agitador, gritava que o México nem uma arma voltaria a fornecer aos « vermelhos », e os milicianos, aterrados, deixaram-no em paz, até o momento em que êsse homem digno de admiração foi chamado pelo seu governo. Quanto aos franceses de Madrid, deram os mais altos exemplos de coragem, salvando da morte elevado número de pessoas.

Durante meses, os refugiados puderam viver, assim, nas caves e nos abrigos das diferentes legações e embaixadas. Jacinto Miquelarena, a quem se deve a mais emocionante narrativa da guerra de Espanha — « *Traqué dans Madrid* » — descreveu-nos essa existência. Conseguiram organizá-la, instalaram « duches » e estabeleceram norma de refeições. Ouvia-se a « rádio », discutia-se e experimentava-se o aborrecimento. Um veterano passeava com êste distico: « Não me conte a sua história, se faz favor ». Quando algum decidia evadir-se, disfarçado sob um uniforme de miliciano, havia reunião, para lhe ensinarem o papel que ia representar e davam-lhe uma « aula de blasfêmias ». Foi assim que Miquelarena chegou, num camião, à beira do Mediterrâneo, com duas mulheres pintadas e faladoras que êle tomou por aquilo que elas pareciam ser. O comandante do navio quebrou o equívoco, ao saudá-las respeitosamente, chamando-lhes « minhas irmãs ». Houve, nas embaixadas, partos, amores, dissidências e mortes. « A vida estava bem imitada, na nossa caverna. Por vezes, à hora

da morte, julgar-se-ia que aquela era a verdadeira vida » (1).

Isto durou perto de um ano, ao fim do qual as legações tinham evacuado quâsi todos os refugiados sob as bandeiras dos seus países. Houve, bem entendido, casos singulares. Correm mundo romances tomando por base as organizações de « escrocs » que exigiam por uma documentação falsa, quando alguém pretendia deixar o inferno de Madrid, dez mil, vinte mil ou cem mil pesetas. Muitas vezes, após o fugitivo ter pago a quantia exigida, o burlão entregava-o aos « vermelhos », para receber um prêmio.

Para manter a ordem, o govêrno criou milícias especiais encarregadas de vigiar na retaguarda (*Milicias de Vigilancia de la Retaguardia*, M. V. R.). Era uma tentativa de regularização das desordens, assassinios e buscas arbitrárias (2). Os jornais anunciavam, nessa altura, numerosas tentativas semelhantes, que na sua maioria se malograram. Havia o desejo de pôr têrmo aos inconvenientes do entusiasmo revolucionário. Pretendia-se disciplinar as tropas e os civis, criar um aspecto de organização e de moral. As famosas milicianas, às quais os jornais estrangeiros entoavam hinos de louvor, só provocavam conflitos... e enfermidades. Os diários madrilenos apareciam replectos destas frases imperiosas: « As mulheres na retaguarda! Os homens nas linhas de fogo! Nenhuma mulher deve estar na « frente »! Os hospitais precisam delas! Há falta de armas nas fábricas de armamentos! » (3) Mas as indômitas ama-

(1) Jacinto Miquelarena — *Traqué dans Madrid*.

(2) A. B. C. de Madrid — 8-X-36.

(3) J. Gomez Malaga — *Estampas Tragicas de Madrid*.

zonas reclamavam o direito a missões mais honrosas, à bravura, ao tabaco, ao vinho e à propagação da sífilis. Melancolicamente, o governo conformou-se contentando-se em solucionar o problema dos abastecimentos, em estabelecer as cadernetas de família e as senhas de alimentação ⁽¹⁾, e em utilizar as casas abandonadas, pedindo que as apontassem à administração pública ⁽²⁾.

O terror, apenas atenuado, evidenciava a inutilidade de semelhantes esforços.

O governo marxista

Preocupado pelas conseqüências da sua política e não menos inquieto perante as reacções da opinião pública estrangeira, o governo diligenciava acalmar, por meio de conselhos amigáveis, os milicianos a quem entregara as armas. Os apelos à disciplina tornaram-se estribilho dos jornais esquerdistas e das proclamações oficiais. Em 30 de Julho, *C. N. T.*, jornal dos anarco-sindicalistas, recomendava disciplina na retaguarda e na «frente». Escrevia: « Não queremos a disciplina de caserna, mas sim aquela que se opõe ao caos, a que permitirá uma organização séria e nos conduzirá à vitória ». Os comunistas, no *Mundo Obrero*, afirmavam que « para alcançar o triunfo, é preciso que todos nos subordinemos à disciplina ». Em 31 de Julho, a direcção dos Serviços de Segurança proibia tôdas as buscas domiciliárias que não fôsem realizadas por agentes da autoridade, proclamando, ao mesmo tempo, que as milícias apenas

⁽¹⁾ *Heraldo de Madrid* — 29-ix-36 ; *Mundo Obrero* — 3-x-36.

⁽²⁾ *A. B. C. de Madrid* (17-ix-36).

tinham o direito de comunicar as suas suspeitas à Polícia. Convidava os proprietários das casas a avisar telefonicamente os comissários de bairro, em caso de lhes ser passada busca aos domicílios. No seu número de 25 de Agosto, *El Socialista* publicava na primeira página em grandes caracteres um convite para que todos respeitassem a legalidade: « Declaramo-nos contrários a quaisquer actos de violência contra pessoas e propriedades, seja qual fôr a sua finalidade. Para julgar os cidadãos que prevariquem, existe a lei. Com ela, tudo é justo e lícito; sem ela, nada poderá ser tolerado... Que se faça justiça, mas que ninguém ouse exercer poderes que a lei não lhe confere... » Estas verdades primárias tinham, em parte, o objectivo que o referido jornal definia nos seguintes termos: « Não afastemos de nós as simpatias da consciência universal ». Os jornais socialistas e comunistas permitiam que se julgasse — parecendo nada dizerem — que os anarquistas eram os únicos culpados dos massacres, e aconselhavam em tom amistoso que os enviassem para as linhas de combate. Proclamavam em negros tipos: « Nem uma só espingarda longe da « frente » da guerra ». « Tôdas as balas para o inimigo! » « É necessário que haja segurança na retaguarda! » Mas o sindicato único de Madrid, filiado na C. N. T. anarquista, replicava, em 31 de Agosto, com um manifesto, no qual declarava « facciosos » todos os que fizessem buscas domiciliárias sem objectivo confessável, procedesse a detenções para satisfação de rancores pessoais ou realizasse execuções com idênticos motivos. Todos estes apêlos e exortações quasi nenhum resultado deram até o mês de Outubro. Só nessa altura se pensou a sério na única medida susceptível de restabelecer a ordem: a de só entregar armas

aos milicianos quando êles chegavam às zonas de guerra e proibir a entrada na capital aos que a ela se dirigissem armados. Desta maneira, foi preciso desarmar o povo para evitar os assassinios. O facto representava uma confissão eloqüente.

A história do govêrno é sobretudo a história da sua impotência. Na realidade, a autoridade pertencia aos milicianos e, depois dêles, aos sindicatos anarquistas. Os partidos comunista e socialista, a F. A. I. e a C. N. T., com seus « comités » e sub-« comités », dispunham do poder e empregavam-no conforme melhor lhes parecia. A própria direcção das operações militares escapara das mãos do govêrno. Indalécio Prieto reclamava sem descanso um comando único, sem nada conseguir, ao passo que duas expedições às Baleares, organizadas pelos « Comités » de Barcelona redundavam num massacre quási total. Em princípio, nos negócios internos, nada fôra modificado. O govêrno e os ministérios apresentavam-se tal como antes da sublevação. Nos primeiros dias, procurou-se não fazer nenhuma alterações e de encarar o movimento nacionalista como um incidente. No entanto, foi constituído um « comité » encarregado de administrar as províncias levantinas, isto é, Valência, Alicante, Castellon de la Plana, Cuenca, Albacete e Murcia. O referido organismo era formado pelo presidente das Côrtes, o ministro da Agricultura e dois sub-secretários de Estado. Dependia directamente do presidente do Conselho, e a sua missão consistia principalmente em organizar, nas regiões do Levante, bases de reabastecimento para a capital. Porém, a autoridade do govêrno era tal que Martinez Barrio, incumbido de presidir ao « Comité »,

foi obrigado a desistir de se instalar em Valência, porque os sindicatos não nutriam por êle qualquer simpatia.

O governo multiplicava as suas declarações de republicanismo. Buscava que não o considerassem marxista. Queria impor-se, perante a opinião pública europeia, como governo estritamente republicano e radical, que se via odiosamente atacado. Em 7 de Agosto, numa entrevista ao *News Chronicle*, Giral afirmou: « O nosso governo, ainda que tenha sua origem na vitória da « Frente Popular » em Fevereiro último, não possui nenhum ministro socialista ou comunista. O gabinete é inteira e simplesmente republicano ». Mas a verdade era que êsse governo « simplesmente republicano » estava controlado de perto, em tôdas as suas manifestações. No fim do mês de Agosto, um « comité da Frente Popular », completado por delegados da U. G. T. e da C. N. T. foi adjunto ao ministério da Guerra. Êsse « comité » devia, antes de mais nada, ter uma existência « oficiosa », mas é fácil calcular qual podia ser a acção « oficiosa » de um organismo que representava, de-facto, a maior parte dos militantes que lutavam na « frente ».

O governo Giral apenas constituía um rótulo. Por uma singular convenção, o poder pertencia legalmente aos radicais, cujas forças nenhuma importância tinham na « frente », mas sim na retaguarda. Na Espanha vermelha, os radicais tendiam a ver progressivamente reduzida a sua influência. Deixaram-lhes, então, o governo, para que pudessem estar em qualquer lado. Depois, até a esta ficção se renunciou.

Desde os primeiros dias de Agosto, em Barcelona, Companys formara um gabinete catalão constituído por comunistas, trozkistas e anarquistas. Impunha-se-lhe

imitar Madrid. Após a queda de Badajoz, houve um grande comício na Casa do Povo madrileña. Largo Caballero afirmou que o ministério Giral demonstrara ser incapaz de defender a República, recomendando como de necessidade um govêrno que correspondesse à formação da « F. P. », quere dizer, reünião dos elementos sindicalistas, socialistas e comunistas, para se passar à ditadura do proletariado. Esta declaração provocou a hostilidade de Azaña, que nela viu uma ameaça ao seu poder pessoal, e também a inimizade infinitamente mais poderosa do embaixador dos soviets, Rosenberg. Êste bem compreendia que a legalidade republicana era uma aparência cómoda e que, por consequência, a presença dos radicais representava um amuleto indispensável.

O embaixador moscovita interveio pessoalmente, no decurso das negociações laboriosas que Alvarez del Vayo empreendeu. Chegou a ir à Casa do Povo e participou das discussões do « comité », acabando por fazer aceitar o seu ponto de vista. Em 8 de Setembro, o ministério concebido pelo diplomata russo tinha a aceitação de Manuel Azaña. Era um govêrno de maioria socialista, compreendendo comunistas e radicais e presidido por Largo Caballero, que tomou para êle a pasta da Guerra. Alvarez del Vayo ficou nos Negócios Estrangeiros, Juan Negrin nas Finanças e Indalécio Prieto sobraçou as pastas da Marinha e da Aeronáutica. No gabinete, figuravam, também, um nacionalista vasco e um representante da Esquerda Catalã.

Êste govêrno julgou inútil apresentar-se às Côrtes, nesse momento, pelo menos. Só o fêz em 1 de Outubro. De 473 deputados eleitos em Fevereiro, apareceram cem que votaram a favor do novo ministério. Prieto era, sem

dúvida, o mais inteligente dos ministros e, segundo a confissão dos seus inimigos, tinha certas qualidades de estadista. Proprietário de jornais, era acusado de não ser um marxista muito ortodoxo. Ele próprio dizia ser um « aristocrata »: altivo, irônico, culto e desdenhoso, desprezava cordialmente os comunistas, em especial por lhes faltar a distinção. Era o Disraeli da Revolução, homem sem grandes escrúpulos, autoritário e sêco. Quanto a Largo Caballero, que o detestava, era um simples bruto, vaidoso e cruel.

Este governo « legítimo » recebeu, logo a seguir à sua aparição, propostas nítidas das organizações sindicais. A C. N. T. recusava associar-se-lhes, mas ofereceu-lhes, a partir de 7 de Setembro, o seu « apoio total », desde que a cada ministério fôsse adjunta uma comissão de delegados da U. G. T., da C. N. T. e da « Frente Popular ». Como se verifica, a experiência do « comitê adjunto » ao ministério da Guerra rasgara interessantes horizontes aos olhos dos sindicalistas. Alguns dias mais tarde, em 17 de Setembro, a C. N. T. reuniu tôdas as suas organizações regionais, e foi mais além dos pontos de vista anteriores, propondo ao governo uma transformação geral, na qual eram incluídas a organização de um regime federalista (os organismos locais seriam substituídos por « comitês » anti-fascistas), a supressão dos ministérios, aos quais sucederiam conselhos anti-fascistas organizados como departamentos autônomos; criação de um conselho nacional de defesa para dirigir as milícias operárias e, finalmente, socialização dos Bancos, da indústria e das propriedades rurais, além do controle operário sobre a pequena indústria e o comércio. Assim, à margem do próprio movimento marxista, prosseguia a pressão dos elementos

anarco-sindicalistas, no sentido de atingir um regime de controle pelos sindicatos, do qual se passaria a um sistema federal-coletivista de atenuada tendência contra o Estado. Com base mais sólida que o governo Giral, visto representar as massas mobilizadas para a defesa da Espanha vermelha, o gabinete Largo Caballero nem por isso se viu menos ameaçado pelas « sugestões » dos grupos extremistas decididos a aproveitar as circunstâncias para fazer triunfar as suas concepções. Se o ministério conseguia repelir quanto iam sugerir-lhe sobre assuntos de ordem interna, não lograva impedir a sua aplicação em determinadas regiões que estavam quasi totalmente afastadas do seu poder. Foi o caso das províncias do Levante e do Aragão, onde os anarquistas possuíam profunda influência. Nesses pontos, o poder político caiu nas mãos dos *conselhos executivos populares* formados, em cada localidade, com igual número de delegados da C. N. T. e da U. G. T. e representantes da F. P., consoante a fórmula proposta. Simultaneamente, tôdas as funções económicas das regiões foram confiadas a *conselhos económicos* constituídos, exclusivamente, por membros da C. N. T. e da U. G. T. Na provincia aragonesa, os poderes políticos e económicos além dos reabastecimentos, foram entregues a um *Conselho de defesa de Aragão*. Como se imagina, estes novos organismos exigiram em tôda a parte a eliminação das municipalidades e dos governos civis. Desta forma, o governo Largo Caballero, que parecia ser forte e dir-se-ia controlar inteiramente a Espanha marxista, era incapaz de se opôr à instalação do federalismo numa parte do território e encontrava-se constrangido a contemplar com indiferença, nas zonas do Levante, a realização daquilo que recusava para o resto

do país. Tal como o ministério Giral, a-pesar-do seu aspecto de maior solidez, era, no fundo, um govêrno-fantasma: o poder não estava realmente nas suas mãos.

A despeito da pressão extremista, a obra social do govêrno, durante os três primeiros meses, foi bastante tímida. As iniciativas mais notáveis couberam aos « comités » locais ou às organizações sindicais. A Federação dos Trabalhadores da Terra conseguiu, por exemplo, que se procedesse às colheitas das searas abandonadas, decidindo que uma parte daquelas seria dada aos trabalhadores, como pagamento, ao passo que o produto do restante seria para o govêrno. O jornal *Liber-tad* propunha a socialização das casas de residência, por compra baseada no valor atribuído no último contrato de venda e por meio de um banco fundado pelos locatários e autorizado a fazer emissões de valores. Foi, em especial, nos domínios do problema agrário, que apareceram soluções novas. *Mundo Obrero* reclamava, em fins de Julho, a colectivização de tôdas as terras, dizendo que os proprietários eram « fascistas » ou simpatizantes. Os terrenos deveriam ser dados aos operários e camponeses que combatiam em defesa do regime, a título de recompensa. É oportuno frisar que, neste assunto, os camponeses não esperaram os conselhos do diário comunista, nem a autorização de Largo Caballero. Nessa altura, já êles haviam tomado posse das terras e efectuado a distribuição. Em face disto, quando em Outubro Largo Caballero decretou a estatização das terras, nada mais fêz que reconhecer um facto consumado, mas isso não impediu que se dissesse tratar-se de uma tentativa de reacção. Por intermédio do jornal *C. N. T.*, os anarquistas protestaram, afirmando descobrirem no decreto um desvio para a tendência « fascista ».

Em 7 de Outubro, foi aprovada sem discussão uma lei concedendo autonomia ao país vasco, com um estatuto análogo ao da Catalunha. Assim surgiu a chamada República do Euskadi. Para o cargo de presidente, elegeram Aguirre. Dera-se o primeiro passo para a formação de um Estado federal. Um mês depois, em 7 de Novembro, em consequência do avanço das tropas de Franco, o governo madrileno transferiu-se para Valência, deixando na capital um « comité » de defesa constituído por 16 membros e presidido pelo general Miaja. O presidente da « República » espanhola, Manuel Azaña, decidiu, então, fixar a sua majestosa residência em Barcelona.

No primeiro dia de Dezembro, as Côrtes reuniram-se em Valência. Largo Caballero manifestou-se satisfeito pelo « acôrdo » feito com a C. N. T., enviou telegramas de congratulações ao México, a Estalin, aos ingleses e a Blum. Agradeceu-se publicamente à Rússia o seu auxílio. Alguns dias após, foi organizado um Conselho superior de defesa. Logo recomeçaram as dissensões entre os diversos elementos extremistas, dentro do governo vasco, na « Generalidad » catalã e até em Valência, para eliminar os trozkistas. Com solenidade, o Estado marxista resolveu organizar campos de trabalho, onde os condenados por sublevação, rebeldia ou « actos de hostilidade para com o regime » diligenciariam rehabilitar-se. O « comité » central dos comunistas não cessava de recomendar disciplina e obediência absoluta às directrizes do governo. Chegava mesmo a preconizar a instituição de um comando único, ideia que os anarquistas e os dissidentes não desejavam ver realizada.

Encarou-se a socialização do Estado, que tomou, nesse momento, um pouco mais de amplitude: naciona-

lização, instituição de sovietes de soldados na retaguarda e na « frente », crescente influência dos comunistas e agentes enviados por Moscovo, reorganização à maneira bolchevista, tudo isto devia produzir excessos que a legislação não poderia conter. A carta de racionamento do pão tornara-se obrigatória em Madrid, desde 4 de Janeiro. Havia aparecido restaurantes populares. Falta o leite, e o condensado era distribuído parcimoniosamente pelas crianças. A partir de Novembro, a evacuação da cidade fazia-se com um ritmo muito lento. Faltava gasolina para os transportes, e os madrilenos, que esperavam a entrada das tropas de Franco, ofereciam uma resistência passiva. A fim de reduzir o número das bocas a alimentar, foram enviados contingentes de crianças às organizações extremistas do México, França, Inglaterra e Rússia. As autoridades francesas recusaram-se, em certa altura, a enviar para a Rússia os pequenitos que lhes haviam sido confiados, e recolheram especialmente grande número de crianças vascas ⁽¹⁾.

A despeito das circunstâncias, a solidez da união sagrada tornava-se cada vez mais problemática. Do conselho municipal de Valência, no qual todos os partidos estavam representados, saíram os comunistas, em Fevereiro de 1937, para não colaborar com os « provocadores e traidores trozkistas ». Entretanto, em Madrid, reclamava-se a constituição de um Exército regular, sob comando único, e até em Barcelona se erguiam vozes pedindo providências no mesmo sentido. A « Generalidad » exigia que tudo fôsse subordinado às necessida-

⁽¹⁾ É isto o que dizem cortêsmente os Italianos. Cf. A. Bol-
lati e G. del Bono, *La guerra di Spagna*.

des da vitória. Mas a todos estes apêlos nada de prático correspondia. De resto, registavam-se constantemente manifestações contra o govêrno, aos gritos de: « Pão e trabalho! Basta de sangue! » Um dia, as mulheres organizaram um cortejo e, com os filhos nos braços, marcharam para a Puerta del Sol, onde foram recebidas a tiros de espingarda. Em Outubro, os milicianos manifestaram-se, clamando: « Rendição! » e « Abaixo os traidores! » A irritação popular era enorme, e sem a influência de Rosemberg, embaixador da U. R. S. S., nem Largo Caballero, nem especialmente Indalécio Prieto ousariam resistir ⁽¹⁾.

A situação económica tornara-se grave. Os espiritos estavam sobreexcitados pela guerra e pelas privações. Vivia-se das reservas acumuladas nos anos antecedentes. « Só pelo seu lado, a « Generalidad » da Catalunha teve de abonar, de 25 de Julho a 28 de Novembro de 1936, oitenta e dois milhões de pesetas, para que os operários pudessem receber os seus salários » ⁽²⁾. Intensificava-se a destruição da riqueza, nas cidades e nos campos. Um jornal anarquista escrevia: « Após três meses de guerra, as reservas das emprêsas em material e dinheiro estão absorvidas pelo pagamento de salários — salários que serviram para fabricar produtos que ninguém compra. E para tal fabrico esgotou-se a maior parte das matérias primas de origem estrangeira » ⁽³⁾. Praticamente, a colectivização dos estabelecimentos fabris estava feita, quer estivessem ou não presentes os proprietários. As emprêsas estrangeiras não deixaram de ser atingidas.

⁽¹⁾ Leopoldo Nunes — *Madrid Trágica*.

⁽²⁾ *A qui la victoire?*

⁽³⁾ *L'Instant* (15-x-36), cit. in *A qui la victoire?*

Por decreto de 20 de Fevereiro de 1937, o govêrno restringiu as colectivizações, mas agiu sempre com receio de esbarrar com a vontade dos sindicatos.

Quanto à moeda, a peseta « vermelha » perdeu rapidamente uma grande parte do seu valor. A moeda de prata já não existia. Regressou-se às senhas assinadas pelos comerciantes. Nos hotéis, fabricaram-se 300:000 pesetas em ferro branco, cuja cópia foi fácil. Outros fotografavam as moedas de prata e as reproduções serviam-lhes para trocos. Os Municípios emitiram papel moeda. Cem pesetas « vermelhas », que valiam 180 francos ; só valiam 120 francos, no momento da tomada de San Sebastian. Chegada a desvalorização da moeda francesa, a cem pesetas marxistas corresponderam 170 francos, para só serem 90, em 10 de Novembro, quando a peseta nacionalista apareceu, e 60 francos em Março. Todavia, o govêrno de Valência apoderara-se das reservas de ouro do Banco de Espanha (que de resto não pertenciam ao Estado espanhol mas sim aos possuidores de notas e aos accionistas). Dispunha de 2:250 milhões de pesetas, grande parte das quais foi transferida para o estrangeiro. Em fins de 1936, Valência só possuía 1:600 milhões.

A-par-de tudo isto, o custo da vida subira em proporções terríveis. O pão, que se vendia a 0,70, passara rapidamente a custar 1,25 ; a dúzia de ovos, de 3 pesetas ascendeu a 9,50 ; o arroz, de 0,70 a 2,25 ; o leite, de 0,70 a 1,50. Uma galinha, cujo preço era de 7 pesetas, custava 50. Os gêneros de primeira necessidade faltavam. Os salários apenas foram aumentados em quinze por cento. Trabalhava-se cinqüenta horas semanais, por cem pesetas, sôbre as quais recaíam inúmeras contribuições de guerra. *El Diluvio*, de Barcelona, declarava:

« Nenhum operário poderá, hoje, viver do seu trabalho ».

Tal eram, ao cabo de alguns meses, os resultados da administração marxista.

A Revolução catalã

O particularismo catalão, a existência do partido anarquista e a paixão popular deram à administração vermelha um carácter ainda mais acentuado nas regiões submetidas à autoridade do governo autónomo de Barcelona. Fôra ali que se registara a grande vitória do anti-fascismo, fôra ali que as forças revolucionárias tinham evidenciado a sua combatividade, nas jornadas de Julho. E os catalães julgavam-se designados pelo destino para libertar o resto da Espanha. Era preciso contar com duas classes de elementos por vezes confundidos — os anarquistas e os bandidos. Em Madrid, como em Barcelona, a Revolução fôra, primeiramente, um levantamento em massa daquilo a que, em França, se chama *milieu* e, na Alemanha, *unterwelt* ⁽¹⁾. A gente que fazia uma vida subterrânea, a dos bairros da prostituição, do « Barrio Chino », os exploradores de mulheres, os invertidos disfarçados e pintados, os assassinos em liberdade, todos despertaram, uma manhã, na Barcelona ensangüentada, dispondo do direito de agir como quisessem, de saquear e de matar. Com dois revólveres nos cinturões, os « pistoleros » invadiam as residências. Como seria possível contê-los em respeito? Como im-

(1) Em Portugal, os termos correspondentes são *escumalha* e *ralé*. — (N. do T.).

pedi-los de cometer barbaridades? Eram os senhores de Barcelona; talvez o houvessem sido sempre. Aquêlê que melhor poderia sabê-lo era o advogado que defendia as suas causas havia muitos anos. Êsse advogado estava no poder: era Companys ⁽¹⁾. Conhecendo semelhante circunstância, talvez se compreenda melhor que a causa da Revolução catalã fôsse, acima de tudo, a causa da *unterwelt*.

A sua euforia exprimia-se, como em tôdas as revoluções, pelo massacre. Na terça-feira, 21 de Julho, começou o terror. Desde a véspera que o povo se considerava vitorioso. Haviam cessado as últimas resistências. De manhã, Companys anunciou que a insurreição dos militares fôra reprimida e que o govêrno « imporia a disciplina, de colaboração com as organizações operárias ». Findou, convidando a população a nada praticar susceptível de « perturbar a ordem revolucionária ».

Vejamos, porém, qual era a ordem revolucionária, tal como a concebiam os habituais clientes do advogado Companys. Desde sábado, 19 de Julho, que a mais bela igreja de Barcelona, Santa Maria del Mar, estava em chamas. De domingo a terça-feira, houve tempo suficiente para lançar fogo a muitos outros templos: de Nossa Senhora da Graça; de Belém, nas Ramblas; de Sant'Ana, perto da praça da Catalunha; de Nossa Senhora do Carmelo; de S. Paulo do Campo; da Boa-Nova e da Conceição. Apenas escapara a catedral. A fúria incendiária estendeu-se a tôda a Catalunha. Durante uns dias, as catedrais de Tarragona e de Lérida foram poupadas, mas uma das mais ricas igrejas catalãs,

(1) Eddy Bauer — *Rouge et or.*

a catedral de Vich, com suas obras de arte, o mosteiro de Santa Maria de Ripoll, os templos de Sitges, as nove igrejas e os conventos de Sabadell, as de Puigcerda e de Manresa, os templos de tôdas as pequenas paróquias catalãs transformaram-se em fogueiras, por entre o gáudio do gentio. A partir de terça-feira, sobretudo na noite dêsse dia, o fogo destruiu elevado número de conventos catalães. Digamos, no entanto, que se procedeu, nesse capítulo, com maior circunspecção. Em muitas localidades, os conventos foram sòmente ocupados e adaptados a outros fins. Segundo certos testemunhos ⁽¹⁾, as destruições praticaram-se, em diferentes sítios, a despeito da opposição dos paroquianos. Chegavam às vilas camiões cheios de milicianos. Estes desciam dos veículos, regavam a igreja com líquidos inflamáveis e lançavam-lhe fogo. Em Lérida, os habitantes tinham decidido poupar a catedral. Ao passarem por ali, as colunas Durruti acusaram a população de pouco entusiasmo revolucionário e destruíram o templo, antes de marcharem para a « frente » de Aragão. Sucedeu o mesmo nas numerosas localidades que as colunas atravessaram. Mais tarde, espalhou-se que esta destruição sistemática das igrejas fôra obra exclusiva dos anarquistas. Eis, no entanto, o que um dêles escreve, a tal respeito: « Afirmo — e tomo plena responsabilidade desta afirmação — que todos os sectores anti-fascistas, começando pelo « Estat Catala » e findando no P. O. U. M., englobando a esquerda republicana e o P. S. U. C., deram um contingente de ladrões e assassinos igual, pelo menos, ao da C. N. T. e da

(1) *La persécution religieuse en Espagne.*

F. A. I.» ⁽¹⁾. De resto, a acção anarquista mereceu os maiores aplausos dos outros partidos. « A attitude dos anarquistas — escreveu Companys — é digna de uma particular admiração » ⁽²⁾. A propaganda das esquerdas explicava a acção encarniçada desenvolvida contra as igrejas, dizendo que do convento das Carmelitas, situado na Diagonal, haviam sido disparados tiros sôbre os milicianos, em 19 de Julho. O autor de *La persécution religieuse en Espagne* não contesta que o convento se tenha defendido, mas diz que os milicianos começaram por atacá-lo. Em todo o caso, isso não bastaria para justificar os extraordinários actos de vandalismo praticados nos primeiros meses de guerra, em tôda a Espanha e, especialmente, na Catalunha. Tôda a gente conhece fotografias das cenas registadas em 20 de Julho, em Barcelona: o Cristo fusilado, Jesus-menino vestido com um uniforme de miliciano e, sobretudo, cadáveres de carmelitas arrancados dos sepulcros e expostos, nos seus ataúdes, no portal do convento. Loucura individual? Barbaria da revolta? Por certo, mas também loucura e barbaria organizadas. Não houve, apenas, a violação das sepulturas; houve uma espécie de exposição dêsses cadáveres, exposição oficialmente anunciada e realizada. Montou-se um serviço de vigilância. Estabeleceu-se um cordão de polícias, e quarenta mil curiosos desfilaram, durante três dias, diante do Carmel. O espectáculo era gratuito.

Calcula-se que, em todo o território espanhol, o massacre atingiu, no primeiro mês, 15:000 a 17:000 padres, religiosos e religiosas, entre os quais é preciso incluir

⁽¹⁾ Joan Peiro — *Perill a la retaguardia*.

⁽²⁾ *Vu* — 29 de Agôsto de 1936.

dez bispos : de Jaen, Manuel Basueto Jimenez ; de Si-
guenza, Eustaquio Niero Martin ; de Cuenca, Laplana
Laguna ; de Ciudad Real, Miguel Sarra Sucarata ; de
Barbastro, Florentino Asensio ; de Saragoça, Manuel
Borras y Ferre ; de Guadix, Manuel Medina Olmos ;
de Almeria, Diego Verdajo Milano ; de Lérida, Salva-
dor Huix ; de Orilmela, Juan de Dios Ponce y Pozo.
Um jornal da F. A. I., por baixo da fotografia de um
grupo de sacerdotes, publicava esta legenda: — « Um
padre, ainda se tolera ! Mas vinte !!! O mais pacífico
dos homens sente ânsias de massacre ».

O « govêrno » era alheio a estes acontecimentos ?
Para acreditá-lo, seria necessário esquecer que Comp-
nys, em 21 de Julho, publicou um decreto no qual insis-
tia em proclamar a necessidade de « completar o ani-
quilamento dos últimos redutos fascistas existentes » (1).
Um pouco atemorizado pela importância do papel desem-
penhado pelos anarquistas na jornada de 19, fôra obri-
gado a partilhar com êles o poder e a encobrir os seus
excessos. A F. A. I. controlava muitos sindicatos, par-
ticularmente os dos transportes. As suas iniciais e as
da C. N. T. andavam em todos os camiões, carruagens
do « Metro » e do caminho de ferro, nos « eléctricos » e
nos « auto-omnibus ». Os hotéis e os palácios aristocrá-
ticos estavam requisitados pelos vários organismos revo-
lucionários: o « Colon », pelo P. S. U. C. ; o palácio
Comillas, pelos comunistas ; o hotel « Falcon » ; pelo
P. O. U. M. ; o « Coliseum » pelo « Estat Catala » (2).
Os jornais, como se calcula, sofreram transformações.
A catedral e as igrejas poupadas foram convertidas em

(1) *Vanguardia* — 22-Julho-36.

(2) Allison Peers — *Catalonia Infelix*.

depósitos ou destinadas a fins civis. O mosteiro de Montserrat foi transformado em hospital.

Para que a famosa « consciência universal » não se revoltasse demasiadamente, tomaram-se medidas para salvar as obras de arte, uma vez passada a loucura dos primeiros dias. Organizaram-se comissões cujo trabalho não deve ser diminuído. Registemos que o bom-senso logrou salvar alguns dos tesouros da arte catalã. O mesmo sucedeu em Madrid e nas principais cidades espanholas. Isto feito, protegida a sua consciência estética, os sindicatos não desistiram de saquear, de passar buscas e, em especial, de procurar os « redutos fascistas », dos quais Companys recomendara o « aniquilamento ». Os defensores dos marxistas confessam que houve 2:000 vítimas, num só mês, em Barcelona. Suspeita-se que esta cifra é extremamente reduzida. Quanto à pilhagem, despertava alegria. « A Revolução triunfante ! — escreveu um anarquista, lembrando êsses dias magníficos. — Os edificios atacados pelo povo ! Os símbolos da reacção e do fanatismo destruídos ! Os bens privados arrebatados e entregues ao povo ! Tudo no meio de alegria, de cânticos, de júbilo ! Era a verdadeira vida ! » (1). É totalmente inútil atribuir maiores culpas a uns do que a outros. Os crimes foram cometidos em cooperação, e cooperação legalizada.

Um determinado número de decretos organizou a socialização na Catalunha: moratórias, leis sociais, nacionalizações, etc. Tôdas as concessões aos elementos mais avançados só concorreram para tornar preponderante a situação dos anarquistas.

(1) Ruta (17-7-37) cit. por Allison Peers, in *Catalonia Infelix*.

« O governo não existe — escreveu Andrés Nin, chefe do P. O. U. M. — Colaboramos com êle, mas o certo é que nada mais pode fazer do que sancionar as realizações das massas » (1). Não havia representação parlamentar catalã. Nada mais existia além da ditadura da F. A. I. e, mais atenuada, a do P. O. U. M. Formou-se um novo governo em 1 de Agosto de 1936. Nêle só entraram quatro elementos da Esquerda Catalã, ao lado dos quais surgiram três socialistas, três sindicalistas, dois anarquistas, um comunista, um filiado do P. O. U. M. e um representante dos pequenos agricultores ou « rabassaires ». Logo se formaram dois grupos: um, aglomerando os anarquistas, os sindicalistas e o P. O. U. M. ; outro, dos restantes elementos, dominados pelas influências de Moscovo. Daí resultaram inúmeras desinteligências e muitas crises ministeriais, no decurso do primeiro ano ; a exclusão do P. O. U. M. em Dezembro, os gabinetes provisórios, as tentativas de governo pessoal de Companys e, por fim, uma ditadura larvada do partido comunista que, combatendo em todo o mundo as organizações dos marxistas dissidentes, lutava encarniçadamente contra os do P. O. U. M. A principio, o verdadeiro poder coubera aos sindicatos e não aos moscovitas. Durante seis meses, a história da Catalunha é a história da luta de Moscovo (aliado dos partidos governamentais) com a anarquia (aliada da *unterwelt* e dos bandidos). Foi a anarquia a derrotada, mas foi ela quem primeiro dominou.

Em 22 de Outubro de 1936, a U. G. T. e a C. N. T. firmaram uma espécie de tratado de aliança que cons-

(1) *The Times* — 3-Agosto-36.

titue a base da Revolução catalã. Proclamaram a colectivização da produção (com ordem de despejo aos pequenos proprietários), expropriação da « propriedade imobiliária fascista », criação de uma indústria de guerra, nacionalização dos bancos, etc. ⁽¹⁾. Todavia, coube aos sindicatos regular a produção, e ao Estado apenas competiu aprovar semelhantes decisões. O carácter espanhol e anarquizante do sistema, muito distanciado, a despeito da participação do P. O. U. M., da verdadeira doutrina marxista, mais afastado dela nos aparece, se considerarmos os aspectos da sua aplicação prática. Conservam algo de mística. Parece serem elaborados pelos monges fanáticos, ardentes de paixão e de desprezo pelos bens dêste mundo, aos quais a presença do dinheiro bastava para inquietar, encarniçados na destruição do passado e dos seus vestígios, dos ritos, das coisas sagradas dos tempos idos. Estávamos perante a Reforma anarquista, que era religiosa como o foi a Reforma nacional-socialista na Alemanha. « Procurar impedir que o dinheiro circule entre a população — diz o regulamento de uma aldeia controlada pela U. G. T. e pela C. N. T.... — Depositar o dinheiro e as matérias primas e os víveres para efectuar trocas com as outras aldeias... Criar para todos os trabalhadores uma caderneta na qual seja registada a remuneração auferida pelos membros de cada família... Tôdas as pessoas aptas para o trabalho devem agir segundo as suas fôrças e em comum » ⁽²⁾. Os filhos dos homens que seguiram Loyola e Santa Tereza continuavam, assim, a organizar comunidades e conventos, a criar novas ordens religiosas.

(¹) e (²) Kaminski — *Ceux de Barcelone*.

Estamos bem informados acêrca da maneira como o sistema funcionou nas cidades distantes de Barcelona e só relativamente submetidas ao govêrno mais ou menos legal. Em Puigcerda, por exemplo, o poder foi tomado pelo anarquista Antonio Martin. Até Abril de 1933, a pequena cidade foi absoluta e perfeitamente colectivizada. Começou-se por atingir o pequeno comércio, criando uma cooperativa geral dirigida pela C. N. T. e compreendendo todos os ramos da actividade, desde o talho ao dentista, do hoteleiro ao farmacêutico. « Não podeis, em Puigcerda, ir ao barbeiro ou extrair um dente, sem recorrer à cooperativa ». Estava instalada num vasto edificio, no qual se encontravam o talho, salões de cabeleireiro, oficinas de alfaiate e consultórios de dentistas. Por outro lado, foram municipalizados os transportes (isto é, confiscaram-se os veículos particulares), a construção civil, o fabrico de leite condensado (expedido *na totalidade* para Barcelona e cuja produção era dirigida por um suíço e um alemão) e o fabrico de tecidos. Em princípio, havia o salário único, quer para operários, quer para contra-mestres, quer para directores. *La Révolution prolétarienne*, que expôs esta surpreendente iniciativa, acrescenta gravemente que a colectivização não tinha carácter obrigatório, que havia comerciantes livres (desde que não empregassem assalariados), e que as vantagens desta tolerância « é assegurar, até certo ponto, a independência intelectual e a liberdade de propaganda » (1). Nada surgira, até então, mais típico, do que a denominada « experiência comunalista de Puigcerda ».

(1) *La Révolution prolétarienne* — cit. in *L'Espagne nouvelle* (jornal anarquista), 3 de Julho de 1937.

Se é verdade que não foi seguida com tanto rigor nas outras cidades catalãs, na base da organização do país havia uma experiência análoga. Os anarquistas nem sempre estavam de acôrdo com os catalanistas. Segundo certos depoimentos, aquêles teriam chegado em várias povoações, como Hospitalet, onde eram senhores absolutos, a afixar cartazes, proclamando: « É proibido falar catalão » ⁽¹⁾. No entanto, parece que alimentaram um pouco por tôda a parte as aspirações separatistas do país. De-facto, o desejo de se libertar cada vez mais da tutela « espanhola » impeliu a Catalunha pelo caminho da autonomia completa. Desde o mês de Agôsto de 1936 que a « Generalidad » assumira o contrôle do Banco de Espanha no seu território. A Universidade de Barcelona quebrou os laços que a uniam a Madrid e, a seguir, a direcção da Imprensa, as associações e a justiça contribuíram para aumentar o afastamento. Foi posta em vigor uma nova organização provincial, com oito sub-divisões. Estava prevista, inclusivamente, a criação de uma moeda catalã.

Observando êsse momento, reconhece-se que o essencial da história catalã talvez resida na organização militar. Um decreto de 21 de Julho criou as *milícias para a defesa da República* dirigidas por um « comité » central constituído por delegados de todos os partidos e de todos os sindicatos. Logo no início, os anarquistas ingressados nestas milícias ascenderam a 13:000; da U. G. T. entraram 2:000, dos filiados no P. O. U. M. as inscrições subiram a 3:000. A « Generalidad » forneceu número igual ao da U. G. T. Tratava-se única-

(1) Jaume Miravittles, in *La Flèche* (24-2-39).

mente de um meio para legalizar um organismo nascido espontâneamente e quási por completo criado pelos anarquistas. Companys entregou a chefia das milícias a Enric Perez i Farras, mas o anarquista Buenaventura Durruti de-pressa se tornou dentro delas a personalidade mais importante. Tempo decorrido, um outro elemento anarquista, Garcia Oliver, foi nomeado secretário geral do ministério da Guerra de Barcelona, cargo que lhe permitiu exercer absoluto contrôle sôbre o « comité » das milicias. Depois, Garcia Oliver sobraçou, em Madrid, a pasta da Justiça, mas coube, de novo, a dois anarquistas, Sandino, primeiro e, a seguir, Esgleas, a direcção do « comité » central. Desde 22 de Julho que duas colunas de milicianos, a de Perez i Farras e a de Durruti, haviam ocupado Guadalajara e numerosas aldeias.

Buenaventura Durruti não era catalão. Moço robusto, nascera em Leão e passara a sua vida em Barcelona. Tornara-se anarquista e estabelecera estreita amizade com Oliver e Ascasio. Condenado à morte, perseguido como implicado em assaltos à mão armada a estabelecimentos bancários, emigrado, prêso, procurado por tôdas as polícias, era incontestavelmente um bandido. Não se lhe pode contestar, no entanto, uma coragem indomável. Em 19 de Julho, arrastara o seu bando nos assaltos aos quartéis; em 22, formou a coluna que espalhou o terror na Catalunha e no território aragonês. Saragoça constituía, nessa altura, o seu maior objectivo. Agiam contra êle os partidos receosos das proezas dos seus milicianos e temendo a sua concepção pessoal do que deveria ser uma formação militarizada daquele género. Num comicio a que assistiram dez mil anarquistas Durruti afirmou:

— Queremos libertar os nossos irmãos da Catalunha. Queremos ser milicianos da liberdade. Não pretendemos ser soldados sujeitos a uma farda. O exército revelou-se um perigo para o povo. Milicianos, sim! Soldados, nunca! ⁽¹⁾.

Generalizou, assim, a ideia de que um Exército que combate sob qualquer pressão caminha, inevitavelmente, para a derrota. Ora, os chefes militares de Madrid não tinham opinião idêntica e daí resultou a ruptura entre os dois grupos das forças revolucionárias. Os dirigentes madrilenos não concordavam com o parecer segundo o qual aplicar aos milicianos as normas das tropas regulares constituía um meio de perder a guerra. Os anarquistas nenhunas razões quiseram escutar. Caprichavam em não marchar com passo cadenciado. Quem os viu, pinta-os marchando « em filas isoladas, irregulares, no meio das quais se notavam bruscos movimentos desordenados », com o seu estado-maior envergando camisas azues. Censuravam « a psicose da unidade », a « obsecção da disciplina », o « neo-militarismo ». Nunca se observaram em parte alguma do mundo cenas mais ridículas.

Em 24 de Outubro de 1936, o govêrno de Companys promulgou um decreto de mobilização geral das classes de 1932 a 1935. O jornal *Frente Libertario*, órgão da F. A. I., protestou com veemência contra aquilo a que chamava « transformar as milicias em exército », e insurgiu-se contra a ditadura comunista. Clamava: « Viva Madrid, que não tem govêrno! » Os

(¹) A. e D. Prudhommeaux — *Catalogne* — 1936-1937.

alemães da coluna Durruti reclamavam um novo código militar que teria estas bases:

- 1.º — Supressão das saudações ;
- 2.º — Sôldo único ;
- 3.º — Liberdade de discussão ;
- 4.º — Conselhos de batalhão ;
- 5.º — Criação de conselhos de soldados, com delegados nos regimentos, nas brigadas e no supremo estado-maior (¹).

O conselho geral da F. A. I. adoptou, em 29 de Dezembro, por unanimidade, êste programa aliciante. Vivia-se em plena alucinação. Nos jornais anarquistas, liam-se graves artigos exaltando a indisciplina, « força principal dos exércitos », e censurando os « camaradas influenciados a tal ponto pelo bolchevismo que chegam a reivindicar a criação de um exército vermelho ». A « España Anti-Fascista » escrevia: « Os milicianos batem-se na « frente », em liberdade ; apenas obedecem às indicações úteis e necessárias dadas com o maior espírito de fraternidade e vindas de camaradas mais competentes e experimentados na técnica militar ». Tal é o resultado de muitos anos de organização da indisciplina. Impelidas pela mola da indisciplina e da espontaneidade pessoal, a C. N. T. e a F. A. I. encontraram-se nas ruas, desde o primeiro instante de alarme... A indisciplina heróica ultrapassou as fronteiras das possibilidades... A coragem e a decisão da indisciplina dos nossos camaradas representam o fruto da luta infatigável pela organização empreendida pela C. N. T. e pela F. A. I. Semelhante desenvoltura no sacrifício não

(¹) A. e D. Prudhommeaux — *Catalogne* — 1936-1937.

se improvisa. Custou ao movimento anarquista muitos anos de preparação e de luta, uma actividade intensa e — porque não dizê-lo? — uma organização metódica da indisciplina» (1). Na verdade, porque não haviam de dizê-lo? Compreende-se que os outros partidos escutassem isto como se proviesse de loucos.

Os efeitos práticos não tardaram. Os heróicos cultivadores da indisciplina dirigidos pelo seu camarada mais competente, Durruti, foram enviados, num lance de urgência, para as primeiras linhas de Madrid. É de crer que se bateram corajosamente. Mas Durruti caiu, em 20 de Novembro. Transportaram seu corpo para Barcelona e houve desfile, durante uma noite inteira, perante a urna com tampa de cristal, onde se via aquêle magnífico animal deitado sôbre sêda branca, com a cabeça envolta em ligaduras. Lançaram-lhe por cima a bandeira vermelha e negra. E, numa heróica indisciplina, muitas bandas executaram, sem querer saber umas das outras, o hino anarquista « Hijos del pueblo ». Milhares de pessoas assistiram ao funeral do atlético rapaz, amaldiçoando o fascismo. Só muito mais tarde se saberia que êle fôra simplesmente executado por um agente do embaixador dos soviets.

A morte de Durruti foi o sinal do fim. Daí em diante, a influência anarquista não cessou de decrescer. Em 8 de Setembro de 1936, comemorou-se o XIX aniversário da Revolução soviética. Estabelecera-se um contacto permanente do embaixador russo em Madrid com o cônsul moscovita em Barcelona. Criaram-se campos de instrução. Havia possibilidades de organizar as mi-

(1) Cit. pelo *Je suis partout*, em 26 de Setembro de 1936.

licias. Sem esforço, a « Generalidad » tomou a iniciativa de formar um exército puramente catalão: nove regimentos de infantaria e outros de armas diferentes. Esta idea teve bom acolhimento. Os êxitos do general Franco inquietavam a opinião pública. Além disto, a defesa dos interesses estritamente catalães tornava-se-lhe muito mais simpática do que a defesa do resto da Espanha. Por seu lado, Madrid não via com bons olhos o facto de os catalães estarem ausentes das linhas de fogo situadas em zonas não pertencentes à Catalunha. « Os catalães não estão na « frente » — dizia, em Janeiro de 1937, um membro do governo ⁽¹⁾. A bem dizer, apenas lhes interessava defender a Catalunha. Em fins de Fevereiro, realizou-se uma grande manifestação. Um cortejo de trezentos mil homens, transportando gigantescas fotografias de Maciá, Largo Caballero e Companys, percorreu as ruas, sob a denominação de « Exército da liberdade ». Companys perguntou-lhes se queriam defender os direitos do povo. Gritaram « Si ! » e « *Visca la Libertat !* » No fim, cada um regressou tranqüilamente a sua casa.

Os anarquistas principiavam a manifestar que, em sua opinião, o governo caíra nas mãos de pequenos burgueses unicamente interessados por um regionalismo ridículo e quasi tão prejudiciais como os fascistas. Em 17 de Dezembro, a *Pravda* ⁽²⁾ pedia que se fizesse desaparecer « os extremistas » da Espanha, « com energia igual àquela que se empregou na Rússia ». Em 7 de Janeiro, a « Generalidad » mandou dissolver os « comités » de reabastecimento. Em 10 de Fevereiro, a « rádio »

⁽¹⁾ Borkenan — *The spanish cockpit*.

⁽²⁾ Jornal officioso do governo soviético. — (*N. do T.*).

e o jornal do P. O. U. M. em Madrid foram confiscados. Em Tarragona, proíbiu-se, em 26, uma assembleia anarquista ; no dia seguinte, foi suspenso um jornal da F. A. I., em Valência. Faziam-se tentativas para desarmar as milícias. Maroto, chefe da C. N. T. em Almeria, deu entrada na cadeia. Proíbiam-se as gazetas « faistas » em Bilbao, em Albacete caíam assassinados os dirigentes anarquistas. De tempo a tempo, eram descobertos cadáveres de militantes, casos logo atribuídos à « quinta coluna ». O govêrno simulava de nada saber. Contentou-se em pedir às organizações operárias, em Fevereiro e, depois, em Março, que assegurassem o desarmamento dos seus filiados. Em 4 de Março, os soviets de soldados foram suprimidos. « A contra-revolução estava em marcha » (1).

A acção contra-revolucionária era secundada pela organização policial e judiciária do regime. Desde Agôsto que os tribunais do povo estavam constituídos, com três magistrados e doze jurados. A estes competia decidir se o argüido era « fascista », cabendo, então, aos primeiros pronunciar a sentença. Houve quatro dêstes tribunais em Barcelona, um em Girona, um em Tarragona e outro em Lêrida. No princípio, serviam para legalizar os assassinios em série praticados pelos sindicalistas ; em 1937, serviram contra os próprios anarquistas acusados de « sabotar a Revolução ». Ligado aos tribunais, o *Departamento de Investigacion* buscava os indivíduos suspeitos e tornava preceptível em tôda a região o pêso da ditadura da policia politica. Naturalmente, os elementos de acusação caracterizavam-se pela

(1) *L'Espagne nouvelle*, jornal anarquista (17-Setembro-37).

simplicidade. Bastar-nos-á, para exemplo, extrair três dêles dos jornais:

« Perante o tribunal n.º 4, compareceu Guillermo Perez Rodrigo, acusado de trabalhar no antigo convento das Salésias. Uma testemunha afirma que Guillermo Perez chegou a vestir trajo de sacerdote. Outras testemunhas prestaram declarações favoráveis ao arguido. O Ministério Público reclamou a pena de morte » (¹).

« Em 25 de Janeiro, o tribunal popular julgou Ramon Bunuelos de la Iglesia, acusado de ideas fascistas e de ser director dum colégio reaccionário em Vich. Foi condenado à pena última. »

« Na residência do réu, encontrou-se uma camisa azul, uma brochura e jornais. O ministério público reclamou a applicação da pena última. »

O *Departamento de Investigacion* dispunha de um sortido bem organizado de tudo quanto houvesse necessidade de descobrir na casa de um homem suspeito.

E assim viveu Barcelona meses, primeiro sob o terror anarquista, depois sob a ditadura social-comunista. Apesar-de tudo isto, faziam-se esforços para dar a impressão de que a vida decorria normalmente: os sindicatos dos espectáculos forçaram a abrir, no Outono, os cinemas e os *music-halls* colectivizados. Nas ruas, vendiam-se insígnias, bandeiras, flores e lenços das côres revolucionárias. Os quiosques dos jornais estavam repletos de gazetas antigas e modernas, bem como de uma abundante literatura pornográfica e anti-clerical. Os editores publicavam traduções dos livros de revolucionários internacionais. E, graças à coragem displicente de homens

(¹) *La Vanguardia* (2-XII-36).

e mulheres, as ruas, a-pesar-de tudo, mostravam-se animadas. Dava-se um passeio tôdas as tardes. E se é verdade que ninguém comia o suficiente, desde o fim do primeiro mês da guerra, não é menos certo que o elemento masculino continuava a dirigir galanteios e a elogiar as raparigas em voz alta. E talvez o « *piropo* » servisse, até certo ponto, de lenitivo às agruras provocadas pela Revolução.

A Espanha não mudara. Continuava a ser a Espanha de sempre.

Fim do 1.º volume

N. DO T. — Saber-se-á um dia quando e como surgiu a ideia do movimento revolucionário nacionalista. Por agora, e independentemente da versão registada pelos autores, suponho oportuno dizer que Franco e Gil Robles, em Agosto de 1935, já alimentavam, pelo menos, o pensamento de que a luta seria, em breve, inevitável. Naquele mês, ambos confiaram ao general Mola a « Jefatura superior » de Marrocos. À partida, entregaram-lhe secretamente, entre outras, a missão de « *ter preparado o Exército Colonial, para o caso de, um dia, a Pátria precisar dos seus serviços na Península* ». Mola cumpriu. Enquanto ali esteve, adestrou as tropas e realizou estudos importantes, traçando, em Ceuta, dois planos: um de mobilização e outro de defesa daquele porto africano. Após as eleições

de Fevereiro de 1936, Mola foi destituído e transferido para o comando militar de Pamplona. Ao passar por Madrid, encontrou-se com Franco, o qual ia seguir para as Canárias. Reüniram-se na residência do deputado Delgado, assistindo o general Varela. Mola mostrava-se indignado com os excessos da F. P. Franco contou-lhe as entrevistas que tivera com Alcalá Zamora e Azaña, aos quais fizera notar os perigos do enfraquecimento do Exército. O presidente da República sorria. « Parta tranqüilo, general — dissera. — Em Espanha não haverá comunismo ». O futuro caudilho redarguiu: « O que posso asseverar a V. Ex.^a é que êle não vingará onde eu estiver ». Por seu lado, Azaña limitara-se a gracejar em tom chocarreiro. Ao cabo desta conferência histórica, Franco e Mola chegaram a acôrdo, quanto à necessidade da revolução. Aguardar-se-ia o momento oportuno. O Exército levantar-se-ia, quando se desse qualquer dêstes acontecimentos: a) Se Alcalá Zamora entregasse o poder a Largo Caballero; b) se a anarquia tomasse conta do país; c) se estalasse um movimento popular de protesto que conviesse aproveitar para sair com as tropas para a rua. Separaram-se com um abraço.

Quando Mola chegou a Pamplona, foi procurado pelo capitão Barrera, delegado da Junta Suprema da U. M. E. que funcionava, desde 1933, em contacto com fascistas e tradicionalistas. Da entrevista resultou que o general começasse imediatamente a preparar a sublevação na Navarra. Não havia, então, qualquer plano do movimento. A princípio, pensara-se em dar um golpe de Estado, de conivência com um funcionário do ministério do Interior, o qual, em noite a fixar, enviaria a tôdas as divisões a ordem para proclamarem a lei nacional. No entanto, o referido elemento arrependeu-se e o projecto chegou aos ouvidos de Masquelet, que sobraçava a pasta da Guerra. Em Abril, já destituído o presidente da República, Mola teve conhecimento de que os marxistas aproveitariam a próxima trasladação dos restos de Galan e Garcia Hernandez para provocar tumultos e tomar conta do poder pela força, depois de assassinares elementos políticos e militares. Os generais implicados na esboçada conjura insistiam pelo « pronunciamento ». Destacava-se Gonzalez de Lara, comandante da guarnição de Burgos. Mola elaborou, nessa altura, o primeiro plano. Em parallelismo com as forças armadas, num perfeito contacto com elas, por meio de agentes secretos, agiria o elemento civil organizado em « comités ». A cada um dêstes competia ter dispostas as unidades

de voluntários encarregadas de auxiliar as guarnições, substituir autoridades, preparar equipas de técnicos que tomassem conta do funcionamento de todos os serviços públicos, em caso de greve geral. A organização deveria ficar pronta em vinte dias. Todavia, os comunistas abandonaram o seu projecto, e Mola preferiu aperfeiçoar e ampliar o improvisado plano.

Em Maio, os marxistas desfilavam uniformizados, nas ruas madrilenas, e centenas deles estendiam os gorros aos transeúntes, pedindo dinheiro destinado a « bombas e pistolas para a próxima revolução »... O governo observava e temia o silêncio de Mola, a quem Sanjurjo, exilado no Estoril e nomeado por todos os generais chefe supremo do movimento, encarregara de ser seu representante em Espanha. O general Gomez Caminero foi a Pamplona, sondar o seu esfingico camarada que o convidou a jantar no hotel La Perla. Assistiu Garcia Escamez. Houve entre ambos uma cena tão violenta que Caminero seguiu logo para Madrid, onde alarmou o governo. Este quis confirmação. Enviou La Cerda a Pamplona. Mola agiu de maneira a desvanecer-lhe todas as suspeitas. Azafia respirou.

Em meados de Maio, o tenente-coronel Segui procurou o comandante militar de Navarra e ofereceu-lhe a adesão das forças de África. Algo chegou aos ouvidos do ministério, que buscou, então, privar a guarnição marroquina de um elemento terrível para elle: o tenente-coronel Yague. Chamou-o a Espanha, mas Yague apercebeu-se de que queriam transferi-lo, recusou e voltou para Ceuta. A partir desse momento, os « pistoleros » da F. A. I. seguiram-no de perto, prontos a abatê-lo. Em segredo, os legionários protegeram-no com uma guarda especial.

Em fins do mês (dia 28), Sanjurjo e outros chefes militares incumbiram Mola de apresentar o plano definitivo da revolta, de maneira que a acção atribuída a cada um deles ficasse determinada. Nomearam-no, nessa altura, chefe supremo do movimento, em Espanha. Pouco tardou que Mola tivesse tudo concluído. Madrid seria o objectivo principal. A Navarra seria um reduto. Havia que conquistar o poder na capital, onde « no se encuentran las asistencias que eran de esperar ». Previa a rápida marcha de cinco colunas sobre Madrid e traçou o itinerário das divisões: As forças de Valencia, por Tarancón; as de Saragoça, por Guadalajara; as de Burgos, Logroño e Navarra, por Somosierra; as de Valladolid, por Navacerrada e Guadarrama. Em caso de malôgro, as forças retirar-

-se-iam « sôbre o Douro, primeiro, e depois sôbre o Ebro, devendo considerar-se que a resistência tem de ser inabalável, na linha Saragoça-Miranda do Ebro, e que a Navarra deve ser o reduto inexpugnável da rebeldia ». Traçado o plano, deu instruções para a execução. Os seus agentes secretos que estabeleciam as ligações eram: com Sanjurjo, o capitão Capitolino Enrile; com Goded, o seu ajudante, Lázaro; com a guarnição de Barcelona, o capitão Lopez Varela; guarnição de Valencia, o comandante Bartolomé Barba; guarnições de Aragão, o coronel Monasterio e o tenente-coronel Loscertales; guarnição de Burgos, os comandantes Porto e Murgo; de San Sebastian, o tenente-coronel Vallespin. As « credenciais » dêstes elementos, como de outros, eram metades de cartões cortados cada um de sua forma. « As ordens foram dadas por Mola, chefe supremo do movimento » — diria Fanjul, em 16 de Agôsto, no conselho de guerra que o condenou à morte, em Madrid.

Entretanto, a organização aperfeiçoava-se. Na Navarra, como noutras províncias, havia armamento oculto. Os tradicionalistas, dirigidos pelo tenente-coronel Utrilla, preparavam-se na academia militar do Centro Carlista, e exercitavam-se nas zonas de Maquirriain, Ezcabarte e San Cristobal. Chegado o mês de Junho, Mola estreitou os contactos com as divisões e os outros elementos comprometidos. O capitão Oriol, delegado dos carlistas, foi-lhe afirmar o apoio dos « requetés » que interviriam ao lado dos « falangistas » prometidos por Primo de Rivera. Garcia Escamez seguiu, por sua ordem, para a Andaluzia, para observar as guarnições, e mandou-lhe êste telegrama: « *As alunas, bem. As professoras, péssimo* ». O que queria dizer que nas tropas podia ser depositada confiança, mas não nos comandos. Ai por alturas do dia 10, na estrada de Irunzun, o general teve a primeira entrevista com Queipo de Llano, elemento chamado a colaborar por intermédio do coronel Rafael Fernandez. Ficou assente que Queipo de Llano agiria com as forças de Valladolid. Entre êle e Mola, haveria um agente secreto, o capitão Lopez Guerrero. Em 11, coube a vez ao general Kindelan, da Aeronáutica, que compareceu com uma sua filha. Esta levava importantes documentos ocultos num novelo de lã do seu trabalho de « tricot ». Chegavam insistentes pedidos para que se desse imediata execução ao plano. Lara enfurecia-se. Gonzalez Carrasco, que veio a atraiçoar os conjurados, seguia igual caminho. Mas Mola não se deixava convencer. Conseguiu falar com Cabanellas e combinar os pormenores do ataque da divisão de Saragoça por Guadalajara. Os

agentes secretos punham-no em ligação com Franco e Sanjurjo. Outros davam-lhe informes dos preparativos esquerdistas. Sabia que o governo contava opôr-se à sublevação com a aviação de Getafe e dos Alcazares, a guarda de assalto motorizada e vinte e seis carros blindados. Entretanto, as milícias «vermelhas» armavam-se. Barcos petroleiros russos chegavam a Cadiz e Sevilha, descarregando espingardas e metralhadoras. Nas oficinas afectas à F. P., eram construídos mais carros blindados, aproveitando «chassis» de camiões e camionetes. A meio de Junho, Mola foi procurado por um emissário de Azaña. Tratava-se de um elemento que ocupava o cargo de Presidente da Comissão da Guerra, e que lhe dirigiu discretamente convite para o comando supremo do Exército, manobra velada de o convidar a desistir da revolução.

Salvo milagrosamente de ser assassinado em Logroño, Mola deu os últimos retoques no plano das acções confiadas a Sanjurjo, Goded e Franco. Este, depois de trocar impressões com o comandante do «Jaime I», nas Canárias, enviou a Casares Quiroga uma carta de leal advertência. Em 23 de Junho, em Madrid, os generais Ponte, Saliquet, Fanjul, Villegas e Gonzalez Carrasco reuniram-se em conselho. Dias depois, Mola indicou os postos definitivos de cada um: Queipo de Llano, na Andaluzia; Franco, em Marrocos; Mola, na Navarra e em Burgos; Villegas, em Madrid; Cabanellas, em Saragoça; Saliquet, em Valladolid; Gonzalez Carrasco, na Catalunha, e Goded em Valencia. Para tratar com este último, foi enviado um agente secreto, Juan Bravo, que se dirigiu às Baleares e voltou a Pamplona em 29, com a resposta. Goded aceitava. No momento oportuno, atravessaria o Mediterrâneo num «hidro». Desembarcaria numa pequena enseada ao sul de Sagunto e dali, com o apoio de forças de «carabineros», sublevaria as tropas valencianas. No entanto, Goded mudou de parecer, à última hora, e empenhou-se em tomar para si o levantamento em Barcelona. Mola consentiu e êle permutou com Gonzalez Carrasco.

Em 25, o plano sofreu uma modificação. Primitivamente, as guarnições africanas deveriam manter uma atitude de expectativa vigilante. Nas instruções enviadas, em 24, a Yague, Mola determinava a intervenção das forças das zonas oriental e ocidental de Marrocos. Embarcariam para Malaga e Algeciras e avançariam rapidamente sobre Madrid. Às unidades navais era confiada a missão de comboiar os transportes de tropas. As comunicações faziam-se

com o maior segredo, servindo-se Mola da cifra « Regidor », por ele inventada.

Em 1 de Julho, tudo estava pronto. Os comunistas, que haviam marcado a eclosão do seu golpe de Estado para o primeiro dia de Agosto, souberam que o Exército queria antecipar-se, e deram ordens para que todas as suas forças agissem no dia 21. Mola teve conhecimento desta decisão e escolheu o dia 12. A necessidade de uma última reunião em Pamplona, durante as festas anuais, originou um adiamento para 14-15, e depois, a de garantir certas adesões, levou Mola a optar por 19-20. Partiram os agentes com as últimas ordens. O general Franco trasladar-se-ia, num avião, das Canárias a Marrocos. As primeiras guarnições a sublevarem-se seriam as de África e Sevilha; depois as de Barcelona e Valencia; mais tarde, as de Burgos, da Navarra e restantes, por escalões. A Armada, além de comboiar os transportes de tropas, deveria bombardear vários centros do litoral do Mediterrâneo, para apoiar os núcleos de nacionalistas que ali existiam. É interessante registar que, para fazer chegar a Ceuta a ordem cifrada marcando o momento da sublevação, Mola utilizou uma jovem de grande audácia e inteligência — Elena Medina, filha de uma aristocrática família sevilhana — a qual, por desavenças com os seus, fôra empregar-se como linotipista num diário madrileno. Era um agente secreto admirável. Disfarçava-se de camponesa e serviçal, para levar a cabo as missões que lhe confiavam. Em 13 ou 14 de Julho, passou o estreito de Gibraltar e atingiu Ceuta. Na correia do cinto, levava oculta a ordem de Mola. Foram três as viagens que Elena realizou à África, conduzindo documentos escondidos nas vestes ou no radiador do automóvel. Anteriormente, em 11, Mola chegara a dar ao agente de ligação do « Tercio », capitão Imaz, a ordem para as tropas de África se sublevarem no dia 14. Assim que recebeu o documento, o oficial partiu. Já ia na Andaluzia, quando o general decidiu adiar a Revolução. O momento era grave e exigia providências rápidas. Então, o chefe do movimento confiou em Helena Medina, e esta, num esforço enorme, ainda logrou alcançar Imaz, quando este ia embarcar em Algeciras para passar o estreito. Um atraso da enérgica rapariga poderia haver originado um desastre para o plano nacionalista.

Em 13 de Julho, em Pamplona, os delegados dos carlistas, Baleztena e Martinez Berasain fixaram com o general Mola as condições em que os « requetés » tomariam parte no movimento. As relações desses voluntários com o Exército suscitaram discussão.

Mola queria que se formassem batalhões unindo «requetés» e soldados. Os delegados carlistas discordaram. Os seus homens queriam agir separados dos militares, formando unidades próprias, com suas boinas vermelhas. Por fim, chegou-se a esta plataforma: Cada companhia do Exército teria a seu lado uma companhia de «requetés».

Também foi solucionado o problema da bandeira. Os carlistas pretenderam que *todos os sublevados* se batessem com a da Monarquia. Mola fez objecções. «Por mim, não vejo inconveniente — disse-lhes. — Mas eu represento uma Junta de militares e não conheço a opinião de todos os que a constituem sobre este problema. De resto, compreendem que os nossos inimigos, sabendo que nos revoltamos com a bandeira monárquica, seriam capazes de aproveitar o facto para desvirtuar as finalidades do movimento».

Os carlistas puseram a questão em definitivo:

— Nós aderimos ao Exército, mas combateremos com a bandeira vermelha-ouro.

O general acedeu. Tratava-se de um partido monárquico e como tal hastearia o seu estandarte. Não transigia, porém, quanto ao Exército.

— E também levaremos a bandeira de Noain! (*O estandarte das guerras carlistas*).

— De acôrdo! — disse o general.

Ficaram, também, fixadas e aceitas as condições quanto à colocação de crucifixos nas escolas e ao carácter confessional do novo Estado, etc. No dia seguinte, os dirigentes carlistas ordenavam a mobilização secreta dos seus partidários, por intermédio de Utrilla. Em 17, entrava secretamente em Espanha, com a autorização do pretendente D. Afonso Carlos, o chefe supremo do «Requeté Nacional», tenente-coronel Ricardo Rada.

Em 16, o tenente-coronel Posas foi prevenir o general de que, em Madrid, nada inspirava confiança. Havia falta de coesão, e nenhum plano fôra combinado entre os conspiradores da capital. Mola tratou imediatamente de prevenir a guarnição e os civis comprometidos de que procurassem sair da cidade. Franco enviara-lhes, também, das Canárias, uma carta cifrada, recomendando que, em vez de resistirem nos quartéis, se concentrassem nos arrabaldes e fôsem seguindo para o Guadarrama, a-fim-de ali fazerem junção com as tropas de Mola. Ficou estabelecido, por fim, que a guarnição ocuparia a linha Cuatro-Vientos-Carabanchel, procurando ligação com os quartéis do Medio-dia.

Em 17, Mola foi surpreendido pela chegada de seu irmão Ramon a Pamplona. Oficial da guarnição de Barcelona, Ramon preveniu-o de que, na capital catalã, a revolta corria sério risco de ser sufocada. As forças marxistas, unidas às da Generalidad e do govêrno, possuíam esmagadora superioridade. O general Legorburu, por intermédio de Ramon, enviava uma mensagem pouco tranqüilizadora sobre a situação na Cidade Condal. Mola ficou surpreendido, mas confiando em Goded e no espirito da guarnição barcelonesa não modificou as instruções. O irmão pedia-lhe: — «*No te subleves, Emilio. Por lo más que quieras, no te subleves, que vamos al fracaso*». Nada conseguiu; despediu-se e marchou para o seu posto, onde morreu. Mola soube, em 18, que não podia perder um instante. Chegara-lhe noticia da traição do general Carrasco, que fôra denunciar Garcia Escamez ao govêrno, dizendo que êle pretendia aliá-lo... A ordem definitiva partiu. Foi enviado, em avião, um emissário a Sanjurjo. Horas depois, começava a guerra.

Índice do 1.º volume

	Pág.
Introdução	11

I PARTE

A SUBLEVAÇÃO

(Julho — 1936)

I — O assassinio de Calvo Sotelo	17
II — A situação da Espanha em Julho de 1936	39
III — Os preparativos da sublevação.	103
IV — O que foi o primeiro dia	134

II PARTE

A MARCHA SÔBRE MADRID

(Agosto 1936 — Março 1937)

I — A batalha pelas comunicações	201
II — A libertação de Toledo	225
III — As duas Espanhas	263



Os Grandes Dramas do nosso tempo

Com esta obra de Brasillach e Bardèche, inicia a Livraria Clássica Editora uma nova colecção denominada

Os Grandes Dramas do nosso tempo

Depois de tornar publicos, na nossa língua, muitos dos documentos mais interessantes da conflagração de 1914-18, assim como das suas origens; após divulgar elementos susceptíveis de apresentar, sob uma luz nova, o conjunto das operações e quanto se passou no segredo dos gabinetes dos Estados Maiores e dos governantes de então, a Clássica Editora empreende, agora, outra missão que, independente da primeira, vem de certo modo completa-la: tornar conhecidos documentos, plenos de revelações acerca dos dramaticos problemas actuais — documentos que concorrerão para alicerçar um estudo consciencioso — esclarecer os factos deformados ou deturpados pelas propagandas tendenciosas, arquivar testemunhos e opiniões capazes de, em dias talvez não distantes, numa análise comparativa, explicarem acontecimentos que, hoje, apresentam aspectos singularmente intrigantes.

A nova colecção da Clássica Editora

Os Grandes Dramas do nosso tempo

é lançada, pois, com êste único proposito: esclarecer e revelar ao público de língua portuguesa, acima de tôdas as tendências e com a constante preocupação da imparcialidade, as mais graves e angustiosas questões que perturbam e dilaceram a humanidade nos nossos dias.

N.º 1 — História da Guerra de Espanha, 1.º vol., por R. Brasillach e M. Bardèche.

EM BREVE:

N.º 2 — História da Guerra de Hespanha, 2.º vol., pelos mesmos autores.

Revelações sensacionais sôbre tôda a campanha, incluindo a malograda ofensiva de Guadalajara, até à fuga dos governantes marxistas.